



SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Vol. 08, Nº 20 | Setembro/Dezembro 2020

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA - DIRETORIA (GESTÃO 2019-2021)

Presidente

Jacob Carlos Lima, UFSCar

1º Vice Presidente

Edna Maria Ramos de Castro, UFPA

2º Vice Presidente

Iracema Brandão Guimarães, UFBA

Secretário Geral

Luiz Gustavo da Cunha de Souza, UFSC

Tesoureiro

Emil Albert Sobottka, PUC-RS

1º Secretário

Helena Maria Bomeny Garchet, UERJ

2º Secretário

José Miguel Rasia, UFPR

Diretores

Leonardo Damasceno de Sá, UFCE

Lorena Cândido Fleury, UFRGS

Marcelo Alario Ennes, UFS

Marcelo Bastos Seráfico de Assis, UFAM

Mariana Miggiolaro Chaguri, Unicamp

Conselho Fiscal

Cristiano Fonseca Monteiro, UFF

Josimar Jorge Ventura de Moraes, UFPE

Maria Carolina Tomás, PUC-MG

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Coordenação Editorial

Jacob Carlos Lima, Universidade Federal de São Carlos

Editores

Adelia Miglievich-Ribeiro, Universidade Federal do Espírito Santo

Maurício Hoelz Veiga Jr., Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Soraya Vargas Cortes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Editores Assistentes

Marcelo Alario Ennes, Universidade Federal de Sergipe

Richard Miskolci, Universidade Federal de São Paulo

Rodrigo Bordignon, Universidade Federal de Santa Catarina

Comissão Editorial

Rogério Proença Leite, Universidade Federal de Sergipe

Sergio Tavolaro, Universidade de Brasília

Carlos Benedito Martins, Universidade de Brasília

Soraya Maria Vargas Cortes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Irlays Barreira, Universidade Federal do Ceará

Celi Scalón, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Tom Dwyer, Universidade Estadual de Campinas

Conselho Editorial

Ana Luisa Fayet Sallas, Universidade Federal do Paraná

Abdelafid Hamouch, Universidade de Lille I

André Pereira Botelho, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Arturo Morato, Universidad de Barcelona

Carlos Fortuna, Universidade de Coimbra

Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará

Charles C. Lemert, Yale University

Emil Sobottka, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Gabriel Cohn, Universidade de São Paulo

Jacob Carlos Lima, Universidade Federal de São Carlos

José Machado Pais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

José Ricardo Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro

José Vicente Tavares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Lúcio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México

Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo

Margaret Archer, EPFL- University of Warwick

Maria Stela Grossi, Universidade de Brasília

Michel Burawoy, Berkeley University

Paulo Neves, Universidade Federal de Sergipe

Renato Sérgio de Lima, Fórum Brasileiro de Segurança - FBS

Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo

Revisão: Liana Fernandes

Diagramação: Carolina Fernandes

Ficha Catalográfica elaborada pela UFS

RSB: Revista Brasileira de Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS. – v. 1 n.1 (2013-) –
Sergipe: SBS, 2013.

Semestral. Quadrimestral a partir de 2017.

ISSN 2317-8507 (impresso)

ISSN 2318-0544 (Eletrônico)

1. Sociologia – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Sociologia

CDU 316(051)

As opiniões, afirmações e conceitos emitidos nos artigos publicados na Revista Brasileira de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores e não expressam posições da RBS ou da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS.

SUMÁRIO

TABLE OF CONTENTS

DOSSIÊ: Fronteiras dos Movimentos Sociais

- 7** **Fronteiras dos Movimento Sociais**
Frontiers of the Social Movements
José Szwako, Monika Dowbor, Matheus M. Pereira
- 26** **Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social**
Social movements and countermovements: The relational character of social conflict
Marcelo Kunrath Silva, Matheus Mazzilli Pereira
- 50** **O movimento musical LGBT e seus contramovimentos**
The LGBT musical movement and its countermovements
Nicolas Wasser
- 78** **Entre o “cuidado da casa comum” e a “psicose ambientalista”: disputas em torno da ecoteologia católica no Brasil**
Between “Care of the Common House” and “Environmental Psychosis”: Disputes Around Catholic Ecotheology in Brazil
Renan William dos Santos
- 102** **O repertório da ação policial: contribuições da literatura sobre policiamento a protestos para o estudo da repressão política no Brasil**
The repertoire of police action: contributions from protest policing literature for the study of political repression in Brazil
Eduardo Georjão Fernandes
- 128** **A batalha política pela cidade: rupturas e continuidades nos trajetos de protestos em junho de 2013 na cidade de São Paulo**
The political battle for the city: Ruptures and continuities in itineraries of protests of June 2013 in the city of São Paulo
Rafael de Souza
- 153** **Movimentos sociais, controle social repressivo e criminalização no Rio de Janeiro**
Social movements, repressive social control and criminalization in Rio de Janeiro
Taísa Sanches, Brenna Almeida, Angela Randolpho Paiva

- 177** **Ativismo, instituição e repertório autonomista: uma etnografia sobre coletivos políticos**
Activism, institution, and autonomist repertoire: An ethnography of political collectives
Flávia de Faria
- 199** **Mulheres em cena: disputas em torno da inclusão de grupos marginalizados na 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo**
Women on the scene: Disputes over the inclusion of marginalized groups in the 5th Municipal Conference of Policies for Women of São Paulo
Ana Paula Rodrigues Diniz, Mariana Mazzini Marcondes, Beatriz Rodrigues Sanchez

ARTIGOS

- 224** **Etnografando “casas” de folclore: relações entre configurações do espaço e os sentidos da prática do folclore “alemão” no Brasil**
Ethnography of folklore houses: relations between space configuration and the meanings of “German” folklore practices in Brazil
Lucas Voigt
- 248** **O impacto da sociologia: cultura de citações e modelos científicos**
The impact of sociology: citation culture and scientific models
Antonio da Silveira Brasil Jr., Lucas Correia Carvalho
- 270** **Intervenções dos intelectuais nos rumos das universidades na sociedade contemporânea**
Interventions from the intellectuals in the direction of universities in contemporary society
Carlos Benedito Martins
- 308** **Sociologia, universidade e política**
Sociology, university and politics
Maria Alice Rezende de Carvalho



DOSSIÊ:

Fronteiras dos Movimentos Sociais

“Fronteiras dos Movimentos Sociais”

“Frontiers of the Social Movements”

José Szwako* 

Monika Dowbor** 

Matheus M. Pereira*** 

O adensamento da produção acadêmica sobre movimentos sociais na última década no Brasil, quer nas Ciências Sociais ou ao redor delas, se expressa hoje na consolidação de redes de pesquisa e espaços de debate acadêmico em fóruns como, por exemplo, as últimas edições do Congresso Brasileiro de Sociologia e os encontros anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs). Junto a tais redes e fóruns, é

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Professor e pesquisador do IESP-UERJ, pesquisador do Núcleo Democracia e Ação coletiva (CEBRAP).

E-mail: zeszwako@iesp.uerj.br

** Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.

Professora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e pesquisadora do Núcleo Democracia e Ação Coletiva (NDAC) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

E-mail: mdowbor@gmail.com

*** Universidade Vila Velha, Vila Velha, ES, Brasil.

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha (UVV).

E-mail: matheus.mazzilli@gmail.com

possível destacar como evidência robusta desse mesmo processo o volume crescente de dossiês temáticos¹, bem como de artigos publicados em diálogo constante e crítico com abordagens teóricas e autores internacionais (Szwako, Dowbor & Araújo, 2020).

O dossiê ora apresentado se insere nesse ritmo de adensamento, explorando, nesta apresentação e nos artigos a seguir, debates sobre fenômenos e abordagens que, há algum tempo, têm recebido crescente atenção de pesquisas de movimentos sociais, expandindo as fronteiras analítico-conceituais desse campo de estudos e, assim, desafiando-o. Nesse diálogo, partimos de um espírito de acúmulo, isto é, de uma busca pela incorporação e complexificação das entradas, posturas e agendas de pesquisa com amplo potencial analítico e, assim, esperamos enriquecer ainda mais este campo ao contribuir para o processo de ampliação de suas fronteiras temáticas e analíticas. Embora as “fronteiras dos movimentos sociais” sejam múltiplas, nos deteremos aqui sobre três debates emergentes relacionados ao tema, aqueles sobre os contramovimentos, a repressão e os coletivos. Os dois primeiros significam a inclusão de antagonismos em análises de movimentos específicos. Já o último nos desafia a revisitar nossas categorias e abordagens acerca dos processos organizativos dos movimentos sociais.

Tal como em sua gênese na virada da década de 1970 para os anos 1980, o debate brasileiro sobre movimentos sociais na última década acompanhou de perto as inflexões e disputas na arena político-institucional nos contextos pós-transição dos regimes autoritários. Em diversos países da América Latina, com os processos de redemocratização ocorridos no final do século XX e marcados pela alternância entre governos de corte mais neoliberal ou mais progressista, ocorre, em níveis variados, uma consolidação de direitos e a incorporação de diversos grupos sociais aos mais diferentes setores de políticas públicas.

No caso do Brasil, a agenda de pesquisa sobre movimentos sociais encarou, em especial, a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República em 2003, o desafio de compreender a disposição

1 Para mencionar apenas alguns exemplos de dossiês temáticos sobre movimentos sociais em periódicos brasileiros, é possível destacar os dossiês “Dinâmicas da Ação Coletiva” (Sociologias, 2011, v.13, n.28), “Movimentos Sociais, Sociedade Civil e Participação” (BIB, 2016, n.82), “Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas” (Lua Nova, 2018, n.105), “Participação Política e Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo” (Ideias, 2018, v.9, n.1) e “Movimentos Sociais e Transformações do Ativismo Contemporâneo” (Educação & Sociedade, 2020, v.41).

e a expectativa de inúmeros atores da sociedade civil em se engajar em novos padrões de interação e encaixe no Estado brasileiro. Para o campo de estudos de movimentos sociais, essa dinâmica teve como efeito radicalizar o emprego de pressupostos relacionais na análise das interações socioestatais e tensionar a fronteira dicotômica entre Estado e sociedade (Abers & Von Büllow, 2011; Silva & Oliveira, 2011), por meio de conceitos tais como “repertórios de interação” (Abers, Serafim & Tatagiba, 2014), “domínios de agência” (Gurza Lavalle, Carlos, Dowbor & Swako, 2019), e “ativismo institucional” (Abers, 2019; Cayres, 2017). Nesse exercício, ao estudar os movimentos sociais, cientistas sociais se depararam com o desafio de levar a sério as nuances do sistema político brasileiro – a atuação de partidos políticos, autoridades legislativas, coalizões de *advocacy* e burocratas, as configurações dos subsistemas de políticas públicas e das relações Legislativo-Executivo, seus efeitos sobre os movimentos sociais e vice-versa (Abers, Silva & Tatagiba, 2018; Carone, 2018; Gurza Lavalle *et al.*, 2019; Carlos, Dowbor & Albuquerque, 2017; Pereira, 2018).

Assim, nossa agenda de pesquisa foi pródiga em perscrutar os padrões emergentes de interação entre partes da sociedade civil e do sistema político, lançando mão de categorias inovadoras ao mesmo tempo em que fazia a crítica de polarizações e heranças normativas que colocavam obstáculos à compreensão de determinados padrões nas interações socioestatais e dos seus efeitos sobre as autoridades, políticas e institucionalidades. À raiz dessa dupla transformação – política e teórica – estava o reconhecimento da plasticidade ambígua e da heterogeneidade do Estado (Dagnino, Olvera & Panfichi, 2006), *insight* precioso e, diga-se de passagem, ainda mais necessário em face dos dias e governos vigentes. Embora o sistema de justiça tenha ficado predominantemente escanteado no recalibramento da maior parte de nossas análises², as pesquisas que seguiram os atores em seus trânsitos entre instituições políticas e organizações movimentalistas avançaram na caracterização dos elos pelos quais se institucionalizam e se constituem mutuamente Estado e movimentos sociais, ambos atravessados, tensionados e conectados por suas heterogeneidades.

No compasso do conflito político, nossa área de estudos seguiu de perto também a dinâmica das ruas, em especial, desde o ciclo de protestos que atravessou o país em junho de 2013. De então até hoje, em plena pandemia

2 Exceções notáveis aqui foram as análises de Losekann (2013) e Maciel (2011).

do novo coronavírus, as ruas não cessaram de se mostrar como o lado cofabricante da política institucional. Dos protestos verde-amarelo pelo *impeachment* de Dilma Rousseff entre 2015 e 2016 aos atos que se opunham ao golpe, passando pelas manifestações estudantis contra Michel Temer e pela vitória eleitoral de Jair M. Bolsonaro e chegando ao contexto mais imediato de crise político-sanitária, no qual se opuseram manifestantes antifascistas e manifestações pró-Bolsonaro, as ruas têm sido palco privilegiado para a *performance* de atores com *scripts* mais que variados, antagonísticos.

Desse modo, desde o ciclo de 2013, as ruas têm interpelado nossas agendas de pesquisa ao dar visibilidade a diversos fenômenos empíricos emergentes ou que não recebiam tratamento analítico próprio. Em primeiro lugar, a conflitualidade social brasileira tem dado visibilidade a redes e a atores da sociedade civil comumente negligenciados por nossas análises: movimentos sociais, não raro, autodenominados “conservadores”. Em segundo lugar, a centralidade dos ciclos de protesto na política brasileira dos últimos anos tem recolocado na agenda de pesquisa sobre movimentos sociais a temática de repressão policial à ação coletiva contestatória, ampliando-a para o estudo de novas formas de controle social. Por fim, o fortalecimento de mobilizações como as de estudantes, jovens, mulheres, negros, LGBTs e, mais recentemente, grupos antifascistas, tem ampliado a atenção de cientistas sociais à emergência de novos repertórios de ação e formas alternativas de organização que parecem estar associadas a visões e valores que buscam se distanciar dos formatos predominantes no período imediatamente anterior.

Consoante com as transformações nas dinâmicas e faces assumidas pelo conflito político nos últimos anos no país, este dossiê se indaga sobre temas que emergem na agenda de pesquisa brasileira sobre movimentos sociais, buscando preencher lacunas analíticas e empíricas que, a nosso ver, demandam seu devido escrutínio. Daí, então, a compreensão das fronteiras que se impõem teórico-politicamente à nossa reflexão, não inaugurando, mas, ao contrário, somando novas (ou não tão novas) camadas e categorias de análise àquela agenda que se dedicou, em boa parte, à análise da mobilização e de processos de institucionalização das reivindicações e atores de movimentos: contramovimentos, repressão e coletivos.

Cabem aqui, porém, duas ressalvas. Em primeiro lugar, a relação travada com as heranças teórico-analíticas das duas vertentes hoje clássicas – a do

confronto político e a dos novos movimentos sociais – é reflexiva, de modo que as questões levantadas por ambas guardam, a nosso ver, amplo potencial heurístico para a compreensão dos fenômenos aqui abordados, não sendo “superadas” por decreto teórico-normativo. Em segundo lugar, e por extensão, em nenhum dos casos este dossiê pretende estrear o campo de investigações sobre tais fenômenos. Em sentido inverso, damos vez e continuidade a esforços exitosos de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros empreendidos nos últimos anos e sua contribuição consiste, numa visada relacional, em reforçar a importância de articular as pesquisas de movimentos sociais que costumamos estudar com personagens e formatos organizativos emergentes.

Em relação aos estudos sobre movimentos conservadores, é notável a ampla e rápida expansão do interesse das ciências sociais brasileiras no tema, expressa pela proliferação de livros e coletâneas sobre as direitas no Brasil nos últimos anos (Almeida & Toniol, 2018; Pinheiro-Machado & Freixo, 2019; Rocha & Solano, 2019; Solano, 2018; Velasco-e-Cruz, Kaysel & Codas, 2015). Tais investigações têm desenvolvido olhares analíticos distintos sobre o tema, que expressam a diversidade das identidades e dos repertórios da direita no Brasil contemporâneo. Algumas dessas pesquisas recentes têm se dedicado à análise das direitas nas ruas, apontando para a consolidação, nos últimos anos, de um “repertório patriota” (Alonso, 2017; Alonso; Mische, 2016), que emerge ao longo do ciclo de junho de 2013 e se fortalece em meio ao processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff (Tatagiba, 2018; Tatagiba, Trindade & Teixeira, 2015). Outras pesquisas têm explorado a face menos visível da mobilização política das direitas, analisando os processos organizativos que sustentam sua ação nas ruas e analisando a formação e a atuação de grupos de orientações ideológicas diversas, desde liberal-conservadores, como o Movimento Brasil Livre (Rocha, 2015; 2019) até células neofascistas (Gonçalves & Caldeira Neto, 2020). Outro tema de destaque nessa agenda emergente tem sido a relação entre as novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) – em especial, as mídias sociais – e a atuação política de organizações e “formadores de opinião” de direita (Amadeu da Silveira, 2015; Messenberg, 2017).

A atenção à mobilização coletiva das direitas foi acompanhada pelo crescente interesse acadêmico quanto ao seu fortalecimento institucional, partidário e eleitoral, retomando, por outro prisma, a importância da análise das relações entre Estado e movimentos (Codato, Bolognesi & Roeder, 2015;

Quadros & Madeira, 2018). Uma vez integradas, tais análises culminaram em um debate sobre os dilemas e desafios enfrentados contemporaneamente pela democracia brasileira (Avritzer, 2016) alimentado, ao menos em parte, por polêmicos processos de destituição presidencial ocorridos no Brasil e alhures (Szwako & Sivori, 2019). Diante desse cenário, as eventuais relações entre o fortalecimento de organizações e protestos conservadores nos últimos anos e as reconfigurações (rumo à extrema-direita) na política institucional ficam como questão ulterior ainda a ser respondida por outras pesquisas.

Em relação a esse tópico, a principal contribuição deste dossiê está na ênfase sobre a categoria “contramovimento” como ferramenta conceitual para a análise da ação coletiva conservadora. Argumentamos que, se tradicionalmente o campo de estudos sobre movimentos sociais isolou analiticamente a ação de movimentos progressistas em relação aos seus opositores, é necessário evitar a reprodução dessa perspectiva “movimentocêntrica” também na análise dos grupos conservadores. A ênfase nesse conceito parte, portanto, de uma valorização de pressupostos relacionais de análise que influenciaram a recente literatura brasileira sobre movimentos sociais, indicando que, para compreender a ação dos contramovimentos, é necessário analisar suas relações com os movimentos sociais e vice-versa. Ademais, a agenda de pesquisa constituída em torno desse conceito tem enfatizado que, assim como movimentos e instituições estão fortemente relacionados, o confronto entre movimentos e contramovimentos também se dá em relação à conflitualidade institucional (Meyer; Staggenborg, 1996). Nesse sentido, para adotar a expressão que deu nome aos grupos de trabalho sobre esse tema nos últimos encontros anuais da Anpocs, é possível pensar a dinâmica de confronto político que ocorre entre movimentos e contramovimentos “entre as ruas e os gabinetes”, permitindo uma articulação desse debate ao arsenal teórico-conceitual que se consolidou nos últimos anos no Brasil (Pereira, 2020).

Este dossiê reúne três artigos que contribuem para a ampliação de um olhar relacional para as dinâmicas de conflito entre movimentos sociais e seus opositores. Marcelo Silva e Matheus Pereira apresentam uma revisão da literatura nacional e internacional que tem definido teoricamente e mobilizado em pesquisas empíricas o conceito de “contramovimento”, apresentando a trajetória dessa ferramenta conceitual e os principais debates temáticos a ela relacionados. Os autores alertam, porém, para a

necessidade de uma apropriação reflexiva desse conceito pela literatura nacional, indagando-se sobre a peculiaridade da mobilização conservadora e/ou das elites no Brasil e sobre os limites do conceito para apreender essa especificidade.

Por meio das imagéticas descrições de programas mediáticos, Nicolas Wasser mostra como as dinâmicas de movimento/contramovimento se instalam na medida em que musicistas LGBT ganham, literal e simbolicamente, palcos de alta visibilidade e movimentos antigênero respondem a esses eventos através contínuos ataques a esses artistas, principalmente por meios digitais. Esses embates, contudo, não são eventos puramente culturais. As intervenções artísticas do movimento LGBT, pontua o autor, são articuladas numa linguagem política que se orienta pela ideia de combater diferentes formas de opressão enquanto o contramovimento dos setores conservadores intensifica sua mobilização no sentido de conter os avanços dos direitos sexuais e reprodutivos.

Já no artigo “Entre o “cuidado da casa comum” e a “psicose ambientalista”: disputas em torno da ecoteologia católica no Brasil”, Renan W. dos Santos faz uma detalhada reconstrução da diversidade de enquadramentos relacionados com o meio ambiente no seio da Igreja Católica, no Vaticano e no Brasil. Nessa descrição o par analítico movimento/contramovimento permite retratar o combate entre, por um lado, a corrente pró-ambiental que conta com forte inclusão de elementos esotéricos, representada pelo ecoteólogo Leonardo Boff, e, por outro, o contraenquadramento conservador encampado pelo Instituto Plínio Correa de Oliveira (IPCO), espécie de *think tank* do conservadorismo católico brasileiro, que concebe a entrada da temática ambiental na Igreja Católica como expressão de uma “psicose ambientalista”. O autor mostra que a crítica do IPCO classifica a ecoteologia como ideologia que, na esteira do comunismo ou da teologia da libertação, “estaria voltada à dissolução dos milenares ensinamentos cristãos”. Embora de pouca adesão na Igreja, o autor demonstra que este enquadramento tem sido aproveitado por grupos conservadores que disputam a política institucional.

O segundo grande tema deste dossiê se refere a processos de repressão e controle social da ação coletiva. Ainda que menos numerosas em comparação aos estudos sobre as direitas no Brasil, investigações recentes sobre processos de repressão ao ativismo político têm produzido importantes contribuições

para uma análise sistemática da repressão em sua pluralidade de formas, fomentando diálogos com a vasta literatura internacional sobre policiamento de protestos, repressão e controle. Fora do debate acadêmico em seu sentido estrito, é possível destacar as pesquisas conduzidas pela organização não-governamental Artigo 19, que tem mapeado diversas formas de violação do direito ao protesto no Brasil, antes, durante e depois das manifestações públicas, destacando também iniciativas legislativas e decisões judiciais que convergem em direção a uma criminalização da ação coletiva contestatória (Artigo 19, 2014, 2015, 2016, 2018).

Seguindo essa mesma linha, a identificação das diversas táticas que compõem o “repertório policial” de policiamento a protestos empregues nos últimos anos no caso brasileiro (Fernandes & Câmara, 2018), bem como a análise dos processos de criminalização da ação coletiva contestatória por meio de inquéritos policiais, ações penais e decisões judiciais às quais ativistas de movimentos sociais foram submetidos (Almeida; Monteiro; Smiderle, 2020; Tavolari, Lessa, Medeiros, Melo & Januário, 2018) também têm sido alguns dos propósitos centrais de estudos acadêmicos sobre a repressão. Com a paulatina incorporação de novas TICs pelas forças policiais, estudos têm proposto também um diálogo entre pesquisas sobre movimentos sociais e vigilância, analisando de forma ampla o “controle social” da ação coletiva e destacando a incorporação de novas estratégias de policiamento a protestos nos últimos anos no Brasil, menos visíveis e alinhadas ao paradigma da “incapacitação estratégica” (Fernandes, 2018; 2020). Por fim, estudos também têm destacado o papel das disputas interpretativas em torno da violência nos confrontos políticos, em especial, ressaltando a relação entre mídia, forças policiais e *performances* de contestação marcadas pelo uso da força (Dowbor & Szwako, 2013; Silva & Fernandes, 2017).

Em relação a esse tema, o presente dossiê busca contribuir não apenas ao fornecer estímulos para a continuidade desse debate, mas também ao indicar caminhos analíticos que nos parecem profícuos. Em primeiro lugar, em que pese a importância de considerações de cunho normativo acerca do fenômeno da repressão, destacamos a importância de estudos empíricos analíticos que busquem, por meio de procedimentos metodológicos sistemáticos, caracterizar o fenômeno da repressão em sua diversidade. Acreditamos que esse tipo de estudo pode fornecer um olhar amplo sobre o fenômeno da repressão e do controle social em sua multiplicidade de táticas

e atores.

Entendemos, em segundo lugar, que, para compreender a relação entre polícia e movimentos sociais, é necessário um diálogo com o conhecimento acumulado pelo campo de estudos da segurança pública sobre a atuação das forças policiais no Brasil em processos de controle social que vão além do escopo da mobilização política propriamente dita. Por meio dessa aproximação, acreditamos ser possível a construção de estudos que evitem o isolamento analítico das conexões entre repressão, protestos e movimentos sociais em relação às demais interações entre polícia e sociedade, mapeando-se continuidades e rupturas nos padrões de ação policial em diversos contextos. Por fim, buscamos neste dossiê valorizar análises sobre as consequências da repressão e do controle social sobre as redes, os repertórios, as identidades e os discursos dos movimentos sociais, destacando, particularmente, as consequências não esperadas da ação das forças repressivas, novamente, tendo como inspiração teórica abordagens que destacam o caráter relacional, dinâmico e contingente da conflitualidade social.

O dossiê reúne três artigos que refletem teórica e empiricamente sobre o fenômeno da repressão política nos sentidos apresentados anteriormente. Eduardo Georjão Fernandes busca, na literatura internacional existente sobre o tema, definições conceituais que possam contribuir para a delimitação de um vocabulário compartilhado para a análise do “controle social da ação coletiva”. O autor mobiliza, ainda, a noção tilliana de “repertórios” para a construção e adaptação de tipologias que possam ser mobilizadas em investigações que busquem mapear empiricamente as características e transformações desse fenômeno. Por fim, o autor propõe um importante diálogo com o campo de estudos brasileiro sobre segurança pública para identificar características institucionais e culturais das polícias, que influenciam o controle social da ação coletiva no Brasil.

Já o artigo de Rafael Souza versa sobre um tema clássico em estudos sobre repressão: a interação tática entre ativistas e forças policiais em eventos de protesto. Analisando o ciclo de protestos de junho de 2013 na cidade de São Paulo, por meio de rigorosa análise empírica, o autor identifica mudanças nos trajetos realizados pelos ativistas ao longo do tempo. O pesquisador identifica diversos fatores que contribuíram para a ocorrência dessas transformações, destacando-se as disputas entre ativistas e forças policiais pelo controle de espaços públicos que propiciam visibilidade aos protestos, marcadas pela

experimentação e inovação contínuas nas táticas de ação coletiva e repressão. Em sua análise, Souza demonstra, ainda, que as interações entre policiais e manifestantes estão marcadas pela imprevisibilidade e pela contingência, gerando consequências inesperadas.

Enquanto os artigos anteriores estiveram focados em processos de repressão e controle social que visam os movimentos sociais, Taisa Sanches, Brena Almeida e Angela Paiva ampliam o olhar, investigando as reações movimentalistas a processos de repressão e criminalização que visam populações marginalizadas nas grandes metrópoles brasileiras em seu cotidiano, aproximando estudos sobre desigualdades, segurança pública e movimentos sociais no Brasil. As autoras partem de uma reflexão teórica sobre os processos de criminalização e controle social repressivo da população marginalizada na cidade do Rio de Janeiro, identificando empiricamente iniciativas coletivas que buscam ampliar o reconhecimento da população periférica, como os museus comunitários e os atos públicos organizados por moradores de favelas, entendidos como partes do “repertório” de um movimento protagonizado por esses sujeitos.

Por fim, o terceiro tema destacado nesse dossiê se refere à emergência dos chamados coletivos nos últimos anos. Em especial após junho de 2013, ao lado dos atores coletivos da direita, que se tornaram visíveis, surpreendendo grande parte da academia, emergiram também atores vinculados às esquerdas, que passaram a usar a autodenominação de coletivos, distanciando-se da identidade de “movimentos”, embora tenham sido denominados por parte da literatura como “novíssimos movimentos sociais” (Gohn, 2017)³. Diante desse fenômeno, do ponto de vista conceitual, está em curso uma reflexão acadêmica que debate se essa formação societária exige a construção de uma categoria analítica própria (Marques & Marx, 2020; Perez & Silva Filho, 2018) ou se ela pode ser relacionada a outras formas associativas ou, ainda, ao próprio conceito de movimentos sociais.

Em paralelo a essa discussão conceitual, estudos têm apontado características desses atores. Por ora, a literatura mostra que, apesar de seu discurso de busca por “autonomia”, os coletivos não rejeitam na totalidade as interações com instituições políticas/Estado (Facchini, Carmo & Lima,

3 Vale ressaltar que o/a leitor(a) interessado/a neste assunto poderá acessar em breve um dossiê voltado exclusivamente a coletivos, organizado pelos colegas Maria da Glória Gohn, Claudio Penteadó e Marcelo de Souza Marques na revista *Simbiótica* ainda este ano.

2020; Marques & Marx, 2020), conclusão contraintuitiva quando relacionada a um contexto de desconfiança no (e crise do) sistema de representação democrática. A principal “novidade” dos coletivos consistiria em suas formas de organização e em suas identidades.

Em relação ao primeiro desses pontos, parece-nos que tais atores resgatam elementos que estavam adormecidos no baú dos repertórios organizativos. A forma de organização desses atores coletivos seria um resgate de um modelo baseado em “uma estrutura organizacional moderna, sem hierarquias, destituída da figura central da ‘liderança política histórica’” gerando uma “organização de caráter mais dinâmico, baseada em laços afetivos, ação horizontalizada, ação política direta, e a partir de um forte sentimento de autonomia dos sujeitos tanto em relação uns aos outros como em relação a outras organizações sociais e políticas”, como apontam Marques e Marx (2020, p.12). Esses princípios de organização são construídos sobre a crítica e rejeição de outras organizações que operam, na visão dos ativistas, por princípios opostos.

Já em relação ao segundo aspecto, a literatura tem apontado para a emergência de novas dinâmicas identitárias presentes nos coletivos, marcadas pelos seguintes elementos: “pluralização das modalidades de engajamento militante; tendência à plurimilitância e a identidades multirreferenciais; agendas mais transversais” (Bringel & Sposito, 2020, p. 4). As iniciativas protagonizadas por jovens são um bom exemplo dessas ações coletivas, estando atravessadas pela centralidade dada à noção de experiência (que implica mudanças, fluidez e transitoriedade) e à noção de interseccionalidade (que abre possibilidade às articulações de aspectos identitários) no processo de construção de identidades coletivas (Sposito, Almeida & Corrochano, 2020).

A investigação das combinações entre estes dois elementos – organizacional e identitário, tanto no discurso quanto na prática dos atores – parece ser profícua em achados empíricos que resultem em ampliações conceituais e analíticas. Porém, como contribuição deste dossiê para esse tema, sugerimos que as lições do debate sobre os um dia chamados “novos movimentos sociais”, bem como as críticas a ele dirigidas, valem de inspiração para quem quer hoje entender os “coletivos”. E isso em duplo sentido. Por um lado, permanecem de pé os *insights* de Alberto Melucci (1996) sobre o caráter socialmente forjado das identidades dos movimentos

e, portanto, sobre a necessidade de não as tomar como categoria explicativa. Quer dizer, as identidades não explicam os movimentos. Cabe à análise, antes, entender como atores e atrizes em movimento forjam continuamente identidades coletivas através de suas relações de confronto e solidariedade. Assim, o caráter mais, ou menos, intersseccional das identidades dos coletivos deve ser apreendido como socialmente, contextualmente e relacionalmente construído a partir de heranças simbólicas e identitárias e, portanto, pesquisas em chave histórica e comparativa podem dar origem a uma melhor compreensão dos elementos de continuidade e inovação existentes nessas identidades – sempre forjadas.

Por outro lado, seguindo Pichardo (1997) e Calhoun (1993), as críticas dirigidas aos excessos dos teóricos dos “novos movimentos sociais” podem nos servir de alerta às idealizações hoje projetadas sobre os coletivos. Destacamos aqui três pontos. O primeiro deles se refere ao caráter de “novidade” do formato organizacional adotado pelos coletivos. A busca por formas de organização horizontalizadas e “autônomas” não constitui exatamente uma novidade na trajetória histórica dos movimentos sociais. A opção por organizações pouco hierárquicas, não formalizadas e solidárias ocorre quase de forma cíclica na biografia dos movimentos sociais, podendo ser citados como exemplos históricos o cooperativismo, o anarquismo, o feminismo, entre outros (Clemens; Minkoff, 2004; Freeman, 1972; Polletta, 2005).

O segundo desses pontos se refere ao tratamento dado ao fenômeno por seus analistas. Historicamente, a abordagem normativa adotada por alguns dos teóricos das chamadas TNMS tornou-se um obstáculo epistemológico para a construção de análises que pudessem superar dicotomias teóricas que impediam a compreensão das dinâmicas da ação coletiva e das interpretações dos próprios sujeitos sobre o ativismo político. Parece-nos que esse mesmo risco se apresenta no debate contemporâneo sobre os coletivos. Diante de tal risco, estimulamos aqui olhares analíticos sobre esse fenômeno, que busquem, através do diálogo com a vasta literatura existente sobre a organização dos movimentos sociais, compreender as diversas e contraditórias consequências de formatos mais ou menos hierárquicos e profissionalizados de organização (Piven & Cloward, 1977; Staggenborg, 1988; Voss & Sherman, 2000) e as disputas interpretativas e normativas dos próprios sujeitos em torno de seus diferentes “gostos por táticas” organizacionais (Jasper, 1997; Polletta, 2005).

Por fim, do mesmo modo que as chamadas “redes”, os coletivos podem ser analiticamente considerados um repertório organizacional (ou seja, uma forma de coordenar a ação e, ao mesmo tempo, de articular identidades). Nesse sentido, é fundamental reconhecer que dita inovação nas formas de arregimentar e canalizar energia coletiva não corre nem ocorre ao largo da articulação e mobilização de grupos conservadores. Assim, a emergência desses “novíssimos” atores corresponde a formas igualmente inovadoras de contradiscursos (ou, talvez possamos dizer, de “contra-coletivos”) que, em alguma medida, nutrem suas estratégias em pânicos relacionados à ação e às identidades mobilizadas pelos coletivos. Sintoma adequado da reciprocidade impensada, porém muito viva, que enlaça o par movimento/contramovimento nesse caso, em nosso país, é, atualmente, a evocação da rejeição ao sistema político: desde polos opostos, uns e outros se dizem ferrenhos “críticos” do *establishment*.

Sumarizando nossos argumentos, destacamos que os coletivos se impuseram como rico objeto de análise para as ciências sociais brasileiras. Porém, alertamos que projeções e idealizações normativas – tais como a busca por grupos detentores de valores de novidade, autonomia e mudança societal – não nos parece ser o caminho analítico mais profícuo para sua análise e compreensão.

Já encarado por outros autores (cf. Perez & Silva Filho, 2018), o desafio de analisar os coletivos ecoa em nosso dossiê com “Ativismo, instituição e repertório autonomista”. Aliando revisão bibliográfica e uma abordagem etnográfica, o texto de Flavia de Faria acessa os bastidores dessas inovações no repertório organizacional contemporâneo. Atenta a suas interlocutoras, a autora nos leva aos labirintos da crítica antissistêmica e aos esforços de dois coletivos para se afastarem de discursos que negam o conflito político e, nele, o papel de intermediação dos partidos. De sua análise se extrai que a “horizontalidade” constitui uma busca por metodologias e lógicas menos hierarquizadas de funcionamento e de interação entre identidades, ao passo que, contextualmente entendida, a “autonomia” não é senão a evocação e reivindicação de autonomia sempre em relação a terceiros.

Fechando nosso dossiê com “Mulheres em cena: disputas em torno da inclusão de grupos marginalizados na 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo”, Ana Paula Rodrigues Diniz, Mariana Mazzini Marcondes e Beatriz Rodrigues Sanchez capturam a pluralidade de

coletivos que atuam no processo de reconstrução de identidades. Utilizando-se da Análise de Discurso, descrevem e analisam a disputa discursiva em torno da construção da categoria “mulher” e dos seus eixos de opressão ao longo da realização da conferência, em articulação aos embates em torno das regras do jogo, das representações de democracia e da legitimidade das protagonistas dessa instituição participativa. Concluem que, apesar de planejados a partir de uma concepção mais inclusiva de democracia, tais desenhos institucionais também reproduzem desigualdades e exclusões.

Para finalizar, gostaríamos que agradecer imensamente a todas e todos pareceristas que, em plena pandemia, fizeram o hercúleo trabalho de dialogar com o conjunto dos textos submetidos ao volume. Agradecemos, ainda, à Revista Brasileira de Sociologia e, em especial, a Adelia Miglievich e a Regina Vargas pela paciência e pelo apoio fundamentais na confecção do dossiê.

Esperamos, sinceramente, que as fronteiras aqui exploradas sirvam como uma espécie de bússola inspiradora para várias redes de pesquisas e gerações de pesquisadores sobre movimentos sociais. Mais ainda: para o público das Ciências Sociais brasileiras como um todo, esperamos que o dossiê possa oferecer pistas e alternativas que, defronte a dilemas políticos imensos, possam contribuir para que nossa comunidade epistêmica siga sua trajetória de aprimoramento e diversificação analítica.

Referências

- Abers, Rebecca. (2019). Bureaucratic Activism: pursuing environmentalism inside Brazilian State. *Latin American Politics and Society*, 61(2), 21-44.
- Abers, Rebecca, Serafim, Lizandra, & Tatagiba, Luciana. (2014). Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a experiência na era Lula. *Dados*, 57(2), 325-357.
- Abers, Rebecca, Silva, Marcelo K., & Tatagiba, Luciana. (2018). Movimentos Sociais e Políticas Públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova*, 105, 15-46.
- Abers, Rebecca, & Von Büllow, Marisa. (2011). Movimentos Sociais na Teoria e na Prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, 13(28), 52-84.
- Almeida, Frederico, Monteiro, Filipe, & Smiderle, Afonso. (2020). A criminalização dos protestos do Movimento Passe Livre em São Paulo (2013-2015). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35(102), e3510211.
- Almeida, Ronaldo de, & Toniol, Rodrigo. (2018). *Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Edunicamp.
- Alonso, Angela. (2017). A Política das Ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos*, especial, 49-58.
- Alonso, Angela, & Mische, Anne. (2016). Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, 36(2), 144-159.
- Amadeu da Silveira, Sérgio. (2015). Direita nas redes sociais online. In Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, & Gustavo Cotas (orgs.). *Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* (p. 213-230). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Artigo 19. (2014). *Protestos no Brasil – 2013*. São Paulo: Artigo 19.
- Artigo 19. (2015). *As Ruas sob Ataque: protestos em 2014 e 2015*. São Paulo: Artigo 19.
- Artigo 19. (2016). *Nas Ruas, nas Leis, nos Tribunais: violações ao direito de protesto no Brasil 2015-2016*. São Paulo: Artigo 19.
- Artigo 19. (2018). *5 Anos de Junho de 2013*. São Paulo: Artigo 19.
- Avritzer, Leonardo. (2016). *Impasses da Democracia no Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Bringel, Breno, & Sposito, Marília Pontes. (2020). Apresentação do dossiê. *Educação & Sociedade*, 41, e238520. Epub July 22, 2020. <https://dx.doi.org/10.1590/es.238520>
- Calhoun, Craig. (1993). “New Social Movements” of the Early Nineteenth Century. *Social Science History*, 17(3), 385-427.
- Carlos, Euzeneia, Dowbor, Monika, & Albuquerque, Maria do Carmo. (2017). Movimentos Sociais e seus Efeitos em Políticas Públicas: balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas*, 17(2), 360-378.
- Carone, Renata. (2018). A Atuação do Movimento Feminista no Legislativo Federal: caso da Lei Maria da Penha. *Lua Nova*, 105, 181-216.
- Cayres, Domitila C. (2017). Ativismo Institucional e Interações Estado-Movimentos Sociais. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, 82, 81-104.
- Clemens, Elisabeth, Minkoff, Debra C. (2004). Beyond the Iron Law: Rethinking the Place of Organizations in Social Movements Research. In David A. Snow, Sarah A. Soule, & Hanspeter Kriesi. *The Blackwell Companion to Social Movements*. USA, UK, Australia: Blackwell Publishing, 2004.
- Codato, Adriano, Bolognesi, Bruno, & Roeder, Karolina M. (2015). A Nova Direita Brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, & Gustavo Codas (orgs.). *Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* (p. 115-144). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Dagnino, Evelina, Olvera, Alberto, & Panfichi, Aldo. (2006). Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In A disputa pela construção democrática na América Latina (p. 13-91). São Paulo: Paz e Terra/ Unicamp.
- Dowbor, Monika, & Szwako, José. (2013). Respeitável Público... Performance e organização dos movimentos antes de 2013. *Novos Estudos*, 97, 43-55.
- Facchini, Regina, Carmo, Íris N. do, & Lima, Stephanie P. (2020). Movimentos Feminista, Negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educação & Sociedade*, 41, 2020.
- Fernandes, Eduardo G. (2018). Movimentos Sociais, Policiamento e Vigilância: um diálogo teórico a ser construído. *Mediações*, 23(1), 100-126.
- Fernandes, Eduardo G. (2020). *Entre Ruas, Câmeras e Redes: as transformações das táticas policiais de controle à ação coletiva contestatória em Porto Alegre (2013-2014)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- Fernandes, Eduardo G., & Câmara, Gabriel G. (2018). Policiamento a Eventos de Protesto no Brasil: repertórios e modelos policiais no ciclo de protestos de junho de 2013 na cidade de Porto Alegre. *Polícia & Sociedade*, 17(39), 368-395.
- Freeman, Jo. (1972). The tyranny of structurelessness. *Berkeley Journal of Sociology*, 17 p. 151-164.
- Gohn, Maria da Glória. (2017). *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez.
- Gonçalves, Leandro P., & Caldeira Neto, Odilon. (2020). *O Fascismo em Camisas Verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Gurza Lavalle, Adrian, Carlos, Euzeneia, Dowbor, Monika, & Swako, José. (2019), *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- Jasper, James M. (1997). *The Art of Moral Protest: culture, biography, and creativity in social movements*. Chicago/London: The University of Chicago Press.
- Losekann, Cristina (2013). Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro. *Dados*, 56(3), 311-349.
- Maciel, Débora. (2011). Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da Lei Maria da Penha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26(77), 97-111.
- Marques, Marcelo de S., & Marx, Vanessa. (2020). Os coletivos em cena. Algumas contribuições para o debate. *Simbiótica*, 7(3).
- Melucci, Alberto. (1996). *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press
- Messenberg, Débora. (2017). A Direita que Saiu do Armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes da direita brasileira. *Revista Sociedade e Estado*, 32(3), 621-647.
- Meyer, David S., & Staggenborg, Suzanne. (1996). Movements, Countermovements, and the Structure of Political Opportunity. *American Journal of Sociology*, 101(6), 1628-1660.
- Perez, Olívia C., & Silva Filho, Alberto L.A. (2018). Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude*, 11(1), 255-294.
- Pereira, Matheus M. (2018). Oportunidades Políticas em um Presidencialismo de Coalizão. *Lua Nova*, 105, 217-252.

- Pereira, Matheus M. (2020). Ativismo Institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 31, 301-338.
- Pichardo, Nelson. (1997). New Social Movements: a critical review. *Annual Review of Sociology*, 23, 411-430.
- Pinheiro-Machado, Rosana, & Freixo, Adriano de. (2019). *Brasil em Transe: bolsonarismo, novas direitas e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Cava.
- Piven, Francis F., & Cloward, Richard A. (1977). *Poor People's Movements: why they succeed, how they fail*. New York: Vintage.
- Polletta, Francesca. (2005). How Participatory Democracy became White: culture and organizational choice. *Mobilization*, 10(2), 271-288.
- Quadros, Marcos P. dos R.; Madeira, Rafael M. (2018). Fim da Direita Envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, 24(3), 486-522.
- Rocha, Camila. (2015). Direitas em Rede: *think tanks* de direita na América Latina. In Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, & Gustavo Codas (orgs.). *Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* (p. 261-278). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Rocha, Camila. (2019). “Imposto é roubo!”: a formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-*impeachment* de Dilma Rousseff. *Dados*, 62(3), e20190076, 1-42.
- Rocha, Camila, & Solano, Esther. (2019). *As Direitas nas Ruas e nas Redes*. São Paulo: Expressão Popular.
- Silva, Camila F., & Fernandes, Eduardo G. (2017). Ciclo de Protestos de 2013: construção midiática das *performances* de contestação. *Ciências Sociais Unisinos*, 52(2), 202-215.
- Silva, Marcelo K.; Oliveira, Gérson de L. (2011). A Face Oculta(da) dos Movimentos Sociais: trânsito institucional e interseção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, 13(28), 86-124.
- Solano, Esther. (2018). *O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Sposito, Marília P., Almeida, Elmir de, & Corrochano, Maria C. (2020). Jovens em Movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas. *Educação & Sociedade*, 41, e228732. Epub July 22, 2020.
- Staggenborg, Suzanne. (1988). The Consequences of Professionalization and Formalization in the Pro-Choice Movement. *American Sociological Review*, 53, 585-606.

- Szwako, José, & Sivori, Horacio. (2019). *Not about religion: Institutional discourses and interactions in the presidential indictments against F. Lugo in Paraguay (2012) and D. Rousseff in Brazil (2016)*. Congreso Feminismos y Conservadurismos en América Latina. CLACSO/México, Ciudad de México.
- Szwako, José, Dowbor, Monika, & Araújo, Ramon. (2020). A produção de artigos acadêmicos sobre movimentos sociais publicados nos periódicos brasileiros (2000–2017): tendências e inovações. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, 92, 1-22.
- Tatagiba, Luciana. (2018). Entre as Ruas e as Instituições: os protestos e o *impeachment* de Dilma Rousseff. *Lusotopie*, 17, 112-135.
- Tatagiba, Luciana, Trindade, Thiago, & Teixeira, Ana Cláudia C. (2015). Protestos à Direita no Brasil (2007-2015). In Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, & Gustavo Cudas (orgs.). *Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* (p. 197-212). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Tavolari, Bianca *et al.* (2018). As Ocupações de Escolas Públicas em São Paulo (2015-2016). *Novos Estudos*, 27(2), 291-310.
- Velasco e Cruz, Sebastião, Kaysel, André, & Cudas, Gustavo (orgs.). *Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Voss, Kim, Sherman, Rachel. (2000). Breaking the Iron Law of Oligarchy: union revitalization in the American Labor Movement. *American Journal of Sociology*, 106, 303-349.

Submetido em 23 de outubro de 2020.
Aprovado em 15 de novembro de 2020.



Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social

Social movements and countermovements: The relational character of social conflict

Marcelo Kunrath Silva* 

Matheus Mazzilli Pereira** 

RESUMO

O campo de estudos de movimentos sociais tem-se caracterizado pela adoção de uma perspectiva analítica movimentocêntrica, que concentra seu foco de análise em características e processos internos aos movimentos sociais e suas organizações, bem como tem privilegiado como objetos de investigação os atores coletivos progressistas ou dominados, secundarizando a análise da mobilização coletiva de setores conservadores ou dominantes da sociedade. Desenvolvido no âmbito de perspectivas relacionais de análise dos movimentos sociais, o conceito de “contramovimentos” oferece ferramentas para superar essas lacunas, ao propor um deslocamento do foco analítico para as relações de conflito entre organizações de movimentos sociais de perfis ideológicos ou de segmentos da população distintos. O objetivo deste artigo é apresentar esse conceito a partir de uma revisão da literatura a respeito: a) de sua apropriação pela literatura nacional e internacional; b) dos debates teóricos em torno de sua definição e explicação; c) e das principais temáticas que têm sido investigadas empiricamente a partir desse conceito.

Palavras-chave: contramovimentos; movimentos sociais; conflitos sociais; sociologia relacional.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
Professor Titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: mksilva@ufrgs.br

** Universidade Vila Velha, Vila Velha, ES, Brasil.
Doutor em Sociologia (UFRGS) e professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha (UVV). E-mail: matheus.mazzilli@gmail.com>

ABSTRACT

The literature on social movements has tended to adopt a “movement-centric” perspective, which concentrates its analytical focus on the internal characteristics and processes of social movements and their organizations. It has also tended to define as its objects of study the progressive or subaltern collective actors, neglecting the mobilization of dominant or conservative social groups. Developed under relational approaches to social movements, the concept of “countermovements” offers tools to overcome those gaps by moving the analytical focus to the contentious relations between social movement organizations of different ideological orientations or from different social groups. This paper seeks to present this concept by reviewing the literature regarding: a) its appropriation by the national and international literature; b) the theoretical debate over its definition and explanation; and c) the main topics of empirical investigation related to this concept[♦].

Keywords: countermovements; social movements; social conflicts; relational sociology.

Introdução

A emergência de “novos personagens” na cena pública dos conflitos sociais no Brasil (Tatagiba, Trindade & Teixeira, 2015), especialmente a partir do ciclo de protestos de 2013, explicitou as fragilidades do campo de estudos de movimentos sociais no Brasil para abordar os processos de organização e mobilização contestatória de segmentos dominantes e/ou conservadores.

Em primeiro lugar, tais processos e seus atores foram tradicionalmente negligenciados pelo campo de estudos de movimentos sociais, que tendeu a concentrar seu foco analítico na mobilização das classes populares e das “minorias”, secundarizando o estudo da mobilização das elites e das classes dominantes; ou seja, secundarizando o que Pichardo (1995) conceitua como *elite-driven movements* e Boies e Pichardo (1993-1994) denominam de *elite social movement organizations*. Em segundo lugar, o campo de estudos de movimentos sociais tem dedicado a maior parte de sua atenção à mobilização de grupos progressistas situados à esquerda do espectro

[♦] Agradecemos às observações críticas das pareceristas anônimas. Agradecemos, também, ao GPACE/UFRGS pela discussão de uma versão preliminar do artigo, contribuindo criticamente para sua qualificação.

político, secundarizando as análises de grupos conservadores à direita do espectro político.¹

Essa escassa preocupação com os processos de organização e mobilização social contestatória de grupos dominantes e/ou conservadores pode ser interpretada como decorrência de uma tendência problemática da literatura de movimentos sociais: privilegiar determinados atores (em geral, dominados que se organizam e mobilizam visando a produção de mudanças sociais a partir de uma agenda progressista) e não o campo relacional que se estrutura em torno dos conflitos sociais, com seus diversos atores interdependentes. Tal tendência tende a produzir uma perspectiva analítica *movimentocêntrica*, caracterizada pela concentração do foco de análise em características e processos internos aos movimentos sociais ou, mais comumente, às organizações de movimentos sociais (OMSs). A partir da identificação e análise de tais características e processos, os pesquisadores buscariam explicar a formação, o desenvolvimento e/ou os resultados da atuação dos movimentos ou das OMSs. Tal perspectiva *movimentocêntrica* dificulta, assim, a identificação e análise das relações de interdependência entre os atores envolvidos nos processos conflitivos.

O objetivo deste artigo é apresentar e analisar uma ferramenta teórica – o conceito de *contramovimento social*² – que parece contribuir para confrontar essa tendência, instrumentalizando uma apreensão relacional dos processos conflitivos nos quais se constituem e inserem os movimentos sociais. Tal conceito possibilita ampliar a perspectiva relacional para além das relações entre movimentos sociais e Estado, ao mesmo tempo em que complexifica a análise de tais relações (Van Dyke, Soule & Taylor, 2004). Argumenta-se que a introdução do conceito de *contramovimento social* no campo de estudos de movimentos sociais possibilita uma qualificação dos modelos teóricos, instrumentalizando as pesquisadoras para apreender e analisar configurações conflitivas que não se adequam à perspectiva simplista dos modelos bipolares “movimentos sociais *versus* Estado”. Esse conceito permite, ainda, analisar as relações entre grupos societais opositores, organizados e mobilizados em

1 Uma exceção fundamental na literatura brasileira encontra-se nas obras de Dreifuss (1986; 1989). Esse autor, no entanto, tende a não estabelecer um diálogo com o campo de estudos de movimentos sociais.

2 É preciso destacar que, além do uso pela literatura de movimentos sociais, o conceito de *contramovimento social* também é utilizado em um sentido distinto a partir da obra de Karl Polanyi (1944/2001). Um exemplo recente do uso do conceito de *contramovimento* no sentido de Polanyi, na literatura brasileira, encontra-se em Braga e Marques (2017).

torno de determinada temática, e Estados/governos, que podem se aliar a um desses grupos ou, ainda, ser atravessados pelo conflito entre movimentos e contramovimentos, em um processo capaz de colocar em conflito setores da própria burocracia estatal.

Para desenvolver essa apresentação e análise do conceito de contramovimentos sociais, o artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: a próxima seção apresenta uma rápida caracterização da trajetória da discussão sobre contramovimentos na literatura internacional e nacional; a segunda seção analisa as diversas definições do conceito e os modelos formulados para explicar a formação, o desenvolvimento e os resultados dos contramovimentos; a seção seguinte aborda alguns temas que têm sido investigados pela literatura de contramovimentos e discute tópicos que expressam tendências contemporâneas dessa literatura; por fim, são apresentadas considerações finais dialogando com a revisão e a argumentação desenvolvidas ao longo do artigo.

Movimentos e contramovimentos na literatura

A partir da pesquisa bibliográfica realizada³, observa-se que a construção e o emprego do conceito de “contramovimento” social tendem a concentrar-se quase exclusivamente na literatura norte-americana. No caso brasileiro e, mais amplamente, latino-americano, o uso desse conceito é não só muito recente, mas também pouco expressivo quantitativamente (Inclán, 2012).

No campo de estudos de movimentos sociais dos Estados Unidos, esse conceito possui uma longa trajetória, que se inicia nos anos 1950. Apesar de autores como Albrecht (1972) fazerem referência ao texto de Killian (1964) como aquele que teria introduzido o conceito na literatura norte-americana, identificou-se no artigo de Zanden (1959) uma referência mais antiga ao conceito de “contramovimento”. Nesse artigo, o autor parte de uma crítica à tendência da literatura de movimentos sociais da época de concentrar-

3 A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da consulta a diversas bases *online*, incluindo bases de periódicos, de livros e de teses e dissertações (no caso dessas últimas, foram consultadas apenas bases nacionais). A consulta foi realizada através da busca por palavras-chave (*countermovement*, *contramovimento*, *contramovimiento*, *countermobilization*, *counterprotest*, *contramovilización*, entre outras). A partir de uma leitura preliminar, foram identificados os textos mais influentes ou com argumentos considerados relevantes para o debate, que foram posteriormente analisados. Reconhecemos, por certo, o caráter limitado dessa revisão, que não abrange a totalidade da produção existente sobre o tema.

se unicamente nos movimentos sociais voltados à produção de mudanças sociais, deixando de lado os contramovimentos de resistência às mudanças. Em oposição a essa tendência, o autor argumenta que

Em um mundo caracterizado por profundas transformações e convulsões sociais, nas quais as dinâmicas de movimento e contramovimento se tornaram crescentemente inescapáveis em suas consequências cotidianas, a resistência à mudança social se tornou um fenômeno que apresenta desafios crescentes para os sociólogos (Zanden, 1959, p. 315, tradução nossa).

Apesar dessa defesa enfática de Zanden (1959) sobre a necessidade de pesquisas sobre a relação movimento-contramovimento, observa-se uma escassa produção teórica e empírica sobre o tema na sociologia norte-americana dos movimentos sociais ao longo das décadas de 1960 e 1970, nas quais se destacam os trabalhos de Albrecht (1972), McCarthy e Zald (1977), Turner e Killian (1972) e Warnick (1977).

Nos anos 1980 também não se observa uma produção significativa sobre o tema. Os destaques, nesse período, são dois artigos teóricos que buscam desenvolver o conceito de contramovimentos sociais. O primeiro artigo é o de Mottl (1980). Nesse texto, o autor estabelece uma definição de contramovimentos sociais bastante influente e que será rediscutida na próxima seção: contramovimentos são definidos como ações de reação contra tentativas de produção de mudanças sociais por parte dos subalternos e, assim, são intrinsecamente conservadores e realizados por atores que buscam preservar o *status quo*.

É em função dessa interpretação do conceito de “contramovimento” que se abriu um espaço importante na literatura de movimentos sociais norte-americana para o tratamento dos processos de organização e mobilização contestatória conservadores, de direita ou de setores/classes dominantes⁴, algo que não se observa na literatura latino-americana até muito recentemente.

O segundo artigo de destaque no período é o de Lo (1982). Propondo uma abordagem distinta de Mottl, a autora argumenta que definir

4 A redução da mobilização contestatória de setores/classes dominantes ou elites ao que se apreende como contramovimento social é, no entanto, criticada por Boies e Pichardo (1993). Para esses autores, tal associação tende a reduzir a ação política extrainstitucional dos dominantes a um processo meramente reativo. Perde-se, assim, o protagonismo político que tais atores apresentam em diversos momentos históricos. Buscando diferenciar os tipos de mobilização extrainstitucional das elites, Pichardo (1995, p. 41) propõe uma distinção entre movimentos conduzidos por elites e contramovimentos de elite.

contramovimentos como opositores à mudança social tende a obscurecer que, assim como movimentos sociais, contramovimentos tanto resistem a algumas mudanças quanto defendem outras (Lo, 1982, p. 118). Assim, para Lo, um contramovimento se define por surgir em oposição a outro movimento social, sem que haja nele um caráter ideológico (conservador, de direita, reacionário) pré-determinado.

Assim como nas décadas anteriores, a produção sobre contramovimentos na literatura norte-americana é pequena nos anos 1990. O principal destaque desse período é o artigo de Meyer e Staggenborg (1996), referido por diversos autores como a principal elaboração teórica sobre o conceito (Reynolds-Stenson & Earl, 2018) e tendo se tornado o artigo de referência para a literatura posterior. Além de desenvolverem o debate sobre a definição do conceito, Meyer e Staggenborg (1996) formulam um conjunto de hipóteses teóricas relacionadas ao surgimento de contramovimentos, ao seu desenvolvimento, às relações que estabelecem com movimentos opositores, às relações que estabelecem com governos e oportunidades políticas e aos seus resultados. Tais hipóteses vão orientar grande parte dos estudos empíricos e das discussões teóricas futuras.

A partir dos anos 2000, observa-se um conjunto crescente de produções sobre as interações entre movimentos e contramovimentos em diversos campos de conflito: ambiental (Austin, 2002; Farrell, 2016); gênero (Banaszak & Ondercin, 2010; McCaffrey & Keys, 2000; Rohlinger, 2002); sexualidade (Dorf & Tarrow, 2014; Fetner, 2001, 2008; Werum & Winders, 2001); raça (Andrews, 2002; Gallagher, Reagan, Danforth & Dodds, 2018; Luders, 2003; McVeigh, Cunningham & Farrell, 2014); moradia (Lind & Stepan-Norris, 2011); e extrema-direita (Vann Jr., 2018). Esse crescimento pode ser associado à emergência de diversas perspectivas relacionais no campo de estudos de movimentos sociais (Barcelos, Pereira & Silva, 2016), tais como a perspectiva do confronto político (McAdam, Tarrow & Tilly, 2001). Apesar dessa proliferação de estudos, diversos autores enfatizam a escassez de pesquisas empíricas ou o subdesenvolvimento teórico da literatura de contramovimentos sociais (Austin, 2002; Dorf & Tarrow, 2014; Fetner, 2001; Rohlinger, 2002).

Quando se observa a literatura latino-americana, o resultado é bastante distinto. As escassas produções encontradas são bastante recentes e, em geral, não há um aprofundamento teórico em relação ao conceito de contramovimento social. Na maior parte dos casos, há uma mobilização do conceito apenas para nomear um campo de atores do conflito sob análise.

Na pesquisa sobre a literatura brasileira e latino-americana realizada através de repositórios de periódicos e de teses e dissertações, foram encontradas apenas nove produções que mobilizam, direta ou indiretamente, a discussão sobre contramovimentos sociais (Alonso, 2014; Inclán, 2012; Malagón Penen, 2018; Pereira, 2018; Rezende, 2016; Ruibal, 2014, 2015; Szwako, 2014; Vaggione, 2012).⁵

Em suma, a trajetória do conceito de contramovimentos na literatura norte-americana tem suas origens no período entre o final dos anos 1950 e os anos 1990. Porém, é a partir dos anos 2000, em diálogo com o fortalecimento de perspectivas relacionais nesse campo de estudos, que o conceito passa a ganhar maior atenção de pesquisadores de movimentos sociais. No cenário brasileiro e, mais amplamente, latino-americano, porém, essa ferramenta conceitual ainda tem sido pouco explorada em estudos empíricos e elaborações teóricas sobre movimentos sociais.

Caracterização do debate na literatura

Para estruturar a caracterização do debate sobre o conceito de contramovimentos sociais na literatura analisada optou-se por separar esta seção em duas subseções: a primeira aborda os debates em torno da definição do conceito de contramovimento; a segunda apresenta alguns modelos analíticos e hipóteses voltados à explicação da constituição, desenvolvimento e resultados dos contramovimentos.

a) Definindo contramovimentos sociais

Como o próprio termo indica, o conceito de “contramovimento” parte do argumento de que a conflitualidade na qual se constroem os movimentos sociais também tende a gerar processos de construção de organizações e mobilizações de oposição àqueles: os contramovimentos sociais (Lind & Stepan-Norris, 2011; Lo, 1982). Assim, um elemento comum a todas as definições de contramovimentos é que estes se constroem em relação de oposição e conflito com movimentos sociais que desafiam ou ameaçam interesses, valores, modos de vida, posição social, entre outros aspectos, de determinado segmento da sociedade.

5 A produção brasileira e latino-americana, certamente, transcende as obras referidas. Isso não invalida, no entanto, o diagnóstico sobre o caráter incipiente das análises que mobilizam o conceito de contramovimentos sociais na região.

Outro elemento comum à literatura é o argumento de que, sendo uma ação coletiva de caráter contestatório assim como o movimento social a que se opõe, o processo de organização e mobilização de um contramovimento social tende a apresentar fortes similaridades com o que se observa no caso dos movimentos. Nesse sentido, os mesmos modelos analíticos que são utilizados para abordar a formação, desenvolvimento e resultados dos movimentos poderiam ser utilizados para abordar os contramovimentos (Ruibal, 2014).

Porém, a literatura se divide no que se refere à vinculação do conceito de “contramovimentos” a uma posição ideológica e/ou a um grupo social específico. Em uma primeira posição nesse debate, “contramovimentos” são definidos como ações coletivas contestatórias dotadas de uma posição ideológica específica (conservadora, reacionária ou de direita) ou como processos de mobilização protagonizados por um segmento social particular (elites e classes ou grupos dominantes). Essa definição tende a estar relacionada a uma concepção de “movimento social” também marcada por um perfil ideológico determinado (transformador, progressista ou de esquerda) e/ou vinculado a um segmento social específico (grupos subalternos, dominados ou “minoritários”).

Uma vez que, para autores que defendem essa definição conceitual, movimentos sociais são ações coletivas contestatórias, por parte de segmentos dominados, voltadas a produzir mudanças sociais de caráter progressista, os contramovimentos naturalmente se definiriam como ações coletivas contestatórias, por parte de segmentos dominantes, voltadas a impedir ou reverter aquelas mudanças sociais (Austin, 2002; Dorf & Tarrow, 2014; Jasper & Poulsen, 1993; Lim, 2017; McCarthy & Zald, 1977; McGlen & O'Connor, 1988).

Autores que definem contramovimentos como um repertório de ação coletiva contestatória de grupos conservadores ou dominantes sugerem que eles detêm algumas características próprias que os distinguiriam dos movimentos sociais (definidos como ação coletiva contestatória dos dominados). Boies e Pichardo (1993) e Pichardo (1995), por exemplo, argumentam que contramovimentos construídos e desenvolvidos por elites se baseiam fortemente nos recursos que essas elites podem mobilizar em função do seu poder econômico. Nesse sentido, ao contrário dos movimentos sociais dos dominados, que dependem centralmente de sua capacidade de

mobilização de pessoas, os contramovimentos de elites tenderiam a ser compostos por organizações profissionalizadas cuja atuação e impacto dependeriam menos da visibilidade produzida pelo uso de repertórios de confronto e mais pela mobilização de diversos recursos de poder controlados pelas elites (acesso à mídia e às instituições estatais; formação e contratação de profissionais qualificados; financiamento de pesquisas, campanhas publicitárias e candidaturas políticas etc.).

Já Warnick (1977) destaca que os movimentos conservadores de resistência às mudanças sociais, que ela define como contramovimentos (1977, p. 257), tendem a se caracterizar por uma retórica específica, marcada por um conteúdo moral. Devido a essa característica, os contramovimentos tenderiam à radicalização e à polarização política, uma vez que sua retórica moral enquadraria o conflito como uma disputa entre um “mal” e um “bem” absolutos, sem a possibilidade de construção de acordos ou saídas negociadas (Warnick, 1977).

Porém, conforme salientado anteriormente, uma parte da literatura rejeita o argumento de que contramovimentos possuiriam características ideológicas ou seriam protagonizadas por grupos sociais predeterminadas, sustentando uma segunda posição nesse debate (Andrews, 2002; Lo, 1982; Meyer & Staggenborg, 1996; Werum & Winders, 2001). Para esses autores, a definição de uma ação coletiva contestatória como um contramovimento envolve dois critérios. Em primeiro lugar, um critério cronológico; ou seja, o contramovimento se constrói posteriormente e em resposta ao movimento social a que se opõe. Em segundo lugar, tal definição envolve um critério relacional, ou seja, o contramovimento constrói seus enquadramentos interpretativos, estruturas organizativas e repertórios de ação em referência direta ao movimento social opositor. Essa definição de “contramovimento” pode ser associada a uma definição de “movimento social” que rejeita sua associação exclusiva a projetos de transformação social de grupos progressistas ou subalternos (Jasper, 2016; Snow & Soule, 2010).

Ainda dentro dessa segunda posição, encontram-se na literatura autoras (Fetner, 2001; Meyer & Staggenborg, 1996) que defendem a restrição do uso do conceito de “contramovimento” aos estágios iniciais de construção de um confronto político entre forças sociais oponentes, enfatizando-se a precedência de um grupo mobilizado sobre outro. Porém, na medida em que o confronto se mantém e se desenvolve, esses autores propõem a utilização do conceito de “movimentos opositores”, que “se influenciam mutuamente

tanto de forma direta quanto ao alterar o ambiente no qual cada um dos lados age” (Meyer & Staggenborg, 1996, p. 1634, tradução nossa).

Em suma, a literatura parece apontar para um consenso na definição de contramovimentos como esforços de oposição a movimentos sociais, bem como na defesa de que ferramentas analítico-conceituais utilizadas para o estudo de movimentos também podem ser aplicadas para contramovimentos. Porém, há uma controvérsia na literatura sobre a vinculação exclusiva do conceito de “contramovimentos” a processos de mobilização coletiva de grupos de dominantes e/ou conservadores.

b) Explicando a emergência de contramovimentos sociais

Partindo do pressuposto relacional de que nas relações de confronto se constroem não apenas movimentos sociais, mas também podem se construir contramovimentos oponentes, a literatura de contramovimentos sociais desenvolveu diversos argumentos, hipóteses e modelos explicativos para apreender e analisar como tal processo de construção ocorre.

Um elemento recorrente nas análises sobre contramovimentos refere-se à centralidade das ameaças constituídas pelos movimentos sociais como um elemento explicativo para a constituição dos primeiros⁶. Na medida em que se define o contramovimento como uma ação coletiva de oposição à mobilização prévia de um movimento social, a probabilidade que tal ação coletiva ocorra dependeria do grau de ameaça atribuído àquela mobilização prévia (Reynolds-Stenson & Earl, 2018).

Porém, observa-se na literatura analisada uma divergência entre dois argumentos sobre como se estrutura a relação entre a emergência de um movimento social e a constituição de um contramovimento opositor. Tal divergência refere-se a dois entendimentos distintos sobre a causa geradora do sentido de ameaça que motivaria a constituição de um contramovimento social.

O primeiro argumento estabelece que a emergência e visibilidade de um movimento social, em si própria, seria uma condição suficiente para que se construísse um contramovimento social (Banaszak & Ondercin, 2010). Ao começar a agir na defesa de certas demandas e propostas, um movimento social criaria ameaças para aqueles segmentos da população que veem seus modos de pensar, suas práticas e/ou seus interesses afetados

6 Para uma discussão sobre a importância da atribuição de ameaça na construção de (contra) movimentos sociais, ver Goldstone e Tilly (2001).

negativamente por tais demandas e propostas. Ao definir determinadas situações ou condições sociais como problemáticas, o movimento social geraria um referente identitário para a reunião e mobilização daqueles que se beneficiam de ou valorizam aquelas situações ou condições.

Outros autores, por sua vez, defendem o argumento de que não seria a emergência e visibilidade em si dos movimentos sociais o elemento central para a constituição de um contramovimento. Para tais autores, o elemento central seria a conquista de determinados êxitos por parte de um movimento, pois essas conquistas criariam as condições para a constituição de um contramovimento entre aqueles que se identificam como ameaçados por tais êxitos (Banaszak & Ondercin, 2010; Rezende, 2016; Vaggione 2012). Ou seja, para esses autores são as conquistas de um movimento que tornam uma preocupação genérica em um ameaça concreta e urgente, oportunizando a constituição de um contramovimento social.

Na medida em que grande parte das demandas e propostas dos movimentos sociais são direcionadas ao Estado, essa parte da literatura enfatiza que a resposta do Estado àquelas demandas e propostas é um elemento fundamental para a conquista de resultados positivos por parte dos movimentos sociais e, assim, para oportunizar a emergência de contramovimentos sociais em oposição a tais conquistas (Inclán, 2012). Apenas quando a ação do Estado começa a ser interpretada como favorável às demandas dos movimentos, indicando a relevância política dos mesmos, é que se colocaria um sentido de ameaça que mobilizaria a formação de um contramovimento social (Lim, 2017).

Nessa linha, para Zald e Useem (1983), a tendência dos grupos confrontados pelas demandas dos movimentos sociais (em especial, grupos conservadores ou de elite) é, inicialmente, considerar que seus interesses serão defendidos e assegurados pelas autoridades estatais. Além disso, tais grupos tendem a usar os mecanismos institucionais disponíveis, antes de recorrerem à ação coletiva contestatória.

A centralidade atribuída por essa literatura à emergência e ao sucesso de um movimento como “causa” de um contramovimento, no entanto, parece contradizer a observação de que nem todos os movimentos sociais ou suas campanhas, mesmo quando efetivas, confrontam contramovimentos organizados. Assim, da mesma forma que a literatura sobre movimentos sociais tem destacado que “problemas sociais” não explicam a mobilização

coletiva, parte da literatura sobre contramovimentos também destaca que a mera existência de um “problema” (no caso, a ameaça constituída pela emergência e/ou as conquistas de um movimento social) tende a não ser uma condição suficiente para a constituição de um contramovimento social.

Nesse sentido, essa literatura indica diversas condições ou mecanismos que, junto com a atribuição da ameaça representada por um movimento, devem operar para que se produza um contramovimento em uma relação de confronto. McGlen e O’Connor (1988), por exemplo, enfatizam a importância da forma como as demandas de um movimento social serão enquadradas (pelo movimento, pela mídia, pelo governo, pela opinião pública, pelos oponentes etc.) para a definição da forma como o conflito irá (ou não) se estruturar. Já Lim (2017), McGlen e O’Connor (1988) e Zald e Useem (1983) destacam a importância da existência de organizações previamente constituídas que possam ser apropriadas e utilizadas como estruturas de mobilização por parte dos agentes que atuam com a intencionalidade de construir um contramovimento. Meyer e Staggenborg (1996), por sua vez, salientam a disponibilidade de aliados políticos como um aspecto importante para a constituição de um contramovimento. Os mesmos autores (1996) apresentam, ainda, quatorze proposições de hipóteses que, no seu conjunto e interrelação, explicariam a constituição e desenvolvimento dos contramovimentos sociais. Dessa forma, essa literatura parece reafirmar que aspectos que têm sido apontados como importantes para o surgimento de um movimento social – como enquadramentos interpretativos, redes sociais mobilizáveis e oportunidades políticas – também são essenciais para o desenvolvimento de um contramovimento.

Em suma, como se observa a partir desta rápida síntese, a formação e o desenvolvimento de um contramovimento social, assim como em toda forma de ação coletiva contestatória, são processos complexos, que envolvem diversas condições e mecanismos. Destaca-se a importância da emergência e do fortalecimento de um movimento social como condições básicas para o surgimento de um contramovimento. Porém, a literatura tem indicado que a existência ou as vitórias de um movimento social não explicam por si sós a emergência de seus opositores, já que a contramobilização também depende de mecanismos básicos que sustentam a mobilização, tais como o desenvolvimento de enquadramentos interpretativos, a apropriação de redes sociais e a atribuição de oportunidades e ameaças (McAdam, Tarrow & Tilly, 2001).

Temas e tendências da literatura de contramovimentos sociais

Um primeiro tema discutido pela literatura sobre “contramovimentos” se refere aos impactos desses movimentos. A perspectiva relacional subjacente à literatura de contramovimentos coloca como um tema central de estudo os resultados produzidos pelos efeitos combinados da ação de movimentos e contramovimentos, distanciando-se de perspectivas segundo as quais movimentos sociais produzem efeitos de forma isolada, sem a interferência de outros atores, como seus opositores (Andrews, 2002; Banaszak; Ondercin, 2010).

A partir do foco nas relações de conflito entre movimentos e contramovimentos, diversos estudos chamam a atenção para a importância de analisar os efeitos não intencionais gerados pela dinâmica relacional entre movimentos opositores, os quais, por vezes, podem ser opostos aos resultados buscados pelos movimentos e contramovimentos (Dorf & Tarrow, 2014; Fetner, 2001; Vann Jr., 2018).

A própria emergência de um contramovimento já é identificada e analisada por essa literatura como um resultado não intencional da constituição e atuação de um movimento social (Andrews, 2002; Jasper & Poulsen, 1993). Nesse sentido, por exemplo, Vaggione (2012) demonstra como as mobilizações dos movimentos feminista e de diversidade sexual na América Latina produziram não apenas conquistas em termos de políticas públicas e novas legislações, mas também oportunizaram uma politização reativa de setores religiosos conservadores em oposição àquelas conquistas. De forma mais geral, Andits (2015, p. 10, tradução nossa) argumenta que “a presença de oponentes não estatais forneceu uma oportunidade para que organizadores repensassem seus enquadramentos e estratégias e mobilizassem apoiadores”, podendo a mobilização de um movimento ser uma oportunidade e não um obstáculo para um contramovimento.

Alguns autores ampliam essa discussão ao abordarem casos em que a mobilização contestatória de um determinado movimento ou contramovimento gerou um processo conflitivo no qual seus oponentes acabaram sendo favorecidos e, assim, saíram vitoriosos do confronto. Dorf e Tarrow (2014), por exemplo, mostram como a campanha vitoriosa pelo casamento de pessoas do mesmo sexo nos Estados Unidos nasce como uma

resposta do movimento LGBT a uma mobilização conservadora inicial que colocou na agenda política o tema do casamento de pessoas do mesmo sexo (que, na época, não era um tema central para o movimento LGBT). Fetner (2001), por sua vez, analisa como o contramovimento “anti-gay” norte-americano acabou sendo útil para seus oponentes ao oferecer personagens concretos que corporificavam, de forma radicalizada, o preconceito e o ódio contra pessoas LGBT. Por fim, Vann Jr. demonstra como a mobilização do movimento conservador *Tea Party* nos Estados Unidos acabou contribuindo para uma contramobilização eleitoral de seus oponentes, fortalecendo a votação no Partido Democrata.

O foco no tema das consequências não intencionais que se produzem nas relações de conflito entre movimentos e contramovimentos possibilita, assim, uma perspectiva analítica mais qualificada para apreender as contingências e os imprevistos do confronto político, que dificilmente se limitam aos resultados intencionalmente planejados pelos agentes envolvidos.

Um segundo tema que se destaca nessa literatura é o das “batalhas de enquadramentos” que se produzem nas dinâmicas conflitivas entre movimentos e contramovimentos (Austin, 2002; Farrell, 2016; Fetner, 2001, 2008; McCaffrey & Keys, 2000; Rezende, 2016; Rohlinger, 2002). Na medida em que os enquadramentos são produzidos relacionalmente, movimentos e contramovimentos estão continuamente monitorando, avaliando e respondendo aos enquadramentos veiculados por seus oponentes. Um caso notório de “batalhas de enquadramento” pode ser encontrado nos *slogans* de dois movimentos opostos na temática dos direitos reprodutivos: aquele que se autodenominou de *pro-life* e aquele que se denominou de *pro-choice* (Rohlinger, 2002). Essas batalhas podem ser determinantes para definir os resultados do confronto entre movimentos opostos. Rohlinger (2002), por exemplo, argumenta que a capacidade de adaptação dos enquadramentos de uma OMS a diversos fatores, dentre eles os enquadramentos desenvolvidos por contramovimentos, é um dos aspectos que contribuem para que essa organização tenha sucesso em atrair uma cobertura ampla e favorável da mídia de massa.

Um terceiro tema abordado pela literatura sobre contramovimentos é o da construção de protestos e repertórios de ação de movimentos opostos. Assim como os enquadramentos, a construção dos repertórios de ação também é abordada como um processo relacional por essa literatura. As definições

sobre como e quando realizar ações coletivas confrontacionais dependeriam não apenas das intencionalidades e estratégias dos movimentos, mas também das ações desenvolvidas por seus opositores. Nesse sentido, um tema de destaque na literatura analisada é o das contramanifestações: a mobilização contestatória para confrontar diretamente a manifestação pública de oponentes (Gallagher & Reagan; Danforth & Dodds, 2017; Reynolds-Stenson & Earl, 2018).

Na medida em que a atuação dos agentes estatais é interpretada como um aspecto central na estruturação, desenvolvimento e resultado das relações de confronto entre movimentos e contramovimentos, um quarto tema que ganha destaque na literatura é a relação entre movimentos opositores e processos eleitorais (Rezende, 2016).

Dentro desse tema, autores como McVeigh, Cunningham e Farrell (2014) analisam como a presença e atuação de um contramovimento de oposição à igualdade racial (no caso, expresso pela OMS Ku Klux Klan no sul dos Estados Unidos) produziu um realinhamento político-eleitoral com impactos de longo prazo, que se estendem inclusive após o desaparecimento da organização. Tal realinhamento gerou um deslocamento do voto de parte do eleitorado que se identificava com esse contramovimento e que tradicionalmente votava no partido Democrata, para o Partido Republicano, que passa a ser interpretado como aliado da causa defendida pelo contramovimento.

De forma semelhante, McAdam e Kloos (2014) argumentam que a ampliação da polarização eleitoral entre os partidos Democrata e Republicano nos Estados Unidos é resultado da crescente influência de movimentos opositores que se mobilizaram, em especial, em torno de questões raciais nesse país. Assim, de acordo com os autores “na medida em que a política dos movimentos tem crescentemente desafiado as tradicionais lógicas pragmáticas e centristas da política eleitoral, o Partido Republicano passou a temer muito mais sua base movimentalista em comparação ao cada vez menos relevante ‘eleitor médio’” modificando assim suas estratégias (McAdam & Kloos, p. 17, tradução nossa). Enquanto esses autores descrevem os impactos dos confrontos entre movimentos opositores sobre a política eleitoral, Rezende (2016) aborda como os ciclos eleitorais se constituem em momentos importantes para a (re)configuração das disputas entre movimentos e contramovimentos. Por fim, Vann Jr. (2018) analisa como a mobilização de um movimento pode gerar o efeito não intencional

de intensificar a mobilização eleitoral de seus opositores para votarem em partidos também opositores.

Assim como a política partidária apresenta diversas relações com os confrontos entre movimentos e contramovimentos sociais, um quinto e último tema a ser destacado na literatura analisada é o das relações que movimentos opositores estabelecem com o campo jurídico e seus agentes. Nesse tema, destacam-se os trabalhos de Ruibal (2014, 2015) sobre os processos de mobilização e contramobilização legal⁷ nos conflitos entre movimentos feministas e contramovimentos religiosos conservadores na América Latina. Para Ruibal (2015), os mesmos processos que ampliaram as oportunidades legais para a judicialização das demandas dos movimentos sociais progressistas teriam oportunizado também que contramovimentos conservadores construíssem suas estratégias e repertórios de contramobilização legal.

Em suma, diversas possibilidades de investigação empírica têm sido exploradas por estudiosos da relação entre movimentos e contramovimentos. Em primeiro lugar, destacam-se na literatura estudos sobre os efeitos combinados e não intencionais das dinâmicas de confronto entre movimentos opositores. Em segundo lugar, a literatura tem analisado como movimentos e contramovimentos respondem uns aos outros em “batalhas de enquadramento”. Um terceiro tema investigado pela literatura é a construção relacional de repertórios de ação e, de forma mais específica, o fenômeno das contramanifestações. Um quarto tema que se destaca nessa literatura é o estudo das relações das múltiplas influências entre movimentos, contramovimentos e a “política dos gabinetes”. Por fim, estudos recentes têm investigado as batalhas jurídicas travadas entre movimentos opositores.

Considerações finais

A partir da argumentação desenvolvida, é possível destacar três considerações para finalizar este artigo. Primeiramente, defende-se a necessidade de uma incorporação do conceito de contramovimento social e, mais amplamente, da perspectiva relacional da conflitualidade que subjaz

7 Segundo Ruibal (2015, p. 182), a (contra)mobilização legal pode ser definida como “a articulação entre as aspirações e reivindicações políticas dos (contra)movimentos sociais através do discurso dos direitos”.

ao mesmo pelos estudos de movimentos sociais na América Latina. Mesmo que sintética, a apresentação do debate sobre contramovimentos permite identificar diversas potencialidades analíticas, que enriqueceriam as análises tanto em termos teóricos como em termos metodológicos.

Situar os movimentos sociais em campos multiorganizacionais, conformados por diversos agentes interdependentes que se constituem e atuam em relações conflitivas possibilita a ruptura com a perspectiva *movimentocêntrica* que caracterizou e ainda caracteriza parcela importante da literatura de movimentos sociais. Conceder centralidade analítica aos oponentes dos movimentos sociais, seja na forma de contramovimentos sociais ou não, possibilita ampliar o foco relacional dos conflitos para além da díade movimento social-Estado. A incorporação dos oponentes dos movimentos sociais nas análises possibilita, também, superar outra importante lacuna da literatura sobre movimentos sociais: a secundarização de análises sobre a ação coletiva contestatória de grupos conservadores ou dominantes da sociedade. Ainda, abordar as disputas entre movimentos e contramovimentos não apenas no âmbito societário, mas também por e com apoios de agentes estatais possibilita complexificar as análises sobre processos conflitivos que envolvem coalizões de atores estatais e societários contra coalizões oponentes que também atuam na sociedade e no Estado.

A segunda consideração, no entanto, remete à necessidade de não tomar o conceito de contramovimentos como o único capaz de descrever de forma satisfatória a ação política de grupos conservadores e setores dominantes. Nesse ponto, é possível destacar as contribuições de Offerlé (2015) que argumenta que, embora o campo de estudo de movimentos sociais tenha se dedicado à análise de movimentos conservadores, poucos estudos buscaram compreender através do ferramental teórico-conceitual desenvolvido nesse campo outras formas de mobilização das elites, como o “militantismo patronal”, que busca promover os interesses e causas do empresariado por meio da ação coletiva de sindicatos e organizações patronais. O associativismo empresarial destacado pelo autor é apenas um dos exemplos de um amplo repertório de ações políticas conservadoras e de elite que não se limita aos contramovimentos, incluindo táticas como a mobilização midiática e o *lawfare*.

Dessa forma, argumentamos que, assim como nem tudo que se movimenta é um movimento social, nem toda ação política conservadora

ou protagonizada por grupos dominantes é um contramovimento social e, portanto, não consideramos analiticamente profícuo o uso indiscriminado desse conceito para fenômenos de naturezas diversas. Concebemos, portanto, os contramovimentos como uma forma de ação contenciosa dentre as muitas existentes no amplo repertório da conflitualidade social contemporânea. O conceito de “contramovimentos” é apenas um dos elementos de uma vasta “caixa de ferramentas” conceitual que permite pensar os movimentos sociais de forma relacional.

Por fim, a terceira consideração, relacionada à anterior, é a defesa da necessidade de atentar empírica e teoricamente às especificidades da conflitualidade presente nos países latino-americanos, os quais se encontram entre os mais desiguais e violentos do mundo, neste processo de incorporação do conceito de contramovimentos sociais. Ou seja, a necessidade de atentar às configurações específicas da conflitualidade social e política em países nos quais a grande maioria da população não goza de um efetivo estatuto de cidadania, estando sujeita a violações diversas por parte de agentes estatais e societários.

A partir dessa preocupação, coloca-se a questão sobre o lugar e o significado dos contramovimentos sociais em um país como o Brasil, particularmente no que se refere ao repertório de ação coletiva contenciosa dos seus segmentos dominantes. Quando e como (se é que) tais segmentos recorrem à constituição de contramovimentos sociais? Como essa forma de ação contenciosa se relaciona a outras formas de ação tradicionalmente mobilizadas por esses segmentos na defesa ou promoção de seus interesses, tais como a violência direta contra opositores, a mobilização social de massa com objetivo de promover rupturas institucionais, a mobilização midiática como instrumento de disputa da opinião pública, a instrumentalização política do aparato jurídico-repressivo do Estado, o associativismo das elites empresariais, entre outros?

Para responder a essas questões, é preciso uma perspectiva de análise que incorpore as contribuições da literatura de contramovimentos e, ao mesmo tempo, conceda um estatuto analítico às características particulares do confronto político em países como o Brasil, rompendo com as tradicionais perspectivas que analisam tais particularidades a partir das ideias de falta, atraso ou incapacidade. Nesse sentido, é necessário que a incorporação do conceito de contramovimentos aos modelos de análise do confronto

político no Brasil e, mais amplamente, na América Latina seja feita de forma problematizadora. É necessário, portanto, questionar se e como a forma específica de configuração do conflito social apreendida pelo conceito de contramovimentos se manifesta nos países latino-americanos, relacionando-o a outros conceitos que apreendem formas de ação distintas presentes na configuração da conflitualidade nesses países, como assassinato político, golpes de Estado e *lawfare*.

Referências

- Albrecht, Stan L. (1972). Environmental social movements and counter-movements: An overview and an illustration. *Journal of Voluntary Action Research*, 1(4), 2–11. <https://doi.org/10.1177%2F089976407200100401>
- Alonso, Angela. (2014). O abolicionismo como movimento social. *Novos Estudos*, 100, 115–137. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002014000300007>
- Andits, Petra. (2016). From historical injustice to local conflict: mobilization-counter-mobilization dynamics surrounding the 2005 Melbourne “Trianon Protest”. *Social Movement Studies*, 15(3), 322–334. <https://doi.org/10.1080/14742837.2015.1070727>
- Andrews, Kenneth T. (2002). Movement-counter-movement dynamics and the emergence of new institutions: The case of “white flight” schools in Mississippi. *Social Forces*, 80(3), 911–936. <https://doi.org/10.1353/sof.2002.0001>
- Austin, Andrew. (2002). Advancing accumulation and managing its discontents: The U.S. anti-environmental counter-movement. *Sociological Spectrum: Mid-South Sociological Association*, 22(1), 71–105. <https://doi.org/10.1080/027321701753284297>
- Banaszak, Lee Ann, & Ondercin, Heather L. (2010, set.). *Explaining movement and counter-movement events in the contemporary U.S. Women’s Movement*. Paper apresentado na American Political Science Association Meeting, Washington, DC. Disponível em <http://sites.psu.edu/leeannbanaszak/files/2013/09/Banaszak-and-Ondercin-2010-APSA-final.pdf>

- Barcelos, Marcio, Pereira, Matheus M., & Silva, Marcelo K. (2016). Redes, campos, coalizões e comunidades: conectando movimentos sociais e políticas públicas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, 82, 13–40. Disponível em <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-82/10589-redes-campos-coalizes-e-comunidades-conectando-movimentos-sociais-e-politicas-publicas/file>
- Boies, John, & Pichardo, Nelson A. (1993). The Committee on the Present Danger: A case for the importance of elite social movement organizations to theories of social movements and the State. *Berkeley Journal of Sociology*, 38, 57–87. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/i40046109>
- Braga, Ruy, & Marques, Joana. (2017). Trabalho, globalização e contramovimentos: dinâmicas da ação coletiva do precariado artístico no Brasil e em Portugal. *Sociologias*, 19(45), 52–81. <https://doi.org/10.1590/15174522-019004503>
- Dorf, Michael C., & Tarrow, Sidney. (2014). Strange bedfellows: How an anticipatory countermovement brought same-sex marriage into the public arena. *Law & Social Inquiry*, 39(2), 449–473.
- Dreifuss, René A. (1986). *1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes.
- Dreifuss, René A. (1989). *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes.
- Farrell, Justin. (2016). Network structure and influence of the climate change counter-movement. *Nature Climate Change*, 6, 370–374. <http://dx.doi.org/10.1038/nclimate2875>
- Fetner, Tina. (2001). Working Anita Bryant: The impact of Christian anti-gay activism on lesbian and gay movement claims. *Social Problems*, 48(3), 411–428. <https://doi.org/10.1525/sp.2001.48.3.411>
- Fetner, Tina. (2008). *How the religious right shaped lesbian and gay activism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Gallagher, Ryan J., Reagan, Andrew J., Danforth, Christopher M., & Dodds, Peter S. (2018). Divergent discourse between protests and counter-protests: #BlackLivesMatter and #AllLivesMatter. *PLoS ONE*, 13(4), 1–23. <https://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0195644>
- Goldstone, Jack A., Tilly, Charles. (2001). Threat (and opportunity): popular action and state response in the dynamics of contentious action. In Ronald R. Aminzade et al. (Eds.), *Silence and voice in the study of contentious politics* (pp. 174–194). Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511815331>
- Inclán, María. (2012). Zapatista and counter-Zapatista protests: A test of movement–countermovement dynamics. *Journal of Peace Research*, 49(3), 459–472. <https://doi.org/10.1177/0022343311434238>

- Jasper, James M. (2016). *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Jasper, James M., & Poulsen, Jane. (1993). Fighting back: Vulnerabilities, blunders, and countermobilization by the targets in three animal rights campaigns. *Sociological Forum*, 8(4), 639–657. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/684967>
- Killian, Lewis M. (1964). Social Movements. In Robert E. L. Faris (Org.), *Handbook of Modern Sociology*. Chicago: Rand McNally.
- Lim, Julian A. G. (2017). *Why do some social movements have counter-movements and others do not? A theoretical proposal on the conditions required for counter-movement formation* (Artigo de Conclusão de Curso de Mestrado, The University of Chicago).
- Lind, Benjamin, & Stepan-Norris, Judith. (2011). The relationality of movements: Movement and countermovement resources, infrastructure, and leadership in the Los Angeles Tenants' Rights mobilization, 1976–1979. *American Journal of Sociology*, 116(5), 1564–1609. <https://doi.org/10.1086/657507>
- Lo, Clarence Y. H. (1982). Countermovements and conservative movements in the contemporary U.S. *Annual Review of Sociology*, 8, 107–134. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/2945990>
- Luders, Joseph. (2003). Countermovements, the State, and the Intensity of Racial Contention in the American South. In Jack A. Goldstone (Org.), *States, parties, and social movements* (pp. 27–44). Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511625466.003>
- Malagón Penen, Lina. (2018). La lucha del movimiento social católico en contra del matrimonio igualitario en Colombia: un medio para legitimar el estilo de vida católico (2009-2015). *Estudios Socio-Jurídicos*, 20(2), 129–163.
- McAdam, Doug, & Kloos, Karina. (2014). *Deeply divided: Racial politics and social movements in post-war America*. Nova York: Oxford University Press.
- McAdam, Doug, Tarrow, Sidney, & Tilly, Charles. (2001). *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511805431>
- McCaffrey, Dawn, & Keys, Jennifer. (2000). Competitive framing processes in the abortion debate: Polarization-vilification, frame saving, and frame debunking. *The Sociological Quarterly*, 41(1), 41–61. <https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.2000.tb02365.x>

- McCarthy, John D., & Zald, Mayer N. (1977). Resource mobilization and social movements: A partial theory. *The American Journal of Sociology*, 82(6), 1212–1241. <https://doi.org/10.1086/226464>
- McGlen, Nancy, & O'Connor, Karen. (1988). Toward a theoretical model of countermovements and constitutional change. *Women & Politics*, 8(3-4), 45–71. https://doi.org/10.1300/J014v08n03_03
- McVeigh, Rory, Cunningham, David, & Farrell, Justin. (2014). Political polarization as a social movement outcome: 1960s Klan activism and its enduring impact on political realignment in Southern Counties, 1960 to 2000. *American Sociological Review*, 79(6), 1144–1171. <https://doi.org/10.1177%2F0003122414555885>
- Meyer, David S., & Staggenborg, Suzanne. (1996). Movements, countermovements, and the structure of political opportunity. *American Journal of Sociology*, 101(6), 1628–1660. <https://doi.org/10.1086/230869>
- Mottl, Tahi L. (1980). The analysis of countermovements. *Social Problems*, 27(5), 620–635. <https://doi.org/10.2307/800200>
- Offerlé, Michel. (2015). Militier en patronat : Engagements patronaux et sociologie du militantisme. *Sociétés contemporaines*, 98(2), 29–106. <https://doi.org/10.3917/soco.098.0079>
- Pereira, Matheus M. (2018). *Um confronto político no presidencialismo de coalizão: os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró-família (2003-2014)* (Tese de Doutorado). Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182964>
- Pichardo, Nelson A. (1995). The power elite and elite-driven countermovements: The Associated Farmers of California during the 1930s. *Sociological Forum*, 10(1), 21–49. <https://doi.org/10.1007/BF02098563>
- Polanyi, Karl. (2001[1944]). *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press.
- Reynolds-Stenson, Heidi, & Earl, Jennifer. (2018). Clashes of conscience: Explaining counterdemonstration at protests. *Mobilization: An International Quarterly*, 23(3), 263–284. <https://doi.org/10.17813/1086-671X-23-3-263>
- Rezende, Patricia J. (2016). *Movimentos sociais e contramovimentos: mobilizações antiaborto no Brasil contemporâneo* (Dissertação de Mestrado). Disponível em <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/46119>

- Rohlinger, Deana A. (2002). Framing the abortion debate: Organizational resources, media strategies, and movement-counter movement dynamics. *The Sociological Quarterly*, 43(4), 479–507.
- Ruibal, Alba M. (2014). Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 14, 111–138.
- Ruibal, Alba M. (2015). Movilización y contra-movilización legal. Propuesta para su análisis en América Latina. *Política y gobierno*, 22(1), 175–198. Disponível em <https://www.politicaygobierno.cide.edu/index.php/pyg/article/view/117>
- Snow, David A., & Soule, Sarah A. (2010). *A Primer on social movements*. New York: W. W. Norton & Company.
- Szwako, José. (2014) O “mau desempenho” de Lugo: gênero, religião e contramovimento na última destituição presidencial paraguaia. *Opinião Pública*, 20(1), 132–155. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762014000100007>
- Tatagiba, Luciana, Trindade, Thiago, & Teixeira, Ana C. C. (2015). Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In Sebastião V. e Cruz, André Kaysel, & Gustavo Cotas (Orgs.), *Direita, volver! – o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* (pp. 197–212). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Turner, Ralph H., & Killian, Lewis M. (1972), *Collective Behavior*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1972.
- Vaggione, Juan M. (2012), La “Cultura de la Vida”. Desplazamientos estratégicos del activismo católico conservador frente a los derechos sexuales y reproductivos. *Religião e Sociedade*, 32(2), 57–80. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rs/v32n2/04.pdf>
- Van Dyke, Nella, Soule, Sarah A., & Taylor, Verta A. (2004). The targets of social movements: Beyond a focus on the State. In Daniel Myers, & Cress, Daniel (Eds.), *Research in Social Movements, Conflicts and Change: Vol. 25. Authority in Contention* (pp. 27–51). Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2004. [http://doi.org/10.1016/S0163-786X\(04\)25002-9](http://doi.org/10.1016/S0163-786X(04)25002-9)
- Vann Jr., Burrell. (2018). Movement-counter movement dynamics and mobilizing the electorate. *Mobilization: An international quarterly*, 23(3), 285–305. <https://doi.org/10.17813/1086-671X-23-3-285>
- Warnick, Barbara. (1977). The rhetoric of conservative resistance. *Southern Speech Communication Journal*, 42(3), 256–273. <https://doi.org/10.1080/10417947709372353>

- Werum, Regina, & Winders, Bill. (2001). Who's "in" and who's "out": State fragmentation and the struggle over gay rights, 1974–1999. *Social Problems*, 48(3), 386–410. <http://doi.org/10.1525/sp.2001.48.3.386>
- Zald, Mayer N., & Useem, Bert. (1983, out.). *Movement and countermovement: Loosely coupled conflict*. CRSO Working Paper, n° 302. Disponível em <https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/51070/302.pdf>
- Zanden, James W. V. (1959). Resistance and Social Movements. *Social Forces*, 37(4), 312–315. <https://doi.org/10.2307/2574178>

Submetido em 1º de abril de 2020.
Aceito em 22 de setembro de 2020.



Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

O movimento musical LGBT e seus contramovimentos

The LGBT musical movement and its countermovements

Nicolas Wasser* 

RESUMO

Este artigo trata de conflitos culturais e de movimentos contracorrentes que atualmente ocorrem em torno de gênero. Nos últimos anos, observa-se a formação de um movimento musical LGBT brasileiro, liderado por linguagens trans e negras, incluindo artistas como Liniker, As Bahias e a Cozinha Mineira, Linn da Quebrada e, ainda, *pop stars*, como Pablllo Vittar. Tal movimento articula um impactante campo de agenciamento de gêneros e sexualidades contemporâneas. Neste artigo, analisa-se o seu impacto não apenas a partir de sua linguagem interseccional e de suas políticas LGBT, mas também através da dinâmica conflituosa que o expõe aos chamados movimentos antigênero. Como será mostrado, esses contramovimentos fazem uso de diferentes ataques digitais às cantoras LGBT, que permitem radicalizar o ódio, mais geral, voltado contra supostos traidores da nação.

Palavras-chave: movimento musical, LGBT, movimento antigênero.

* Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
Doutor em Sociologia (UFRJ) e pós-doutorando do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu.
E-mail: nicolas.wasser@gmail.com

ABSTRACT

This article deals with cultural conflicts and countercurrent movements that currently occur around gender. In recent years, a Brazilian LGBT musical movement emerged, including artists such as Liniker, As Bahias and Cozinha Mineira, Linn da Quebrada and also pop stars, such as Pablo Vittar. Led by trans and black activist discourse, this movement articulates a relevant field of agency of contemporary genders and sexualities. In this article, its impact is analyzed not only from its intersectional language and its LGBT politics, but also through the conflicting dynamics that expose it to so-called anti-gender movements. As will be shown, these countermovements are using different digital attacks on LGBT singers that allow to radicalize hatred towards supposed traitors of the nation.

Keywords: musical movement. LGBT. anti-gender movement.

Introdução¹

Em novembro de 2018, surgiram notícias nas redes sociais de que a *pop star* Pablo Vittar deixaria o país. Relatava-se que, diante do resultado das eleições presidenciais em favor do candidato Jair Bolsonaro, a artista não via mais possibilidade de morar no Brasil. Pablo Vittar imediatamente afirmou que esta informação estaria errada. Na televisão, a *drag queen* anunciou com ênfase: “Meus amores, eu não vou sair do Brasil. Nem o negro vai voltar pra senzala, nem a mulher pra cozinha, nem o gay pro armário!” (“Pablo Vittar”, 2018). Essa frase, multifacetada, levanta uma série de questões sociológicas relacionadas ao atual movimento musical LGBT² e aos seus contramovimentos. A princípio, revela uma dinâmica que perpassa uma negociação aguçada sobre as posições sociais de negros, mulheres e LGBTs em sociedade. Sugere que, enquanto alguns querem retornar a uma ordem social anterior, outros defendem a emancipação e lutam pelo fim de sua

1 Agradeço pelos comentários de Georgia Pereira e Bruno Nzinga Ribeiro que, junto com as produtivas observações por parte dos pareceristas, enriqueceram este texto. Igualmente, fico grato pelo apoio na revisão que foi feita por Jefferson Vasques e Leticia Vargas Prost.

2 Neste texto, a adoção da sigla LGBT, enquanto guarda-chuva para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, se dá por duas razões referentes ao contexto da pesquisa. Por um lado, “LGBT” descreve a constituição histórica de um sujeito político e de direitos no Brasil ao longo das últimas duas décadas (Aguião, 2018) e que também se consolidou no vocabulário comum. Por outro lado, a sigla “LGBT” igualmente passou a figurar de rótulo ou etiqueta para um segmento da atual expressão artística na música, no cinema e na literatura, entre outros.

opressão. Mas qual o significado de uma cantora popular estar no centro desse conflito? Quais as prováveis conexões atuais entre música, crítica social e novas formas de movimentos sociais? Para o presente artigo, essas questões são particularmente importantes, porque há contínuas batalhas sobre o lugar social de artistas LGBT. Musicistas³ do movimento LGBT estão sendo atacadas porque afirmam seus corpos e identidades – algo que é, ao mesmo tempo, celebrado por alguns e violentamente combatido por outros. Qual é, então, a natureza desses movimentos opostos? Quais os temas que norteiam suas linguagens e, eventualmente, suas dinâmicas entre si?

O presente artigo se baseia em uma pesquisa em andamento⁴, na qual se examinam os atuais agenciamentos LGBT na música popular brasileira⁵ com o fim de traçar as suas formas de intervenção e contestação no campo social e político de gênero e sexualidade. Parte-se da constatação de que as ciências sociais têm negligenciado a música popular enquanto campo de disputa e de ação coletiva no que diz respeito à articulação dos gêneros e das sexualidades, enquanto a área de comunicação tende a superestimar o potencial transformador da música para com as dissidências sexuais e de gênero, muitas vezes sem explicitar as ambivalências, contrarreações ou ainda as sobreposições com articulações de raça e classe envolvidas. Com o fim de superar essas limitações, mobiliza-se uma perspectiva sociológica inspirada pelo projeto dos Estudos Culturais (Hall, 2019) que entende a música popular como um campo de poder, muitas vezes contraditório, de negociação de gênero e sexualidade (Villa, Jäckel, Pfeiffer, Sanitter & Steckert, 2012; Noleto, 2016). Nele, ideações dominantes de masculinidade, feminilidade, família tradicional e (heteros)sexualidade são desafiadas, às vezes subvertidas, mas também defendidas e/ou reproduzidas.

Seguindo a perspectiva caleidoscópica dos Estudos Culturais e da sociologia da música (Roy & Dowd, 2010), a presente pesquisa compõe diferentes entradas de método e coleta de dados, visando fazer jus à

3 De acordo com a autodefinição por parte da maioria das artistas, adotamos o feminino genérico para referir-nos às integrantes do movimento analisado.

4 Este projeto é intitulado “Nas redes da cena musical LGBT+: ocupação, pânico moral e novas subjetividades sexuais” e é financiado pela FAPESP (19/05219-7).

5 Antes de uma definição abrangente do complexo da música popular brasileira, refere-se a um campo de estudos interdisciplinares, como sugerido por Napolitano (2002). Nesse campo, música popular significa uma tradição cultural no país que atravessa suas múltiplas expressões em gêneros tão distintos como o samba, a MPB ou o funk e que igualmente reflete sua inserção nas indústrias da cultura (Napolitano, 2007).

complexidade da experiência social e política do movimento musical LGBT. Inclui, desde 2019, observação e interlocução com ouvintes em festivais e *shows* de artistas LGBT nas capitais São Paulo e Rio de Janeiro. Esta pesquisa de campo de cunho etnográfico, que foca a experiência vivida pelos sujeitos envolvidos, vem sendo complementada por entrevistas com musicistas do movimento⁶. Ao mesmo tempo, acompanha e arquiva amplamente dados midiáticos do período de 2015 até o presente, publicados em jornais, programas de televisão e mídias sociais (*Facebook*, *Twitter* e *Instagram*) que relatam sobre as musicistas LGBT em questão. Para os fins deste texto e sua ênfase nos conflitos culturais em torno de gênero, serão principalmente mobilizadas essas fontes midiáticas. Metodologicamente, tais fontes permitem uma análise crítica dos discursos e das disputas que, juntos, dão contorno à experiência do movimento musical LGBT. Como lembra Frith (1996), são antes os julgamentos sociais, os modos de falar sobre uma dada expressão musical que cunham os seus valores.

Delineando um espaço discursivo e de valores, o campo midiático também se destaca por seu papel de forjar o destino das carreiras das musicistas. Segundo Gonçalves (2017), muitas das artistas LGBT se fazem surgir através da cultura digital mais independente e “encontram nas redes sociais e nas plataformas de vídeo, como o YouTube, os principais caminhos para o alcance e a formação de um público” (2017, p. 1). Como mostrarei na primeira parte deste artigo, foi esse o caso de Liniker, o qual, na minha leitura, também marcou a abertura do campo que denominarei de movimento musical LGBT. Ao contrário de abordagens oriundas da área de comunicação, argumentarei que tal emersão de musicistas LGBT só se pode compreender quando se considera o surgimento e a circulação de novas linguagens críticas que – como insinuado acima com o exemplo de Pablllo Vittar – compõem um terreno social e político de contestação “interseccional”⁷. No movimento musical LGBT, articula-se, atualmente,

6 Até o momento, foram realizadas entrevistas com a cantora Assucena Assucena, da banda As Bahias e a Cozinha Mineira, e com o cantor Caio Prado, da formação Não Recomendados, além do acompanhamento presencial do debate “Depois do corpo” entre Rico Dalasam, Jup do Bairro e Karol de Souza, realizado no marco do 27º Festival Mix Brasil, São Paulo, 2019.

7 Antes de referir, no sentido restrito, à interseccionalidade enquanto perspectiva crítica-acadêmica, desenvolvida e institucionalizada por autoras do feminismo negro dos EUA (ver Hill Collins & Bilge, 2016), interessam aqui os modos pelos quais a interseccionalidade vem sendo articulada empiricamente por diferentes grupos e ativismos no âmbito cultural brasileiro.

uma linguagem política que se orienta pela ideia de combater diferentes formas de opressão⁸ e que parte de posicionalidades trans e negras. Essa linguagem é significativa, porque pode indicar como as atuações LGBT na música se inserem em campos discursivos da interseccionalidade, que se desdobram também em resposta⁹ aos chamados movimentos antigênero, observados em diferentes regiões das Américas e da Europa (Prado & Correa, 2018).

Minha proposta de discutir um movimento musical LGBT não se refere, portanto, a um gênero musical propriamente dito. A sigla LGBT remete a um tema transversal que conecta artistas de estilos tão diversos como funk, pop, MPB, soul, rap, tecnobrega, rock e outros. Como já indicado acima, o “novo” nessa presença LGBT na música popular não é o assunto em si¹⁰, mas a maneira pela qual as atrizes envolvidas o enquadram como crítica social. Sustenta-se que a ação coletiva deriva da linguagem interseccional que pluraliza identidades de gênero, raça e sexualidade e as conceitua dentro de um vocabulário de “empoderamento”¹¹. Nesse sentido, entendo o movimento musical LGBT como um conjunto de uma geração de artistas que se autodefinem como – e que artisticamente contemplam diferentes sujeitos e corpos – trans, travesti, bi, lésbica, gay, bicha/bixa, não-binária/o, *queer* e outras categorias e identidades relacionadas a gênero e sexualidade não-heteronormativas e que, em muitos casos, se cruzam ou dialogam com uma afirmação de estéticas negras. Tal movimento engloba artistas como Liniker, As Bahias e a Cozinha Mineira, Jaloo, Johnny Hooker, Mulher

8 Como mostra Zanoli (2019), esta reivindicação se faz presente em diferentes ativismos LGBT, negros e feministas contemporâneos.

9 Ver as análises de Roth (2020) sobre os movimentos feministas em diferentes países das Américas, que contestam as políticas antigênero dos movimentos de direita.

10 Para um estudo histórico sobre a representação LGBT na canção brasileira, ver Gonçalves (2016).

11 Destaco aqui a diferença em relação a gerações anteriores de cantoras e cantores homossexuais da música popular. Como fica claro pela apresentação histórica de letras e figuras LGBT na canção brasileira por Gonçalves (2016), muitas artistas das gerações anteriores, desde Ney Matogrosso, Gal Costa a Renato Russo ou Cássia Eller, contribuíram enormemente para forjar a cultura LGBT que permeia a MPB. Ao mesmo tempo, evidencia-se uma linguagem diferente. A conceituação de “empoderamento” da geração contemporânea se apresenta em um campo discursivo indissociável de críticas sociais formuladas pelos feminismos negros e dos movimentos trans. A incorporação dessas críticas – ao racismo, ao sexismo, à cisgeneridade e à homofobia – em conjunto com a proliferação de subjetividades recentes, como por exemplo a da “bicha preta”, remete para articulações historicamente específicas da contemporaneidade.

Pepita, Rico Dalasam, Os Não Recomendados e, mais recentemente, Gloria Groove, Linn da Quebrada, Pablllo Vittar, Quebrada Queer, Majur, Urias, entre várias outras.¹²

O neologismo “ativismo” é frequentemente associado a essas musicistas, seguindo o raciocínio de que elas fazem da arte a sua forma específica de ativismo. No entanto, é necessária certa cautela quando se usa esse conceito para as políticas de gênero e sexualidades envolvidas. Diferentes estudos da área de comunicação (Colling, 2018; Rocha & Rezende, 2019) se referem a um tipo de engajamento artístico supostamente articulado à parte ou em contraposição aos movimentos LGBT institucionalizados. Essa oposição rígida é questionável, mesmo que ela atravesse certas disputas internas do movimento musical¹³. Antes de tudo, pretendo frisar que a crítica social praticada pelas musicistas se dá, por uma parte considerável, em colaboração com as agências e os “vocabulários” (Aguião, 2018) conquistados por grupos LGBT institucionalizados. Basta, por exemplo, lembrar que as paradas LGBT representam um palco para várias dessas musicistas ou que as mesmas participam não só em coletivos de artistas, mas também em organizações da sociedade civil. É mais frutífero perguntar como o próprio movimento LGBT tem ultimamente multiplicado suas linguagens e campos de atuação. Segundo as reflexões de Facchini (2018), o ativismo das musicistas pode ser visto como um aspecto integral e não isolado da atual fase do movimento, pois é através de intervenções artísticas, entre outras, que se adensa a ênfase na experiência e no corpo de novos sujeitos.¹⁴

12 Uma primeira visão geral com entrevistas biográficas de algumas dessas artistas pode ser encontrada em Moreira (2018). Porém, não é o objetivo, nem do referido livro nem do presente artigo, apresentar uma abrangência das artistas envolvidas. Ao contrário, vale lembrar que, além do grande número de musicistas atuais que fazem parte desse campo discursivo, há também posicionamentos divergentes em relação ao uso de “LGBT” enquanto denominação artística-cultural. Algumas artistas, inclusive, incomodam-se com o selo “LGBT” porque veem a sua arte reduzida a uma só causa e porque criticam uma certa uniformização que as colocaria em proximidade de certas cantoras que seriam artística e politicamente distantes. Minha sugestão de olhar para esse conjunto de artistas como um movimento musical LGBT é uma sugestão sociológica, descritiva, mas que reconhece tal pluralidade de posicionamentos e perspectivas heterogêneas.

13 Um exemplo seria a participação de Linn da Quebrada na 18ª edição da Parada LGBT+ de João Pessoa, em 2019, que foi cancelada pouco tempo antes. A artista tornou o caso público e acusou os organizadores de imporem uma censura, já que estes tinham expressado um incômodo em relação ao vocabulário demasiadamente explícito e radical da cantora (“Linn da Quebrada”, 2019).

14 A autora desenvolve essa reflexão em diálogo com as pesquisas de Stephanie Lima sobre os coletivos estudantis (Lima, 2017) e de Carla Gomes sobre o papel do corpo e das emoções na Marcha das Vadias (Gomes, 2017). Além disso, vale lembrar que a centralidade de intervenções artísticas como parte da ação coletiva LGBT contemporânea se expressa em diferentes coletivos, como é o caso do Revolta da Lâmpada (Grunvald, 2019) ou do grupo ativista Aos Brados (Mascarenhas Neto & Zanoli, 2019).

No entanto, tal adensamento de intervenções artísticas como parte da ação coletiva também não é apenas resultado da dinâmica interna do movimento LGBT – está relacionado, além disso, à pressão exterior por parte de setores conservadores que, desde o início da década passada, começaram a intensificar a mobilização contra os avanços dos direitos sexuais e reprodutivos em contextos institucionais e do Estado. Incluem, como já foi analisado de forma extensa (Facchini & Sívori, 2017; Miskolci, 2018; Prado & Correa, 2018; Gonçalves, 2019), um conjunto de atores institucionais, religiosos e partidários, e podem ser exemplificados, entre outros, no Escola Sem Partido (ver também Machado, 2019). Como pretendo mostrar na segunda parte do artigo, esses movimentos antigênero têm se radicalizado e ampliado a partir de 2017 e isso se faz visível nos contínuos ataques, principalmente digitais, a artistas e promotores do movimento musical LGBT. A radicalização refere-se a um alastramento de ideários fascistas – principalmente o da conspiração – e que vem acompanhado pela incitação de ódio contra um grupo indiferenciado de supostos inimigos. Argumentarei, ainda, que os chamados linchamentos virtuais, articulados através da internet e das mídias sociais, representam um meio central para a orquestração da violência que irradia desses movimentos antigênero.

Música, movimentos sociais e novos sujeitos LGBT

Recentes abordagens sociológicas voltadas à música popular (Vila, 2012; Semán, 2016; Boix, 2019) têm questionado dois pressupostos fundamentais para os estudos anteriores¹⁵ que tratam da relação entre música e ação coletiva. Não apenas constataam uma relação menos congruente de um dado estilo musical com a identidade – supostamente única – de uma geração de jovens. Além disso, avaliam que, mesmo quando houver uma tal identidade forjada através de um estilo musical, esta não necessariamente atua, política e esteticamente, como coletivo homogêneo. Com o fenômeno do atual movimento musical LGBT brasileiro, estamos de fato lidando com um movimento que não pode ser entendido adequadamente pela abordagem de estilo musical, nem por uma abordagem que insinue uma identidade

15 Esses pressupostos, muito inovadores na época, remontam aos estudos culturais de Birmingham. Para o campo da música popular, foi o estudo de Hebdige (1979) sobre estilo, subcultura e sua relação com a consciência rebelde de classes populares inglesas que teve muita influência.

coletiva homogênea. A designação LGBT desse movimento não descreve um estilo musical próprio. Antes disso, refere-se a uma categoria sociopolítica¹⁶ que, em si, já carrega uma multiplicidade de identidades e categorias de gênero e sexualidade.

Nesse sentido, LGBT ainda é uma categoria coletiva complexa no âmbito da música. Os grupos e identidades por ela referenciadas nem sempre se veem todos representados. E quando se veem, estão muitas vezes representados em proporções díspares. No movimento musical LGBT, o conjunto de agências vem sendo liderado pelo T (trans e travesti) e G (gay), enquanto as letras L (lésbico)¹⁷ e B (bissexual) estão pouco representadas. Mas há outros vetores que ainda atravessam as identidades múltiplas e processuais que o caracterizam. Insisto em que este movimento musical atravessa uma linguagem interseccional que está racializando e, com isso, pluralizando os sujeitos políticos LGBT. Muitas de suas artistas são negras e vêm das periferias urbanas. Trata-se de uma articulação não-branca de corpos e sexualidades fora da heteronorma e que possuía, até recentemente, pouca voz na música popular comercializada. É um fenômeno que se percebe, por exemplo, nas próprias categorias, mais recentes, que as artistas articulam sobre gênero e sexualidade em conjunto com identidades negras, e também nas maneiras como essas categorias estão sendo recebidas pela mídia de massa.

Considerando a interação entre as recentes articulações de subjetividades LGBT negras na música e sua inicial recepção pela grande mídia, destaca-se o caso de Liniker. Na leitura aqui proposta, o avanço artístico da cantora representou um ponto de inflexão quando o campo midiático voltou a sua atenção para a voz comovente e, ao mesmo tempo, o corpo dela. A cantora, que ganhou notoriedade em 2015 a partir do lançamento do seu primeiro single “Zero”, pela plataforma digital YouTube, deu um dos primeiros impulsos para a articulação do atual movimento. Após a publicação dessa música, que mistura soul, R&B e MPB, a artista – na época com 20 anos de idade e oriunda de Araraquara, interior de São Paulo – recebeu a atenção da grande

16 Isso inclui o processo histórico de como, nas palavras de Aguião (2018), os movimentos homossexuais fizeram-se no Estado. Além disso, a inserção da categoria LGBT na indústria fonográfica aponta para aspectos mercadológicos (França, 2012; Wasser, 2017).

17 É importante destacar a participação de artistas lésbicas e feministas negras no movimento musical LGBT, como, por exemplo, a rapper Luana Hansen ou Bia Ferreira. No entanto, tais artistas continuam sendo menos destacadas no que aparece sob o selo música LGBT na indústria fonográfica.

mídia. Esta passou a promovê-la tanto pela voz “doce e instigante”, quanto por sua expressão fluida de gênero, e ambas de forma racializada. Mais do que apenas nas entrelinhas, para as mídias como o jornal *O Globo*, havia algo de espantoso nessa *performance* de gênero, vista como a de um jovem artista negro que se apresentava de “saia, brincos, batom, colar, turbante e bigode” (“De batom”, 2015). Liniker, na mesma reportagem, replicava não se encaixar em certezas de ser homem ou mulher e que o seu corpo era um corpo livre e político. “O que eu sei é que eu sou bicha, preta, pobre e estou aí, batalhando por um povo” (“De batom”, 2015).

O espanto midiático inicialmente provocado por Liniker aponta não apenas para uma importante inflexão, ou seja, para um momento em que as classificações hegemônicas sobre o corpo parecem entrar em crise. Além disso, indica os esforços de agentes na música em forjar novas identidades políticas na sua complexa interseção entre raça, gênero, sexualidade e classe. Como lembra Green (2000) na sua história das homossexualidades masculinas no Brasil, músicos e artistas de teatro têm sido responsáveis por tais irrupções classificatórias em diferentes momentos do século XX. No início dos anos 1970, o grupo de dança e teatro Dzi Croquettes apresentava *performances* que não se encaixavam nas categorias vigentes de “bicha” e “travesti”. Necessitando achar uma explicação, os jornais da época adotaram o termo “andrógino”, codificando, ao mesmo tempo, as subjetividades sexuais por um viés de classe. Conforme o autor,

os homens de classe média e alta que transgrediam os limites de gênero eram descritos como pessoas andróginas, enquanto os pobres e a classe trabalhadora eram travestis, um termo que cada vez mais passou a ser associado com prostituição, vida nas ruas e marginalidade (Green, 2000, p. 411).

Comparando com as tentativas de explicar o momento Liniker por parte da mídia, chama a atenção que, agora, as categorias e atributos de raça ganhem um papel de destaque. O espanto que se desdobra sobre a combinação corporal de “saia, brincos, batom, colar, turbante e bigode” sugere que uma fluidez para com os padrões de gênero seria algo incomum para um cantor negro. Ainda mais porque – aqui em analogia à leitura das transgressões de gênero do grupo Dzi Croquettes – a Liniker não corresponde à marginalidade que a figura da travesti continua ocupando no imaginário dominante.

Recentes pesquisas sobre as ressignificações de estéticas e subjetividades negras nas grandes capitais brasileiras ressaltam como os engajamentos de jovens no âmbito da moda e da cultura ganharam um novo papel de mediação social entre saberes, autoafirmação e política (Silva, 2019). Além de cantora, Liniker é uma das referências da chamada *geração tombamento*: um recente movimento que ganhou visibilidade através de sua estética afrofuturista, que se expressa, entre outros, através de roupa, tranças, turbantes e maquiagem (Santos & Santos, 2018) e cujo nome também foi cunhado por *rappers* negras feministas, nomeadamente Karol Conka e MC Carol. Conforme analisado por Santos e Brasil (2017), esse movimento está mobilizando jovens negras e ativistas, principalmente mulheres das periferias urbanas, exaltando a autoestima e a consciência de sua história, valores e direitos. “Tombamento”, observam, refere-se a uma ideia de chamar a atenção de maneiras ousadas, com a intenção de chocar ou deixar alguém sem palavras, usando discurso de confronto, corpo e atitude (Santos & Brasil, 2017, p. 9)¹⁸. Tal espírito em torno de sentimentos de “empoderamento” (Lacerda, 2016) permeia também diferentes coletivos, formações artísticas e festas articulados por negros LGBT. De acordo com os estudos etnográficos realizados por Ribeiro e França (2017), tais festas compõem um engajamento político que “se coloca explicitamente no campo da luta antirracista, na valorização da “cultura negra e periférica” e, ao mesmo tempo, relaciona-se ao deslocamento de convenções de gênero e sexualidade” (Ribeiro & França, 2017, p. 1).¹⁹

O movimento musical LGBT está intimamente ligado ao ativismo articulado pelos coletivos de jovens negros. Linn da Quebrada²⁰, uma das vozes mais radicais do movimento, lançou o seu primeiro álbum “Pajubá” (2017) em diferentes capitais brasileiras com participação da festa *Batekoo*.

18 É importante notar que a denominação *geração tombamento*, assim como os entendimentos sobre estética e política concomitantes, não é consenso, senão alvo de disputa contínua. Como mostra Bruno Nzinga Ribeiro (2018) em sua análise sobre a “cena preta LGBT de São Paulo”, há posições de motivação política do campo antirracista que, inclusive, a rejeitam. Isso se dá, por um lado, porque a denominação pode insinuar um conflito geracional entre negros e, portanto, representaria um conceito enganoso. Por outro lado, críticos da *geração tombamento* acusam seus representantes de fazer “militância de sofá” e de serem reféns do consumismo e do capitalismo (Ribeiro, B., 2018, p. 13).

19 Como aponta Bruno Nzinga Ribeiro (2018), algumas dessas festas também contam com performances de *vogue*, uma dança inicialmente executada nas *Ballrooms* de Nova Iorque dos anos 80 e, posteriormente, comercializada por artistas como Madonna.

20 Linn da Quebrada se define como artista multimidiática e tem atuado, além de sua trajetória como cantora, como atriz de telenovela da TV Globo e de cinema, ativista trans, apresentadora de um programa de TV no Canal Brasil e compositora.

Esta festa foi criada em 2014 por um coletivo, em Salvador, e hoje também acontece em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras capitais do país e se dedica a fortalecer e divulgar a cultura da juventude urbana, negra e LGBT (Pimentel, 2019). Linn da Quebrada contribui para essa festa com diferentes músicas que contemplam a experiência de ser vigiada e humilhada, seja pelo Estado seja pela violência civil que atravessa o racismo, o machismo e a trans-/homofobia. Tanto pela *performance* quanto pelas letras intensas e provocadoras, canções como “Bixa Preta” (2017) articulam uma política do corpo que, ao mesmo tempo, reverbera a luta contra a opressão e partilha o sentimento de empoderamento: apresentam a pele negra como um “manto de coragem” que permite à narradora da música (a própria figura artística Linn da Quebrada) “enviadescer”²¹ a mente heterobranca e criar vaidade para os que são vistos como abjetos. A música ainda prediz que ninguém irá mais rir da travesti negra da favela, quando a destruição contínua de “machos alfas” estiver concluída.

Nem todas as musicistas do movimento usam uma linguagem artística tão explícita, radical e de confronto, como é o caso de Linn da Quebrada. Não obstante, faz parte do posicionamento próprio de muitas das suas artistas entenderem-se como ativistas ou colaboradoras do campo de luta contra o racismo e o sexismo. Para essas jovens LGBTs, o ativismo articulado por meio de intervenções estéticas refere-se a um engajamento político que assume diferentes formas práticas. Por um lado, engloba uma estratégia de criar representatividade²² em várias áreas da música popular, que vem acompanhada de um crescente interesse por parte das indústrias fonográfica, televisiva, cinematográfica, de moda e empresarial. Corpos negros e trans lutam aqui por seus próprios espaços, físicos e discursivos, pela autodeterminação e contra a exclusão social. Por outro lado, os ativismos das musicistas também se expressam em uma troca com a sociedade civil.

21 Este jogo de palavras de Linn da Quebrada é também o título de uma das suas primeiras músicas, que ganhou certa notoriedade na plataforma YouTube em 2016 (<https://www.youtube.com/watch?v=saZywh0FuEY>). Nela, a cantora se opõe, de forma provocadora e divertindo-se com as masculinidades dominantes, à discriminação de gays “afeminados” por parte de outros gays e homens.

22 A criação de representatividade, bastante referenciada no campo do movimento musical LGBT, refere-se à ideia-chave de abertura e ocupação de espaços artísticos pela autorrepresentação de grupos e corpos historicamente minorizados, marginalizados ou desumanizados. Nesse sentido, visa-se a desafiar suas representações históricas de dominação, como, por exemplo, a do *Black Face* (Ribeiro, D., 2018, p. 48) ou do *Trans Fake* (Renata Carvalho em entrevista a Lemos Jr. & Gosciola, 2018, p. 105) – representações humilhantes que se nutrem da branquitude e cisgeneridade normativas.

Isso se reflete em campanhas contra o homicídio, como a #JovemNegroVivo da Anistia Internacional, na qual estão envolvidos artistas do coletivo soteropolitano *Afrobapho* (AI-Brasil, 2017). Projetos sem fins lucrativos como a *Casa 1*, em São Paulo, que recebe pessoas LGBT expulsas de casa²³, também são impulsionadores para o movimento musical. Ali se realizam debates e campanhas de doação para o projeto, além de ocasionais lançamentos de músicas. Um exemplo disso foi a colaboração entre Pablllo Vittar, Emicida e Majur na música “AmarElo” (2019), que trata da saúde mental e da resistência à violência a partir de um elo afetivo entre pessoas LGBT e negras.

A violência não é só tema de músicas, mas ela também atravessa, de forma mais ampla, maneiras como os sujeitos do movimento musical LGBT se opõem a enquadramentos históricos da sua existência. Como sugere Coacci (2018, p. 203), a “história de vulnerabilidade à violência letal” foi primordial para se construir uma coletividade enquanto movimento de pessoas trans no Brasil²⁴. Ao mesmo tempo, também mostra que houve uma mudança de paradigma em relação aos modos de conhecimento produzidos sobre pessoas trans, por incluírem gradualmente as mesmas como autoras, abrangendo destaque de conceitos como cisgeneridade nas ciências humanas, em políticas institucionais, assim como nos campos midiáticos e artísticos, principalmente (Coacci, 2018, p. 229). A atriz Renata Carvalho, que é uma interlocutora do movimento musical, enfatiza as potencialidades das artes em desafiar a desumanização da população trans e que irradia da cisgeneridade e de suas representações concomitantes.

Quando passamos a conviver diariamente com este sujeito/corpo, que ontem era totalmente estranho, ele cotidianamente passará a ser naturalizado, passa-se a humanizar esse corpo, essa identidade e por fim esta população. A arte coloca estes corpos não mais sendo objetos, e sim sujeitos. A arte nos torna concretas, possíveis e humanas (Renata Carvalho em Lemos Jr. & Gosciola, 2018, p. 104).

De acordo com suas reflexões, a arte seria o meio que permite tirar o corpo trans do seu status de objeto, do desumano e, assim, da sua sobrecodificação de violência.

23 O projeto Casa 1 abrange, além da acolhida de pessoas LGBT expulsas de casa, um centro cultural e atendimento psicoterápico. Detalhes em <http://www.casaum.org/quem-somos/>.

24 O autor aponta aqui para as disputas sobre a diferença entre as experiências de travestis e de transexuais que marcaram esse processo (Coacci, 2018, p. 201).

É na interação com os públicos e demais integrantes do movimento musical que tais conhecimentos e a música interpretada por pessoas trans ganham sua dinâmica coletiva. Em uma mesa sobre “Liberdade de gênero na música”, na Semana Internacional da Música de São Paulo (“Liberdade de gênero”, 2016), a cantora Raquel Virginia se distanciou da leitura de que este movimento seria uma moda ou ainda reflexo de uma abertura “boazinha” da indústria cultural. Além de talento, havia “uma pressão, de muitas pessoas para que a gente esteja aqui” (“Liberdade de gênero”, 2016), incluindo, segundo ela, tanto sua própria pressão para se defenderem contra a violência²⁵, quanto a do crescente público com uma pauta que aspirava enxergar-se nelas. Raquel se disse surpresa com o peso que a música podia ter para algumas pessoas, quando comentou a descoberta de que havia jovens trans e travestis que não estavam se suicidando por sua causa. Como lembra Muñoz, com sua proposta do conceito da desidentificação, certas artistas *queer* veiculam estratégias de sobrevivência que, por negociarem com “uma esfera pública majoritária que é fóbica e que elimina ou pune continuamente a existência de sujeitos que não estão em conformidade com o fantasma da cidadania normativa” (Muñoz, 1999, p. 4), podem habilitar os receptores, sujeitos minoritários, a enxergar empoderamento em meio à opressão. Nesse sentido, as ações coletivas que se desdobram na dinâmica do movimento musical LGBT, assim sugiro, remetem para os modos como a música ativa uma construção de sobrevivência que está ligada à produção de subjetividades, com ênfase trans e negra, e que visa a deslocar os enquadramentos históricos ocupados pela violência.

Enfrentando o ódio

A maioria das análises do movimento musical LGBT tende a tratar a questão da sua recepção de forma unilateral. Existe, certamente, uma tentação de apreender os sujeitos deste movimento no palco como representantes de um mundo por vir, *transviado*, com sua própria linguagem, visão e política de gêneros. Embora essa experiência da música atravessasse igualmente a pesquisa

25 Raquel Virginia acrescentou sobre a violência pessoalmente sofrida em 2016: “esse foi o ano em que mais fiz sucesso e o ano em que eu mais apanhei. Mas não foi o ano em que eu mais apanhei no sentido metafórico, não. Eu apanhei mesmo. Levei garrafada na cabeça. Eu levei tapa na cara, tapa na cabeça. Aconteceu tudo isso” (Liberdade de gênero, 2016).

que é base deste texto, essa aspiração histórica não deve iludir a respeito do fato de que o movimento da música LGBT também enfrenta uma onda de rejeição e apelos odiosos para detê-lo ou censurá-lo. Isso coloca um desafio analítico para a pesquisa sobre os atuais movimentos no campo de gênero e sexualidade e sua dinâmica entre si. Os movimentos antigênero, que integram parcelas da chamada nova direita, bem como forças fundamentalistas religiosas, também disputam – e, por vezes, com considerável sucesso – o poder de definição sobre os modos de viver gênero e sexualidade, como mostra muito bem a polêmica da “cura gay” (Gonçalves, 2019). O estado de arte dos atuais conflitos de gênero ainda confirma, de forma bastante clara, que o discurso da “ideologia de gênero” foi usado, ao longo dos últimos anos, para unir uma frente de diferentes atores extremistas, religiosos e seculares do campo conservador (Facchini & Sivori, 2017; Balieiro, 2018; Miskolci, 2018; Machado, 2019; Wasser & França, 2020).

Vale lembrar a escalada desse discurso em nome da defesa da tradicional família brasileira e das crianças (Balieiro, 2018). Embora a “ideologia de gênero” esteja em expansão desde os anos 1990 (Junqueira, 2017), foi só a partir de 2017 que os grupos mais extremistas começaram a usá-la como uma estratégia repetida para legitimar as intimidações e ataques ao cenário cultural com conteúdo LGBT. Como em outras regiões do mundo, esses novos movimentos de direita são caracterizados pelo fato de formarem políticas de ódio contra grupos minoritários ou marginalizados, em grande parte através do uso da internet e das mídias sociais. Essas tecnologias seguem uma “economia de atenção”, escrevem Albrecht, Fielitz e Thurston (2019), que ajuda a deslocar os limites do que é socialmente aceitável. É através dessas tecnologias que ideias, expressões e atos violentos, antes eram considerados extremistas, tendem a entrar no repertório do normal. Tal foi o caso na acusação do artista Wagner Schwartz como pedófilo²⁶, após a difusão de uma série de vídeos furiosos de políticos conservadores, líderes religiosos, ativistas anônimos e conhecidos, como os do Movimento Brasil Livre (MBL) que tinha impulsionado os ataques (Balieiro, 2018). Seguiram-se ameaças de morte, concentrações de protesto no MAM de São Paulo e anúncios falsos de

26 Em setembro de 2017, o artista apresentou a *performance* “La Bête” no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM). Esta performance, na qual Schwartz se inspirou em esculturas de Lygia Clark e que convida o público para participar da obra, foi alvo de polêmica porque o artista se apresentou nu. Os ataques contra Schwartz foram disparados após a circulação de um vídeo fragmentado que mostrava uma criança tocando o corpo do artista.

que Schwartz havia cometido suicídio (Brum, 2018, 12 fevereiro). Apenas dois meses depois, o MBL articulou uma chamada nas mídias sociais para o boicote das palestras de Judith Butler em São Paulo, um ato que também resultou em tumultos e, finalmente, até ataques físicos à filósofa.

Menos comentado é como o conflito moral e politicamente instrumentalizado pela “ideologia de gênero” atingiu a indústria da música e do entretenimento desde 2017. À primeira vista, isso até pode parecer contraditório quando se considera a significativa expansão do movimento musical LGBT em 2017, entre outros, pelo sucesso comercial de Pablllo Vittar. Mas é exatamente aí que se desdobram os embates. O movimento musical LGBT não evoca apenas aprovação. Desde que o empoderamento de novos sujeitos de gênero na música desafia pilares de dominação, como é o patriarcado e a ordem do sexo binário, surge uma inquietação entre os que se orientam por e/ou se aproveitam de tais antigas estruturas de poder. O fato de *drag queens* e travestis agora ocuparem um espaço na música popular significa que os arranjos tradicionais de gênero publicamente vacilam ou, pelo menos, que vêm sendo fundamentalmente questionados. Os ideólogos e agressores dos movimentos antigênero perceberam esse momento de inquietação causada pela música LGBT. Na verdade, o exploram porque a inquietação pode ser usada para cultivar o medo de potenciais inimigos, que por sua vez legitima o ódio e a vontade de fazer uso de violência.

A seguir, ilustra-se essa dinâmica com base em dois exemplos de espetáculos da TV Globo que foram significativos para o embate dos movimentos antigênero com o movimento musical LGBT – uma evidência que reconstruímos a partir da análise do corpo de dados midiáticos dos últimos cinco anos, considerando o alto índice de ataques digitais voltados contra as musicistas LGBT, que se seguiram às emissões desses programas, especificamente, *Amor & Sexo* e *Domingão do Faustão*, quando este último premiou a música “K.O.” de Pablllo Vittar. Com respeito aos movimentos antigênero, os dois casos indicam não apenas uma mobilização de forças extremistas, mas junto a isso, uma radicalização da violência que recorre ao incitamento ao ódio de qualquer estilo de vida baseado em gêneros que escapam ao sexo binário ou que se opõem abertamente à opressão de mulheres e LGBTs.

O programa televisivo *Amor & Sexo* é um programa da TV Globo, apresentado pela modelo e atriz Fernanda Lima, e que foi transmitido com

interrupções entre 2009 e 2018. Inclui “quadros de *talk show*, performances musicais, bate papo (*sic*), dinâmicas, entre outros atrativos ao longo de seus episódios” (Batista, 2019, p. 7) e combina entretenimento com uma intenção pedagógica. Frequentemente, o programa é considerado um dos primeiros da TV aberta que discute publicamente os tópicos de sexo, sexualidade e amor. No entanto, isso não significa que esses tópicos sempre tenham sido tratados em sua diversidade. Ao contrário: especialmente nos primeiros anos, verificou-se que o programa contribuía para a reprodução de estereótipos sexistas e representações heteronormativas de sexo, afeto e corpo. Homossexuais, como mostraram Barros *et al.* (2011), dificilmente apareciam no *script* e, então, prevalecia um entendimento heterossexual que os enquadrava de acordo com as normas hegemônicas de masculinidade e feminilidade: representações que não inquietariam ou desafiariam a crença numa ordem tradicional de gêneros. Isso mudou ao longo dos anos, após o programa ter sido temporariamente suspenso em 2014. Em sua edição reestruturada em 2016²⁷, e especialmente na penúltima temporada de 2017, foram incluídos mais e mais temas socialmente críticos, como feminismo, machismo, relações de gênero, violência e LGBT (Batista, 2019, p. 7). Em 2016 e 2017, a ainda pouco conhecida cantora e *drag queen* Pablllo Vittar foi contratada como animadora permanente do programa.

Nessa fase, o programa *Amor & Sexo* foi significativo para o movimento musical LGBT, porque o tornou midiaticamente visível enquanto um coletivo de cantoras com propostas políticas e diversificadas em torno de gênero e sexualidade. No dia 2 de março de 2017, o episódio transmitido dedicou-se ao tema da diversidade sexual e de gênero.²⁸ Além da animadora permanente Pablllo Vittar, foram convidadas as cantoras Liniker, Raquel Virginia, Assucena Assucena e Linn da Quebrada. Lá, elas atuaram como representantes da luta pelos direitos e pelo orgulho LGBT, conversaram sobre suas próprias experiências e participaram do formato didático do programa, informando sobre discriminação, mas também sobre a arte de *drag queens*, carnaval e o significado de diferentes identidades de gênero e sexuais. Todas as cantoras também deram exemplos de sua *performance* musical ao longo do episódio, o qual, no final, teve um clímax dramático com a interpretação

27 No mesmo ano, a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo homenageou Fernanda Lima e o seu programa na categoria TV do Prêmio Cidadania em Respeito à Diversidade (ver APOGLBT, 2016).

28 O episódio encontra-se em <https://globoplay.globo.com/v/5695481/>

de Liniker da clássica “Geni e o Zepelim”²⁹. Pouco antes do início do refrão, o canto parou. Em vez de entoar a conhecida frase “Joga pedra na Geni!”, Liniker conclamou “Não joga!” e apelou para parar com os assassinatos de travestis e transexuais no Brasil.

As reações ao episódio divergiram. Enquanto, por um lado, a defesa de direitos da comunidade LGBT através do programa foi elogiada (Nascimento, Santos & Rodrigues, 2017), por outro lado, manifestaram-se vozes que viam a expressão de uma “ditadura homossexual”. Nos comentários de leitores em uma coluna sobre o programa na Folha de São Paulo, esses críticos ao programa concordaram que o preconceito, embora moralmente condenável, não deveria levar à imposição de uma apologia ou ideologia de “gays” (Bernardi, 2017).

A agressividade das mobilizações antigênero em resposta ao *Amor & Sexo* aumentou significativamente em 2017. Ainda durante a campanha eleitoral, em 2018, levou a uma troca de ofensas entre defensores e oponentes do programa. O ódio e as condenações por parte dos oponentes foram agora dirigidos à apresentadora Fernanda Lima. O MBL acusou-a, desde cedo, de que ela e seu programa estavam promovendo a suposta “destruição da família”. Além de sua solidariedade com a causa LGBT, foi o feminismo que chegou ao centro da atenção. Embora o papel do feminismo em um programa convencional como o *Amor & Sexo* fosse inclusive controverso entre as feministas em 2017 (Berner & Boiteux, 2017), ele foi negativamente instrumentalizado e até demonizado, em 2018, por eleitores e apoiadores do candidato presidencial Jair Bolsonaro. Fernanda Lima virou escândalo. Quando, na transmissão de 6 de novembro – logo após o segundo turno das eleições – ela enfaticamente pediu a abolição da imagem misógina da mulher louca e chamou, nas suas palavras, para “sabotar as engrenagens desse sistema homofóbico, racista, patriarcal, machista e misógino” (Amor & Sexo, 2018), uma onda de ódio tomou conta do momento. Celebidades, principalmente masculinas, da mídia e da política, assim como líderes religiosos aqueceram o clima nas mídias sociais, acusando Lima de trair o “povo brasileiro”, lê-se, os eleitores de Bolsonaro. Eliane Brum (2018, 21 novembro) interpretou isso apropriadamente como uma reação de masculinidades inseguras, inquietadas, a uma mulher autodeterminada

29 A música data de 1978 e é uma composição de Chico Buarque, gravada por ele no álbum *Ópera do Malandro*. Ela conta a história de como uma sociedade desumanizava uma travesti, Geni.

que “não se deixou converter em objeto” e que optou por romper com a imagem de mãe de uma família tradicional e ideal branca que uma parcela dos espectadores queria enxergar nela. Por isso, não apenas a insultaram nas mídias sociais como “imbecil” (Eduardo Costa), “esquerdista” errônea ou “revolucionária clandestina” (Marco Feliciano), mas também prometeram o fim iminente de artistas como ela sob a cruzada do seu futuro presidente – ver referências a essas falas em Brum (2018, 21 novembro).

Linchamento virtual é o termo atualmente usado na mídia para descrever casos como o de Fernanda Lima. Refere-se a diferentes agressões, que são direcionadas contra certos indivíduos e que, por meio de sua mobilização nas mídias sociais, desenvolvem uma dinâmica própria de violência. A princípio, a lógica dos linchamentos virtuais sustenta que os indivíduos visados teriam cometido um erro e que teriam de ser julgados e punidos por um veredito popular, habitualmente uma raivosa multidão virtual. Freitas (2017) também aponta que os linchamentos virtuais diferem analiticamente do discurso de ódio. Os discursos de ódio são frequentemente pronunciados de forma situada. Eles naturalizam, renovam de maneira violenta os preconceitos existentes em relação a certos grupos sociais. Linchamentos virtuais, os “tribunais da internet” (Freitas, 2017, p. 157), em contrapartida, devem ser entendidos como uma espécie de julgamento de propaganda, exibido *on-line*, e que igualmente permitem criar novos sujeitos para o ódio. Discursos de ódio também podem se manifestar ao longo dos seus processos, mas a chave do linchamento é menos o preconceito generalizado do que a comprovação de que o acusado agiu incorretamente. Públicos invisíveis na web devem se convencer disso, razão pela qual, além do erro, o veredito e a punição fazem parte do linchamento virtual.

É saliente que agentes dos movimentos antigênero fazem uso extensivo dessa estratégia de mobilização digital. Os agressores no caso Fernanda Lima usaram tais meios para apresentar o veredito – a traição de uma parcela do eleitorado brasileiro – como consequência de um comportamento incorreto que seria o discurso feminista dela. A traição é uma figura comum nos ideários fascistas e pertence à concepção mítica da conspiração (Messenberg, 2017, p. 637), que procederia de um ou mais grupos aparentemente hostis, de preferência os já estigmatizados. Lima foi condenada como inimiga porque, neste entendimento, pertence a grupos conspiratórios, ou seja, feministas, LGBT e “esquerdistas”. A encenação pública do julgamento serve, em última

instância, para fazer parecer legítimo perseguir, banir ou, se possível, até destruir a acusada.

Para os movimentos antigênero, as mídias sociais são um meio que permite redirecionar a inquietação – o medo confuso de perda da masculinidade hegemônica, do controle da sexualidade, do arranjo tradicional de gênero e do sexo binário – convertendo-a em ódio. Para aquecê-lo, os linchamentos virtuais são mais do que adequados. Isso também pode ser visto no exemplo de Pablló Vittar, que se tornou um alvo repetido de tais ataques. Em uma inspeção mais minuciosa, os linchamentos virtuais acompanhavam sua carreira desde o início. Seu primeiro *hit*, “Corpo Sensual”, foi seguido por aplausos e, ao mesmo tempo, por uma onda de comentários de ódio no canal do YouTube, que espalharam abertamente a homofobia (“Eu odeio gays”) e a incitação para matar gays (“Viado bom é viado morto bolsomito 2018”) (Paulino; Nunes, 2017, p. 10). Tais comentários contendo insultos e ameaças atingiram um primeiro auge provisório em dezembro de 2017, quando a *drag queen* recebeu o prêmio Música do Ano do popular programa de TV “*Domingão do Faustão*”. Após sua apresentação ao vivo da música “K.O.”, reações tomaram plataformas da internet e as mídias sociais, ridicularizando sua *performance* de voz e questionando se ela era uma cantora de verdade.

Com base na análise de Pereira (2018), fica claro que essa rejeição se refere menos à qualidade artística de Vittar do que à nova encenação do ódio contra a população LGBT. Além do exemplo de Fernanda Lima, Vittar também é apresentada como uma ameaça à família tradicional. O que muda é a dramaturgia desse linchamento virtual. Ela se alimenta da desestabilização causada por uma *drag queen* no palco de um programa da família tradicional: a inconformidade de gênero de Pablló Vittar, que rompe com as representações anteriores de travestis na mídia,³⁰ assim como com a crença geral de que as pessoas deveriam viver de acordo com a rigidez do sexo binário. Como acontece, porém, que parte da plateia se sinta “traída” por isso? (Pereira, 2018, p. 10). Não há causalidade entre inquietação e a sensação de ter sido traído. O ódio contra Pablló Vittar só pode ser explicado, mais uma vez, colocando-se as reações no contexto da circulação do discurso de “ideologia de gênero”. Para os movimentos antigênero, o erro pelo qual Pablló Vittar deve ser responsabilizada por sua aparição em “*Domingão do*

30 Pereira (2018) lembra que, nos formatos da TV aberta brasileira, a figura da travesti e da *drag queen* se reduzia à representação na comédia, e, não raras vezes, as expunha ao ridículo ou ao espúrio.

Faustão” reside precisamente na sua não conformidade com a ordem do sexo binário – seja esta biológica ou religiosamente defendida. E essa ofensa é enquadrada por tais agentes como conspiração. O objetivo do linchamento virtual da artista, em outubro 2017, era o de instrumentalizá-la como símbolo da suposta degradação da cultura brasileira, da traição aos valores cristãos e à família tradicional.

Embora tenha passado pouco tempo, já é analiticamente perceptível que o linchamento virtual de Pabllo Vittar não é um caso pontual. Consequências se desdobram, eventualmente, em práticas que retratam o boicote enquanto punição legítima. Em dezembro de 2017, documentou-se como alguns comerciantes de Brasília se mobilizaram contra uma propaganda da Coca Cola com Pabllo Vittar (Pereira, 2018, p. 11). Seus atos consistiram em raspar o retrato da cantora das latinhas e, em seguida, circular as fotos nas mídias sociais. Porém, tais práticas eventuais por si só não são suficientes para convencer um público mais amplo do mau comportamento de Pabllo Vittar. Para garantir o efeito duradouro dos linchamentos virtuais, os movimentos antigênero usam meios que exacerbam a sensação de conspiração. Refere-se à proliferação de *memes* e informações enganosas sobre a artista em 2018, conhecidas coloquialmente como *fake news*. Muitos desses foram reunidos sob o título comum “Dessa vez Pabllo Vittar foi longe demais”³¹. Incluíram colagens bizarras – como sobre o plano governamental de imprimir o rosto de Pabllo Vittar em notas de 50 ou equipar semáforos com cílios à moda da *drag queen* – e desinformação sobre a artista iniciar um programa de TV para crianças (veja uma coleção em Evangelista, 2018). Aqui a traição não é apenas a de se opor ao sexo binário. Os contornos que Pabllo Vittar recebe nessa instigação são mais flexíveis. Neles, Vittar ainda é perigosa porque (homo)sexualizaria as crianças, mas ela também é uma suposta agente do Partido dos Trabalhadores, da grande mídia, da indústria ou do Estado e faz parte de um movimento contra a nação. O motivo recorrente para esse tipo de política de ódio é que as forças progressistas precisam se fundir em um bloco de conspiração.

31 Esse título foi também apropriado pelos apoiadores e fãs da artista nas redes sociais, usando-o justamente no sentido contrário, ou seja, enquanto prova do sucesso transgressor e emancipador de Pabllo Vittar na sua ocupação de espaços midiáticos.

Conclusão

A música popular tem se apresentado como um campo social bastante conflituoso. Nos últimos anos, as lutas culturais em torno de gênero não apenas impulsionaram novos campos e linguagens do movimento LGBT na música, mas também uma frente de movimentos antigênero em oposição ao primeiro. Os dois, movimento e contramovimento, estão relacionados nesse sentido. No entanto, a dinâmica entre eles é mais complexa do que um modelo simplista de ação e reação poderia sugerir. A comparação dos dois mostra, entre outros aspectos, que o conteúdo das mensagens políticas nem sempre se relaciona diretamente um com o outro e que também depende da conjuntura política geral. Nos seus ataques a artistas do movimento musical LGBT, os movimentos antigênero quase não fazem referência às intervenções antirracistas das artistas. Em sua retórica, também, os sujeitos trans e travestis geralmente não aparecem como tais, senão apenas sob o guarda-chuva de uma suposta ditadura homossexual, em concerto a quaisquer outros adversários das próprias convicções. Fazem parte da estratégia do atual radicalismo conservador a ignorância e o mal-entendido sobre os novos sujeitos políticos do movimento musical.

Ao mesmo tempo, é importante perceber como se dão as defesas e resistências por parte das musicistas frente aos ataques antigênero. Como vimos no início deste artigo, ainda Pabllo Vittar, a artista de maior êxito comercial do movimento musical LGBT e que não é famosa por uma fala política, insere-se no campo discursivo “interseccional”. Significativamente, Vittar defendeu sua permanência no Brasil não com referência a uma questão individual, mas em nome de uma postura coletiva que insiste na igualdade de direitos para negros, mulheres e LGBTs. A fim de mobilizar uma narrativa sociológica a respeito desse fenômeno discursivo e artístico, presente na recente geração de diferentes musicistas LGBT, propus a nomenclatura conceitual de movimento musical LGBT. Este conceito contribui tanto para superar a negligência da investigação social da música enquanto campo contraditório de negociação de gênero e sexualidade quanto para lapidar as interpretações oriundas dos estudos de comunicação que tendem a descontextualizar a produção musical LGBT dos seus laços com os movimentos LGBT institucionalizados, assim como a demonstrar desatenção aos ataques antigênero.

Os aspectos centrais da caracterização que venho esboçando do movimento musical LGBT remetem aos modos como suas integrantes apresentam uma crescente inquietação social para com a exclusão que as permeia. Desde o seu surgimento, é a sua linguagem interseccional que articula uma oposição a diferentes eixos de opressão – racista, homo/transfóbica, misógina e classista – que, antes de descreverem fenômenos momentâneos ou recentes – referem-se às profundezas históricas da violência no país. Nesse sentido, o movimento musical LGBT se apresenta como algo maior e culturalmente mais desestabilizador do que os seus adversários admitem.

Referências

- Aguião, Silvia (2018). *“Fazer-se no Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Albrecht, Stephen; Fielitz, Maik & Thurston, Nick (2019). Introduction. In: Fielitz, N.; Thurston, N. (orgs.). *Post-digital cultures of the far right: Online actions and offline consequences in Europe and the US* (pp. 7-24) Bielefeld, Alemanha: Transcript.
- Balieiro, Fernando F. (2018). “Não se meta com meus filhos” – a construção do pânico moral das crianças sob ameaça. *Cadernos Pagu*, 53, e185306.
- Barros, Samuel A.R.; Santos, Matheus A.; Passos, Jéssica M.; Oliveira, Paula C. J. A.; Silva, Marta C. & Gomes, Itania M. M. (2011). A sexualidade em Amor & Sexo: representação, discurso e regime de verdade. *INICIACOM*, 3 (1).
- Batista, Fabiano E. A. (2019). *A construção das emoções na mídia brasileira: uma análise do programa Amor & Sexo: o que se tem pensado/falado sobre o amor na TV?* Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Juiz de Fora – Juiz de Fora.
- Boix, Ornela (2019). New uses of music. An analysis based on indie music in Buenos Aires”. *Civitas*, 19 (1), 230-246.

- Brum, Eliane (2018, 12 fevereiro). Fui morto na internet como se fosse um zumbi da série The Walking Dead. *EL PAÍS Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/12/opinion/1518444964_080093.html
- Brum, Eliane (2018, 21 novembro). O ataque dos machos brancos. A tensão de gênero, raça e classe marcou a eleição de 2018. *EL PAÍS Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/21/opinion/1542809746_443796.html
- Coacci, Thiago (2018). *Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte.
- Colling, Leandro (2018). A emergência dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. *Sala Preta*, 18 (1), 152-167.
- Facchini, Regina (2018). Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBT. In: Green, J.N., Quinalha, R., Caetano, M. & Fernandes, M. (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil* (pp. 311-330). São Paulo: Alameda.
- Facchini, Regina & Sívori, Horacio (2017). Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. *Cadernos Pagu*, 50, e175000.
- França, Isadora L. (2012). *Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Freitas, Eliane Tânia (2017). Linchamentos virtuais: ensaio sobre o desentendimento humano na internet. *Revista Antropológica*, 42, 40-163.
- Frith, Simon (1996). *Performing rites. On the value of popular music*. Cambridge MA: Harvard University Press.
- Gomes, Carla de C. (2017). Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 25, 231-255.
- Gonçalves, Alexandre O. (2019). Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da ‘cura gay’. *Religião e Sociedade*, 39 (2), 175-199.

- Gonçalves, Renato. (2016). *Nós duas: as representações LGBT na canção brasileira*. São Paulo: Lapis Roxo.
- Gonçalves, Renato. (2017, setembro). *Uma leitura comunicacional das mediações da canção na contemporaneidade. Uma leitura de 'Zero', de Liniker*. Trabalho apresentado no Intercom, 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2739-1.pdf>
- Green, James. (2000). *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP.
- Grunvald, Vitor. (2019). Lâmpadas, corpos e cidades: reflexões acadêmico-ativistas sobre arte, dissidência e a ocupação do espaço público. *Horizontes Antropológicos*, 25 (55), 263-290.
- Hall, Stuart. (2019). Cultural studies and its theoretical legacies [1992]. In: Morley, D. (org.). *Stuart Hall: selected writings*, vol. 1 (pp. 71-100). Durham e Londres: Duke University Press.
- Hebdige, Dick. (1979). *Subculture: The Meaning of Style*. Londres: Routledge.
- Hill Collins, Patricia & Bilge, Sirma. (2016). *Intersectionality*. Cambridge e Malden: Polity Press.
- Junqueira, Rogério D. (2017). 'Ideologia de gênero': A invenção de uma categoria polêmica contra os direitos sexuais. In: Ramos, M.M.; Nicoli, P.A.G.; & Alkmin, G.C. (orgs.). *Gênero, sexualidade e direitos humanos: perspectivas multidisciplinares* (pp. 221-236). Belo Horizonte: Initia Via.
- Lemos, Urbano Jr. & Gosciola, Vicente. (2018). Representando a representatividade: identidade e gênero no teatro brasileiro contemporâneo. *Revista Aspas*, 8 (1), 98-107.
- Lima, Stephanie P. (2017). Os limites da 'experiência' e da 'liberdade' no Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES). *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, 25, 256-276.
- Machado, Bernardo F. (2019). Moral do controle: sobre inquietações e propostas para pensar 'ideologia de gênero' e o Escola Sem Partido. *Cadernos de campo*, 28 (2), 32-38.
- Mascarenhas Neto, Rubens & Zanolli, Vinícius. (2019). Black, LGBT and from the favelas: an ethnographic account on disidentificatory performances of an activist group in Brazil. *Culture Unbound*, 11 (1), 124-140.
- Messenberg, Débora. (2017). A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Revista Sociedade e Estado*, 32 (3), 621-647.

- Miskolci, Richard. (2018). Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à ‘ideologia de gênero’. *Cadernos Pagu*, 53, e185302.
- Moreira, Melissa I. (2018). *Vozes transcendentais: os novos gêneros na música brasileira*. São Paulo: Hoo Editora.
- Muñoz, José E. (1999). *Disidentifications: queers of color and the performance of politics*. Minneapolis/Londres: University of Minnesota Press.
- Napolitano, Marcos. (2002). *História & Música*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Napolitano, Marcos. (2007). *A síncope das idéias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Nascimento, Íurio F.; Santos, Maria A., & Rodrigues, Isadora M. (2017, junho). *Gênero e sexualidade: uma análise do programa ‘Amor & Sexo’ exibido em 02 de Março de 2017*. Trabalho apresentado no Intercom, XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Fortaleza. <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-1282-1.pdf>
- Noletto, Rafael da S. (2016). O canto da laicidade: Daniela Mercury e o debate sobre o casamento civil igualitário no Brasil. *Religião e Sociedade*, 36 (2), 136-160.
- Paulino, Luana E., & Nunes, Máira de S. (2017). Pablo Vittar: Uma análise de recepção ao videoclipe corpo sensual e visibilidade LGBT. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Comunicação Social). Centro Universitário Internacional Uninter – Curitiba.
- Pereira, Lívia M. D. (2018, outubro). O ‘roteiro do linchamento’ de Pablo Vittar: O discurso de ódio como forma de preservar identidades e valores tradicionais. Trabalho apresentado no COMUNICON, São Paulo. http://anais-comunicon.espm.br/GTs/GTGRAD/GT12/GTGRADUACAO_PEREIRA.pdf
- Prado, Marco Aurélio M., & Correa, Sonia. (2018). Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Psicologia Política*, 18 (43), 444-448.
- Ribeiro, Bruno, & França, Isadora L. (2017, outubro). Sobre flertes e afrontas: entrecruzamentos de raça, gênero e sexualidade em duas festas na cidade de São Paulo. Trabalho apresentado no 25º Congresso de Iniciação Científica da Unicamp, Campinas. <https://proceedings.science/unicamp-pibic/pibic-2017/papers/sobre-flertes-e-afrontas--entrecruzamentos-de-raca--genero-e-sexualidade-em-duas-festas-na-cidade-de-sao-paulo>
- Ribeiro, Bruno. (2018, dezembro). “De suor, *close* e movimento”: a cena preta LGBT de São Paulo e sua construção a partir de festas politicamente engajadas. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília/DF.

- Ribeiro, Djamila. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras.
- Rocha, Rose & Rezende, Aline. (2019). Diva da sarjeta: ideologia envidescida e blasfênea pop-profana nas políticas de audiovisualidade da travesti paulistana Linn da Quebrada. *Contracampo*, 38 (1), 22-34.
- Roth, Julia. (2020). Intersectionality strikes back: right-wing patterns of engendering and feminist contestations in the Americas". In: Dietze, G.; Roth, J. (orgs.). *Right-wing populism and gender: European perspectives and beyond* (pp. 251-271). Bielefeld: Transcript.
- Roy, William G. & Dowd, Timothy J. (2010). What is sociological about music?. *Annual Review of Sociology*, 36, 183-203.
- Santos, Jaqueline S. M., & Brasil, Natasha F. M. (2017, julho). "O grito tem que ser potente": O feminismo negro de MC Carol e Karol Conka. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis. www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais1499430358_ARQUIVO_OGritoTemQueSerPotente.pdf
- Santos, Ana Paula M. T., & Santos, Marinês R. (2018). Geração tombamento e afrofuturismo: a moda como estratégia de resistência às violências de gênero e de raça no Brasil. *Dobras*, 11 (23), 157-181.
- Semán, Pablo. (2016). Música, juventud, hegemonía: salidas de la adolescencia. *Estudios Sociológicos*, 34 (100), 3-40.
- Silva, Gleicy M. (2019). Corpo, política e emoção: feminismos, estética e consumo entre mulheres negras. *Horizontes Antropológicos*, 25 (54), 173-201.
- Vila, Pablo (2012), "Práticas Musicais e Identificações Sociais". *Significação*, v. 39, n. 38, pp. 247-277.
- Villa, Paula-Irene; Jäckel, Julia; Pfeiffer, Zara; Sanitter, Nadine & Steckert, Ralf. (2012). Banale Kämpfe? Perspektiven auf Populärkultur und Geschlecht. Eine Einleitung. In: Villa, P., Jäckel, J., Pfeiffer, Z., Sanitter, N. & Steckert, R. (orgs.). *Banale Kämpfe? Perspektiven auf Populärkultur und Geschlecht* (pp. 7-22). Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaft.
- Wasser, Nicolas. (2017). *The promise of diversity. how Brazilian brand capitalism affects precarious identities and work*. Bielefeld: Transcript.
- Wasser, Nicolas & França, Isadora L. (2020). In the line of fire: sex(uality) and gender ideology in Brazil". *Femina Politica*, 29 (1), 138-141.
- Zanoli, Vinícius P. C. (2019). "Bradando contra todas as opressões!": uma etnografia sobre teias e trocas entre ativismos LGBT, negros, populares e periféricos (Campinas, 1998-2018). Tese. (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Fontes midiáticas

- Amor & Sexo. Programa do dia 02/03/2017, na íntegra. *globoplay*. <https://globoplay.globo.com/v/7143317/> [último acesso: 11.06.2020]
- Amor & Sexo. Programa do dia 06/11/2018, na íntegra. *globoplay*. <https://globoplay.globo.com/v/7143317/> [último acesso: 11.06.2020]
- AI-Brasil (Anistia Internacional Brasil) (2017). QuilomBOX: Coletivo Afrobapho. 28 de setembro de 2017. [Video clip]. https://www.youtube.com/watch?v=cAi_Vk4GUxY [último acesso: 11.06.2020]
- APOGLBT (Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo). (2016). ASSISTA: Vídeo da 16a edição do Prêmio Cidadania em Respeito à Diversidade 2016. 1 de dezembro de 2016. [Web log]. <http://paradasp.org.br/assista-video-da-16a-edicao-do-premio-cidadania-em-respeito-a-diversidade/> [último acesso: 07.09.2020]
- Bernardi, Tati (2017). Eles querem ensinar crianças que os travestis são normais? *Folha de São Paulo*. 17 de março de 2017. [Coluna] <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/tatibernardi/2017/03/1867215-vida-longa-ao-amor-sexo.shtml?origin=folha> [último acesso: 12.05.2020]
- Berner, Vanessa & Boiteux, Luciana. (2017). “Amor & Sexo” e os feminismos. *Revista Cult*. 1 de fevereiro de 2017. [Web log]. <https://revistacult.uol.com.br/home/53156-2/> [último acesso: 11.05.2020]
- De Batom e brincos, cantor Liniker tem 1 milhão de acessos com vídeos. *O Globo G1*. São Carlos e Araraquara, 12 de dezembro de 2015. <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/12/de-batom-e-brincos-cantor-liniker-tem-1-milhao-de-acessos-com-clipes.html> [último acesso: 13.06.2019].
- Emicida (2019), *AmarElo part. Majur e Pablló Vittar*. [Video clip]. <https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU> [último acesso: 11.06.2020]
- Evangelista, Raphael (2018), 21 coisas que vão mudar por causa da Pablló Vittar. BuzzFeed. 9 de Março de 2018. [Web log]. <https://www.buzzfeed.com/br/raphaelevangelista/correntes-de-whatsapp-que-poderiam-ser-mandadas-com> [último acesso: 11.06.2020]
- Karol Conka (2015), *Tombei feat. Tropkillaz (KondZilla)*. [Video clip]. <https://www.youtube.com/watch?v=LfL4H0e5-Js> [último acesso: 15.02.2020]
- Lacerda, Lorena (2016), Geração tombamento: o “lacre” como empoderamento estético entre jovens negras urbanas. *Afronta*. 1 de agosto de 2016. [Web log]. <https://afrontacontato.wixsite.com/afrontaoficial/single-post/2016/08/01/GERAÇÃO-TOMBAMENTO-O-“LACRE”-COMO-EMPODERAMENTO-ESTÉTICO-ENTRE-JOVENS-NEGRAS-URBANAS> [último acesso: 11.06.2020]

- Liberdade de Gênero na Música. SIM – *Semana Internacional de Música de São Paulo*. São Paulo, 6 de dezembro de 2016. <https://www.youtube.com/watch?v=4ujsbS62ChI> [último acesso: 15.02.2019].
- Linn da Quebrada (2017), *Bixa Preta*. [Letras online]. <https://www.lettras.mus.br/mc-linn-da-quebra-da/bixa-preta/> [último acesso: 15.02.2020]
- Linn da Quebrada tem apresentação cancelada em Parada LGBT: ‘Censura’. Folha de São Paulo. 3 de agosto de 2019. <https://f5.folha.uol.com.br/musica/2019/08/linn-da-quebrada-tem-apresentacao-cancelada-em-parada-lgbt-de-joao-pessoa.shtml> [último acesso: 15.06.2020]
- MC Carol & Karol Conka (2016), *100% Feminista*. [Video clip]. <https://www.youtube.com/watch?v=W05v0B59K5s> [último acesso: 15.02.2020]
- Minuano, Carlos (2019), Quero que o meu corpo sirva como motor de revolta, diz Linn da Quebrada. *Universa*. 1 de dezembro de 2019. <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/12/01/quero-que-o-meu-corpo-sirva-como-motor-de-revolta-diz-linn-da-quebrada.htm> [último acesso: 15.06.2020]
- Pablo Vittar nega que vá sair do Brasil: ‘Nem o negro vai voltar pra senzala, nem a mulher pra cozinha, nem o gay pro armário’. *O Globo Gshow*. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2018. <https://gshow.globo.com/programas/conversa-com-bial/noticia/pabl...ra-senzala-nem-a-mulher-pra-cozinha-nem-o-gay-pro-armario.ghtml> [último acesso: 13.06.2019]
- Pimentel, Evandro (2019), Muito mais que uma festa: a verdadeira história da BATEKOO. *Red Bull*, Cultura Urbana. 19 de junho de 2019. [Web log]. <https://www.redbull.com/br-pt/batekoo> [último acesso: 11.06.2020]

Submetido em 19 de junho de 2020.

Aceito em 2 de outubro de 2020.



Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

Entre o “cuidado da casa comum” e a “psicose ambientalista”: disputas em torno da ecoteologia católica no Brasil

Between “Care of the Common House” and “Environmental Psychosis”: Disputes Around Catholic Ecotheology in Brazil

Renan William dos Santos* 

RESUMO

O artigo discute os conflitos de enquadramento e contraenquadramento desencadeados pela mobilização da Igreja Católica no Brasil em torno das questões ambientais. O primeiro passo consiste em mostrar como sacerdotes brasileiros manejaram, ao longo das últimas décadas, as molduras interpretativas estabelecidas pela ecoteologia católica oficial, elaborada no Vaticano. Em seguida, a análise se desloca para as principais características das contestações antiambientalistas encampadas pelo Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), uma espécie de *think tank* do conservadorismo católico brasileiro. Por fim, são examinadas algumas das convergências entre os enquadramentos propostos pelo IPCO e pelo atual governo federal brasileiro.

Palavras-chave: religião e ambientalismo, ecoteologia, disputas de enquadramento.

* Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP).
E-mail: renan_william.santos@hotmail.com

ABSTRACT

The article aims to discuss the conflicts of framing and counter-framing raised by the environmental mobilization of the Catholic Church in Brazil. In the first part, it is presented how the Brazilian priests maneuvered, in the last decades, the frameworks established by the official Catholic ecotheology created in the Vatican. Then, the analysis proceeds to the main characteristics of the anti-environmentalist contests carried out by the Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO) [Plínio Corrêa de Oliveira Institute], a kind of think tank of Brazilian Catholic conservatism. Finally, some convergences between the frames proposed by the IPCO and members of the current federal government in Brazil are examined.

Keywords: Religion and Environmentalism; Ecotheology; Frame Disputes.

Introdução

O ativismo religioso em torno das causas ambientais é um fenômeno crescente e tem sido amplamente documentado em diversos contextos ao redor do mundo (Veldman, Szasz & Haluza-Delay, 2016; Ellingson, 2016; Kearns & Kyle, 2018; Santos, 2017). Em meio a essas iniciativas, a atuação da Igreja Católica vem tendo grande destaque. Documentos até então pouco conhecidos, como encíclicas papais, passaram a ser debatidos e difundidos tanto por católicos quanto por membros de outras religiões, e até mesmo por ambientalistas e parcelas da comunidade científica que não se identificam com qualquer denominação religiosa (Santos, 2019, p. 88).

Não é o apenas o lado simpático à causa ambiental, contudo, que apela às diretrizes religiosas. No Brasil, um dos representantes do contramovimento ambientalista é um coletivo de caráter religioso: o Instituto Plínio Correa de Oliveira (IPCO), espécie de *think tank* do conservadorismo católico brasileiro. Apesar do conjunto de variáveis políticas, teológicas, culturais e geográficas que perpassam o ambientalismo católico, culminando em distintas ênfases e agendas nos diferentes contextos locais, são poucos os que se dedicam a uma negação tão contundente da pauta ecológica como faz o IPCO. Sendo assim, suas contestações ao engajamento ambiental não devem ser encaradas como o segundo lado de uma disputa binária, mas como um lócus significativo justamente pela oposição frontal à corrente hegemônica (pró-ambiental).

Outro fator importante na escolha por analisar esse instituto é sua atual ressonância entre os representantes do poder executivo nacional. Dentre os livros publicados pelo IPCO para tratar do tema, está o *Psicose ambientalista: os bastidores do ecoterrorismo para implantar uma “religião” ecológica, igualitária e anticristã* (Bragança, 2017), recorrentemente citado nas contraposições que o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e seu entorno têm feito aos movimentos ambientalistas.

A intenção neste artigo é, portanto, discutir os conflitos de “enquadramento” e “contraenquadramentos” (Benford & Snow, 2000) que surgem dessas disputas entre iniciativas ecoteológicas encampadas pela Igreja Católica no Brasil e as contestações encampadas pelo IPCO1. A conformação (sempre aberta e mutável) desses diferentes enquadramentos, isto é, o “trabalho de significação ou de construção de sentidos, do qual resultam os quadros interpretativos”, constitui parte significativa da atividade dos movimentos sociais (Bertoncello, 2009, p. 179). O processo, porém, não é simples, uma vez que

a possibilidade de que os interlocutores dos ativistas considerem o enquadramento apresentado pelos movimentos sociais como uma boa definição de “o que está acontecendo aqui” diminui se esse enquadramento não se aproximar, ao menos em parte, das molduras já entendidas como adequadas para esse interlocutor (Pereira & Silva, 2017, p. 190).

No caso em tela neste artigo, as iniciativas ecoteológicas procuram articular propostas ecológicas e molduras religiosas, criando identidades coletivas baseadas, por exemplo, na ideia de que aceitar os princípios teológicos “x” implica necessariamente adotar (ou rejeitar) os princípios ecológicos “y”. São essas escolhas, feitas ao longo de processo de elaboração – que envolve tanto a dimensão interna (o debate entre os membros) quanto a externa (o debate com outros movimentos e contramovimentos) –, que determinam o problema em relação ao qual o movimento demanda mobilização e as estratégias para enfrentá-lo (Alonso, 2009, p. 78).

Vale ressaltar que tal seletividade – que redundava na filtragem de conceitos ecológicos considerados “mais palatáveis e mais adaptáveis” aos diferentes

1 Uma versão preliminar dessa discussão foi apresentada no Simpósio de Pesquisas Pós-Graduadas (SPG) “Movimentos Sociais e Contramovimentos no Brasil Contemporâneo”, realizado durante o 43º Encontro Nacional da Anpocs. Agradeço aos coordenadores e demais participantes pelo debate e pelas contribuições que fizeram na ocasião.

sistemas de crença (Sideris, 2010, p. 448, tradução minha²) – não é um traço exclusivo do ativismo religioso. Por isso, não só as iniciativas ecoteológicas, mas o movimento ambientalista como um todo é um “caleidoscópio” que comporta os mais distintos enquadramentos, identidades, objetivos, aliados e adversários (Castells, 1999, p. 144). Assim, a análise dos conceitos e diretrizes que são incorporadas, rejeitadas ou ressignificadas em cada enquadramento é de fundamental importância para a compreensão sociológica dos movimentos que os articulam.

O levantamento de dados que ampara a discussão aqui proposta – e que também constitui parte de minha pesquisa de doutorado em andamento – utiliza uma série de fontes secundárias, produzidas pelos próprios ativistas ecoteológicos e seus contestadores. Em primeiro lugar, foram feitas pesquisas sobre o tema ambiental no próprio site do Vaticano, que hospeda digitalmente grande parte dos textos pontifícios, conferências, compêndios doutrinários etc. Em seguida, foram compilados os temas, lemas, hinos, orações, reflexões e atividades propostas em quatro Campanhas da Fraternidade que trataram especificamente da questão ambiental no Brasil (1979, 2011, 2016, 2017). Esse *corpus* foi complementado com análise qualitativa (Sabiote, Quiles & Torres, 2005) de artigos sobre meio ambiente escritos por bispos brasileiros ou apresentados em atividades organizadas por entidades oficiais (pastorais, conferências etc.) da Igreja Católica no Brasil. Também foram compilados e analisados artigos e livros de Leonardo Boff, que hoje se identifica como ecoteólogo, mas que ficou conhecido por ser um dos principais representantes da teologia da libertação no Brasil. Por fim, foram examinadas as produções visuais e escritas sobre meio ambiente disponibilizadas nos sites e canais digitais do IPCO e o livro *Psicose ambientalista* (Bragança, 2017), editado pela Comissão de Estudos Ambientais do IPCO.

Transposições da ecoteologia católica oficial: do Vaticano ao Brasil

O cerne do enquadramento proposto pela ecoteologia católica oficial, desde que a mesma começou a ser elaborada no Vaticano, ainda no início da

2 Nas demais citações cujas referências bibliográficas não estejam em português, as traduções são minhas.

década de 1970, consiste na conexão entre a questão ambiental e a questão dos costumes, que estariam se degradando na mesma medida em que, no diagnóstico dos próprios intelectuais católicos, o mundo ia progressivamente colocando a religião católica em segundo plano (Santos, 2017). Segundo esse raciocínio, ambos os ambientes, o físico e o moral, estariam sendo poluídos e, portanto, ambos precisariam ser purificados: não bastaria impedir que seja despejado esgoto nos rios, se a mídia despeja nos lares um conteúdo que “contamina os espíritos com pornografia, programas imorais e *performances* licenciosas” (Paulo VI, 1973).

Haveria, assim, uma conexão entre a “ecologia moral” (mundo interior) e a ecologia física (mundo exterior), e a “aspiração à pureza e à limpeza desses elementos externos” deveria se juntar ao “desejo de que um processo regenerativo semelhante seja aplicado às condutas e ao espírito do homem” (Paulo VI, 1971, p. 3). A “regeneração das condutas” aspirada pela Igreja Católica, como não poderia deixar de ser, significa, nessa perspectiva, a retomada de valores morais que estariam sendo deixados de lado com o avanço da secularização no mundo moderno. Em suma, a ancoragem religiosa dessa proposta ecoteológica consiste no raciocínio de que “se não é a natureza pura e simplesmente que se trata de proteger, mas a ‘natureza criada por Deus’, os ensinamentos da Igreja Católica poderiam ajudar mais do que a ciência, a política e a moral secular” (Santos, 2019, p. 90).

Para as iniciativas católicas que surgiram ao redor do mundo após esses primeiros pronunciamentos de Paulo VI, o quadro oficial da ecoteologia católica funciona como uma espécie de baliza simbólica. Ao contrário do que ocorre em iniciativas ecoteológicas ecumênicas ou inter-religiosas, as iniciativas ecoteológicas originadas no âmbito da Igreja Católica contam com diminuto espaço para a inovação simbólica e adaptações individuais, uma vez que diversos especialistas e assessores assumem a tarefa de centralizar e controlar, a partir do núcleo Vaticano, as orientações que devem ser dadas pela religião sobre cada assunto. Isso, aliás, é típico da dinâmica da esfera religiosa, na qual os sacerdotes têm como função preservar a hierarquia, a doutrina oficial e o funcionamento burocrático do “empreendimento de salvação” do qual são funcionários (Weber, 2004 [1922], p. 303).

Isso posto, é preciso ter em mente que a margem para inovação nos enquadramentos ecoteológicos católicos locais é menor, mas não é inexistente. Ou seja, molduras interpretativas da ecoteologia elaborada pela alta hierarquia

católica podem ser mais ou menos tensionadas pelos sacerdotes e colegiados eclesiais fora do Vaticano (Agliardo, 2016, p. 174; Veldman et al., 2016, p. 301).

No que se refere ao tema da ecologia, a Igreja Católica no Brasil foi uma das primeiras a incorporá-lo e adaptá-lo às suas discussões e pautas locais. Em 1979, mesmo ano em que Francisco de Assis seria proclamado santo padroeiro da ecologia por João Paulo II (1979), ocorreu no Brasil a Campanha da Fraternidade (CF) “Preserve o que é de todos” (CF-1979). Para além da proximidade entre a Igreja Católica e movimentos sociais urbanos e rurais, nessa época marcada pela ditadura (Sader, 1988), contou bastante na escolha do tema da CF-1979 a influência que o ícone ambientalista brasileiro José Lutzenberger exerceu sobre o cardeal Paulo Evaristo Arns (Urban, 2001, p. 80).

Como o evento ocorreu nos tempos áureos da teologia da libertação, a conexão entre ecologia e ética, típica da ecoteologia católica oficial, acionava no contexto brasileiro muito mais questões do âmbito social do que temas da moral individual. Numa das frases do manual que sintetiza esse raciocínio, afirma-se que “há uma íntima relação entre justiça humana e renovação da terra e entre injustiça humana e degradação ambiental” (CNBB, 1978³, p. 84). Além disso, as “duas espécies de poluição mais degradantes”, segundo o documento, seriam a “poluição da miséria” e a “poluição da riqueza” (CNBB, 1978, p. 11). A “poluição moral” de que fala a CF-1979, portanto, é uma poluição que se refere, sobretudo, às injustiças sociais — um tipo de enquadramento interpretativo denominado “ecojustiça”, que apresenta como coisas indissociáveis o dever cristão de ajudar os mais desfavorecidos e a luta contra a degradação ambiental, já que eles serão os primeiros a sentir os efeitos de tal degradação (Kearns, 1996, p. 57).

Em oposição às opressões típicas da sociedade moderna, identificada com a indústria poluente e com o capitalismo, há nessa ecoteologia uma valorização do modelo das populações tradicionais (indígenas, agricultores, posseiros e seringueiros) (Costa, 2015b). Já num plano mais geral, as contradições entre as potências industriais do Norte e os países em modernização no Sul acabam espelhadas no “antagonismo entre viver humildemente e em harmonia com a natureza versus viver na modernidade, com soberba e explorando a natureza” (Costa, 2015a, p. 97).

É interessante notar ainda que, em dado momento do manual da CF-1979, a Igreja Católica brasileira chega a afirmar quase explicitamente que o contexto

3 Os manuais geralmente são lançados no ano anterior às Campanhas.

era propício para o lançamento da campanha ecológica, mas sua intenção não era se alinhar aos movimentos sociais já existentes (identificados como superficiais), e sim propor transformações mais “profundas” que passassem, obviamente, pela ação especificamente religiosa – a única que seria capaz de ir à “raiz do problema” (CNBB, 1978, p. 94).

A figura erigida como modelo desse engajamento ecoteológico proposto pela CF-1979 é a de Francisco de Assis, e o sacerdote que mais se destacava, à época, nas discussões teológicas sobre a figura de Francisco de Assis como modelo ecoteológico, era ninguém menos do que Leonardo Boff. Quatro anos antes da CF-1979, Boff já havia lançado significativo artigo sobre o tema. Intitulado “A não-modernidade de São Francisco: a atualidade do modo de ser de S. Francisco face ao problema ecológico”, o artigo defendia Francisco de Assis como a melhor forma de representar, no âmbito das discussões teológicas, a “síntese entre arqueologia interior com a ecologia exterior” (Boff, 1975, p. 342).

Além disso, também já constava nesse artigo de Boff a mesma estratégia de legitimação da inserção religiosa no debate ambiental através do enquadramento de uma “crise mais profunda”, à qual somente o saber espiritual teria como responder: “o problema da ecologia não está na ecologia e a solução não reside na criação de uma legislação mais restritiva, no invento de instrumentos limitadores da poluição etc. Repousa numa dimensão mais profunda” (Boff, 1975, p. 336).

O alinhamento entre Boff e a doutrina católica oficial, porém, começaria a ruir na década de 1980, na medida em que se iniciava no Vaticano, sob o papado de João Paulo II, um movimento de marginalização da teologia da libertação (tanto em termos teológicos quanto em termos de recursos institucionais), o que caminhou em paralelo com o esvaziamento das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs no território brasileiro (Prandi & Santos, 2015). O documento da Congregação para a Doutrina da Fé⁴, que enquadrava a teologia da libertação como heterodoxia, afirmava que “alguns, diante da urgência de repartir o pão, são tentados a colocar entre parênteses e a adiar para amanhã a evangelização” (Congregação para a Doutrina da Fé, 1984).

Já o estopim do processo que culminou na “imposição de silêncio obsequioso” a Boff foi a repercussão do livro *Igreja: carisma e poder*

4 Órgão católico responsável pela averiguação de possíveis heresias e apostasias. O prefeito da Congregação, à época, era ninguém menos do que Joseph Ratzinger, futuro papa Bento XVI.

(Boff, 1981). Segundo a avaliação da Congregação para a Doutrina da Fé, o “relativismo eclesiológico” defendido por Boff explicitava “profundo desentendimento daquilo que a fé católica professa a respeito da Igreja de Deus no mundo”, e suas ideias colocavam “em perigo a sã doutrina da fé (Congregação para a Doutrina da Fé, 1985).

Na esteira desse escanteamento da teologia da libertação e do apagamento do ativismo político centrado nas CEBs, também o ativismo ecológico da Igreja Católica no Brasil permaneceu adormecido por vários anos, limitando-se apenas a algumas ações isoladas de dioceses e pastorais⁵. A grande efervescência ecológica que agitou o Brasil com a realização da Eco-92, contudo, voltaria a tirar a Igreja Católica de sua inércia: “diante do surpreendente despertar da consciência ecológica em toda a sociedade, a Igreja se sentiu convocada a retomar e aprofundar o tema” (CNBB, 1992, p. 3). O movimento, portanto, ressurgiu de fora para dentro.

Na avaliação da Igreja Católica no Brasil, estaria ocorrendo uma “emergência de movimentos sociais questionadores dos padrões culturais dominantes em nossa sociedade” e, em razão disso, “nas últimas décadas, temas como gênero, etnia, sexualidade e meio ambiente [despontaram] na esfera política como campos de mobilização e luta social” (CNBB, 1992, p. 13). Ou seja, mais uma vez, a Igreja avaliou que o contexto social era propício para o lançamento de uma nova iniciativa ecoteológica. Sua proposta, como sempre, vinha no sentido de “*ampliar* os horizontes da questão do meio ambiente e do desenvolvimento”, considerando-a “à luz de *critérios teológicos e éticos*” (CNBB, 1992, p. 4-14, grifos meus).

O delicado equilíbrio entre holismo, ecologia e ortodoxia

Ao mesmo tempo em que se davam essas discussões no interior da Igreja Católica no Brasil, Boff, que a essa altura já era o mais destacado ecoteólogo do círculo católico latino-americano, renunciava ao sacerdócio por estar na iminência de sofrer uma segunda sanção disciplinar oriunda do Vaticano. O tom que ele adotaria, a partir de então, seria crescentemente

5 As primeiras pastorais da ecologia foram criadas nesse interlúdio, mas até hoje não conseguiram alcançar relevância nacional (Pereira & Borba, 2016, p. 21).

crítico à instituição católica. Segundo defendia em seus escritos da época, haveria, sim, a necessidade de uma evolução espiritual para o saneamento das questões ambientais, mas essa evolução poderia ocorrer “a despeito das Igrejas e das religiões instituídas” (Boff, 1993, p. 149).

Ao abandonar o papel de sacerdote, Boff se viu, então, livre para acionar uma gama de repertórios, táticas, identidades, enquadramentos e redes que seriam rechaçados pela ortodoxia da ecoteologia católica oficial. Alheio aos interesses institucionais da Igreja Católica, Boff passou a desenvolver a ideia, típica de enquadramentos “ambientalistas esotéricos”⁶ (Santos, 2017, p. 39), de que a resolução dos problemas ambientais demandaria um reencantamento do mundo que prescindiria da tutela institucional de qualquer religião.

Foram essas “experimentações reflexivas heterodoxas” que aproximaram Boff cada vez mais do mundo *new age*, no qual passou a ser visto como um “guru” (Camurça, 2007, p. 402-3). Ora, dentre as características distintivas desse *milieu* esotérico consta, justamente, a “busca de novos paradigmas de conhecimento⁷, de uma espiritualidade independente de sistemas religiosos institucionalizados e de uma visão ‘holística’ do homem e da natureza” (Magnani, 1999, p. 7-8). Aliás, Magnani menciona as formulações de Boff, “após suas recentes [ainda na década de 1990] incursões pela seara da

6 Não é incomum que categorias como “esotérico”, “místico”, “heterodoxo” e afins sejam usadas como qualificativos negativos por atores envolvidos nas disputas do campo religioso. Ao mesmo tempo, também é cada vez mais comum a apropriação dessas mesmas categorias por parte dos “acusados”, que as ressignificam como algo positivo justamente por marcar o afastamento em relação ao *status quo* das instituições religiosas tradicionais (ou “arcaicas”). Vale ressaltar, portanto, que a terminologia aqui empregada não carrega nenhuma carga valorativa, seja positiva ou negativa. O tipo denominado como “ambientalismo esotérico”, elaborado em trabalho anterior (Santos, 2017), visa denominar o engajamento “holístico” em favor da natureza no qual “o antropocentrismo dá lugar ao cosmo-centrismo, isto é, o ser humano é apenas mais um elo da grande ordenação cósmica harmônica que engloba todo o universo, dos animais às plantas, passando pelos objetos inanimados e também por outros seres e energias que desconhecemos” (Santos, 2017, p. 41).

7 Vale ressaltar que a demanda por novos paradigmas de conhecimento não significa prescindir da busca pela legitimação no saber científico. É comum, por exemplo, que teóricos da Nova Era “acreditem estar baseando sua espiritualidade na ‘nova física’ ou na teoria quântica” (Taylor, 2001, p. 235). Leonardo Boff também não foge a essa tendência. Eis apenas um exemplo, tirado da obra *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres* (Boff, 2004 [1995], p. 89): “o que existe primeiro é um número indeterminado de probabilidades de seres; os físicos chamam a isso de ‘pacotes de ondas’ [...]. Somente uma partícula, aquela observada, se materializa e se torna existente. Todas as demais probabilidades entram em colapso e desaparecem, voltando ao vácuo quântico. A nossa realidade terrena, pois, foi objeto de uma observação [...]. Quem a observou foi a consciência existente desde o momento da criação”.

Nova Era”, como variações consonantes com a matriz discursiva do circuito neoesotérico (Magnani, 1999, p. 97, nota 43).

O ponto a não se perder de vista é que, a partir de seu aprofundamento nas questões ambientais, Boff passou a postular que o planeta “vivo” (Mãe-Terra, Gaia, Pachamama), mais do que a Igreja, deveria a ser visto como lócus do sagrado. E as críticas não se limitavam à Igreja Católica. Conforme argumentava Boff, apesar de possuir alguns traços positivos do ponto de vista ambiental, o próprio cristianismo também teria certa responsabilidade em relação à crise ecológica, na medida em que ajudou a desencantar o mundo (Boff, 1993, p. 47).

Tais críticas já eram velhas conhecidas da Igreja Católica desde o lançamento do artigo de Lynn White Jr., *The Historical Roots of Our Ecological Crisis*, em 1967⁸. O próprio documento elaborado pela Igreja para a Eco-92 menciona a necessidade de uma “autocrítica da participação dos cristãos, das Igrejas e da teologia cristã na construção do modelo de desenvolvimento linear, utilitarista e predatório do meio ambiente” (CNBB, 1992, p. 9). Em resposta a isso, propõe-se uma “releitura” das narrativas bíblicas a partir da qual se deve entender que “Deus não está distante, totalmente transcendente a essa sua criação” – o que não deve implicar, segundo alerta o documento, na condenável postura de “ressacralizar a natureza” (CNBB, 1992, p. 38-41).

Esse delicado equilíbrio entre o dogmatismo estrito, que rejeita a sacralização da natureza, e a abertura a posturas mais esotéricas é um ponto de tensão em torno do qual todas as propostas ecoteológicas oriundas da instituição católica gravitaram. Quase sempre, as discussões oriundas não só do Brasil mas de todo o contexto católico latino-americano enfatizaram os benefícios ecológicos de uma postura mais mística e contemplativa, aberta à perspectiva de integração dos seres naturais ao universo do sagrado, ao passo que os enquadramentos ditados pelo Vaticano procuraram, sempre que possível, impor freios a esse tipo de abertura que poderia ser considerada panteísta por setores teologicamente mais conservadores.

O simples ato de nomear o planeta, fazendo com isso alusão à metáfora de que ele é um ser vivo, costuma ser um desses pontos de tensão com a

8 Segundo White (2007, p. 83), ao ensinar que Deus criou tudo no mundo para benefício do ser humano, a narrativa judaico-cristã teria motivado o surgimento de um antropocentrismo sem precedentes e, ao se impor historicamente como a religião dominante no Ocidente, o cristianismo acabou “destruindo o animismo pagão”.

ortodoxia católica. Não obstante, o documento da CNBB conhecido como *Profecia da Terra* falava em “Gaia e Pachamama” (CNBB, 2009, p. 63), e a Campanha da Fraternidade de 2011 cantava em seu hino: “Nossa mãe terra, Senhor, geme de dor noite e dia [...]. A terra é mãe, é *criatura viva*” (CNBB, 2010, p. 5, grifos meus).

O mesmo manual da CF-2011, porém, também registra a tentativa vaticana – então sob a égide de Bento XVI – de impor uma maior rigidez doutrinária nas tratativas do tema ecológico. Conforme o “alerta” registrado pelo manual, “Bento XVI quer evitar os desequilíbrios como conceder mais importância à natureza do que à pessoa humana” (CNBB, 2010, p. 78). É também partindo dessas orientações que o manual afirma que a visão desencantada da natureza construída pelo cristianismo “é libertadora para o ser humano, pois contribui para se evitar a sacralização ou demonização do mundo ou de alguns de seus elementos” (CNBB, 2010, p. 85).

A ascensão do argentino Jorge Mario Bergoglio ao papado, contudo, vem retirando alguns desses freios doutrinários e dando mais espaço às “vozes do Sul” nas discussões vaticanas (Maçaneiro, 2016). Vale lembrar, nesse sentido, que além de *A igreja e a questão ecológica*, outro texto latino-americano, o *Documento de Aparecida* (CELAM, 2007), também serviu de aporte à elaboração da encíclica *Laudato Si'* (Francisco, 2015).

Por fim, vale lembrar que o tema ambiental também esteve na pauta da Igreja Católica no Brasil nas Campanhas da Fraternidade dos anos 2016 e 2017, ambas sob o pontificado de Francisco. Essa recorrência no tema por dois anos seguidos, algo extremamente raro, ilustra o esforço protagonizado por Francisco para finalmente emplacar a Igreja Católica como ator relevante no debate contemporâneo sobre o tema ambiental.

A CF-2016 foi ecumênica e teve a organização do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC). Apesar de seu lema ter sido “Casa Comum, nossa responsabilidade”, o foco das discussões foi o saneamento básico. A concretude do tema teve muito a ver com a estratégia de evitar divergências que surgiriam na tratativa de questões mais complexas, como a conexão entre degradação moral (cujo diagnóstico varia conforme cada corpo doutrinário) e degradação ambiental.

Já na CF-2017 aprofundou-se como nunca a conjunção das pautas de justiça social com elementos antes tratados como esotéricos, mas que agora

contam com a chancela do Vaticano. No manual da CF-2017, a diversidade dos biomas brasileiros é valorizada em conjunto com a diversidade cultural, e tudo isso é aglutinado no discurso criacionista que teria o potencial de regenerar, do ponto de vista católico, o relacionamento do ser humano com o planeta, chamado explicitamente de “Mãe-Terra, a Pacha-mama” (CNBB, 2016, p. 165).

Tal abertura à personificação do planeta e à elevação de *status* do mundo natural, vale ressaltar, caminha a par com o sempre repetido pressuposto de que a degradação (antropocêntrica) da moral religiosa individual está, ao fim e ao cabo, na raiz da degradação do meio ambiente. Conforme afirma o manual da CF-2017, “tudo ficaria melhor, na natureza e na sociedade humana, *se vivêssemos de acordo com os preceitos que dele [Deus] recebemos*” (CNBB, 2016, p. 201-2, grifos meus).

Contraenquadramentos religiosos da questão ecológica: IPCO e a “Psicose ambientalista”

Plínio Correia de Oliveira (1908-1995), expoente do catolicismo tradicionalista brasileiro, foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), entidade que protagonizou por décadas no Brasil o ativismo conservador católico contrário a pautas como reforma agrária, divórcio, aborto e comunismo. Plínio e os demais membros da TFP eram alinhados ao integrismo, movimento católico que defendia, internamente à Igreja Católica, a excomunhão de sacerdotes e teólogos progressistas e, na frente externa, a retomada de esferas da vida pessoal e social (sobretudo os espaços políticos) que foram expropriadas da instituição católica com o avanço do processo de secularização (Pierucci, 1992). Em suma, tratava-se de um movimento de reação, ou reacionário, contra a modernização religiosa e contra a modernização social.

Após a morte de Plínio houve intenso conflito sucessório na TFP e formaram-se dissidências. Uma delas, liderada por Adolpho Lindenberg (primo-irmão de Plínio) e por Bertrand de Orléans e Bragança, criou, em 2006, o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO). Lindenberg não é tão presente no ativismo do instituto, mas Bragança, tido como príncipe imperial do Brasil,

é reconhecido sobretudo por sua atuação no movimento de restauração da monarquia brasileira, fazendo-se presente em diversas das manifestações de massa ocorridas desde 2013 (Quadros, 2017, p. 22). Também não é incomum encontrar membros do IPCO em diversas outras manifestações públicas de caráter conservador no Brasil, como os protestos contra a exibição da peça *Jesus Cristo Superstar* (Santos & Crumo, 2019) e contra a participação da filósofa Judith Butler em um seminário em São Paulo⁹.

Nos últimos anos, Bragança também vem centralizando em sua figura a contraposição do IPCO ao movimento ambientalista. Tal contraposição não se reduz à simples negação da pauta, sobretudo porque poucos se oporiam explicitamente à ideia de que é preciso “cuidar da natureza”. A estratégia aqui é parecida com aquela de movimentos com pautas autoritárias que, no entanto, se dizem “a favor da democracia” (sem uma definição clara do que entendem com essa categoria)¹⁰. Ou seja, Bragança e o IPCO colocam-se contra os “ambientalistas” mas, não contra a proteção (“sóbria”, não “psicótica”) do meio ambiente — ainda que, entre seus enquadramentos, constem diretrizes como: por “consequência do pecado [original], a natureza tornou-se hostil” e, portanto, é preciso “dominá-la” (Bragança, 2012, p. 15).

Na retaguarda de Bragança, há uma série de membros do IPCO que atuam ativamente na produção de artigos e na conclamação de passeatas atacando as pautas e as organizações “verdes”. Uma incursão pelos títulos de artigos divulgados pelo IPCO já fornece uma pista do tipo de enquadramento que o instituo propõe para a questão do meio ambiente: “Problema dos ursos polares ‘em extinção’: estão gordos e numerosos demais”¹¹; “Vaticano acolhe maiores inimigos da vida com pretextos ambientalistas radicais”¹²; “Terra entrou em mini-era glacial, mas IPCC ainda discute o furado Acordo de Paris”¹³;

9 Disponível em: <<https://istoe.com.br/filosofa-judith-butler-e-recebida-sob-manifestacoes/>>. Acesso em: 15/04/2020.

10 Para dar apenas um exemplo, basta lembrar que o golpe de 1964 no Brasil foi dado sob o pretexto de defender a democracia – enquadramento este que, atualmente, tem voltado à cena política no país.

11 Disponível em: <<https://ipco.org.br/problema-dos-ursos-polares-em-extincao-estao-gordos-e-numerosos-demais/#.XjkPdNJKinU>>. Acesso em 24/04/2020.

12 Disponível em: <<https://ipco.org.br/vaticano-acolhe-maiores-inimigos-da-vida-com-pretextos-ambientalistas-radicais/#.XjkPjtJKinU>>. Acesso em 24/04/2020.

13 Disponível em: <<https://ipco.org.br/terra-entrou-em-mini-era-glacial-mas-ipcc-ainda-discute-o-furado-acordo-de-paris/#.XjkPstJKinU>>. Acesso em 24/04/2020.

“Brasil sendo desgarrado: a Panamazônia ‘místico-ecológica’ se prepara para ver a luz”¹⁴; “Castelos, abadias e aldeias medievais: melhor integrados na natureza que utopias ‘verdes’”¹⁵; “Prof. Molion denuncia manobras políticas que manipulam a ciência climática”¹⁶; “Aquecimento global’: a maior ‘fake news’ da História”¹⁷.

Algumas dessas produções, em conjunto com a apostila *Ambientalismo: preservação da natureza ou cavalo de Troia?*¹⁸, constituem a base do livro *Psicose ambientalista: os bastidores do ecoterrorismo para implantar uma “religião” ecológica, igualitária e anticristã* (Bragança, 2017), lançado em 2012.

A sinopse do livro descreve da seguinte maneira as intenções do instituto:

o conjunto de atividades empreendidas pelo IPCO visa a mobilização da sociedade civil, a fim de preservar os pilares básicos da civilização cristã ameaçados pela Revolução ateia e igualitária [...]. Dando continuidade a essa Cruzada, o IPCO edita o presente livro – *Psicose Ambientalista* – denunciando a investida das esquerdas para implantar uma “religião” ecológica no Brasil e no mundo (Bragança, 2017).

Segundo o enquadramento proposto pelo IPCO, o movimento ambientalista, de forma genérica, é um cavalo de Troia que esconde, em seu interior, várias das ideologias e pautas às quais o instituto se opõe, tanto no plano político quanto no religioso. Assim, são recorrentes os trechos em que Bragança pretende desmascarar os agentes que estariam camuflados na roupagem ambientalista. Um deles é a teologia da libertação, descrita como “a velha e desacreditada utopia socialista, acolhida em ambientes de esquerda católica, que se apresenta agora com ares de defensora da ‘boa causa’ ambientalista” (Bragança, 2017, p. 11). Além da teologia da libertação, o ambientalismo também estaria propondo “uma nova religião, que pretende

14 Disponível em: <<https://ipco.org.br/brasil-sendo-desgarrado-a-panamazonia-mistico-ecologica-se-prepara-para-ver-a-luz/#.XJkP19JKinU>>. Acesso em 24/04/2020.

15 Disponível em: <<https://ipco.org.br/castelos-abadias-e-aldeias-medievais-melhor-integrados-na-natureza-que-utopias-verdes/#.XJkP29JKinU>>. Acesso em 24/04/2020.

16 Disponível em: <<https://ipco.org.br/prof-molion-denuncia-manobras-politicas-que-manipulam-a-ciencia-climatica/#.XJkP3NJKinU>>. Acesso em 24/04/2020.

17 Disponível em: <<https://ipco.org.br/aquecimento-global-a-maior-fake-news-da-historia/#.XJkP4dJKinU>>. Acesso em 24/04/2020.

18 Disponível em: <<https://ipco.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Ambientalismo-Cavalo-de-Troia.pdf>>. Acesso em 24/04/2020.

justificar e implantar uma sociedade humana igualitária e neotribal, lastreada num misto de pseudociência com filosofias arcaicas e pagãs” (Bragança, 2017, p. 31). Em outros textos, os adversários se multiplicam e, às vezes, se misturam, como um dragão de várias cabeças:

Isto não é outra coisa senão o ideal comuno-indigenista disfarçado de verde. *Por detrás da ecologia surge o marxismo de sempre, com características próprias da Teologia da Libertação [...].* Os argumentos pseudotécnicos amplamente propagandeados são meros pretextos para iludir a opinião pública e implantar uma ordem social falsa, que não é outra coisa senão o socialismo de Estado, ou seja, o velho comunismo metamorfoseado [...]. [P]or detrás dessa investida ambientalista em favor de uma pretensa preservação da natureza, o que se oculta sorrateiramente é o cavalo de Troia do neocomunismo verde (Bragança, 2017, p. 168-71).

Para contra-atacar esse adversário, visto como pluripotente, o IPCO utiliza-se de um repertório discursivo diversificado que lhe permite contestar o (e oferecer recursos de contestação ao) ativismo ecológico em termos religiosos e seculares. De forma esquemática, na seara teológica os raciocínios mais acionados são: a) a acusação de que o movimento ambientalista é herege (panteísta, politeísta etc.) porque sacraliza a natureza e os seres naturais; b) a ideia de que nem a Igreja nem o papa têm legitimidade para tratar do tema ambiental, sendo assim os discursos ecoteológicos formulados pelo Vaticano seriam apenas “sugestões” sem caráter impositivo, derivadas de uma assessoria enviesada, na qual se “infiltraram”, por exemplo, sacerdotes panteístas e adeptos da teologia da libertação; c) a reafirmação de um trecho do livro bíblico de Gênesis (1: 28) no qual consta famoso mandamento da dominação que diz “enchei a terra e sujeitai-a, dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todo animal que rasteja sobre a terra”.

Já na frente secular, há três campos principais de combate: a ciência, a economia e a política. No primeiro, o IPCO recorre à divulgação de diversos estudos dos assim chamados negacionistas ambientais, céticos do clima etc. (Leite, 2015), afirmando basicamente que há uma “contestação científica ruidosa às hipóteses ambientais” (Bragança, 2017, p. 51). Paradoxalmente, segundo o enquadramento proposto pelo IPCO, a carência de evidências é outra característica que faz do ambientalismo uma “religião”. Ou seja,

assume-se, a partir disso, que “religião” é uma categoria de acusação, uma desqualificação. Mais do que isso, as metáforas e ironias utilizadas pelo IPCO para fazer paralelos entre o ativismo ecológico e a crença religiosa muitas vezes partem de exemplos históricos que foram característicos da própria Igreja Católica, como a inquisição:

As discussões ambientais viraram debates sobre dogmas de fé, e quem contrariar as eco-verdades será condenado à fogueira. Se bem que essa nova inquisição, a do aquecimento global, não possa enviar ninguém para a fogueira, porque a lenha e o nosso corpo são feitos de carbono e queimá-los liberará gases que vão incrementar o aquecimento global (Bragança, 2017, p. 43).

Já sobre a crítica econômica das pautas ecológicas, o IPCO busca ressaltar a suposta irracionalidade que deriva dos custos oriundos da demarcação de reservas, das restrições do código florestal à produção agrícola etc. Por fim, na esfera política, afirma-se que a ecologia é uma retórica adotada por políticos de esquerda e seus seguidores ansiosos por maior controle sobre as propriedades e liberdades individuais, ou até mesmo com planos de instaurar “um *governo mundial totalitário*, e assim transformar a humanidade numa sociedade hostil e até persecutória à civilização cristã” (Bragança, 2017, p. 103).

O enquadramento do ativismo ambiental como uma forma de globalismo que se articularia com partidos de esquerda, ONGs e outros atores para atacar a soberania nacional, tal como proposto pelo IPCO, mostrou-se particularmente interessante para o núcleo do atual governo federal brasileiro. Os acontecimentos em torno do Sínodo da Amazônia¹⁹, conclamado pela Igreja Católica, simbolizam bem essa convergência. Segundo membros do governo, o Sínodo seria parte de uma “agenda de esquerda”²⁰, e um dos ministros chegou a afirmar: “estamos preocupados e queremos neutralizar isso aí”, “vamos entrar fundo nisso”²¹. Por sua vez, o IPCO, em um de seus

19 Na Igreja Católica, o sínodo é uma reunião de bispos convocada para tratar de temas específicos de determinado contexto. O Sínodo da Amazônia foi realizado no final de 2019 e teve como objetivo declarado “defender a Amazônia e seus Povos”. Disponível em: <https://repam.org.br/?page_id=962>. Acesso em 25/05/2020.

20 Disponível em: <<https://istoe.com.br/sinodo-da-amazonia-e-um-evento-politico-diz-bolsonaro/>>. Acesso em 24/04/2020.

21 Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,planalto-ve-igreja-catolica-como-potencial-opositora,70002714758>>. Acesso em 24/04/2020.

abaixo-assinados²², declarou-se solidário com “a resolução das autoridades nacionais de defender a integridade do seu território”, uma vez que estariam tendo lugar no Sínodo discussões que representam “inaceitável atentado contra diversas soberanias nacionais”²³.

Ainda que o IPCO não tenha um número expressivo de seguidores, suas formulações têm encontrado ressonância e aderência não só entre segmentos mais reacionários (e minoritários) do catolicismo tradicional, mas também em certos círculos próximos do poder político. Prova disso é que membros próximos ao IPCO e a Bragança vêm ocupando cargos governamentais, além de se reunirem repetidamente com deputados e senadores no Congresso²⁴. Além disso, a obra de Bragança, *Psicose ambientalista*, não só foi propagandeada por Eduardo Bolsonaro em suas contas nas redes sociais como vem sendo recorrentemente citada pelo presidente Bolsonaro em ocasiões nas quais são discutidas questões ecológicas – como no encontro do G-20 com Ângela Merkel e Emmanuel Macron²⁵, no Japão; ou quando acusou o ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) de estar “a serviço de alguma ONG”²⁶ na polêmica sobre a divulgação de dados sobre o desmatamento da Amazônia.

Conclusões

A despeito do caráter centralizado e altamente hierárquico da instituição católica, os enquadramentos ecológicos desenvolvidos pelos sacerdotes brasileiros, tal como foi visto acima, muitas vezes incorporam vértices próprios, ao mesmo tempo em que deixam de lado, ou ressignificam,

22 A contraposição ao Sínodo da Amazônia foi uma das maiores bandeiras do IPCO ao longo de 2019. Para além das usuais passeatas, palestras, organização de eventos de protesto e abaixo-assinados, o instituto chegou a criar até mesmo um domínio online (<https://panamazonsynodwatch.info/>), disponível em português, inglês, italiano e alemão, exclusivamente para criticar o Sínodo.

23 Disponível em: <<https://ipco.org.br/em-defesa-da-soberania-da-regiao-amazonica-e-de-seu-desenvolvimento/>>. Acesso em 24/04/2020.

24 Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588120-monarquistas-ocupam-cargos-em-brasilia-e-reabilitam-grupo-catolico-ultraconservador>>. Acesso em 24/04/2020.

25 Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/29/bolsonaro-diz-ter-falado-para-merkel-que-brasil-e-alvo-de-psiocose-ambientalista.ghtml>>. Acesso em 24/04/2020.

26 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/28/politica/1564267856_295777.html>. Acesso em 24/04/2020.

orientações elaboradas no Vaticano. É por isso que houve, nos enquadramentos ecoteológicos católicos brasileiros, maior abertura a posturas mais esotéricas em relação à natureza e uma ênfase em questões éticas relacionadas a problemas sociais, não a temas da moral individual.

Assim, mesmo com o declínio da teologia da libertação e o afastamento de figuras centrais no tensionamento das molduras da ecoteologia católica oficial, como Leonardo Boff, as iniciativas ecológicas oriundas do catolicismo brasileiro nunca se limitaram à ênfase do moralismo conservador que marca o cerne das orientações vindas do Vaticano – e que permanecem, ainda que de forma às vezes ambígua, no papado de Francisco (Rosado-Nunes, 2013; Santos, 2017).

Isso posto, vale lembrar que, embora a Igreja Católica elabore sua ecoteologia sob uma lógica conservadora, os movimentos (religiosos ou não) que se apropriam dessa ecoteologia não têm necessariamente objetivos igualmente conservadores. Isso reforça o postulado de que a lógica social subjacente à formulação da ecoteologia católica oficial não é, necessariamente, semelhante à lógica de seus desenvolvimentos teóricos ou práticos nas iniciativas locais, que podem até mesmo chegar ao ponto de contradizer intenções de seus mentores originais.

Tais distinções e nuances, contudo, são em grande parte ignoradas pelo IPCO em sua oposição à incorporação católica das pautas ambientais. Para Bragança e seus seguidores, tanto o Vaticano quanto os sacerdotes brasileiros estão sendo iludidos pelo “canto da sereia” ambiental. Aliás, do ponto de vista defendido pelo instituto, as reafirmações conservadoras que porventura constem nessas discussões ecoteológicas poderiam ser mais bem classificadas como disfarces cujo propósito seria apenas desviar o foco dos “guardiães da santa tradição”. Assim, seja em oposição à ecoteologia vaticana ou àquela elaborada pelos sacerdotes católicos brasileiros, o instituto propõe que o ambientalismo é apenas outra ideologia que, na esteira do comunismo, da teologia da libertação, do paganismo, do globalismo etc., está voltada à dissolução ou transformação dos milenares ensinamentos cristãos.

Se o inimigo é visto como dragão de várias cabeças que atua tanto no campo religioso como no secular, também o próprio IPCO, em seus “contraenquadramentos”, procura mobilizar atores relevantes na instituição católica e nas esferas seculares do Estado e da comunidade científica. Dessa maneira, apesar da ancoragem religiosa do instituto, suas redes

ramificam-se não só nos corredores das cúrias e das igrejas, mas também nas diversas instâncias da sociedade civil e do poder público²⁷. Isso possibilita uma instrumentalização recíproca: ao mesmo tempo em que o IPCO dá visibilidade a estudos negacionistas, defende a administração de Bolsonaro e enriquece sua oposição aos movimentos ambientalistas de forma geral, o presidente e seus seguidores divulgam as iniciativas da IPCO, expandem suas redes e potencializam seus recursos.

Como resultado dessa paradoxal confluência conservadora entre membros democraticamente eleitos de uma república e membros de um instituto que tem entre suas pautas principais a restauração da monarquia, a Igreja Católica no Brasil vem sendo cada vez mais empurrada para o campo político da oposição. Nesse novo cenário, ela vem se configurando como potencial ponto de apoio ao ativismo ambiental nacional, seja atuando como “parteira” (Kearns & Kyle, 2018, p. 60) de movimentos ecológicos que não necessariamente levam a marca religiosa, seja usando seu aparato institucional para publicizar crimes ambientais cometidos no país.

Tal reposicionamento não gera só contestações externas, como as do IPCO, mas também críticas internas, que questionam um suposto apagamento do foco religioso que deveria presidir a atuação da Igreja Católica. Tanto assim que, em declarações mais recentes, como aquelas oriundas do Sínodo da Amazônia, o próprio papa Francisco vem reafirmando que o ativismo ambiental católico precisa caminhar em conjunto com a evangelização, do contrário, a igreja estaria se transformando em “mais uma ONG” (Francisco, 2020, p. 19). Assim, resta saber até que ponto uma instituição que se propõe a mediar a salvação no outro mundo estará disposta a alargar suas molduras interpretativas visando motivar, entre seus seguidores, o engajamento em favor da salvação deste mundo.

27 Essa atuação política, porém, é muito mais indireta do que a do segmento evangélico, o qual vem participando cada vez mais ativa e explicitamente da dinâmica partidária e eleitoral do país (Prandi & Santos, 2017; Prandi, Santos & Bonato, 2019).

Referências

- Agliardo, Michael. (2016). The U.S. Catholic response to climate change. In: Robing G. Veldman, Andrew Szasz, & Randolph Haluza-Delay (orgs.). *How the World's Religions Are Responding to Climate Change* (pp. 174-192). New York: Routledge.
- Alonso, Angela. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, 76, pp. 49-86.
- Benford, Robert D., & Snow, David A. (2000). Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, 26 (1), pp. 611-639.
- Bertoncelo, Edison R. E. (2009). 'Eu quero votar para presidente': uma análise sobre a Campanha das Diretas. *Lua Nova*, 76, pp. 169-196.
- Boff, Leonardo. (1975). A não-modernidade de São Francisco: a atualidade do modo de ser de S. Francisco face ao problema ecológico. *Revista de Cultura Vozes*, 69 (5), pp. 335-348.
- Boff, Leonardo. (1981). *Igreja: carisma e poder*. Petrópolis: Vozes.
- Boff, Leonardo. (1993). *Ecologia, mundialização, espiritualidade*. São Paulo: Ática.
- Boff, Leonardo. (2004 [1995]). *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*, Rio de Janeiro: Sextante.
- Bragança, Bertrand de O. e. (2017). *Psicose ambientalista: os bastidores do ecoterrorismo para implantar uma "religião" ecológica, igualitária e anticristã*. IPCO: São Paulo.
- Camurça, Marcelo. (2007). A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica. In: Jorge Ferreira, & Daniel A. Reis (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)* (pp. 387-408). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castells, Manuel (1999), *O poder da identidade*, vol. 2. São Paulo: Paz e Terra.
- CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano. (2007). *Documento de Aparecida*. Brasília: CNBB.
- CNBB – Conselho Nacional de Bispos do Brasil. (1978). *Campanha da Fraternidade 1979*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas.

- CNBB – Conselho Nacional de Bispos do Brasil. (1992). *A Igreja e a questão ecológica*. São Paulo: Paulinas.
- CNBB – Conselho Nacional de Bispos do Brasil. (2009). *Profecia da terra. Brasília*: Edições CNBB.
- CNBB – Conselho Nacional de Bispos do Brasil. (2010). *Campanha da Fraternidade 2011: Manual*. Brasília: Edições CNBB.
- CNBB – Conselho Nacional de Bispos do Brasil. (2016). *Campanha da Fraternidade 2017: Manual*. Brasília: Edições CNBB.
- CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil. (2015). *Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016: Manual*. Brasília: Edições CNBB.
- Congregação para a Doutrina da Fé. (1984). *Instrução sobre alguns aspectos da teologia da libertação*. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html>. Acesso em: 25/04/2020.
- Congregação para a Doutrina da Fé. (1985). *Notificação sobre o livro ‘Igreja: Carisma e Poder: ensaios de eclesiologia militante’ de frei Leonardo Boff*. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19850311_notif-boff_po.html>. Acesso em: 25/04/2020.
- Costa, Elton L. (2015a). *Igreja e ecologia: um diálogo entre as dioceses de Rio Branco/AC e Tubarão/SC (1970-1990)*. Tese. (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC.
- Costa, Elton L. (2015b). A tradição na imagem de São Francisco de Assis: uma representação moderna do problema ecológico. *Mouseion*, 22, pp. 31-53.
- Ellingson, Stephen. (2016). *To care for creation*. Chicago: University of Chicago Press.
- Francisco, Papa. (2015). *Laudato Si’: sobre o cuidado da casa comum*. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_encyclica-laudato-si.pdf>. Acesso em: 01/03/2020.
- Francisco, Papa. (2020). *Exortação Apostólica Pós-Sinodal*. Disponível em <<http://www.sinodoamazonico.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/exortacao-apostolica-pos-sinodal--querida-amazonia-.pdf>>. Acesso em: 19/04/2020.

- IPCO – Instituto Plínio Corrêa de Oliveira. (2012). *Ambientalismo: Preservação da Natureza ou Cavalo de Troia?*. Disponível em: <<https://ipco.org.br/ambientalismo-preservacao-da-natureza-ou-cavalo-de-troia-consideracoes-sobre-o-codigo-florestal/#.XLP0tuhKinV>>. Acesso em: 25/04/2020.
- João Paulo II, Papa. (1979). *Bula Inter Sanctos*. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/es/apost_letters/1979/documents/hf_jp-ii_apl_19791129_inter-sanctos.html>. Acesso em: 01/03/2020.
- Kearns, Laurel. (1996). Saving the Creation: Christian Environmentalism in the United States. *Sociology of Religion*, 57 (1), pp. 55-70.
- Kearns, Laurel, & Kyle, Veronica. (2018). The bitter and the sweet of nature. In Marianne E. Krasny. *Grassroots to Global: Broader Impacts of Civic Ecology* (pp. 41-64) Ithaca: Cornell University Press.
- Leite, José C. (2015). Controvérsias na climatologia: o IPCC e o aquecimento global antropogênico. *Scientiae Studia*, 13 (3), pp. 643-677.
- Maçaneiro, Marcial. (2016). Vozes do sul na encíclica Laudato si': Fontes e temas. *Revista Pistis e Práxis*, 8 (3), 715-760.
- Magnani, José Guilherme. (1999). *Mystica Urbe*. São Paulo: Studio Nobel.
- Rosado-Nunes, Maria J. F. (2013). As aparências não enganam: Francisco é Bergoglio. *Sexuality PolicyWatch*. Disponível em <<http://sxpolitics.org/ptbr/recomendamos-25/3433>>. Acesso em: 01/03/2020.
- Paulo VI, Papa. (1971). *Discours sur les problèmes de la pollution de l'eau et de l'air*. Disponível em <https://w2.vatican.va/content/paul-vi/fr/speeches/1971/march/documents/hf_p-vi_spe_19710327_inquinamento.pdf>. Acesso em: 01/03/2020.
- Paulo VI, Papa. (1973). *Udienna Generale* de 7 de novembro. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/audiences/1973/documents/hf_p-vi_aud_19731107.pdf>. Acesso em: 01/03/2020.
- Pereira, José Carlos, & Borba, Rodrigo C.N. (2016). *Pastoral da ecologia e do meio ambiente*. Brasília: CNBB.
- Pereira, Matheus M., & Silva, Marcelo K. (2017). O dilema do enquadramento interpretativo: o caso das interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia. *Sociedade e Estado*, 32 (1), pp. 189-216.
- Pierucci, Antônio Flávio. (1992). Fundamentalismo e integrismo: os nomes e a coisa. *Revista USP*, 13, pp. 144-156.

- Prandi, Reginaldo, & Santos, Renan W. (2015). Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. *Contemporânea*, 5 (2), pp. 351-379.
- Prandi, Reginaldo, & Santos, Renan W. (2017). Quem tem medo da bancada evangélica?. *Tempo Social*, 29 (2), pp. 187-213. <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.110052>
- Prandi, Reginaldo, Santos, Renan W., & Bonato, Massimo. (2019). Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. *Revista USP*, 120, pp. 43-60. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i120p43-60>
- Sader, Éder. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Quadros, Marcos R. (2017). Conservadorismo coroado: movimentos monarquistas no Brasil atual. *Estudos de Sociologia*, 22 (42), pp.15-34.
- Sabiote, Clemente R., Quiles, Oswaldo L., & Torres, Lúcia H. (2005). Teoría y práctica del análisis de datos cualitativos: proceso general y criterios de calidad. *SOCIOTAM*, 15 (2), pp. 133-54.
- Santos, Renan W. (2017). *A salvação agora é verde: ambientalismo e sua apropriação religiosa pela Igreja Católica*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Santos, Renan W. (2019). Direitos da natureza e deveres religiosos: tensões entre a ecologia católica e movimentos ambientalistas seculares. *Religião & Sociedade*, 39 (2), pp. 78-99. DOI: <https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n2cap03>
- Santos, Renan W., & Crumo, Camila A. (2019). Quando a religião sobe ao palco. *Ciências sociais Unisinos*, 55 (2), pp. 204-11. DOI: <http://dx.doi.org/10.4013/csu.2019.55.2.06>.
- Sideris, Lisa H. (2010). Religion, Environmentalism, and the Meaning of Ecology. In Roger S. Gottlieb (org.). *The Oxford Handbook of Religion and Ecology* (pp. 446-64). New York: Oxford University Press.
- Taylor, Bron. (2001). Earth and Nature-Based Spirituality (Part II): From Deep Ecology to Radical Environmentalism. *Religion*, 31, pp. 225-45.
- Urban, Teresa. (2001). *Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil*. São Paulo: Peirópolis.

- Veldman, Robing G., Szasz, Andrew, & Haluza-Delay, Randolph. (2016). Climate change and religion as global phenomena. In Robing G. Veldman, Andrew Szasz, & Randolph Haluza-Delay (orgs.). *How the World's Religions Are Responding to Climate Change* (pp. 297-315). New York: Routledge.
- Weber, Max. (2004 [1922]). Sociologia da religião. In Max Weber. *Economia e Sociedade - vol. 1* (pp. 279-418). São Paulo: Editora Universidade de Brasília.
- White Jr., Lynn T. (2007 [1967]). Raíces históricas de nuestra crisis ecológica. *Revista Ambiente y Desarrollo de CIPMA*, 23 (1), pp. 78-86.

Submetido em 1º de maio de 2020.
Aceito em 2 de outubro de 2020.



Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

O repertório da ação policial: contribuições da literatura sobre policiamento a protestos para o estudo da repressão política no Brasil

The repertoire of police action: contributions from protest policing literature for the study of political repression in Brazil

Eduardo Georjão Fernandes* 

RESUMO

A atuação policial em protestos tem sido uma temática recorrente do debate público nacional. No campo acadêmico, porém, identifica-se uma desconexão entre os campos da ação coletiva/movimentos sociais e da violência/segurança pública. O objetivo do estudo é contribuir, a partir de uma revisão de literatura, para a construção do diálogo entre os estudos internacionais sobre policiamento a protestos e as pesquisas nacionais em violência. Para tanto, são propostos os seguintes direcionamentos: a construção de um arcabouço conceitual que define os termos centrais desse diálogo; a identificação de um amplo campo de controle social da ação coletiva; a mobilização do conceito de repertório para mapeamento de táticas e estratégias de controle da ação coletiva; a construção de abordagens que relacionam o repertório policial às características institucionais e culturais das polícias brasileiras.

Palavras-chave: policiamento a protestos, ação coletiva, repertório da ação policial.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor do Centro Universitário Uniftec.
E-mail: eduardo.g.fernandes@gmail.com

ABSTRACT

Police action at protest events in Brazil is a recurring topic of national public debates. In the academic field, however, I identify a disconnection between the fields of collective action/social movements and violence/public security. The aim of this study is to contribute, based on a literature review, for establishing a dialogue between the international studies on protest policing and the national research on violence. Therefore, I propose the following directions: the construction of a conceptual framework that defines the central terms of this dialogue; the identification of a broad field of social control of collective action; the mobilization of the concept of repertoire to classify control tactics and strategies; the construction of approaches that relate the police repertoire to the institutional and cultural characteristics of Brazilian police.

Keywords: protest policing, collective action, repertoire of police action.

Introdução

No período recente, a atuação policial em eventos de protesto no Brasil tem sido uma temática recorrente do debate público, em especial desde os massivos protestos de junho de 2013. As formas de ação adotadas pelas forças policiais têm sido classificadas por diferentes atores, seja de forma crítica – com a construção e a disseminação de pautas “contra a violência policial” e “contra a criminalização dos movimentos sociais” –, seja de forma favorável ao endurecimento policial – com a construção e disseminação de pautas restritivas à mobilização social. Relatórios produzidos por organizações não governamentais, por exemplo, buscam sistematizar as violações ao direito de protesto ocorridas nos últimos anos, salientando a articulação dos três poderes em torno da restrição ao direito de protesto pós-2013 (Artigo 19 Brasil, 2014; 2019).

No campo acadêmico das ciências sociais, a atuação policial em eventos de protesto tem sido pouco estudada. Em consulta ao termo “repressão política” no *Catálogo de Teses e Dissertações CAPES*,¹ foram encontrados 62 resultados para teses e dissertações que abordam, com centralidade, o tema

1 Os estudos que tratavam da “repressão política” como contexto ou questão secundária não foram incluídos nos resultados. Fonte: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>>. Último acesso em: 29/09/2020. Pesquisa realizada em 23/09/2020.

da repressão e/ou do controle policial da ação coletiva. Esses estudos em sua maioria são oriundos do campo da história (36 resultados) e analisam a repressão durante o regime militar de 1964-1985 (39 resultados). Pesquisas do campo das ciências sociais (nove resultados) e sobre eventos pós-transição democrática (três resultados) são pouco frequentes.

Parte da lacuna teórica no estudo das táticas policiais de controle da ação coletiva é explicada, no Brasil, pela desarticulação do debate entre dois campos de pesquisa específicos: a sociologia da ação coletiva e dos movimentos sociais, de um lado, e a sociologia da violência e da segurança pública, de outro. Esses campos desenvolveram-se no país de forma relativamente autônoma e pouco dialogam entre si. Ainda, identifica-se um escasso diálogo da literatura brasileira com o campo internacional de estudos do policiamento a protestos (*protest policing*) (Davenport, Johnston, & Mueller, 2005; Della Porta, & Reiter, 1998; 2006; Earl, 2003; 2006; 2011; Fernandez, 2008; Koopmans, 1997).

A partir desse diagnóstico, o objetivo desta pesquisa é, por meio de um balanço da literatura, propor a conexão entre as pesquisas internacionais sobre policiamento a protestos e os estudos brasileiros em violência e segurança pública. Este artigo inicia-se, na seção seguinte, por uma revisão da literatura internacional sobre policiamento a protestos, com foco sobre a proposição de direções teórico-metodológicas para estudo do controle da ação coletiva. Na seção posterior, a partir de uma revisão das pesquisas brasileiras sobre violência e segurança pública, é proposta a adoção da abordagem “polícia-centrada” para explicação do repertório da ação policial no Brasil. Nas considerações finais são propostas questões para a construção de uma agenda nacional de pesquisa sobre o controle policial da ação coletiva.

A literatura internacional sobre policiamento a protestos

O campo acadêmico do policiamento a protestos, cujo foco é o estudo das formas e dos efeitos do policiamento sobre eventos de protesto, é amplo e variado, havendo um avanço considerável nos últimos 30 anos e um número significativo de pesquisas desde os anos 2000 (Earl, 2011). Apesar da longevidade dessa agenda pesquisa, esses estudos possuem alguns vieses.

Espacialmente, identifica-se a concentração de objetos empíricos em países do “Norte Global” (América do Norte e Europa); temporalmente, as análises concentram-se sobre eventos de protesto ocorridos na segunda metade do século XX e no início do século XXI (Fernandes, 2020).

Quanto ao enquadramento conceitual, esses estudos tendem a focar o policiamento a eventos de protesto, ou seja, as situações de interação nas ruas entre manifestantes e forças policiais. A maioria dos estudos, ademais, não explicita o conceito de repressão, implicitamente assumindo que a repressão é a ação adotada pelas autoridades governamentais – geralmente identificada a partir do confronto físico entre agentes policiais e manifestantes (Fernandes, 2020).

As consequências analíticas desses vieses já foram identificadas por alguns autores, dentre os quais se destaca o trabalho de Earl (2003, 2004, 2006, 2011). Earl (2003) e Cunningham (2003) apontam que pesquisadores(as) da ação coletiva, por estarem mais apropriados(as) do vocabulário desse campo e por tenderem a situar os movimentos sociais como unidade de análise, frequentemente atribuem um papel secundário à ação de outros atores, grupos e instituições (forças policiais, mídias etc.). Ao se adotar o ponto de vista específico dos movimentos sociais, as ações das forças policiais, quando abordadas, tendem a ser tratadas como elementos relativamente exógenos e que atuam de modo a necessariamente elevar os custos da ação coletiva.

Alguns estudos dessa literatura, por outro lado, adotam as instituições policiais como unidade de análise, analisando as características culturais e organizacionais dessas instituições para além da faceta visível da atuação nas ruas. Tais estudos são as denominadas abordagens “polícia-centradas” (*blue approach*) (Cunningham, 2003; Della Porta, & Reiter, 1998; Earl, & Soule, 2006; Rafail, 2010; Waddington, & King, 2007).

Considerando-se o acúmulo dessa agenda de pesquisa, parte-se aqui da hipótese de que o diálogo entre a literatura internacional sobre policiamento a protestos e o campo nacional da violência e da segurança pública é profícuo. A seguir são propostos três caminhos teórico-metodológicos para que a conexão entre esses campos ocorra: a construção de um arcabouço conceitual preciso sobre os elementos da ação coletiva e da ação repressiva; a expansão do olhar analítico da repressão física e situacional para o estudo do campo de controle social da ação coletiva; a mobilização eclética do conceito de repertório para classificar táticas e estratégias de controle da ação coletiva.

Do que estamos falando? Confronto político, ação coletiva, movimentos sociais e protestos

A aproximação entre campos de estudo distintos – oriundos de tradições teóricas igualmente distintas – envolve o desafio inicial da construção de um vocabulário comum, que evite desentendimentos a respeito do que se está falando. Por exemplo, é esperado que um(a) pesquisador(a) do campo da violência utilize de forma intercambiável os termos “mobilização”, “movimentos sociais” e “protestos”, como se sinônimos fossem. Com vistas à construção de “pontes” semânticas que diminuam as distâncias da linguagem, essa seção busca definir os principais conceitos oriundos do campo de estudos da ação coletiva: confronto político, ação coletiva, movimentos sociais e protesto.

Parcela importante dos estudos internacionais sobre policiamento a protestos adota a abordagem do “confronto político” (*contentious politics*) (McAdam, Tarrow, & Tilly, 2001; Tilly, & Tarrow, 2015). Essa abordagem tem como proposta central o deslocamento do foco analítico do estudo isolado dos movimentos sociais para a análise dinâmica dos movimentos na relação com diversos atores, grupos e instituições – tais como mídias, governos, polícias, contramovimentos e corporações privadas. Estudos sob essa perspectiva buscam explicar como atores em cooperação ou em oposição podem se transformar mutuamente durante a interação, salientando-se o caráter dinâmico do confronto político (Della Porta, & Tarrow, 2012; Fernandez, 2008; Moss, 2014; Gillham, & Noakes 2007). Tilly e Tarrow (2015, p. 7) definem “confrontos políticos” como

interações nas quais determinados atores apresentam demandas que afetam os interesses de outros atores levando a esforços coordenados em defesa de interesses ou programas compartilhados e nas quais governos estão envolvidos como alvos ou iniciadores de demandas ou, ainda, como terceiros interessados (*tradução própria*).

Já “movimentos sociais”, em uma definição amplamente citada na perspectiva do confronto político, são conceituados como “redes de interação informal entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada” (Diani, 1992, p. 3). Essa definição pode ser

desmembrada em três elementos: a constituição de redes de interação informal; o compartilhamento de uma identidade coletiva; o engajamento em uma ação conflitiva.

Por outro lado, “ação coletiva” pode ser definida como a conexão entre o nível individual e o coletivo, “a ação conjunta de pessoas visando interesses comuns” (Tilly, 1978, p. 7, *tradução própria*). Refletir sobre a ação coletiva envolve investigar, entre outros aspectos, como os indivíduos podem atuar juntos, por que estes se engajam em um coletivo, como as ações se tornam coletivas e, ainda, quais tipos de ação são adotados para os fins coletivamente estabelecidos. A ação coletiva não necessariamente é contestatória, mas os movimentos sociais caracterizam-se, entre outros elementos, pelo engajamento em ações conflitivas. Destaca-se que os movimentos sociais são uma espécie do gênero ação coletiva, ou seja, movimentos sociais são uma das formas como os indivíduos podem se associar para agir coletivamente. Indivíduos que se organizam pela Internet para a realização de um protesto de rua, por exemplo, configuram uma ação coletiva mesmo que não estejam vinculados organicamente a uma reivindicação ou formalmente a uma organização de movimento social.

A seguir, “protestos” podem ser definidos como uma forma geralmente não rotinizada de afetar processos políticos, sociais e culturais (Della Porta, & Diani, 2006). Protestos são eventos realizados frequentemente – mas não exclusivamente – por organizações de movimentos sociais para expressão de reivindicações e busca de persuasão de autoridades e/ou da opinião pública sobre a legitimidade dessas reivindicações, configurando-se, assim, “arenas de contestação nas quais corpos, símbolos, identidades, práticas e discursos são usados para persuadir ou prevenir mudanças nas relações de poder institucionais” (Taylor, & Van Dyke, 2004, p. 68, *tradução própria*).

Eventos de protesto constituem uma das principais formas contemporâneas de demonstração pública de demandas coletivas e são frequentemente mobilizados por meio de marchas/passeatas em vias públicas. Como já evidenciado, parte relevante da literatura sobre repressão a movimentos sociais e aos diversos tipos de ação coletiva tende a focar eventos de rua nos quais são identificadas interações de confronto (geralmente violentas) entre manifestantes e forças policiais.

Porém, o foco sobre eventos de protesto tende a invisibilizar formas de interação que ocorrem entre agentes repressivos e diferentes modalidades,

elementos e temporalidades de ação coletiva. As táticas policiais de vigilância, por exemplo, podem ser mobilizadas em diferentes momentos (antes, durante e após eventos de protesto) e incidir tanto sobre eventos de protesto quanto sobre os vínculos organizativos de movimentos sociais (como no caso de inquéritos e processos criminais contra integrantes dessas organizações), sobre a ação de ativistas específicos etc. Assim, o olhar amplo sobre a ação coletiva permite uma visão mais complexa – e não restrita a confrontos no momento de um protesto – sobre a incidência da ação repressiva.

Figura 1 - Diagrama das relações conceituais entre ação coletiva, movimento social, protesto



Fonte: autoria própria.

Da repressão ao controle social da ação coletiva

Por outro lado, quais são as definições mais adequadas para se conceituar a ação repressiva? Na literatura sobre ação coletiva é de Tilly (1978, p. 100, *tradução própria*) o conceito mais clássico de repressão: “qualquer ação por outro grupo que aumenta o custo da ação coletiva de um grupo competidor”. Tilly (2006) ainda distingue repressão de facilitação, sendo esta última definida como a ação que diminui o custo da ação coletiva:

Quadro 1 - Repressão e facilitação segundo Tilly

	Antecipatória	Responsiva
Repressão	Ações preventivas e ameaças	Retaliação
Facilitação	Mobilização	Recompensas

Fonte: Tilly (2006, p. 74, *tradução própria*)

O mérito dessa definição é sua abrangência, dado que Tilly não restringe o promotor da repressão a autoridades policiais ou estatais, abrindo-se possibilidades de estudo das formas como outros atores – contramovimentos e mídias, por exemplo – atuam para o aumento do custo da ação coletiva. Ademais, Tilly não reduz o escopo da repressão à ação física ou à coerção violenta, deixando também um campo aberto para a investigação de diferentes modalidades de ação repressiva, as quais podem atuar de forma antecipatória ou responsiva (reativa). Entretanto, a amplitude do conceito de Tilly não foi suficientemente explorada pela literatura sobre movimentos sociais e ação coletiva, restringindo-se a maioria dos estudos desse campo à repressão física observável e violenta operada por autoridades estatais – predominantemente forças policiais – diante de eventos de protesto (Earl, 2003, 2004, 2011; Oliver, 2008; Starr, Fernandez, & Scholl, 2011).

Earl (2011, p. 263, *tradução própria*), por seu turno, propõe o seguinte conceito de repressão: “uma ação estatal ou privada dirigida a prevenir, controlar ou constranger a ação coletiva não institucional (exemplo: protesto), incluindo sua iniciação”. Para caracterizar essas diferentes dimensões da ação repressiva, Earl (2003, p. 47) cria a seguinte tipologia:

Quadro 2 - Tipologia da ação repressiva segundo Earl

A identidade do agente repressivo	Agentes estatais fortemente conectados com as elites políticas nacionais (ex.: unidades militares e governos militares)	Agentes estatais vagamente conectados com as elites políticas nacionais (ex.: departamentos de polícia locais nos Estados Unidos)	Agentes privados (ex.: contramanifestantes e participantes de contramovimentos)
O caráter da ação repressiva	Coerção (ex.: o uso de gás lacrimogêneo e baças de borracha)	Canalização (ex.: restrições à isenção de impostos para organizações de movimentos sociais)	
Se a ação repressiva é observável	Observável (aberta ou manifesta; ex.: o massacre da Praça Tiananmen)	Não observada (coberta ou latente; ex.: COINTELPRO)	

Fonte: Earl (2003, p. 47, tradução própria)

Além de diferenciar as possíveis identidades do agente repressivo quanto à relação deste com o Estado e de separar a ação observável da não observável, Earl estabelece uma diferenciação entre “coerção” (*coercion*) e “canalização” (*chanelling*). A primeira refere-se à demonstração ou uso da força por agentes repressivos tradicionais – o uso de bombas de gás lacrimogêneo, por exemplo; a segunda refere-se a formas mais indiretas de repressão, que agem sobre “as formas de protesto disponíveis, o *timing* dos protestos e/ou os fluxos de recursos para os movimentos” (Earl, 2003, p. 49).

Porém, Earl (2004, 2006) também afirma que o conceito de repressão, por sua excessiva utilização –, geralmente carregada de uma conotação negativa – deveria ser usado de forma parcimoniosa, dando-se preferência ao conceito de “controle social”. No presente estudo compartilha-se da posição de Earl e se entende que o conceito de “controle social” permite a ampliação do olhar dos(as) pesquisadores(as) e a identificação de formas geralmente não estudadas pela literatura sobre movimentos sociais na interação entre ativistas e seus opositores (Boykoff, 2007; Cable, 2019; Earl, 2004; Fernandez, 2008; Starr *et al.*, 2011).

Todavia, o que se entende por “controle social”? A discussão sobre controle social remonta a diversas tradições filosóficas e sociológicas (Starr *et al.*, 2011, p. 3). Reconhecendo-se o amplo debate em torno desse conceito, adota-

se aqui a definição de Zald (1978, p. 83) de controle social como “o processo pelo qual indivíduos, grupos e organizações tentam tornar a *performance*, o comportamento e as operações de outros grupos, organizações e indivíduos, em conformidade com os padrões de comportamento ou preferências normativas”.

No campo da ação coletiva essa definição implica que, ao mesmo tempo em que há indivíduos e grupos cuja ação objetiva mudanças sociais e o questionamento da ordem instituída, em oposição, há um conjunto de indivíduos e grupos voltados para controlar a ação dos primeiros. Nas disputas em torno da mudança ou da manutenção da ordem, o Estado é um ator central, o que se traduz em instituições coercitivas como as polícias. Essas representam, porém, a faceta mais evidente do controle estatal. Outros campos, como o jurídico e o legislativo, conformam o aparato estatal voltado para o controle social (Barkan, 2006; Oliver, 2008). Atores e grupos não estatais, como contramovimentos e mídias, podem também atuar para a manutenção da ordem social. Destacam-se, ainda, modalidades mais difusas e informais de controle, como a violência privada exercida cotidianamente contra minorias sociais.

Assim, adota-se aqui a ideia de que há um “sistema de controle social” (Starr *et al.*, 2011, p. 2), ou um “campo multiorganizacional de controle social”, o qual limita e impõe dificuldades à transformação de demandas individuais em ação coletiva, desde sua iniciação até o momento posterior à ação. A atuação de forças policiais nas ruas, os inquéritos policiais e processos criminais contra ativistas, as legislações restritivas ao direito de protesto, os enquadramentos midiáticos que deslegitimam a ação de movimentos são algumas das formas por meio das quais o controle social é exercido sobre a ação coletiva.

Recentemente têm sido realizados esforços para conectar a literatura sobre movimentos sociais ao campo do “controle social” (Boykoff, 2007; Cable, 2019; Earl, 2004; Fernandez, 2008; Noakes, & Gillham, 2006; Oliver, 2008; Starr *et al.*, 2011). O estudo de Oliver (2008) propõe a incorporação do encarceramento em massa – especialmente a partir do caso da população negra dos Estados Unidos – como uma forma de controle da ação coletiva. A autora interpreta que o encarceramento da população negra é uma forma de desarticular esses grupos antes mesmo que eles possam se organizar coletiva e politicamente. Noakes e Gillham (2006) dialogam com Garland (2001)

e entendem que o policiamento ao protesto no século XXI tem seguido algumas tendências identificadas no campo do controle criminal.

Figura 2 - Diagrama do controle social da ação coletiva



Fonte: autoria própria.

Uma das principais contribuições das pesquisas acima citadas é demonstrar a constituição de um campo relativamente autônomo de controle social, o qual impacta decisões, estratégias e táticas de controle à ação coletiva. Por essa perspectiva, explicar o policiamento a eventos de protesto apenas como dependente da configuração da ação coletiva – identidade dos manifestantes, tamanho do protesto, táticas da ação coletiva, entre outros – é insuficiente.

Repertório, táticas e estratégias policiais de controle à ação coletiva

A partir da amplificação conceitual operada pela identificação de um campo de controle social da ação coletiva, questiona-se: como proceder para a classificação e sistematização das múltiplas formas do controle da ação coletiva? Com vistas a responder de forma exemplar a essa questão, restringe-se aqui o foco à atuação das instituições policiais. Parte-se de uma proposta de estudo das formas de ação policial por meio dos conceitos de repertório, táticas e estratégias policiais de controle à ação coletiva.

Um dos conceitos centrais das teorias dos movimentos sociais é o de “repertório da ação coletiva” (Tilly, 1978). Fundando-se na metáfora oriunda do campo do teatro, Tilly busca com esse conceito propor que os atores engajados em ações coletivas dispõem de um conjunto de ações para expressar publicamente suas demandas. Esse conjunto de ações – “as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados” (Tilly, 1995, p. 41) – tende a variar pouco temporalmente, configurando um leque reduzido de possibilidades de ação a cada período histórico. As ações que fazem parte de um repertório são mobilizadas em situações de contestação e, a depender do sucesso ou do fracasso, configuram um determinado *script* sobre as formas como atores e grupos podem pleitear publicamente suas reivindicações.

Embora o conceito de repertório tenha sido formulado para estudo dos padrões da ação coletiva contestatória, entende-se aqui que esse conceito pode ser também aplicado para classificar as formas de controle social, como no caso das ações policiais. Assim como os atores engajados em ações coletivas desenvolvem “protótipos” de atuação, as instituições policiais igualmente constituem um repertório de ação nas interações com os ativistas, as organizações de movimentos sociais e a ação coletiva de modo geral. Os tipos de ação policial disponíveis – como o uso de bombas de efeito moral e a detenção de ativistas – fazem parte de um repertório, sendo tais ações adotadas preferencialmente em relação a outras, a depender de um conjunto de variáveis. Postula-se aqui que o conjunto de ações disponíveis às forças policiais para controle da ação coletiva constitui um “repertório da ação policial”.

Entende-se, ainda, que, assim como a unidade dos repertórios da ação coletiva consiste nas táticas de ação – tais como passeatas, ocupações, depredação de patrimônios –, as unidades que conformam, em conjunto, o repertório da ação policial são as táticas policiais de controle à ação coletiva – como detenções, uso de armamento menos letal, monitoramento de redes sociais etc.

As táticas policiais de controle da ação coletiva não são adotadas aleatoriamente, mas sim de modo combinado, ou seja, algumas táticas tendem a ser pareadas com outras – por exemplo, bombas de efeito moral, balas de borracha e detenções. A combinação de diferentes táticas é o resultado da construção de determinados padrões ou modelos de policiamento, dado que as forças policiais, desde o comando até os agentes de rua, buscam determinados fins – por exemplo, a dispersão de eventos de protestos. O uso combinado de táticas visando a fins específicos é aqui conceituado como “estratégias policiais de controle”. As estratégias são também denominadas pela literatura sobre movimentos sociais como “modelos de policiamento” (*policing models*) (Della Porta, & Reiter, 1998).

Parcela importante da literatura sobre movimentos sociais, ao focar o estudo da ação policial, busca classificar quais seriam as estratégias predominantes nos períodos e territórios estudados e como essas estratégias variam. Essas pesquisas, como já afirmado, tendem a se concentrar em países de democracias ocidentais do “Norte Global”, o que resulta em certo consenso entre elas a respeito da história recente do controle policial à ação coletiva, diferenciando-se três estratégias principais: “força em escalada” (*escalated force*) (Della Porta, & Reiter, 1998; McPhail, Schweingrubber, & McCarthy, 1998); “gestão negociada” (*negotiated management*) (McPhail *et al.*, 1998); “incapacitação estratégica” (*strategic incapacitation*) (Gillham, 2011; Gillham, & Noakes, 2007).

Segundo esses estudos, até a década de 1970, predomina nos países democráticos do Ocidente uma estratégia de policiamento definida como “força em escalada”. Essa estratégia “não tolera direitos dos cidadãos a protestar e frequentemente ostenta o recurso imediato ao uso excessivo da força, dando precedência a táticas brutais e repressivas” (Della Porta, & Atak, 2015). As táticas centrais dessa estratégia são direcionadas à dispersão – prisões generalizadas, uso de armamento letal e não letal etc.

Durante a década de 1970, a estratégia de força em escalada passa por um processo de deslegitimação social, em especial nos Estados Unidos, onde o governo federal adota medidas para controle das forças policiais. Essas mudanças, cujo desenvolvimento e consolidação a literatura situa entre as décadas de 1970 e 1990, conformam a estratégia de policiamento definida como “gestão negociada”. Esta é baseada em táticas de negociação com ativistas e na busca de garantia do direito ao protesto conforme os limites estabelecidos pelas forças policiais (McPhail *et al.*, 1998; Waddington, 2007).

A tendência à configuração de estratégias policiais mais tolerantes e moderadas, porém, não se mantém no período contemporâneo. A insuficiência da estratégia de gestão negociada tem sido relacionada às características específicas dos protestos do Movimento por Justiça Global (Gillham, 2011). Tais protestos, organizados por uma nova geração de ativistas, desafiam os princípios da gestão negociada na medida em que fazem uso extensivo de ações diretas e disruptivas e são constituídos por grupos heterogêneos, sem uma liderança formal definida, que se recusam a negociar com as autoridades policiais. A resposta policial às características desse evento é o desenvolvimento de um modelo policial de “incapacitação estratégica” (Gillham, 2011; Gillham, & Noakes, 2007).

A incapacitação estratégica é centrada em “preservar a segurança e neutralizar aqueles mais propensos a representar uma ameaça à segurança” (Gillham, 2011, p. 640), suprimindo seletivamente o protesto. Para aplicar essa lógica de controle, as forças policiais buscam diferenciar duas categorias de ativistas, os “contidos” e os “transgressores”, agindo para identificar e neutralizar os atores mais propensos a se engajar em atividades disruptivas (Gillham, 2011). Amplifica-se o uso de táticas de vigilância (como a coleta massiva de informações em redes sociais) e de controle espacial (como o estabelecimento de zonas em que a manifestação pública é proibida – as “*no protest zones*”). O quadro 3 é uma síntese dos elementos característicos das três estratégias acima descritas:

Quadro 3 - Estratégias de policiamento a protestos segundo Gillham

Característica/ dimensão	Força em escalada (pré-1970)	Gestão negociada (1970-1990)	Incapacitação estratégica (atual nos Estados Unidos)
Direitos de expressão, reunião e manifestação	Ignorados	Declarados prioridades máximas	Seletivos
Tolerância à interrupção	Baixa	Alta	Seletiva
Comunicação	Baixa	Alta	Seletiva e de sentido único
Uso de detenções	Frequente	Último recurso	Seletivo e proativo
Uso da força	Alto	Último recurso	Seletivo e menos letal
Vigilância	Moderada	Baixa	Extensiva e em tempo real
Compartilhamento de informação	Moderada	Baixo	Extensivo, entre agências e consciente da mídia
Controle do espaço	Localizado e reativo	Localizado e proativo	Seletivo, extensivo e proativo

Fonte: Gillham (2011, p. 640, tradução própria)

Os estudos citados demonstram um percurso possível para a classificação das formas de controle da ação coletiva. Por um lado, a identificação e classificação do conjunto de táticas mobilizadas pelas forças policiais permite a amplificação do olhar para além das táticas mais tradicionalmente visibilizadas pela literatura sobre movimentos sociais. Por outro lado, a verificação do uso combinado de determinadas táticas em situações e períodos históricos específicos permite a identificação, em um nível mais elevado de abstração, de modelos de policiamento (estratégias) (Della Porta, & Reiter, 1998; McPhail *et al.*, 1998; Gillham, 2011; Gillham, & Noakes, 2007).

O controle policial da ação coletiva no Brasil: aspectos institucionais e culturais

Considerando-se o aporte teórico-metodológico acima exposto, como explicar o repertório (táticas e estratégias) da ação policial adotado

no contexto brasileiro? Dado que o foco empírico da literatura sobre policiamento a protestos recai em países do “Norte Global”, defende-se aqui a mobilização, nas pesquisas nacionais, de uma perspectiva “polícia-centrada” (Earl, & Soule, 2006). Sob essa perspectiva, é central a contextualização das especificidades das instituições policiais estudadas quando se analisa o controle da ação coletiva. Della Porta e Reiter (1998), nesse sentido, propõem que o repertório policial é dependente, dentre outras variáveis, das características *institucionais e culturais* das polícias. Nesta seção são apontadas as principais características institucionais e culturais das polícias brasileiras, conforme a revisão da literatura nacional em violência e segurança pública, apontando-se os impactos dessas características sobre o controle policial da ação coletiva.

Características institucionais: descentralização, militarização e opacidade

Os traços gerais da estrutura organizacional das polícias no Brasil são previstos na Constituição Federal de 1988 (CF/88). O país adota um modelo híbrido de divisão entre duas instituições policiais de âmbito estadual: a Polícia Militar (PM), responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública; a Polícia Civil (PC), encarregada de atuar como polícia judiciária na investigação de crimes. Essa separação entre um órgão de policiamento ostensivo e um órgão responsável pela investigação criminal caracteriza o chamado “ciclo incompleto de policiamento” (Azevedo, & Nascimento, 2016).

A responsabilidade pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública situa as polícias militares como atores centrais das interações com os atores promotores da ação coletiva em eventos de rua (Almeida, Monteiro, & Smiderle, 2020). Quando as táticas da ação coletiva tornam-se objeto de investigação policial – por exemplo, em casos de depredação de patrimônio –, os inquéritos policiais, produzidos pela PC, visam investigar indícios de cometimento de delitos, formando-se as bases legais para o relatório policial e a eventual formalização da denúncia criminal pelo Ministério Público (MP). Residualmente, manifestantes e ativistas interagem com as Guardas Municipais (GM), dado que é função da GM proteger bens, serviços e instalações do município.

Figura 3 - Atribuições das polícias no controle da ação coletiva no Brasil



Fonte: autoria própria.

Della Porta e Reiter (1998) apontam que as características institucionais das forças policiais envolvem três elementos principais: o grau de centralização, o grau de militarização e o grau de transparência (*accountability*). A literatura nacional indica altos graus de descentralização e militarização, somados à escassez de mecanismos de transparência nas instituições policiais.

A descentralização refere-se ao fato de as polícias do Brasil serem, em grande parte, administradas pelos governos estaduais, o que culmina na existência de especificidades regionais (Azevedo, & Nascimento, 2016). As diretrizes de atuação das polícias dependem das configurações do poder político local – por exemplo, qual partido está no governo estadual –, o que ocasiona dificuldades de implementação de diretrizes nacionais na segurança pública (Freire, 2009). Além disso, as implicações da separação entre a PM e a PC já foram extensamente estudadas, com a identificação de que as diferenças organizacionais e culturais entre PM e PC recorrentemente acarretam uma postura conflitiva nas práticas de policiamento, com disputas de competências, *status* e prerrogativas entre cada instituição (Azevedo, 2016; Nóbrega Jr., 2010a).

Na prática policial, militarização significa a aplicação de uma lógica bélica no “treinamento, equipamento, filosofia e organização para a questão do policiamento” (Jefferson, 1990, p. 16). A atuação das polícias brasileiras nas ruas mantém um importante grau de militarização, decorrente do fato de a PM ser responsável pelo policiamento ostensivo. No controle da ação

coletiva, a militarização tem ao menos dois impactos: a tendência à adoção generalizada de armamentos militarizados – por exemplo, armamentos menos letais – para controle de multidões; a tendência de identificação dos agentes promotores da ação coletiva como “massas irracionais” e como inimigos a serem combatidos para retomada da ordem pública (Atak, 2017).

Quanto à escassez de mecanismos de transparência, a literatura nacional identifica a dificuldade de exercício de controle sobre a prática policial ostensiva, dado que agentes policiais militares gozam de foro especial privilegiado para julgamento (Justiça Militar) (Silva, & Gurgel, 2016). A insuficiência de mecanismos formais de controle tende a resultar na desconfiança geral da população quanto ao papel e à eficácia das forças policiais (Azevedo, 2016; Nóbrega Jr., 2010b; Silva, 2011). No controle à ação coletiva, é identificada a falta de transparência sobre estratégias, táticas e protocolos de uso de força. Relatório sobre a transparência em assuntos de segurança pública e protestos, por exemplo, conclui que no Brasil “a falta de conhecimento destes manuais e protocolos [sobre o uso da força nos protestos] impossibilita que seja feito o controle da atuação policial pela população” (Artigo 19 Brasil, 2017, p. 40).

Características culturais: a construção da realidade policial

A variável cultura policial envolve “esquemas cognitivos” ou “representações de traços culturais” que tendem a se preservar no tempo, influenciando tomadas de decisão (Della Porta, & Atak, 2015, p. 125-126). Na literatura brasileira formou-se relativo consenso em torno da identificação de um “legado autoritário” nas forças policiais como herança do regime militar e da chamada Doutrina de Segurança Nacional (Azevedo, & Nascimento, 2016; Lima, Sinhoretto, & Bueno, 2015).

Essa doutrina funda-se na lógica de supremacia inquestionável do interesse nacional, o que justificaria o uso irrestrito da força visando a preservação da ordem. A nível externo, a Doutrina de Segurança Nacional foi historicamente empregada no combate ao comunismo; internamente, traduziu-se na tendência à intolerância ao dissenso por meio da supressão de ações contestatórias (Freire, 2009). Essa lógica culminou na predominância histórica de uma cultura da defesa prioritária do Estado em detrimento da

defesa do cidadão (Silva, & Gurgel, 2016; Souza, 2015; Nóbrega Jr., 2010b). Nesse sentido, a literatura destaca que as polícias no Brasil, diante dos conflitos sociais, tendem a atuar de forma violenta e discricionária, em desconsideração a direitos individuais e com alto grau de letalidade (Bretas, & Rosemberg, 2013; Lima, Sinhoretto, & Bueno, 2015; Silva, & Gurgel, 2016).

Esses aspectos culturais estão incorporados à “percepção dos policiais sobre seu papel e a realidade externa”, ou seja, ao conhecimento policial (*police knowledge*) (Della Porta, & Reiter, 1998, p. 22). No Brasil, a literatura indica que os agentes policiais tendem a se ver como os responsáveis por “limpar a sociedade de indivíduos desviantes, sendo moralmente justificável a ação violenta contra criminosos” (Silva, 2011, p. 83). Esse papel dos agentes policiais contém uma carga moral de defesa daqueles, que, em tese, obedecem a lei – e que, portanto, seriam portadores de direitos –, em contraposição àqueles que, em tese, a infringem – constituindo-se uma separação entre “nós” (cidadãos “de bem”) e “outros” (cidadãos “perigosos”) (Silva, 2011).

Esse controle policial do crime tende a atuar de modo seletivo. Os “outros”, alvos preferenciais das ações repressivas, historicamente tendem a constituir as parcelas marginalizadas da população, às quais, tradicionalmente, os direitos de cidadania foram negados (Azevedo, & Nascimento, 2016; Rocha, 2013). Na fase de investigação criminal, as pesquisas identificam a predominância de uma lógica inquisitorial, a qual pressupõe a suspeição dos indiciados no inquérito policial, relativizando-se a presunção de inocência em favor da criminalização das camadas sociais enquadradas como “inimigas da ordem” (Kant de Lima, & Pires, 2014). No controle à ação coletiva, essa lógica traduz-se na tendência policial de interpretar o ativismo – principalmente quando promovido pelas parcelas marginalizadas – como deturpação da ordem (Artigo 19 Brasil, 2014; Rocha, 2013).

Porém, a literatura salienta que a cultura policial é um produto de tendências autoritárias mais gerais na população. Weichert (2017, p. 111), por exemplo, identifica que a sociedade brasileira é “desacostumada à democracia” e intolerante à organização de movimentos de luta por direitos sociais. Não apenas as elites conservadoras, mas também considerável parcela das camadas marginalizadas – as quais são objeto recorrente do controle repressivo do Estado – demonstra aprovação à violência estatal, consolidando-se uma cultura legitimadora de práticas autoritárias (Weichert, 2017).

As características das interações atuais entre forças policiais e manifestantes, ativistas e organizações de movimentos sociais são, enfim, um produto histórico, que remonta ao papel das polícias brasileiras no controle de classes populares desde o período colonial. Ortiz (2015), buscando mapear a história da repressão política na América Latina, identifica o período de transição democrática (de meados dos anos 1980) como um momento de abertura de oportunidades políticas a movimentos sociais e a organizações da sociedade civil no continente. Apesar da democratização da participação política e da possibilidade de discussão de um modelo de ordem pública garantidor de direitos, a literatura nacional aponta que a transição foi insuficiente para alterar o padrão histórico de uso das forças policiais para supressão dos conflitos sociais (Azevedo, & Nascimento, 2016; Lima, Sinhoretto, & Bueno, 2015).

Considerações finais

Neste estudo, buscou-se contribuir para a construção de abordagens direcionadas ao estudo do tema da “repressão política” no Brasil. Para tanto, foram propostas direções teórico-metodológicas que buscam conectar a literatura internacional sobre policiamento a protestos e os estudos nacionais em violência e segurança pública. Propôs-se um percurso que compreende os seguintes passos: a construção de um arcabouço teórico que delimita conceitos centrais do campo da ação coletiva e do campo da ação repressiva; a expansão do olhar analítico da repressão física e situacional para o estudo do campo de controle social da ação coletiva; o mapeamento do repertório da ação policial, subdividido em táticas e estratégias; a adoção de uma abordagem “polícia-centrada” para explicação do repertório policial a partir das especificidades institucionais e culturais das polícias no contexto brasileiro.

Salienta-se o conceito de “repertório da ação policial” como contribuição original, direcionada à classificação da diversidade de táticas e estratégias policiais empregadas para controle da ação coletiva. Esse repertório, assim como o repertório da ação coletiva, envolve um conjunto de ações disponíveis às forças policiais e resulta de um processo histórico de interações com manifestantes, ativistas e organizações de movimentos sociais. No caso

do Brasil, esse repertório deve ser, em parte, explicado por características próprias das instituições policiais, como a descentralização, a militarização, a escassez de mecanismos de transparência e, ainda, a baixa tolerância à ação coletiva contestatória – em especial, quando promovida pelas parcelas marginalizadas da população.

Espera-se, por fim, que esse estudo contribua para a construção de uma agenda nacional de pesquisa sobre o controle policial da ação coletiva. Essa agenda deverá responder a diversas perguntas, como as seguintes: quais as táticas e estratégias policiais tipicamente adotadas para controle da ação coletiva no Brasil? Como esse repertório policial varia no território nacional e em períodos históricos distintos? Como as características institucionais (descentralização, militarização e opacidade) e culturais (construção da realidade) das polícias explicam as estratégias e táticas adotadas? Como a interação entre instituições policiais e outros atores (governos, mídias, coalizões políticas) impactam o repertório da ação policial? Essas questões são desafios para pesquisas futuras.

Referências

- Almeida, Frederico de, MONTEIRO, Filipe J., & SMIDERLE, Afonso. (2020). A criminalização dos protestos do Movimento Passe Livre em São Paulo (2013-2015). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35, pp. 1-24.
- Artigo 19 Brasil. (2019). *5 anos de junho de 2013: Como os três poderes intensificaram sua articulação e sofisticaram os mecanismos de restrição ao direito de protesto nos últimos 5 anos*. São Paulo: Article 19. Disponível em: <https://artigo19.org/5anosde2013/files/2019/04/5-Anos-de-2013.pdf>. Último acesso em: 21/06/2020.
- Artigo 19 Brasil. (2014). *Protestos no Brasil 2013*. São Paulo: Article 19. Disponível em: <http://artigo19.org/blog/2014/06/23/relatorio-protestos-no-brasil-2013/>. Último acesso em: 22/09/2019.
- Artigo 19 Brasil (2017). *Repressão às escuras – uma análise sobre transparência em assuntos de segurança pública e protestos*. São Paulo: Article 19. Disponível em: <https://artigo19.org/?p=11270>. Último acesso em: 22/06/2020.

- Atak, Kivanç. (2017). Encouraging coercive control: militarisation and classical crowd theory in Turkish protest policing. *Policing and Society*, 27 (7), pp. 693-711.
- Azevedo, Rodrigo G. de. (2016). Elementos para a modernização das Polícias no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 10, pp. 8-20.
- Azevedo, Rodrigo G. de, & Nascimento, Andrea Ana do. (2016). Desafios da reforma das polícias no Brasil. Permanência autoritária e perspectivas de mudança. *Civitas*, 16 (4), pp. 653-674.
- Barkan, Steven. (2006). Criminal Prosecution and the Legal Control of Protest. *Mobilization*, 11 (1), pp. 181-195.
- Bretas, Marcos L., & Rosemberg, André. (2013). A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. *Topoi*, 24 (16), pp. 162-173.
- Boykoff, Jules. (2007). Limiting Dissent: The Mechanisms of State Repression in the USA. *Social Movement Studies*, 6 (3), pp. 281-310.
- Cable, Sherry. (2019). Social Movements and Social Control. In: Mathieu Deflem (ed.). *The Handbook of Social Control* (pp. 121-136). Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell.
- Cunningham, David. (2003). State versus social movement: FBI counterintelligence against the New Left. In: Jack Goldstone (ed.). *States, Parties, and Social Movements* (pp. 45-77). Cambridge, UK: Cambridge Univ. Press.
- Davenport, Christian, Johnston, Hank, & Mueller, Carol (eds.). (2005). *Repression and Mobilization*. Minneapolis e Londres: University of Minnesota.
- Della Porta, Donatella, & Atak, Kivanç. (2015). The police. In Jan W. Duyvendak, & James M. Jasper (ed.). *Breaking down the state*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Della Porta, Donatella, & Diani, Mario. (2006). *Social movements: an introduction*. Malen: Blackwell Publishing.
- Della Porta, Donatella; Reiter, Herbert. (eds.). (1998). *Policing protest: the control of mass demonstrations in Western democracies*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Della Porta, Donatella, & Reiter, Herbert. (eds.). (2006). *The policing of transnational protest*. Aldreshot: Ashgate.

- Della Porta, Donatella, & Tarrow, Sidney. (2012). Interactive diffusion: the coevolution of police and protest behavior with an application to transnational contention. *Comparative Political Studies*, 45 (1), pp. 119-152.
- Diani, Mario. (1992). The concept of social movement. *The Sociological Review*, 40 (1), pp. 1-25.
- Earl, Jennifer. (2004). Controlling Protest: New Directions for Research on the Social Control of Protest. *Research in Social Movements, Conflicts and Change*, 25, pp. 55-83.
- Earl, Jennifer. (2006). Introduction: repression and the social control of protest. *Mobilization*, 11 (2), pp. 129-143.
- Earl, Jennifer. (2011). Political repression: Iron fists, velvet gloves and diffuse control. *Annual Review of Sociology*, 37, pp. 261-284.
- Earl, Jennifer. (2003). Tanks, tear gas, and taxes: toward a theory of movement repression. *Sociological Theory*, 21 (1), pp. 44-68.
- Earl, Jennifer, & Soule, Sarah A. (2006). Seeing Blue: a police-centered explanation of protest policing. *Mobilization*, 11 (2), pp. 145-164.
- Fernandes, Eduardo G. (2020). *Entre ruas, câmeras e redes: as transformações das táticas policiais de controle à ação coletiva contestatória em Porto Alegre (2013-2014)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre.
- Fernandez, Luis A. (2008). *Policing dissent: social control and the anti-globalization movement*. Londres: Rutgers University Press.
- Freire, Moema D. (2009). Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. *Revista Brasileiras de Segurança Pública*, 3 (5), p. 100-114.
- Garland, David. (2001). *The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society*. Oxford e Nova York: Oxford University Press.
- Gillham, Patrick F. (2011). Securitizing America: Strategic Incapacitation and the Policing of Protest Since the 11 September 2001 Terrorist Attacks. *Sociology Compass*, 5 (7), pp. 636-652.
- Gillham, Patrick F., & Noakes, John A. (2007). 'More Than a March in a Circle': Transgressive Protests and the Limits of Negotiated Management. *Mobilization*, 12 (4), pp. 341-357.
- Jefferson, Tony. (1990). *The Case against Paramilitary Policing*. Milton Keynes: Open University Press.

- Kant de Lima, Roberto, & Pires, Lenin. (2014). A difícil convivência entre mudanças sociais dirigidas e recorrentes formas de administrar conflitos entre juridicamente desiguais, no Brasil. *Enfoques*, 13 (1), pp. 33-42.
- Koopmans, Ruud. (1997). Dynamics of repression and mobilization: the German extreme right in the 1990s. *Mobilization*, 2 (2), pp. 149-164.
- Lima, Renato Sérgio de, Sinhoretto, Jacqueline, & Bueno, Samira. (2015). A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. *Rev. Sociedade e Estado*, 30 (1), pp. 123-144.
- McAdam, Doug, Tarrow, Sidney, & Tilly, Charles. (2001). *The dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McPhail, Clark, Schweingrubber, David, & McCarthy, John. (1998). Policing protest in the United States: 1960-1995. In: Donatella Della Porta, & Herbert Reiter (eds.). *Policing protest: the control of mass demonstrations in Western democracies* (pp. 49-69). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Moss, Dana. (2014). Repression, Response, and Contained Escalation under “Liberalized” Authoritarianism in Jordan. *Mobilization*, 19 (3), pp. 261-286.
- Nóbrega Jr., José M. P. da. (2010a). A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, 18 (35), pp. 119-130. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000100008>
- Nóbrega Jr., José M. P. da. (2010b). A Semidemocracia Brasileira: autoritarismo ou democracia. *Sociologias*, 12 (23), pp. 74-141. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222010000100005>
- Noakes, John A., & Gillham, Patrick F. (2006). Aspects of the ‘New Penology in the Police Responses to Major Political Protests in the United States, 1999-2000. In: Donatella Della Porta, & Herbert Reiter (eds.). *The policing of transnational protest*. Aldershot: Ashgate.
- Oliver, Pamela E. (2008). Repression and crime control: why social movement scholars should pay attention to mass incarceration as a form of repression. *Mobilization*, 13 (1), pp. 1-24.
- Ortiz, David G. (2015). State Repression and Mobilization in Latin America. In Paul Almeida, & Ulate, Alden C. (ed.). *Handbook of Social Movements Across Latin America* (pp. 43-59). Nova York: Springer.
- Rafail, Patrick. (2010). Asymmetry in Protest Control? Comparing Protest Policing Patterns in Montreal, Toronto, and Vancouver, 1998-2004. *Mobilization*, 15 (4), pp. 489-509.

- Rocha, Lia de M. (2013). *Uma favela “diferente das outras”? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Quartet & Faperj.
- Silva, Gabriela G., & Gurgel, Yara M. P. (2016). A polícia na Constituição Federal de 1988: apontamentos sobre a manutenção de um órgão militarizado de policiamento e a sua incompatibilidade com a ordem democrática vigente no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 10 (1), pp. 142-158.
- Silva, Jacqueline C. da. (2011). Manutenção da ordem pública e garantia dos direitos individuais: os desafios da polícia em sociedades democráticas. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 5 (8), pp. 78-89.
- Souza, Luís A. F. de. (2015). Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, 30 (1), pp. 207-223.
- Starr, Amory, Fernandez, Luis, & Scholl, Christian. (2011). *Shutting Down the Streets: Political Violence and Social Control in the Global Era*. Nova York: New York University Press.
- Taylor, Verta, & van Dyke, Nella. (2004). Get up, stand up: Tactical repertoires of social movements. In: David A. Snow, Sarah A. Soule, Hanspeter Kriesi (eds.). *The Blackwell companion to social movements* (pp. 262-293). Malden: Blackwell Publishing.
- Tilly, Charles. (1978). *From mobilization to revolution*. Reading, Mass.: Addison-Wesley.
- Tilly, Charles. (1995). *Popular Contention in Great Britain, 1758-1834*. Cambridge: Harvard University Press.
- Tilly, Charles. (2006). *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press.
- Tilly, Charles, & Tarrow, Sidney. (2015). *Contentious Politics*. Nova York: Oxford University Press.
- Waddington, David P. (2007). *Policing Public Disorder: Theory and Practice*. Devon: Willan Publishing.
- Waddington, David P, & King, Mike. (2007). The impact of the local: police public-order strategies during the G8 Justice and Home Affairs ministerial meetings. *Mobilization*, 12 (4), pp. 417-430.

Weichert, Marlon A. (2017). Violência sistemática e perseguição social no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 11 (2), pp. 106-128.

Zald, Mayer. (1978). On the social control of industries. *Social Forces*, 57, pp. 79-102.

Submetido em 21 de junho de 2020.
Aceito em 8 de outubro de 2020.



Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

A batalha política pela cidade: rupturas e continuidades nos trajetos de protestos em junho de 2013 na cidade de São Paulo

The political battle for the city: Ruptures and continuities in itineraries of protests of June 2013 in the city of São Paulo

Rafael de Souza* 

RESUMO

O artigo investiga a variedade de trajetos das manifestações percorridos por uma gama de atores coletivos presentes no ciclo de confrontos de 2013, apresentando os mecanismos responsáveis pela ocupação, concentração e dispersão de protestos no espaço urbano. Quais foram os obstáculos e constrangimentos para a execução dos trajetos de protesto em junho de 2013? Através da análise espacial dos protestos, foi possível elencar os mecanismos pelos quais os diferentes usos situacionais do espaço urbano produzem e disseminam os trajetos de protesto. O argumento principal é de que a dispersão dos trajetos no cenário urbano paulistano resultou de dois fatores: 1) a morfologia espacial da cidade; 2) as disputas entre atores políticos (polícia vs. manifestantes; e ativistas com diferentes agendas) pelo controle de espaços da cidade visando objetivos específicos.

Palavras-chave: junho de 2013, espaço morfológico urbano e confronto político, São Paulo.

* Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), São Paulo, SP, Brasil.
Doutor em Sociologia e Pesquisador vinculado ao Programa Internacional de Pós-Doutorado do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (IPP/CEBRAP).
Email: rafael58cla@gmail.com

ABSTRACT

The article explores the variety of paths taken by a range of collective actors in the 2013 cycle of confrontations, presenting the mechanisms responsible for the occupation, concentration and dispersion of protests in urban space. What were the obstacles and constraints to the execution of the protest routes in June 2013? Through the spatial analysis of the protests, it was possible to list the mechanisms by which the different situational uses of urban space produce and disseminate the protest routes. The main argument is that the dispersion of routes in the urban scenario of São Paulo resulted from two factors: 1) the spatial morphology of the city; 2) disputes between political actors (police vs. demonstrators; and activists with different agendas) for the control of city spaces aiming at specific objectives.

Keywords: June 2013, urban morphological space and contentious politics, São Paulo.

Introdução¹

O artigo investiga as continuidades e rupturas na geografia do protesto durante os episódios de confronto de 3 a 25 de junho na cidade de São Paulo em 2013.² Apresentando os trajetos percorridos por ativistas, o estudo descreve os mecanismos responsáveis pela ocupação, concentração e dispersão de protestos no espaço urbano. Quais foram os obstáculos e constrangimentos para a execução dos trajetos de protesto em junho de 2013? Como as interações entre vários atores políticos afetaram a dispersão dos trajetos pela malha urbana paulistana? Protestar é, sobretudo, apresentar

-
- 1 Gostaria de agradecer os comentários e sugestões extremamente valiosos da Prof^a Débora A. Maciel (UNIFESP). Também deixo registrados agradecimentos à Prof^a Angela Alonso (USP), à equipe de trabalho no CEBRAP, Hellen Guicheney, Viviane Brito e Lilian Sendretti, aos colegas do International Postdoctoral Program (IPP-CEBRAP) e à Carolina Adania (USP) pelas leituras e observações. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo suporte à pesquisa. Por fim, agradeço à leitura atenta dos pareceristas e editores da revista, cujas sugestões foram centrais para a finalização deste texto.
 - 2 Apesar de reduzido, o intervalo de tempo recobre a fase aguda de interação entre polícia e manifestantes nas ruas, durante o conflito político em 2013. Como o foco do artigo consiste em entender a dinâmica de competição pelos espaços, o período selecionado parece ser o mais adequado. Após o protesto do dia 25 de junho na cidade, o protesto se legitima, ainda que brevemente, como forma de ocupação do espaço e a competição entre os atores políticos cessa, só retomando intensidade durante o processo do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. O escopo temporal e espacial delimitado também permite um estudo em profundidade das interações entre polícia e manifestantes no contexto urbano.

demandas políticas no espaço público da cidade, procurando demonstrar a importância de agendas através do número de participantes, da dignidade moral, do comprometimento dos ativistas e da unidade expressiva e tática dos manifestantes (Tilly, 2003). Assim, a execução de manifestações incorre em custos operacionais aos ativistas e supõe uma logística espacial visando impactos políticos estratégicos e expressivos. Portanto, o trajeto estabelecido representa um dos elementos cruciais no cálculo dos manifestantes.

No dia 3/6, os protestos encabeçados pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra os reajustes das tarifas de transporte público começaram pequenos e concentrados geograficamente nas periferias da cidade (Capão Redondo). A partir do dia 7 do mesmo mês, a coalizão contra o aumento, formada por uma articulação do MPL com movimentos estudantis, partidos de esquerda e grupos autonomistas, testou novos trajetos de protesto nas marginais (Pinheiros e Tietê) e nas grandes avenidas que conectavam o centro aos bairros (Avenida Rebouças e Avenida Faria Lima). Isso mirava impactos na rotina da cidade e teve o efeito inesperado de aumentar a amplitude geográfica dos trajetos. Quando o volume de pessoas se massificou, no dia 17, os protestos se dispersaram por uma vasta área paulistana que ia do centro da cidade às periferias da zona Sul (bairros do Capão Redondo, Campo Limpo etc.) e a bairros residenciais nas franjas do centro expandido (bairros de Pinheiros, Tatuapé, Butantã etc.). A polícia, que no início coibiu certos trajetos, logo se viu forçada a acomodar os protestos, respeitando os percursos das manifestações.

A dinâmica em São Paulo é relevante, pois não só os protestos de junho se massificaram a partir da capital paulista, como também foram intensamente retratados na imprensa. A cidade de São Paulo é uma praça de protestos com visibilidade nacional, juntamente com Rio de Janeiro e Brasília. A concentração de poder econômico e político coloca essas cidades em situação de vantagem quanto à visibilidade de seus espaços urbanos, fazendo com que a dinâmica de ocupação política dos espaços e as interações entre polícia e manifestantes sejam destaques nos telejornais e nas mídias sociais. Contudo, convém lembrar que os confrontos em junho de 2013 se difundiram pelo Brasil como um todo. Nas cidades que sediaram megaeventos (Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014), a disputa entre manifestantes e a polícia concentrou-se nas imediações das arenas esportivas onde ocorreriam os jogos. Em Brasília e Rio de Janeiro,

os manifestantes e a polícia encamparam batalhas pelo controle e acesso a edifícios sedes do Poder Legislativo, como as Câmaras Municipais, no caso do Rio de Janeiro, e o Congresso Nacional, em Brasília. Cabe mencionar ainda que em várias cidades do interior do país os manifestantes se dirigiram a uma variedade de locais de protesto como monumentos cívicos locais ou foram para o entorno das prefeituras municipais. Já existem trabalhos que apontam nessa direção e que avançam numa dinâmica proveitosa para investigações futuras (Heck, 2015; Souza, 2018; Paiva & Freitas, 2019).³

Neste artigo, o argumento é de que a dispersão dos trajetos no cenário urbano de São Paulo durante junho de 2013 resultou de dois fatores: i) a morfologia espacial da cidade, com suas grandes avenidas para a circulação de pessoas, bens e serviços, cuja importância as transforma em espaços de disputa e de visibilidade para os atores; 2) as interações táticas entre atores políticos (polícia vs. manifestantes; e ativistas com diferentes agendas) pelo acesso e controle de espaços da cidade visando fins diversos (garantia da ordem pública, visibilidade política e impacto na rotina urbana).

Do ponto de vista dos trajetos, os protestos podem ser analiticamente divididos em dois momentos distintos. A fase inicial coincidiu com o mecanismo de *experimentação* de trajetos (3 a 16 de junho). As tentativas policiais de prevenir o acesso à avenida Paulista fizeram com que os ativistas testassem novos trajetos, evitando espaços controlados pela polícia ou garantindo o acesso a locais de visibilidade pública. A segunda fase (17 a 25 de junho) caracteriza-se pela massificação do protesto, pela diminuição da repressão policial e pela pluralidade de atores coletivos nas ruas. Nesse momento, o mecanismo de *competição espacial* entre diferentes grupos de manifestantes desencadeou a dispersão dos trajetos de protesto para novos locais na cidade.

Esse retrato corresponde *grosso modo* à periodização de Alonso (2017) acerca de junho de 2013. A autora apresenta o fenômeno como um ciclo de confronto dividido em três etapas: eclosão (6 de junho), diversificação (11 de junho) e massificação (17 de junho). O presente artigo tenta compreender como a experimentação e a competição espacial foram responsáveis pela

3 No total, cerca de 452 cidades no Brasil todo experimentaram protestos de 3 a 30 de junho (Souza, 2018).

produção e dispersão dos trajetos no ciclo de confronto de junho⁴. A primeira seção apresenta a bibliografia sobre a relação entre protesto e espaço urbano. Em seguida, os traços morfológicos da cidade de São Paulo relevantes para a lógica espacial de manifestações são investigados em detalhe. Por fim, as seções seguintes analisam a trajetória dos protestos, salientando os mecanismos de experimentação e competição. A conclusão retoma os argumentos desenvolvidos ao longo do texto.

A política dos espaços de protesto: balanço da literatura

No Brasil, a literatura sobre a relação entre espaço e ativismo focalizou o problema do acesso a políticas públicas, a bens e a serviços urbanos. Esses autores citaram a crise urbana e a gestão neoliberal da cidade como principais motivações dos ativistas em vários episódios de confronto na pós-redemocratização. Junho de 2013 não teria sido diferente e as explicações apontaram as desigualdades e problemas urbanos como razões para a revolta coletiva pelo “direito à cidade” (Maricato *et al.*, 2013; Maricato, 2015). Outra formulação sobre a relação entre espaço e protestos enfatizou o caráter simbólico de determinados locais na cidade. Nessa linha de estudos, os manifestantes ocupam espaços urbanos em tom de desafio ao poder estatal. Para essa concepção, o trajeto das manifestações é, sobretudo, semiótico, pois carrega mensagens políticas e esforços coletivos de reapropriação dos espaços públicos contra as pretensões do Estado e do mercado sobre os territórios (Gohn, 2013; Rosa, 2013; Heck, 2015; Paiva & Freitas, 2019; Frúgoli Jr., 2018).

Nos últimos anos, a literatura internacional interessou-se pelo impacto dos mecanismos socioespaciais na política do confronto. Auyero (2006) afirma que o espaço pode ser tanto um motivador político, uma barreira ou um facilitador para a construção de ações coletivas. No entender do autor, a literatura atual contribuiu com quatro perspectivas sobre a relação

4 Tarrow (2013) define ciclos de confronto como um rápido aumento da intensidade e frequência de protestos. O protesto se difunde enquanto tática de expressão política para uma variedade de setores sociais. O conceito separa os momentos de irrupção não-convencional de confrontos das rotinas políticas cotidianas (Tarrow, 2011). No Brasil, Alonso (2017) e Tatagiba e Galvão (2019) vêm usando o conceito para dar conta das transformações políticas a partir de junho de 2013.

entre mecanismos socioespaciais e confronto: o espaço como repositório de identidades sociais e políticas (Gould, 1995; Tilly, 2013), a relação entre protesto, oportunidades e constrangimentos espaciais (Martin & Miller, 2003; McCarthy & McPhail, 2006; Rafail, 2018), enraizamentos políticos em rotinas cotidianas da cidade (Auyero, 2003; Salmenkari, 2009) e, por fim, lugares como arenas simbólicas e políticas para movimentos sociais e outros atores coletivos (Auyero, 2006).

O artigo contribui com esse debate procurando compreender como ativistas e a polícia interagiram estrategicamente, constrangidos pelo ambiente espacial e a circulação da cidade. Grande parte da literatura referiu o policiamento aos processos de criminalização dos movimentos sociais ou ao efeito das imagens da repressão para a indignação coletiva que desembocaria na difusão do ciclo de junho. Ainda são escassos os estudos que procuram traçar a sequência de interações políticas entre os agentes do Estado e os manifestantes nos contextos espaciais do protesto (Almeida, Monteiro & Smiderle, 2020; Maciel & Machado, 2019). O estudo visa, portanto, responder a essas questões procurando entender como o espaço público entra no cálculo dos manifestantes e da polícia. O artigo também pretende traçar uma agenda de pesquisa acerca das relações entre o espaço urbano e as estratégias de ativismo. Bringel (2007; 2011), por exemplo, vem apontando a lacuna e chamando a atenção para a necessidade de uma incorporação do espaço na agenda analítica acerca dos movimentos sociais. Segundo o autor, há uma via profícua a ser explorada quando se trata da relação entre territorialidades, autonomia e a criação de contrapoderes.⁵

Buscando flagrar a dinâmica da interação política e seus efeitos nos trajetos, o artigo mobiliza a análise de eventos de protesto como metodologia. Trajetos são definidos aqui como o *conjunto de usos concretos de vias de transporte público, ruas, praças, parques dentre outros espaços como túneis e pontes mobilizados para o deslocamento ou permanência dos atores coletivos durante a execução de protestos*. Os procedimentos metodológicos usados na pesquisa envolveram a coleta sistemática de informações acerca dos eventos

5 Destacam-se o trabalho de Dowbor e Szwako (2013) ao salientar a importância da performatividade dos protestos como dinâmica central. Ricci e Arley (2014) também reforçaram o papel das novas formas expressivas dos movimentos sociais recentes. O presente artigo busca dialogar com essa via de investigação procurando desvendar como a cidade em seus aspectos morfológicos interage com as possibilidades de expressão política que nela ocorrem e produz novas visibilidades políticas.

de protesto e de seus trajetos.⁶ Nessa etapa, foram catalogadas notícias de fontes jornalísticas como Folha de São Paulo, Uol Notícias e G1. Tais fontes serviram como demarcadores temporais dos principais protestos na cidade de São Paulo durante os dias 3/6 a 25/6. A análise será eminentemente qualitativa levando em consideração a interação dinâmica entre os vários atores políticos engajados no confronto nas ruas e seus efeitos nos trajetos.

A centralidade das avenidas: espaços de confronto político na cidade de São Paulo

O crescimento acelerado da malha viária paulistana no século XX fez com que os planos urbanísticos da capital favorecessem as avenidas como eixos de circulação de pessoas e mercadorias. Com a preferência pelo carro como transporte, em detrimento do metrô e do transporte público coletivo, as grandes avenidas, em especial a Paulista, ganharam centralidade na morfologia espacial da cidade. Em função disso, as áreas próximas às avenidas são muito valorizadas pelos poderes público e privado por suas facilidades logísticas. A cidade de São Paulo possui dois cenários espaciais mobilizados em manifestações: o centro antigo e a zona Oeste e do centro expandido. O primeiro deles está organizado ao redor da praça da Sé, berço histórico da cidade. O segundo está mais próximo da região da avenida Paulista. A Figura 1 apresenta esses espaços.

O centro, na área que vai da praça da Sé à avenida Ipiranga e à praça da República, sedia a Prefeitura de São Paulo, edifícios importantes como o Teatro Municipal, praças, parques, terminais de ônibus, estações de trem e metrô, secretarias municipais e estaduais, centros comerciais e sedes de sindicatos e de partidos políticos. Esse quadrilátero é estratégico para manifestações, pois concentra as atividades rotineiras de governantes e das burocracias estatais e municipais da cidade. A área central também conta com a presença de sedes de sindicatos, associações operárias e de

6 Uma das fontes principais das notícias foi o Banco de Eventos de Protesto (BEP) produzido sob a coordenação geral da Prof^a Angela Alonso (USP/CEBRAP). O BEP é construído a partir da coleta de notícias da Folha de São Paulo sobre eventos de protesto em nível nacional, baseada na definição de eventos como “ação pública tocante às questões em que as preocupações explícitas sobre temas diversos são expressas como uma dimensão central, organizada por iniciadores não-estatais com o propósito explícito de crítica ou discordância juntamente com reivindicações sociais e/ou políticas” (adaptado de Fillieule & Rootes, 2003, p. 273).

outras organizações políticas. Destaca-se que as sedes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), importantes atores coletivos que frequentemente lideram manifestações, ficam na região da praça da Sé.

Por outro lado, a região que vai da avenida Paulista ao Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo Estadual, caracteriza-se pela predominância de atividades econômicas modernas. Fruto de investimentos privados e públicos desde os anos 1980, a área recebe empresas do ramo financeiro, de telecomunicações, da publicidade, de mídia e de tecnologia (Souza, 2018). A Paulista desfruta de centralidade política e econômica nessa região e reúne sedes de empresas, de federações econômicas e entidades de classe, de bancos e de instituições científicas e culturais. Sediados na Paulista, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o escritório da Presidência da República na cidade costumam atrair manifestantes para as suas fachadas (Frúgoli Jr., 2018). Restaurantes, bases policiais, estações de metrô, cinemas, universidades, espaços de lazer e cultura marcam o cenário da avenida. Destaca-se o vão livre do edifício do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) localizado na avenida e que costuma abrigar eventos culturais, esportivos, religiosos e políticos. A Paulista também é palco de shows e festividades que, em várias ocasiões, se tornam episódios de contestação. Casos notáveis de eventos rotineiros que conjugam significados desse gênero são a Marcha para Jesus e a Parada LGBTTT, que ocorrem anualmente na Paulista.

Além da Paulista, as zonas Oeste e Sul da cidade apresentam importantes avenidas, como a Faria Lima, a Doutor Arnaldo e a Juscelino Kubitschek, que cortam a região e ligam o centro a áreas residenciais de classe média alta. A região Sudoeste também conta com equipamentos urbanos relevantes como o Parque do Ibirapuera e prédios públicos como a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e o Palácio dos Bandeirantes. Acrescenta-se, ainda, a presença da Universidade de São Paulo que, por sua proximidade a outras avenidas importantes, serve de palco para manifestações estudantis na cidade. A zona Oeste ainda abriga o largo da Batata, que também vem se tornando um centro aglutinador de multidões. O largo possui vantagens para a localização de eventos como a presença da estação Faria Lima de metrô, uma área aberta de 4 km² e vias importantes como a avenida Faria Lima e a rua Teodoro Sampaio, que ligam o centro a diferentes bairros.

Figura 1: Principais espaços de protesto na cidade de São Paulo (2011-2013)



Elaboração Própria: Praça da Sé, Centro (Alto, Esquerda); avenida Paulista, centro expandido (Alto, Direita); avenida Faria Lima, Zona Oeste (Baixo, Esquerda); ponte Octávio Frias, Zona Sudoeste (Baixo, Direita)

Na formação do MPL, em 2005, a área que vai dos terminais de ônibus do centro à avenida Paulista figurou como um espaço de protesto marcado por marchas, ocupações de terminais, “catracaços” e performances artísticas. Durante a gestão Gilberto Kassab (2005-2012) na Prefeitura, os aumentos das tarifas de ônibus em 2005, 2006, 2010 e 2011 intensificaram os protestos do MPL. Embora reunindo alguns milhares de participantes, essas manifestações, não raro, resultavam em confrontos entre manifestantes e a polícia militar em virtude de divergências quanto ao trajeto, que travava artérias importantes da cidade (Ortellado, 2013; Spina, 2016).

Por fim, mobilizações contra a corrupção já vinham ocorrendo na avenida Paulista. A pauta anticorrupção, em especial em 2012, com o julgamento do escândalo do Mensalão, também veio se apropriando da Paulista como

espaço de protesto. Lá ocorreu, em 21/4/2012, a concentração do protesto do Dia do Basta contra a Corrupção. Os responsáveis pela marcha diferiam em cada município, mas pode-se listar como associações coordenadoras os grupos como Movimento nas Ruas, Movimento Dia do Basta, Coletivo Pátria Minha dentre outras dezenas de associações que comunicavam por meio de páginas de redes sociais na internet. Em diversas cidades, os eventos também contaram com a participação de manifestantes que emulavam as *performances* difundidas e associadas ao coletivo virtual Anonymous.⁷ O evento foi um sucesso em outras cidades como Brasília e Rio de Janeiro, mas teve pouca tração na capital paulista. Em São Paulo, essa manifestação reuniu somente 700 participantes, todos eles vestidos com máscaras de Guy Fawkes e entoando gritos contra a corrupção. Houve conflito com a polícia em virtude do desacordo em relação à permanência dos manifestantes no local após o término do protesto (Abos, 2012).

Esse panorama morfológico da cidade de São Paulo serviu para demonstrar a centralidade das grandes avenidas, em especial a Paulista, como espaços de manifestações. Não à toa, a Paulista concentra protestos ou aparece em trajetos de vários deles e é, portanto, um eixo de disputas entre o poder público e os manifestantes. A avenida atrai manifestantes pois: i) a centralidade da avenida garante visibilidade pública; ii) a posição privilegiada permite o acesso rápido dos manifestantes, bem como a disponibilidade de rotas de fuga em caso de confronto com a polícia; e, por fim, iii) a importância crucial da Paulista como entroncamento viário para o fluxo contínuo de veículos torna-a uma peça fundamental na gestão da ordem pública urbana. Somados, esses fatores (de ordem simbólica, morfológica e tática) facilitam o protesto na avenida. A mínima concentração de pessoas já é suficiente para travar o trânsito das áreas circunvizinhas e, dependendo do volume de pessoas nas ruas, afetar – a mobilidade e circulação da cidade. Dadas essas condições, a avenida aparece como um espaço constante de disputas entre a polícia e os manifestantes, e, em junho, ela seria o cenário de manifestações cada vez mais radicalizadas.

7 Esses grupos cresceram na esteira do julgamento do Mensalão que ocorreria em 2012. Surgidos em 2011, alguns desses movimentos se tornariam importantes articuladores dos protestos a favor do *impeachment* em 2015 e 2016. Excetuando o Anonymous, criado no Brasil em 2010 e inspirado no movimento transnacional de hacktivistas com o mesmo nome, todos esses grupos tinham na anticorrupção sua principal bandeira (“Dia Do Basta”, 2012).

A experimentação tática: os conflitos entre polícia e manifestantes (3/6 a 16/6)

Na fase compreendida entre 3/6 e 16/6, os trajetos eram definidos por bloqueios, contrabloqueios, táticas de dispersão e reagrupamentos de manifestantes e da polícia. Os protestos ficaram concentrados nas imediações da praça da Sé e da Avenida Paulista, com experimentações de outros locais nas zonas Sul e Oeste da cidade. Logo no dia do 2/6, após a nova tarifa de transporte público entrar em vigor, manifestações começaram pela cidade. Em anos anteriores, o reajuste ocorria em janeiro ou fevereiro, mas, para frear a inflação, a presidente Dilma Rousseff (PT) e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, pediram o adiamento dos reajustes ao prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), e ao governador do estado, Geraldo Alckmin (PSDB) (“Tarifas de ônibus, trem e Metrô”, 2013). Com o atraso do reajuste, o MPL teve tempo para preparar a campanha contra o aumento das passagens. As lideranças realizaram, ao longo de maio, panfletagens em terminais nas periferias da zona Norte e Sul da cidade e em escolas secundaristas públicas. Isso permitiu ao MPL construir uma coalizão que englobava partidos de esquerda (PSOL, PSTU e PCO), movimentos estudantis (UNE e ANEL), sindicatos (Sindicato dos Metroviários) e grupos autonomistas (Fanfarra do M.A.L.) (Spina, 2016; Souza, 2018).

No dia 3/6, na periferia sul da cidade, um protesto com 150 manifestantes transitou do Terminal Guarapiranga à Subprefeitura do M´Boi-Mirim. O evento iniciou a campanha oficial contra o aumento das passagens, embora não tenha recebido destaque nos jornais (“Protestos na M´Boi Mirim”, 2013). A explosão nos noticiários veio com o primeiro protesto na região central da cidade, no dia 6/6. O MPL planejou a primeira grande manifestação como estratégia de pressão direta à Prefeitura de São Paulo. Saindo da praça Ramos de Azevedo, os cerca de 3 mil manifestantes subiram a avenida 23 de Maio, que fica próxima à praça da Sé e dá acesso ao centro expandido e às imediações da avenida Paulista. Segundo o chefe da operação de policiamento, Coronel Reynaldo Rossi, o estopim do confronto teriam sido os bloqueios nos entroncamentos da avenida 23 de Maio e da avenida 9 de Julho. Embora sem edifícios de relevo político e fora dos centros comerciais, as duas avenidas não costumam atrair pedestres, sendo muito mais vias de tráfego de veículos e de acesso de bairros de classe média da zona Sul (Vila

Mariana, Campo Belo, Moema) ao centro. O comando da operação destacou um contingente pequeno de trinta a quarenta policiais, mas teve relativa dificuldade em controlar a situação e convocou a Tropa de Choque como medida auxiliar (“Ao menos 30 pessoas se feriram”, 2013). A polícia tentou dispersar o evento com bombas de gás lacrimogênio. Esse recurso seria extensivo na primeira fase do protesto e, embora surta o efeito de dispersar os manifestantes, acaba espalhando o protesto por ruas e adjacências do trajeto principal (Maciel & Machado, 2019).⁸

No dia seguinte, o MPL deslocou o trajeto para o largo da Batata. O segundo “ato” começou com a concentração dos manifestantes nas proximidades do metrô Faria Lima. O MPL procurou criar uma comissão de negociação para os trajetos a fim de evitar conflitos (Judensnaider, Lima, Pomar & Ortellado, 2013; Spina, 2016). Com o trajeto negociado, a marcha seguiu em direção à avenida Rebouças. Essa foi a primeira experimentação de alteração tática do percurso em junho. A mudança de local facilitou a manutenção do percurso, pois evitava a Paulista e ajudava na logística para a aglomeração de pessoas, já que a área tinha a disponibilidade de estações de metrô. Amplas vias, como a marginal Pinheiros, a Faria Lima e a Rebouças, além de vias auxiliares, dificultavam o encurralamento dos manifestantes, que assim dispunham de rotas de fuga em caso de enfrentamento. Quando a manifestação se dirigiu para a marginal Pinheiros, a polícia usou bombas de gás para dispersar os manifestantes, e o confronto não durou muito, pois logo o MPL conseguiu dispersar os manifestantes.

O protesto de 11/6 estava programado para iniciar na avenida Paulista e o MPL pretendia descer até a Rua da Consolação, com término previsto nas imediações da estação Anhangabaú e Terminal Dom Pedro II. Mais simples e direto que nos eventos anteriores, o trajeto também contribuía para rápida dispersão dos manifestantes, devido à presença das estações do metrô. Todavia o percurso se inseria em um trecho da cidade, cujo tráfego de veículos costumava ser intenso nesse horário. Quando os manifestantes tentaram entrar no terminal Parque Dom Pedro II, 400 policiais e a Tropa de Choque barraram a entrada com bombas de efeito moral e gás de pimenta (Mora & Viana, 2013), ao que os manifestantes responderam com paus e pedras. A própria ação policial contribuiu para dispersar o confronto por uma área que ia do centro histórico da cidade até as imediações da avenida Paulista.

8 Segundo Spina (2016), o MPL vinha aprimorando as técnicas de bloqueios de vias com a ajuda de integrantes do MTST.

O MPL agendou novo protesto para o dia 13/06. Publicado no *site* do grupo, o trajeto indicava como ponto de encontro a praça Ramos de Azevedo, próximo à Prefeitura e às avenidas Ipiranga e Consolação, que davam acesso à Paulista. O uso das redes sociais foi importante durante essa fase do protesto como canal de divulgação do ponto de encontro inicial do protesto. As páginas do Facebook e do Twitter também serviram como veículo de divulgação de mensagens, fotografias e imagens do trajeto percorrido nas ruas. Isto visava coibir tanto a ação policial como demonstrar a ausência de intenções violentas dos manifestantes. O uso dessas novas tecnologias foi central na coordenação do protesto, já que a facilidade em criar páginas no Facebook e a disseminação de informação via Twitter colaboraram para a escalada do protesto nas ruas. No dia 12/6, o Anonymous invadiu o *site* da Secretaria Estadual de Educação para divulgar o protesto do dia 13/6 (“Hackers invadem *site* da Secretaria de Educação”, 2013). Vários grupos aproveitaram-se da visibilidade dos protestos.

Assim, a Paulista, no dia 13/6, não serviu de palco somente para grupos associados com a esquerda tradicional (MTST e CUT) ou com a esquerda autonomista (MPL e Comitê Popular da Copa). No mesmo dia, ativistas do *Juntos pela Vida* se reuniram no MASP entoando o hino nacional, com palavras de ordem a favor das bandeiras anticorrupção e em prol de melhorias na segurança pública. Esses manifestantes usaram aplicativos de conversa por celular para coordenar o percurso do protesto e marcharam na avenida Paulista, ajudando a engrossar a passeata convocada pelo MPL (Oliveira, 2013).

A imprensa repercutiu o incidente do dia 11/6 e conclamou as autoridades a “retomar” a Paulista (“Editorial: Retomar a Paulista”, 2013). Por outro lado, as cenas de violência policial passaram a circular nas redes sociais. Isso teve dois efeitos: o crescimento no volume de pessoas no protesto e o aumento do aparato de controle policial do espaço. No dia 13/6, a polícia solicitou que o ato terminasse na praça Roosevelt, mas os manifestantes rejeitaram a proposta. Ativistas do PSOL e do MPL revezavam-se nas tentativas de negociação dos trajetos (Araújo, Moreno & Stochero, 2013). Em contraproposta os manifestantes queriam que a passeata fosse até a avenida Paulista e depois retornasse à praça da República. Por sua vez, a PM negou qualquer possibilidade de acesso à avenida. Nessas circunstâncias de tensão crescente entre polícia e manifestantes, o comando da operação policial condicionou a manifestação a acordos tácitos sobre a necessidade

de manter o trânsito intacto evitando a Paulista. O confronto teve início próximo à Rua Maria Antônia dada a insistência dos manifestantes em manter o trajeto para a Paulista. A polícia tentou a dispersão por meio de bombas de gás. Manifestantes responderam arremessando objetos contra os policiais. Conhecido como a “Batalha da Consolação”, o protesto do dia 13/6 assinalou o recuo da polícia quanto ao controle ostensivo das manifestações (Maciel & Machado, 2019).

O secretário de Segurança Pública, Fernando Grella Vieira, no dia 15/6, instituiu na investigação sobre abusos cometidos por policiais e, no dia 16/6, em entrevista coletiva, afirmou que a Tropa de Choque, apreensões de material e munições menos letais não seriam mais usadas nas manifestações seguintes. Na ocasião, o Secretário convidou os manifestantes para estabelecer o trajeto de novas manifestações e afirmou que os bloqueios policiais se dariam somente nas ruas adjacentes ao itinerário principal, garantindo a manutenção do percurso dos manifestantes (Barros, 2013).

A partir da repercussão negativa da ação policial, grupos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Periferia Ativa e o Comitê Popular da Copa (COPAC) passaram a conclamar suas bases para as ruas. No dia 14/6, esses grupos realizaram um protesto na Avenida Paulista, em frente ao prédio da Presidência da República, contra as remoções em função da Copa do Mundo de 2014 (“Protesto ‘Copa para quem?’ ocupa faixa da avenida Paulista”, 2013). No dia 15/6, foi a vez da Liga Brasileira de Lésbicas e da Marcha Mundial das Mulheres se reunirem na praça da Sé a favor da descriminalização do aborto (“Protesto contra estatuto do nascituro”, 2013). Destaca-se o fato de que, a partir do dia 13/6, a presença dos *black blocs* passou a ser notada. Empregada como tática de proteção dos manifestantes, logo seus praticantes começaram a fazer uso da ação direta como estratégia de ocupação dos espaços da manifestação.⁹

É importante registrar que a disputa pela Paulista constituiu uma das tônicas que ajudaram a radicalizar as ações da polícia e dos manifestantes no início das mobilizações na cidade de São Paulo. As tentativas recorrentes

9 Os *black blocs* surgiram na Alemanha durante os anos 1990 como estratégia de confronto direto com a polícia. Praticada por grupos ativistas anarquistas, punks e anticapitalistas, a tática é um guarda-chuva de ações que englobam a ação direta contra símbolos capitalistas, vestimentas que dificultam identificação policial e o uso seletivo da violência. O caráter disruptivo da estratégia *black bloc* serviu de munição para as iniciativas de aumento da repressão nos meses subsequentes a junho e ajudaram a formatar um conjunto de medidas de controle do protesto como a regulação do uso de máscaras e a penalização das ações dos manifestantes nas ruas (Almeida *et al.*, 2020; Maciel & Machado, 2019).

de ambos os lados de manter o controle das avenidas centrais, como a Paulista e a Consolação, colaboraram para as várias rodadas de bloqueios e contrabloqueios e para a multiplicação dos locais acessados nos protestos. Em manifestações como as dos dias 6, 7, 11 e 13, nas quais os trajetos perpassavam grandes avenidas nas áreas próximas ao centro, as bombas lançadas pela polícia ajudaram a difundir o protesto por uma área fora do trajeto inicial. Isso ocorreu porque as avenidas centrais são atravessadas por ruas auxiliares sinuosas, o que facilitou a dispersão e reagrupamento dos manifestantes. A região também conta com uma oferta de estabelecimentos comerciais ou edifícios de vãos livres, nos quais os ativistas puderam se esconder. Com a dispersão generalizada por ruas pequenas e tortuosas, a polícia escalou o processo repressivo por meio de bloqueios e detenções. Nessas circunstâncias, o protesto tomou dimensões difíceis também para organizadores, pois estes não conseguiram retomar o trajeto combinado e estabelecer negociações com a polícia.

Competição pelos espaços: novos atores e a difusão espacial do protesto (17/6 a 25/6)

O recuo da polícia teve como efeito a reconquista de trajetos tradicionais de protesto, como a Paulista e a praça da Sé, mas trouxe uma consequência inesperada: a competição por esses espaços com outros atores políticos até então não-mobilizados. A fase é marcada por longos trajetos e deslocamentos massivos de pessoas nas ruas. Parte da massificação dos protestos pode ser explicada pelo papel que as redes sociais tiveram na disseminação e na autonomia na chamada de protestos. Apesar da centralidade do MPL na condução dos trajetos principais, outras páginas, como as Anonymous Brasil e Black Bloc Brasil, começaram a divulgar o evento. No Twitter, a manifestação era discutida e o impacto das imagens da repressão policial eram amplificados aumentando a simpatia de cidadãos comuns em relação aos ativistas. Isso também produziu a multiplicação de agendas nas ruas, o que, de um lado, ampliou a base dos protestos, mas, por outro, tornou difícil a condução logística e política nas ruas. O MPL passou a ter dificuldades em definir trajetos e em ditar a agenda das manifestações. Em outros termos, a interação entre as ruas e as redes sociais serviu tanto para amplificar o efeito das manifestações como para criar novas tensões nas ruas.

O evento do dia 17/6 reuniu o maior contingente de pessoas até aquele momento e cerca de 65 mil participaram do “ato” do MPL. Isso acarretou conflitos entre a parcela partidária dos protestos e os novos manifestantes que chegavam às ruas. Já no largo da Batata ocorreram hostilidades de apartidários contra ativistas com bandeiras do PSOL, PSTU, PT e PCO. Os gritos de “Lulladrão, seu lugar é na prisão” e “Abaixa a bandeira”, “Sem partido”, embora esparsos, davam os primeiros sinais de uma competição pela visibilidade política nos trajetos. Situação que iria se prolongar no restante do ano de 2013.

Segundo o MPL, a manifestação seguiria pela avenida Brigadeiro Faria Lima em direção à Ponte Octávio Frias. Contudo, o trajeto se dividiu em três. O principal deles seguiu o percurso estabelecido pelo MPL. Conforme a marcha se desenrolava, um grupo de manifestantes passou a ocupar espaços adjacentes ao percurso principal. Bloqueios na marginal Pinheiros se deram em conjunto com pequenas marchas nas imediações do Itaim Bibi, Morumbi e Cidade Jardim, bairros de classe média alta e próximos à sede da Rede Globo e do Palácio dos Bandeirantes. Um segundo trajeto debandou para a avenida Paulista. Aos gritos de “Sem Violência”, esses manifestantes reforçavam o apelo antipartidarista e recriminavam o uso de táticas violentas no percurso. Esse grupo, que contava com manifestantes contra a corrupção, ajudou a transformar as imediações do MASP naquilo que a imprensa chamou de “calçadão” dos protestos (Alvarenga, 2013).

Enquanto isso, ao fim do evento na Ponte Octávio Frias, manifestantes não quiseram se dispersar conforme o comando do MPL e permaneceram na zona sul, próxima ao metrô Morumbi. Os recalcitrantes se dividiram entre aqueles que se dirigiram à sede do Poder Legislativo, na ALESP (na zona central da cidade), e aqueles que embarcaram numa tentativa de invasão ao Palácio dos Bandeirantes, no Morumbi. De todo modo, as autoridades policiais e governamentais acataram os trajetos dos protestos, dado o volume de pessoas nas ruas. Isso deu flexibilidade para que organizadores e manifestantes decidissem mudanças repentinas de curso ou viabilizassem trajetos em múltiplas ruas com o mesmo ponto de encontro final.

Na manhã do dia 18/6 uma reunião com o Secretário de Segurança, Fernando Grella Vieira, com o comandante-geral da PM, Benedito Meira, e com as lideranças do MPL estabeleceu procedimentos para a manifestação. As negociações sobre o trajeto ocorreriam via rádio ou telefones celulares

durante o evento. O MPL não informou previamente sobre o trajeto, mas o governador Geraldo Alckmin e o prefeito Fernando Haddad elogiaram a disposição dos manifestantes em negociar (“Alckmin agora elogia líderes do movimento”, 2013). Contudo, o MPL perdeu o controle dos trajetos no dia 18/6. Outros atores políticos (partidos, sindicatos e novos manifestantes) disputaram o protagonismo nas ruas, explorando outros espaços e negociando seus próprios trajetos, temas e *performances* alternativos aos definidos pelo MPL. Um fator contribuiu para acelerar a competição pelo protesto por outros atores políticos. Na hora da manifestação, o rádio que servia de comunicação entre MPL e a PM falhou e o grupo não pôde comunicar o trajeto às autoridades. O grupo apelou para o celular, mas a rede de transmissão estava congestionada no momento, o que impossibilitou a comunicação do trajeto (“Conheça integrantes do MPL”, 2013). A polícia se absteve de agir e a Prefeitura virou alvo de depredações e tentativas de invasão. Somente a Guarda Civil Municipal fazia a segurança do prédio. Saques e depredações ocorreram nas imediações da praça da Sé e da Prefeitura. Após a chamada da Tropa de Choque, o protesto na região foi dispersado, mas ainda houve enfrentamentos entre polícia e manifestantes na Rua Augusta. Apesar das depredações, parte dos manifestantes encaminhou-se diretamente para a Paulista. A composição da manifestação mudara, já que os ativistas autonomistas (MPL, COPAC e MTST) e partidos de esquerda (PCO, PSTU, PSOL) disputavam espaços com recém-chegados à cena do protesto, muitos deles vestidos com a camisa da Seleção Brasileira de Futebol e rejeitando a estética, temas e as táticas do MPL e da esquerda tradicional (CUT, MTST e PT). Esses novos ativistas nas ruas disputavam a visibilidade da Paulista e gritavam *slogans* anticorrupção, pela defesa da família e contra a PEC-37, que revogava prerrogativas do Ministério Público na investigação de crimes de corrupção. Outros ativistas à esquerda do espectro político também denunciavam o racismo, a homofobia e as desigualdades brasileiras, mas foram paulatinamente suplantados pela “onda verde-amarelista” que ocupava a Paulista.

No dia 19/6, o governador do estado e o prefeito de São Paulo decidiram revogar o aumento das tarifas. O MPL preparou um grande evento comemorativo para o dia 20 de junho. Contudo, os discursos apartidaristas nas ruas ofuscaram o clima de comemoração e ajudaram a confundir e inflar ainda mais as agendas dos protestos. No dia 20, o MPL tentou guiar

a passeata da praça do Ciclista em direção à praça Oswaldo Cruz, situadas nos extremos da Avenida Paulista. Tomar a Paulista em toda a sua extensão é uma raridade em protestos. Ativistas da esquerda tradicional (MST, CUT e UNE) e de partidos (PCO, PSOL, PT e PSTU) chegaram de modo esparso, antes mesmo da marcha, às imediações da praça do Ciclista e do MASP. Conforme os manifestantes antipartidaristas chegavam, os focos de conflito se ampliaram alterando a dinâmica do protesto e a natureza de suas agendas políticas. Pedidos de “Abaixa a bandeira!” e tentativas de queimar símbolos partidários pipocaram ao longo da Paulista. Assim que a passeata teve início, o MPL e partidos de esquerda montaram um cordão de isolamento para impedir o confronto, mas em frente à FIESP os conflitos entre os manifestantes se tornaram insustentáveis. Sem que a polícia interviesse para acalmar os ânimos, membros de partidos de esquerda e manifestantes antipartidaristas se enfrentaram nas ruas.

Acusado de oportunismo pelos manifestantes antipartidaristas, o MPL não pôde garantir o controle da marcha. O volume de pessoas dificultava não só o trajeto, mas também a unidade da coalizão ao redor do MPL e a capacidade deste em controlar conflitos. Os partidos começaram a abandonar a passeata ou debandar para as avenidas Angélica e Consolação procurando permanecer nas ruas, perdendo protagonismo, mas sem ceder às provocações. Os manifestantes anticorrupção, representados por grupos como “Revoltados Online” e “Pátria Minha”, permaneceram nas imediações do MASP, da sede da TV Gazeta e da FIESP que, a essa altura, fazia um jogo de luzes com as cores da bandeira nacional (“Milитantes do PT são hostilizados”, 2013).

No dia 21, com a revogação da tarifa e os episódios de violência entre partidaristas e os novos manifestantes, o MPL retirou-se das manifestações. Essa saída das ruas abriu os flancos para que vários atores disputassem esses espaços. Primeiro, o MTST, COPAC e o Periferia Ativa assumiram a liderança tardia de junho e convocaram atos nas regiões periféricas da cidade. Nos dias 19 e 25, houve pequenas ondas de bloqueios em vários locais das periferias de São Paulo: a Estrada do M´Boi Mirim, a Francisco Morato e terminais de ônibus como Campo Limpo e Capão Redondo, nas zonas Sul da cidade (“Novos protestos em São Paulo e Minas”, 2013). Por fim, na Avenida Paulista, ativistas contra a PEC-37 e contra o Mais Médicos (programa do Governo Federal que estabelecia a vinda de médicos cubanos para suprir

locais com carência de pessoal) ainda se beneficiavam do rescaldo dos grandes protestos. No dia 22/6, a Associação Paulista do Ministério Público organizou um protesto que reuniu cerca de 30 mil pessoas. O “ato” foi assumindo tonalidades fortes de crítica contra o governo de Dilma Rousseff e o PT. Uma parte dos manifestantes se reuniu no MASP e rumou para a Prefeitura, onde um *show* de *rock* animava os presentes, enquanto outra parte seguiu para a ALESP – percursos emulados dos protestos do MPL (Galhardo, 2013).

A competição pelos espaços impactou o modo como os protestos se desenrolaram ao final de junho. Quando o volume de pessoas aumentou, nem todas elas comungavam das mesmas premissas políticas do MPL ou de suas táticas de ocupação dos espaços. A escalada das manifestações dificultou a manutenção dos trajetos e o controle do MPL sobre a organização do protesto nas ruas. O resultado foi a entrada de novos manifestantes que procuravam levar a cabo suas pautas, acomodando novos temas e acatando a política de segurança pública e de controle da ordem nos trajetos. A competição pela Paulista fez com que grupos da esquerda tradicional optassem pelas periferias como estratégia de mobilização. Com a decisão da polícia de negociar com os manifestantes para minimizar os custos políticos a escalada do protesto se aprofundou e o processo de competição espacial veio a se desenhar em meados de junho.

Conclusão

Este artigo apresentou a variedade de trajetos percorridos por atores coletivos presentes no ciclo de junho de 2013, como elemento simbólico e tático de manifestação nas ruas. Dois fatores foram fundamentais para o processo de construção e difusão dos trajetos pela cidade: a experimentação de locais de manifestação e a competição espacial por diversos grupos políticos pelos espaços de visibilidade. O papel das avenidas, tanto para os ativistas quanto para a rotina da cidade, fez com que os episódios de protesto de 2013 girassem em torno das estratégias de ocupação desses espaços. A entrada de novos atores políticos nas ruas se deu par a par com a política de policiamento dos trajetos na cidade de São Paulo. Os confrontos com a polícia e a reabertura de vários canais de circulação para os manifestantes

ajudou a difundir o protesto pela malha urbana. Sucessivos enfrentamentos com a polícia enfraqueceram as lideranças autonomistas no controle do trajeto e deslocaram a esquerda tradicional para as bordas da cidade, áreas de menor visibilidade. Esses dois mecanismos facilitaram a tomada das ruas pelos manifestantes anticorrupção e contra os partidos. Cabe destacar também o uso das redes sociais como uma forma de difusão, coordenação e ampliação das agendas dos protestos. Fatores esses que ajudaram a escalar as manifestações nas ruas.

Finalizando, o artigo ressaltou a importância da política do espaço urbano para as dinâmicas de difusão dos episódios de confronto político, porquanto o encontro de manifestantes de distintas vertentes políticas e os conflitos entre autonomistas e a polícia pela decisão dos trajetos difundiram o protesto enquanto tática de ocupação de espaços pela cidade de São Paulo. O artigo reavalia o papel do espaço morfológico urbano, com suas distintas funções, enquanto variável mediadora das interações entre manifestantes e a polícia e o impacto para a política na esfera pública. A dinâmica do movimento de junho de 2013 demonstra a existência de uma política dos trajetos de protesto e de multidões em geral. Em junho, a sequência de interações entre os atores políticos (ativistas, polícia, cidadãos comuns) nos trajetos desenharam uma possibilidade de escalada, dispersão e desmobilização dos episódios de confronto. Assim, as motivações e agendas políticas podem ser a faísca, mas o espaço morfológico urbano pode ser um dos rastilhos de pólvora pelos quais episódios de confrontos se disseminam.

Referências

- Abos, Márcia. (2012, 21 de abril). Marcha contra corrupção termina em confronto em São Paulo. *O Globo*. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/marcha-contracorrupcao-termina-em-confronto-em-sao-paulo-4706175#ixzz55sP9zR7l>
- Alckmin agora elogia líderes do movimento. (2013, 18 de junho). *Jornal de Brasília*. Disponível em <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/alckmin-agora-elogia-lideres-do-movimento/>
- Alonso, Angela. (2017). A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos*, 36(107, ed. especial), 49–58. <https://doi.org/10.25091/S01013300201700040006>
- Almeida, Frederico de, Monteiro, Filipe J., & Smiderle, Afonso. (2020). A criminalização dos protestos do Movimento Passe Livre em São Paulo (2013-2015). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 102(35), e3510211. <https://doi.org/10.1590/3510211/2020>
- Alvarenga, Darlan. (2013, 17 de junho). Avenida Paulista tem clima de “calçada” na noite desta segunda. *G1 Notícias*. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/avenida-paulista-tem-clima-de-calcadao-na-noite-desta-segunda.html>
- Ao menos 30 pessoas se feriram em protesto em SP, dizem manifestantes. (2013, 6 de junho). *Folha de São Paulo*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1291109-ao-menos-30-pessoas-se-feriram-em-protesto-em-sp-dizem-manifestantes.shtml>
- Araújo, Glauco, Moreno, Ana C., & Stochero, Tahiane. (2013, 14 de junho). Confronto na Consolação marcou protesto; veja vídeos e leia relatos. *G1 Notícias*. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/confronto-na-consolacao-marcou-protesto-veja-videos-e-leia-relatos.html>
- Auyero, Javier. (2003). The geography of popular contention: An urban protest in Argentina. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 28(55/56), 37–70. <https://doi.org/10.1080/08263663.2003.10816835>
- Auyero, Javier. (2006). Spaces and places as sites and objects of politics. In Robert E. Goodin, & Charles Tilly (Eds.), *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis* (pp. 564-578), Oxford University Press. <https://10.1093/oxfordhb/9780199270439.003.0030>

- Barros, Ana C. (2013, 16 de junho). “Ninguém será detido por levar vinagre”, garante secretário de segurança de São Paulo. *R7 Notícias*. Disponível em <https://noticias.r7.com/sao-paulo/ninguem-sera-detido-por-levar-vinagre-garante-secretario-de-seguranca-de-sao-paulo-16062013>
- Bringel, Breno. (2011). A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow [Comentários ao artigo de Sidney Tarrow]. *Política & Sociedade*, 10(18), 51-74. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2011v10n18p51>
- Bringel, Breno. (2007). O lugar nos movimentos sociais e o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais. *Boletim Goiano de Geografia*, 27(2), 35–49. <https://doi.org/10.5216/bgg.v27i2.2643>
- Conheça integrantes do MPL que atraíram milhares às ruas em São Paulo. (2013, 20 de junho). *Último Segundo*. Disponível em <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-06-20/conheca-o-mpl-que-atraiu-milhares-as-ruas-e-milhoes-para-a-cao.html>
- Dia Do Basta 21-04-2012 – Protesto contra corrupção no Brasil. (2012, 23 de abril). *Anonymous Brasil*. Disponível em <http://www.anonymousbrasil.com/politica/dia-do-basta-21-04-2012-protesto-contracorrupcao-no-brasil/>
- Dowbor, Monika, & Szwako, José. (2013). Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos estudos CEBRAP*, n. 97, p. 43-55. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300004>
- Editorial: Retomar a Paulista. (2013, 13 de junho). *Folha de São Paulo*. Disponível em <https://m.folha.uol.com.br/opinia0/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>
- Fillieule, Olivier, & Jiménez, Manuel. (2003). Appendix A: The methodology of protest event analysis and the media politics of reporting environmental protest events. In Christopher Rootes (Ed.), *Environmental Protest in Western Europe* (pp. 258–279), Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/0199252068.001.0001>
- Frúgoli Jr., Heitor. (2018). Ativismos urbanos em São Paulo. *Caderno CRH*, 31(82), 75–86. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792018000100005>
- Galhardo, Ricardo. (2013, 22 de junho). Protesto contra PEC 37 em São Paulo vira ato de oposição ao governo Dilma. *Último Segundo*. Disponível em <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-06-22/protesto-contrapec-37-em-sao-paulo-tem-diversidade-de-causas.html>

- Gohn, Maria da G. (2013). Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. *Revista Brasileira de Sociologia*, 1(2), 205–22.
- Gould, Roger V. (1995). *Insurgent identities: Class, community, and protest in Paris from 1848 to the Commune*. Chicago: University of Chicago Press.
- Hackers invadem site da Secretaria de Educação e divulgam ato contra aumento da passagem. (2013, 13 de junho). *Rede Brasil Atual*. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/hackers-invadem-site-da-secretria-estadual-de-educacao-e-divulgam-ato-contr-aumento-da-passage-9974/>
- Heck, Marcelo A. (2015). Espaço público e as manifestações urbanas. O caso de Porto Alegre: cartografias e discursos. (Dissertação de Mestrado). Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/130691>
- Judensnaider, Elena, Lima, Luciana, Pomar, Marcelo, & Ortellado, Pablo. (2013). *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta.
- Maciel, Debora A., & Machado, Marta. (2019). O processo político do controle dos protestos em São Paulo (2013-2014) [Relatório Científico Final – Projeto Auxílio à Pesquisa FAPESP].
- Maricato, Ermínia. (2015). Para entender a crise urbana. *CaderNAU*, 8(1), 11–22. Disponível em <https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/5518/3425>
- Maricato, Ermínia *et al.* (2013). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Martin, Deborah G., & Miller, Byron. (2003). Space and contentious politics. *Mobilization: An International Quarterly*, 8(2), 143–56. <https://doi.org/10.17813/maiq.8.2.m886w54361j81261>
- Mccarthy, John D., Mcphail, Clark. (2006). Places of protest: The public forum in principle and practice. *Mobilization: An International Quarterly*, 11(2), 229–47. <https://doi.org/10.17813/maiq.11.2.45054350171u704q>
- Militantes do PT são hostilizados e abandonam passeata em SP. (2013, 20 de junho). *O Globo*. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/militantes-do-pt-sao-hostilizados-abandonam-passeata-em-sp-8757103>
- Mora, Marcelo, & Viana, Julia B. (2013, 11 de junho). Protesto contra tarifa tem confronto, depredações e presos em SP. *G1 Notícias*. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-contratarifa-tem-confronto-depredacoes-e-detidos-em-sp.html>

- Novos protestos em São Paulo e Minas bloqueiam rodovias e prejudicam trânsito. (2013, 25 de junho). *O Globo*. Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/novos-protestos-em-sao-paulo-minas-bloqueiam-rodovias-prejudicam-transito-8804597>
- Oliveira, Roberto de. (2013, 14 de junho). “Descolados” criam movimento antiviolença em São Paulo. *Folha de São Paulo*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294703-descolados-criam-movimento-antiviolenca-em-sao-paulo.shtml>
- Ortellado, Pablo. (2013). Reflexões sobre o Movimento Passe Livre e outros “novos movimentos sociais”. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, 18(2), 110–17. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2013v18n2p110>
- Paiva, Vera L. M. O., & Freitas, Eliano de S. M. (2019). Paisagem semiótica dos protestos em Belo Horizonte. *Estudos Linguísticos*, 26(44), 9–35. Disponível em <https://dev.setec.ufmt.br/periodicos/index.php/polifonia/article/view/8956>
- Protesto contra estatuto do nascituro reúne 1.500 pessoas na praça da Sé, em SP. (2013, 5 de junho). *Folha de São Paulo*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1295831-protesto-contrat-estatuto-do-nascituro-reune-1500-pessoas-na-praca-da-se-em-sp.shtml>
- Protesto “Copa para quem?” ocupa faixa da avenida Paulista no sentido bairro. (2013, 14 de junho). *Folha de São Paulo*. Disponível em <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1295244-protesto-copa-para-quem-fecha-a-avenida-paulista-no-sentido-centro.shtml>
- Protestos na M’Boi Mirim no primeiro dia do aumento. (2013, 3 de junho). *Movimento Passe Livre - São Paulo*. Disponível em <https://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/03/protestos-na-mboi-mirim-no-primeiro-dia-do-aumento/03/06/2013>
- Rafail, Patrick. (2018). Protest in the city: Urban spatial restructuring and dissent in New York, 1960–2006. *Urban Studies*, 55(1), 244–60. <https://doi.org/10.1177%2F0042098016661464>
- Ricci, Rudá, & Arley, Patrick. (2014). Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Editora Letramento.
- Rosa, Fabiano. (2013). A cidade e as manifestações coletivas: a constituição da Praça Sete como espaço da expressão política. *Revista Olhares Sociais*, 2(1), 25–60. Disponível em <https://www3.ufrb.edu.br/olharessociais/>

- Salmenkari, Taru. (2009). Geography of protest: Places of demonstration in Buenos Aires and Seoul. *Urban Geography*, 30(3), 239–60. <https://doi.org/10.2747/0272-3638.30.3.239>
- Solano, Esther, Manso, Bruno P., & Novaes, Willian. (2014). *Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração Editorial.
- Souza, Rafael de. (2018). *Cenários de protesto: Mobilização e espacialidade no ciclo de confronto de junho de 2013*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-12032019-123654/pt-br.php>
- Spina, Paulo R. (2016). *O Movimento Passe Livre São Paulo: da sua formação aos protestos de 2013* (Dissertação de Mestrado). Disponível em <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/41262>
- Tarifas de ônibus, trem e Metrô vão subir para R\$ 3,20 em São Paulo em junho. (2013, 22 de maio). *Último Segundo*. Disponível em <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-05-22/tarifas-de-trem-e-metro-va-subir-r-020-em-sao-paulo-no-mes-de-junho.html>
- Tarrow, Sidney. (2011). *Power in movement: Social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tatagiba, Luciana, Galvão, Andreia (2019). Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, 25(1), 63-96.
- Tilly, Charles. (2003). Contention over space and place. *Mobilization: An International Quarterly*, 8(2), 221–225. <https://doi.org/10.17813/mai.8.2.f1429714767152km>

Submetido em 14 de julho de 2020.

Aceito em 29 de agosto de 2020.



Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

Movimentos sociais, controle social repressivo e criminalização no Rio de Janeiro

Social movements, repressive social control and criminalization in Rio de Janeiro

Taísa Sanches* 

Brena Almeida** 

Angela Randolpho Paiva*** 

RESUMO

A criminalização dos movimentos sociais no Brasil tem sido acirrada nos últimos anos, marcados pela adoção de um modelo de controle social repressivo direcionado às populações faveladas. Este artigo propõe que dita criminalização se remete especificamente aos símbolos e identidades relacionados à população pobre, notadamente na cidade do Rio de Janeiro. A partir da categoria “urbanismo subalterno” proposta por Ananya Roy, explora-se como os movimentos sociais favelados operaram transformações em seu repertório de ação, de forma a contestar dita criminalização. Apresentamos resultados e interpretações derivadas de pesquisas, realizadas entre 2013 e 2020, que acompanharam movimentos de mães e familiares de vítimas de violência estatal e movimentos em luta por moradia.

Palavras-chave: criminalização, movimentos sociais, subjetividades.

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais - Departamento de Ciências Sociais, PUC-Rio.
E-mail: taisasanches@gmail.com

** Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Doutora em Ciências Sociais (PUC-Rio) e Pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli/Escola Nacional de Saúde Pública (CLAVES/ENSP) da FIOCRUZ/RJ.
E-mail: brenalmeida@gmail.com

*** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Doutora em Sociologia (IUPERJ) e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
E-mail: apaiva@puc-rio.org.br

ABSTRACT

The criminalization of social movements in Brazil has been rampant in recent years, marked by the adoption of a model of repressive social control directed at *favela*'s populations. This article proposes that this criminalization targets specifically symbols and identities related to the poor population, notably in the city of Rio de Janeiro. Based on the category "subaltern urbanism" proposed by Ananya Roy, we explored how the favela's social movements transformed their repertoire of action in order to contest this criminalization. We present results and interpretations derived from research carried out between 2013 and 2020, which followed movements of mothers and family members of victims of state violence, as well as movements in the struggle for housing.

Keywords: criminalization, social movements, subjectivities.

Apresentação

Repressão e criminalização possuem raízes ancoradas na história brasileira, fortemente marcada pelo colonialismo, pelo sistema escravocrata e por longos períodos autoritários. A violência no país circunscreve de maneira diferenciada a construção da cidadania e das pessoas enquanto sujeitos de direitos, e as camadas desfavorecidas da população são historicamente marcadas não só pela inexistência ou pouca eficácia na proteção aos seus direitos civis, mas também são continuamente alvo seletivo da violência estatal, mesmo após a reentrada na conjuntura democrática pós 1988.

As configurações da arena pública em torno da participação política brasileira são herdeiras das "desigualdades categóricas", como bem analisou Charles Tilly (1998, 2005), e são historicamente assentadas, ainda que tenham passado por grandes transformações nas últimas duas décadas. Apesar de promover um longo período de avanços em políticas de participação social a partir dos anos 1990, os governos federais não conseguiram criar um espaço decisório aberto à participação social, principalmente no que se refere à política urbana e de segurança pública.

A política urbana do Rio de Janeiro, particularmente, demonstra a falta de um pacto federativo aberto à participação. A escolha da cidade do Rio como sede dos Jogos Olímpicos e de partidas da Copa do Mundo representou carta

branca aos governos federal e estadual para operar políticas de austeridade e criminalização de vidas e movimentos sociais, que já vinham sendo desenhadas havia algum tempo. Essa política se manteve com a pressão internacional sofrida no período após a repercussão das manifestações de junho de 2013¹.

Orlando Alves dos Santos Júnior (2015) denomina como “governança empreendedorista neoliberal” o processo segundo o qual se criam ambientes favoráveis à geração de lucro, sustentados na cultura empreendedora, com foco em parcerias público-privadas subordinadas ao mercado e, portanto, direcionadas a áreas específicas da cidade onde o capital produz rentabilidade. Esse tipo de governança contribui para o acirramento das desigualdades socioespaciais, uma vez que não leva em conta o conjunto do território. Os interesses econômicos, sociais e políticos se voltam aos bairros mais próximos dos eventos, aprofundando as desigualdades socioespaciais da capital do Estado.

Nesse sentido, as populações mais pobres que vivem em locais que passam a ser valorizados pelo mercado são as mais vulnerabilizadas, devido às transformações do espaço urbano. Somente na cidade do Rio de Janeiro, estima-se que 67.000 pessoas foram removidas de suas casas e bairros entre 2009 (ano em que a cidade é anunciada como sede dos Jogos Olímpicos) e 2013 (Faulhaber & Azevedo, 2016, p. 36). Em diálogo com autores que analisaram os efeitos do neoliberalismo nos movimentos sociais (Della Porta, 2015; Santos Jr. 2019), pode-se dizer que dito sistema prega um estilo de vida voltado ao mercado e ao consumo, sendo a população que vive nos lugares das “margens”² percebida como desvirtuada. A criminalização, portanto, se volta justamente a elas e aos símbolos e identidades que carregam e que não condizem com o padrão buscado pelo sistema. A remoção das populações marginalizadas dos espaços urbanos valorizados constitui-se em uma forma de criminalização de suas vidas que não são reconhecidas como parte do tecido urbano vigente.

1 Em 2016 foi aprovada a Lei 13.260, conhecida como Lei Antiterrorismo. A aprovação da lei representou uma sinalização de maior controle às manifestações coletivas. Além disso, permanecem tensões entre setores do Legislativo em torno de outros projetos de lei que ainda podem ser discutidos e votados, e que preveem a criminalização direta de movimentos sociais e de manifestações de apoio ou de crítica com objetivos reivindicativos.

2 A noção de margens refere-se àquela desenvolvida por Veena Das e Deborah Poole (2004), segundo a qual as ações estatais são realizadas de modo específico nos territórios marginalizados e no que toca à população que os habita.

Além disso, parte considerável do planejamento estratégico que envolveu a construção desse modelo de cidade apta a sediar os megaeventos esteve circunscrita à preocupação com a segurança pública. O chamado PAC-Favelas foi acompanhado do projeto de “pacificação” armada pelas Unidades de Polícia Pacificadora³ (UPPs), articulando urbanização e militarização, constituindo o que Mariana Cavalcanti (2013) expressou através do termo “PACificação” – uma mesma gramática que compõe a lógica de controle social e passa a ser estrategicamente implementada em diversas favelas do Rio.

Pesa sobre os sujeitos marginalizados a militarização da vida urbana, ou o “novo urbanismo militar”, conforme elaborado por Stephen Graham (2016), que na realidade brasileira se caracteriza pela presença frequente e ostensiva tanto das forças policiais, quanto das Forças Armadas, em espaços favelados e periféricos da cidade, impondo uma lógica de urbanismo marcadamente estigmatizante e enquadramentos de criminalização aos “indesejáveis” da cidade.

Ao direcionar o aparato violento do Estado às populações das margens, enfatiza-se o fato de certas identidades ligadas à população marginalizada não serem aceitas. Loic Wacquant (2003), ao explorar as transformações estatais norte-americanas a partir do final dos anos 1970, aponta para a passagem de um Estado-providência (ou caritativo) a um Estado-penal, transição que se dá na medida em que os Estados perdem a capacidade de lidar com uma crescente população vivendo em situação precária. O autor aponta para o aumento da população encarcerada nos Estados Unidos⁴ e desenha as implicações do aprofundamento de práticas neoliberais em meio a uma radicalização das formas de controle social, particularmente direcionadas às populações desfavorecidas, as chamadas “classes perigosas”, formadas à margem da sociedade civil, como analisado por Alberto Passos Guimarães (1981) e Cecília Coimbra (2001).

No Rio, esse processo de administração penal da miséria inscreve os lugares das margens a partir da “metáfora da guerra” delineada por Márcia

3 Lançado no final de 2008, o projeto das UPPs teve como proposta a ocupação permanente e militarizada de determinados territórios por agentes estatais, com o objetivo de “recuperá-los” do controle de grupos armados ilegais.

4 O autor defendeu que “the construction of prisons has effectively become the country’s main housing programme” em entrevista concedida ao programa Thinking Allowed, da BBC. Para ouvir, acessar: <https://www.bbc.co.uk/sounds/play/b00n1jbd>. Acesso em janeiro de 2020.

Leite (2012). Constituídos como distantes dos parâmetros regulares da vida “normal” e das pessoas que seguem o caminho “honesto” das esferas consideradas legítimas do trabalho, da família, da moral e do Estado, as referências cognitivas sobre as pessoas que neles habitam engendram figurações dominantes que produzem efeitos sobre as dinâmicas sociais e conflitos que emergem nesses territórios, influenciando diretamente sobre os caminhos adotados pelas políticas de segurança pública e programas políticos direcionados à gestão dos pobres.

Os sujeitos marginalizados, por sua vez, ao se sentirem violentados em sua dignidade e identidade, por conta das remoções e dos modos de operar do referido “urbanismo militar”, buscam novos caminhos para construção de formas de resistência e reconhecimento, muitas vezes distintas das vias oficiais que o sistema impõe. Neste artigo defendemos que os movimentos sociais organizados nas favelas cariocas buscam caminhos alternativos de participação, não só pelo caminho da resistência, mas também pela via cultural, a partir de um resgate das emoções e da memória.

Tomamos como base pesquisas desenvolvidas pelas autoras com os movimentos em luta por moradia e contra as remoções, organizados na Vila Autódromo e na comunidade do Horto⁵, bem como, com os seguintes movimentos de mães e familiares de vítimas de violência estatal do Rio de Janeiro: as Mães de Manguinhos, as Mães sem Fronteiras do Chapadão e a Rede de Comunidades e Movimentos contra Violência. Os movimentos sociais foram acompanhados entre os anos 2013 e 2020, através de pesquisa qualitativa em caráter descritivo e analítico, com observação e acompanhamento em campo e realização de entrevistas semiestruturadas e em profundidade, sob orientação da “pesquisa-ação” tematizada por Michel Thiollent (2011).⁶

Ao longo da análise apresentada neste artigo, verificou-se que os movimentos buscam mobilizar a criminalização das margens como repertório de ação, demonstrando o aprendizado que adquiriram através do resgate das memórias e do histórico de repressão em relação às suas vidas e existências. Tomamos como base o conceito de repertório como proposto por Charles Tilly:

5 Em ambas as comunidades cariocas, existem movimentos sociais em luta por moradia organizados. Também nos dois casos, os Museus Sociais constituem-se como repertório de ação. Para maior aprofundamento sobre essas questões, ver Sanches (2020).

6 Para mais detalhes, ver: Almeida (2019) e Sanches (2020).

A palavra repertório ajuda a descrever o que acontece, identificando um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo de escolha relativamente deliberado. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas não descendem da filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. As pessoas aprendem a quebrar janelas em protesto, atacar prisioneiros com pilhagem, derrubar casas depredadas, organizar marchas públicas, petições, realizar reuniões formais, organizar associações de interesses especiais. Em qualquer ponto particular da história, no entanto, eles aprendem⁷ (Tilly, 1995, p. 42 – a tradução é nossa).

A partir desse quadro, apresentamos, em um primeiro momento, o contexto de repressão e criminalização dos lugares das margens na cidade do Rio de Janeiro, para em seguida refletir sobre algumas iniciativas encontradas pelos movimentos favelados para elaborar formas de existência e resistência na cidade. Nessa direção, apresentamos algumas dessas alternativas societárias propostas pelos movimentos de favelados do Rio, considerando, de um lado, a organização de Museus Sociais por movimentos por moradia, como ferramenta de luta contra as remoções operadas pelo Estado e de demanda por espaços urbanos mais inclusivos e que considerem a memória das populações estigmatizadas e criminalizadas. De outro lado, o repertório desenvolvido pelos movimentos de mães e familiares de vítimas de violência estatal, que produzem estratégias de cuidado e processos de luta por memória, justiça e resistência ao governo de mortes operado pela “guerra” exercida nesses territórios.

Controle social repressivo e criminalização nas margens da cidade

Os vários dispositivos do controle social repressivo e a intensidade no uso da força policial nos lugares dos pobres possuem uma áspera e incômoda

7 “The word repertoire helps describe what happens by identifying a limited set of routines that are learned, shared, and acted out through a relatively deliberate process of choice. Repertoires are learned cultural creations, but they do not descend from abstract philosophy or take shape as a result of political propaganda; they emerge from struggle. People learn to break windows in protest, attack pilloried prisoners, tear down dishonored houses, stage public marches, petition, hold formal meetings, organize special-interest associations. At any particular point in history, however, they learn.”

relação de continuidade na história brasileira, com a perpetuação de diversas práticas de “brutalidade autorizada”, que abrangem desde humilhações e distintas formas de tratamento cruel e degradante, até mesmo torturas e execuções extrajudiciais perpetradas por agentes estatais (Ramos, 2016).

No Rio de Janeiro, o Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ), usando o indicador de letalidade violenta⁸, registrou no estado 5.980 homicídios dolosos, somente em 2019. As chamadas “mortes por intervenção de agentes estatais” – quando policiais matam em supostos confrontos – representaram o maior número da série histórica desde 1998, totalizando 1.810 casos. Além do aumento expressivo, os números também evidenciam a seletividade étnico-racial que marca a desigualdade social e a estratificação de classes da sociedade brasileira: 75,4% das pessoas mortas em intervenções policiais entre 2017 e 2018 eram negras, em sua maioria pobres e jovens (FBSP & IPEA, 2019). Nesse registro, o referido processo de gestão penal da pobreza como política social da contemporaneidade encontra-se intrinsecamente relacionado ao racismo institucionalizado em nosso país.

Esse panorama representa não somente um déficit na fruição dos direitos humanos e garantias fundamentais por considerável parcela da população, mas também conduz à percepção de que vivenciamos uma tragédia humanitária. A própria construção de determinadas ações como legítimas possui relação com a produção das representações sobre os lugares dos pobres.

Márcia Leite (2012) identifica como a representação dos lugares das margens na cidade do Rio de Janeiro constituiu-se ao longo da história. A reiterada percepção de que esses territórios não são incorporáveis à cidade e que os torna alvos da implantação de políticas autoritárias de caráter higienista e disciplinar⁹, de demolições, despejos e remoções violentas, vem com o processo de incorporação da chamada criminalidade violenta. Assim, em particular a partir da década de 1990, as favelas passam a ser significativamente reconhecidas pelos signos da violência e criminalidade que se tornam cada vez mais evidentes: o tráfico de drogas, o uso de

8 A letalidade violenta corresponde ao somatório dos seguintes títulos: homicídio doloso, roubo seguido de morte, lesão corporal seguida de morte e morte por intervenção de agente do Estado. A série histórica da taxa de homicídio doloso é contabilizada por 100 mil habitantes (ISP/RJ, março de 2020), disponível em: <<http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/SeriesHistoricasLetalidadeViolenta.pdf>>, acesso em 02 de junho de 2020.

9 O estabelecimento da disciplinarização implica não apenas o deslocamento da população pobre para longe dos centros urbanos, mas também serve ao esquadramento de áreas para o controle da rotina e enquadramento disciplinar dos indivíduos (Foucault, 2009).

armamentos, a delinquência, os confrontos entre a polícia e grupos armados e entre facções rivais de traficantes, delineando o quadro de “difusão do medo” e das “demandas autoritárias por segurança a qualquer custo”, conforme descrito por Luís Eduardo Soares (1998, p. 32).

O medo e a insegurança, ainda que justificados pela ameaça à integridade física e patrimonial, contribuíram para produção dessa imagem distorcida das margens, caracterizando uma população inteira a partir de um mesmo quadro homogêneo, como apontam Luís Antônio Machado da Silva e Márcia Leite: os moradores das favelas *rejeitam* as normas oficiais do país e *optam* pela obediência à chamada “lei do tráfico”, confirmando seu pertencimento a uma “subcultura desviante e perigosa” (Machado da Silva, & Leite, 2007, p. 549, grifos nossos)

No Rio de Janeiro, os moradores das favelas vivenciam de forma profunda e particular esse caráter de contiguidade de uma “sociabilidade violenta” descrita por Machado da Silva e Leite (2007). De acordo com esse entendimento, seus moradores encontram-se sempre “no meio do fogo cruzado” ou “entre dois deuses”¹⁰, expressões usadas para caracterizar o fato de que duas ordens coabitam regulando os territórios e impondo formas de violência específicas sobre as pessoas: a “lei” das forças de segurança e a atuação do comércio varejista de drogas ilícitas. Alicerça-se, assim, a identificação desses lugares e a percepção dos favelados enquanto territórios e sujeitos que podem ser submetidos não somente a remoções e políticas de urbanização segregatórias, mas também às consequências de uma associação direta com a marginalidade e o crime violento, que os traduz como criminosos ou potenciais criminosos, sempre suspeitos.

Somam-se a esse processo os traços que delineiam o “inimigo”: aquele que pode ser alvo da repressão militarizada, da vigilância, da prisão e até mesmo da morte. No redesenho da cena urbana, que inscreve a cidade a partir de uma lógica militarizada, traduzem-se enquadramentos discursivos criminalizadores que engendram artefatos de invisibilização do sujeito pobre, preto, favelado e periférico, que é diluído nas estatísticas de desaparecimentos e nos registros de mortes dos chamados “autos de

10 A expressão vivendo no “fogo cruzado” e “entre dois deuses” foi empregada por Menezes (2015, 2018).

resistência” ou das “mortes por oposição à intervenção policial”¹¹. Tais registros atuam articulando a justificativa do “confronto” e da “guerra” com o peso da legalidade própria ao documento estatal, confeccionando uma legitimidade para as mortes, em acordo com a previsão da excludente de ilicitude dos agentes estatais, definida segundo os termos da lei penal, traduzindo essas mortes como um fenômeno “conforme o direito” (Zaccone, 2015).

A referida noção de margens do Estado (Das & Poole, 2004) orienta na compreensão do modo específico como se desenvolvem as ações e dispositivos estatais no que tocam os territórios das margens e a população que neles habita, impondo um controle social, em última instância, considerado legítimo, embora opere nas dimensões sombreadas do legal e do ilegal e no “governo de mortes” (Mbembe, 2018) que permeia práticas de exercício do poder as quais permitem que determinadas vidas sejam descartáveis, enquanto outras são protegidas. Cabe destacar que essa lógica de ações estatais específicas nos lugares das margens combina dinâmicas repressivas distintas que não somente impõem deslocamentos forçados, controle militarizado dos espaços e modos de circulação das pessoas, mas também cravam destruição e ruínas. A instauração das UPPs nas favelas cariocas, por exemplo, veio de mãos dadas aos processos de remoções. As unidades de polícia representaram o principal programa da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Sua presença, no entanto, serviu para a expansão do capital imobiliário nas favelas, o que, por sua vez, ocasionou a “remoção branca” (Faulhaber & Azevedo, 2016) de muitas famílias.

Processos de remoções violentas compreendem também táticas de destruição e promovem uma espécie de desenraizamento da vida, conforme as experiências são vividas em determinados territórios, forçando deslocamentos urbanos e articulando a decomposição e o desbotamento do lugar moral que se compõe pelas experiências do habitar. A partir de seu trabalho sobre remoções, Alexandre Magalhães articula os efeitos dessas ações:

11 O procedimento do “auto de resistência” foi regulamentado durante o regime militar em 1969. Figura como espécie de investigação especial para esclarecer lesões corporais e mortes praticadas por policiais em serviço, evitando a prisão em flagrante quando há o chamado “uso legal da força”, previsto na lei penal.

Ao demolir, ao provocar a “destruição” e levar o “terror”, a intervenção estatal revelaria não somente que aquela favela seria um lugar da margem, mas, sobretudo, um espaço onde o próprio poder se produz, produção esta realizada no limite da vida, contra a qual se poderia fazer qualquer coisa, suspendendo-a, mesmo que sem eliminá-la imediatamente, conduzindo-a e reconduzindo-a ininterruptamente (Magalhães, 2018, p. 279).

Diante das repressões a que são submetidos em seu cotidiano, os sujeitos marginalizados procuram traduzir as injustiças que sofrem de forma a torná-las legíveis para grande parte da sociedade, como forma de denúncia, ou seja, criam uma linguagem conhecida. Sidney Tarrow considera fundamental a realização dessa espécie de tradução que os movimentos são capazes de fazer:

Os movimentos tentam enunciar reivindicações em termos de quadros de significados compreensíveis para uma sociedade mais ampla; usam formas de ação coletiva extraídas de um repertório existente e desenvolvem tipos de organização que frequentemente imitam as organizações às quais se opõe. (Tarrow, 2009, p.45)

Esse exercício de tradução é verificado, por exemplo, na criação dos Museus Sociais nas comunidades analisadas. Utilizando uma linguagem conhecida a uma parcela ampla da sociedade, os movimentos buscam traduzir sua luta pelo pertencimento à cidade e contrária às remoções através do uso de documentos que comprovam seu histórico de vida nos bairros, como será explorado adiante.

Na próxima seção, apontaremos para exemplos de movimentos sociais analisados, que têm buscado formas de reconhecimento distintas, constituindo-se como parte de um urbanismo subalterno contrário à criminalização das existências faveladas. Ao passo que os “repertórios de interação Estado-sociedade”¹² (Abers, Serafim & Tatagiba, 2014) são mais frequentemente marcados pela violência, na análise aqui desenvolvida, os movimentos buscam outras formas de interação institucional e

12 Definido da seguinte forma pelas autoras: “sugerimos complementar a noção original de *repertoire of contention*, de Tilly, através do conceito de “repertório de interação” entre Estado e sociedade civil. Esta ampliação permite incorporar a diversidade de estratégias usadas pelos movimentos sociais brasileiros e examinar como estas têm sido usadas, combinadas e transformadas” (Abers *et al.*, 2014, p.331-332).

reconhecimento, logrando transformar suas ações cotidianas em novos quadros interpretativos de ação coletiva, em novas subjetividades, cuja base para a construção dessa identidade coletiva se assenta na luta pelos direitos mais elementares, como o respeito à vida e à moradia, assim como na denúncia da violência perpetrada pelo próprio Estado.

Do “urbanismo militar” ao “urbanismo subalterno”: experiências de reconhecimento frente à criminalização

Ananya Roy (2017) propõe o termo “urbanismo subalterno” para se referir às novas formas de agência e de reconhecimento nos espaços ocupados pela população periférica ao redor do mundo. A autora sugere a ideia de ocupação do espaço não somente através do capital, mas também de ações cotidianas desses indivíduos, como fundamental para pensar as formas de ativismo que nascem nos territórios:

O urbanismo subalterno é então um paradigma importante, pois busca conferir reconhecimento a espaços de pobreza e formas de agência popular que muitas vezes permanecem invisíveis e negligenciadas nos arquivos e anais da teoria urbana (Roy, 2017, p. 7)

É interessante adotar os termos utilizados pela autora – reconhecimento, agência e invisibilidade – ao abordar algumas iniciativas de movimentos sociais existentes atualmente na cidade do Rio de Janeiro e não compreendidos como tais pela literatura acerca do tema, por diferenciarem-se daqueles movimentos mais tradicionais e hierarquicamente construídos. Alexis Cortés (2018), ao pesquisar acerca do movimento favelado no Rio de Janeiro entre as décadas 1970 e 1980, apontou esse fato: percebeu que a literatura não tratava o movimento como tal, pois valorizava mais a perspectiva segundo a qual a “racionalidade política dos favelados” seria utilizada para “instrumentalizar o sistema político”, ou seja, a racionalidade dos sujeitos favelados não seria utilizada como forma de contestação e organização social, mas como forma de conseguir benefícios.

Defendemos aqui que as formas de agência dos sujeitos favelados devem ser analisadas a partir da literatura referente aos movimentos sociais, uma vez que apresentam repertórios de ação em resposta à criminalização e à

invisibilidade das subjetividades existentes nos territórios. É o caso de duas ações específicas que serão trazidas a seguir: os museus sociais de favela, tais como Museu das Remoções, Museu Sankofa da Rocinha, Museu da Maré e Museu do Horto; e a emergência do movimento de mães que denunciam práticas policiais repressoras que resultaram na morte de seus filhos. Tais iniciativas podem ser compreendidas como importantes repertórios de ação dos movimentos favelados, adotados pela população subalternizada, a qual ocupa espaços sociais que não se resumem a lugares materiais, ao mesmo tempo em que os reivindica, a partir da possibilidade de remoção e criminalização de sua existência nesses espaços.

Os museus comunitários da cidade do Rio de Janeiro, ademais de representarem um repertório interessante no que tange à agência da população favelada, constituem formas de interação com o Estado que apontam caminhos alternativos. Suas origens coincidem com um período de grande abertura do Estado à participação, analisado por diversos autores (Abers et al, 2014, dentre outros). São reconhecidos institucionalmente a partir do Programa Pontos de Memória, criado em 2009 através de uma parceria entre os Programas Mais Cultura, do Ministério da Cultura, e do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça¹³.

Segundo informações encontradas na página do programa Pontos de Memória na *web*, ele consistia em “um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social”, visando garantir o direito à memória a populações que “requerem maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais”¹⁴. A partir do programa, comunidades reconhecidas por desenvolverem “um trabalho sistemático de identificação, registro, compartilhamento e preservação de suas memórias” foram identificadas e selecionadas para integrar um projeto-piloto, e a experiência passou a ser replicada nos anos seguintes, seguindo a mesma lógica (Alcântara, 2019, p.173).

É interessante notar que a utilização do título de museu possibilita diferentes perspectivas acerca da denominada “museologia social”. A

13 Os museus sociais já existiam antes deste reconhecimento. É o caso, por exemplo, do Museu da Maré, reconhecido em 2006 como Ponto de Cultura. O Museu Sankofa, da Rocinha, também é anterior à política de reconhecimento dessas iniciativas; foi inaugurado em 2003.

14 Disponível em: <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/programa-pontos-de-memoria/> Acesso em maio de 2019.

proposta de transformação museológica nasce no final dos anos 1970, de mãos dadas aos grandes movimentos sociais da época, tais como movimento feminista e movimento negro, todos buscando, de certa forma, explorar as possibilidades de “descolonização do mundo da vida” em que estavam inseridos – ou seja, o processo de questionamento das relações sociais existentes como o define Habermas (2014). Esse caminho levou ao desenvolvimento do debate acerca do papel dos museus e, durante a Rio-1992, no Rio de Janeiro, passou-se a tratar do tema de forma mais específica na cidade, sendo o Ecomuseu de Santa Cruz o primeiro a ser reconhecido e reconhecer-se dentro dessa nova perspectiva sociomuseológica. Em 1993, os termos museologia social e sociomuseologia foram oficialmente registrados e passaram a ser utilizados para enfatizar o caráter político da proposta, com diversos compromissos, tais como “redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e coesão social”, dentre outros (Chagas & Gouveia, 2014, p.17).

Os museus sociais da cidade do Rio de Janeiro podem ser entendidos, a partir do colocado, como partes de um movimento das classes subalternas de criação de uma identidade coletiva em contraposição à criminalização e de busca por amplo reconhecimento. Analisá-los como integrantes do repertório de ação dos movimentos sociais favelados na cidade nos direciona a percebê-los como importante quadro interpretativo (segundo categoria proposta por Tarrow, mencionado acima). Os Museus Sociais têm como objetivos preservar a memória da população que vive ou viveu nesses locais e servir como repertório de luta coletiva. Ao passo que demonstram sua existência nos territórios por décadas, buscam negar a ideia de “ocupação irregular”, por exemplo, tão utilizada como justificativa para remoções e políticas higienistas. A proposta dos museus é casada à luta dos movimentos favelados, e sua existência marca a permanência das pessoas no território, procurando dificultar qualquer ameaça de remoção.

Percebe-se um direcionamento das ações reivindicativas para o setor cultural, capitaneado pelo IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) e pelo atualmente extinto Ministério da Cultura. Pode-se argumentar que esse caminho é tomado, em razão das oportunidades políticas abertas por essas esferas (e fechadas com a extinção do Ministério das Cidades, por exemplo), e como resposta à criminalização das vidas faveladas. Ditas oportunidades

relacionam-se às transformações ocorridas no país desde a redemocratização. Seus efeitos e a posterior introdução da agenda neoliberal à participação civil foram analisados por Evelina Dagnino (2005). A autora assinala que, na contramão dos avanços realizados pós-88, houve uma crescente dimensão individualista da participação civil no país. Isso se deu, principalmente, porque o estado neoliberal, além de retirar de sua responsabilidade a oferta de direitos sociais básicos, instrumentalizou os acessos à participação.

Segundo a análise de Dagnino, temas como pobreza e desigualdade foram retirados da pauta pública e tornaram-se de responsabilidade privada, passíveis, portanto, de soluções solidárias e filantrópicas. A privatização desses temas, por seu lado, dificultou a definição de um espaço público mais democrático no Brasil, onde predomina uma cultura política que não leva em conta as práticas cotidianas de exclusão e a completa privação de direitos a que é submetida grande parte da população. O resultado disso seria uma prevalente transferência de serviços de garantia de direitos (de bem-estar social) a terceiros, como ONGs e fundações. Os movimentos sociais, no contexto exposto por Dagnino, passam a ser criminalizados, ficando a esfera da participação cívica circunscrita às organizações do terceiro setor, creditadas como confiáveis em um cenário de união entre valores neoliberais e provisão de direitos relativos ao bem-estar social, na qual a compreensão de cidadania é erodida e passa a se confundir com participação.

Nesses contextos de criminalização, surgem os espaços para a criação das formas alternativas de reconhecimento de que fala Roy. Os museus sociais simbolizam, assim como muitas outras iniciativas culturais empreendidas pelos movimentos favelados, um embate com a cultura dominante, com a força do Estado. Tendo nascido justamente como parte do processo contra as remoções, esses museus se tornaram importantes ferramentas de luta contra um formato de Estado colonizador, que impõe determinadas formas de existência a certas camadas sociais, e que não reconhece os tipos de vida que essas pessoas levam como dignas de serem vividas.

Há, portanto, através da formação dos museus sociais, uma demanda por agência na construção e participação *da e na* cidade. Essa demanda se situa no trânsito entre reivindicação material e sua significação simbólica, como desenvolve Ilse Scherer-Warren (2009). Ao traduzirem em linguagem acessível as reivindicações dos movimentos, os Museus Sociais promovem a possibilidade de engajamento de pessoas não diretamente atingidas pela

criminalização, tais como pesquisadores e universidades, possibilitando a participação eletiva nos movimentos sociais por indivíduos que compartilham dos valores de uso e participação da cidade, publicizados pelos movimentos.

Os movimentos de mães e familiares de vítimas de violência estatal, por seu lado, elaboram suas ações coletivas em um processo que lança a dor e o sofrimento do luto na esfera pública, em contraposição ao exercício do controle social repressivo nas favelas e ao governo das mortes dele decorrente. Desse modo, uma rede de movimentos sociais entrelaça todo um conjunto de ações, gramáticas e significados, que mobilizam estratégias de cuidado, solidariedade, memória, emoções e reivindicações por direitos e justiça, buscando transmutar os significantes por meio dos quais seus entes queridos são apreendidos e desconstruir a naturalização e a fabricação da legitimidade dessas mortes.

Em especial a partir de 1990, inúmeras mobilizações, atos públicos e movimentos sociais organizados por familiares de vítimas de violência no “asfalto” e nas favelas, tiveram as mães como principais protagonistas, configurando tanto o engajamento individual, quanto o coletivo, através de movimentos específicos, como as Mães de Acari; a Associação dos Parentes das Vítimas e dos Sobreviventes da Chacina de Vigário Geral; o movimento *Posso me identificar?* e, posteriormente, a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e a Rede de Mães e familiares de vítimas da Violência de Estado na Baixada Fluminense, dentre diversos outros grupos de mães que se organizam a partir de suas localidades, como as Mães de Manguinhos e as Mães sem Fronteiras do Chapadão¹⁵.

Ao acompanhar de perto esses movimentos no Rio, foi possível identificar narrativas de encontro entre memórias do passado e do presente, entre memória individual e coletiva, compreendendo como as ações coletivas se encontram imbricadas na apreensão da memória narrada pelas mães, não como uma espécie de reflexo do passado, mas como uma construção compartilhada coletivamente nas relações entre elas e no processo da luta política, como definiria Melucci (2001), enquanto parte da produção social da “identidade coletiva” das mães como “mãe de vítima de violência de Estado”. Essa composição abrange a legitimidade que compartilham em

15 Acerca dos processos de mobilização e do histórico dos vários grupos de mães e familiares de vítimas no Rio, ver: Birman e Leite (2004); Araújo (2007); Vianna e Farias (2011); Juliana Farias (2007, 2014) e Almeida (2019).

meio ao luto, enquanto mães de vítimas, de falar publicamente, de evocar o sofrimento e elaborar a memória da perda, ao passo que exigem justiça e a reparação do irreparável.

Ao colocar suas vozes e vivências na esfera pública, as mães e familiares que sofrem com a perda irreparável de um ente querido elaboram suas ações coletivas diante das vivências de grande precariedade, vulnerabilidade e do extremo da distribuição desigual até mesmo da possibilidade de enlutar um filho. Compreender essas interlocuções implica pensá-las no acionamento do caráter indissociável relativo às dinâmicas de opressão estrutural – e da trilha do conjunto de opressões que a rede de mães expressa. Tais opressões se inserem na demarcação de uma perspectiva interseccional, compondo os múltiplos significados da herança escravocrata, patriarcal e de classe do país. Nesse contexto, a maternidade funciona como mecanismo catalisador da possibilidade de politização, interligando estruturas de raça, classe e gênero, como sugerem os estudos que enfatizam a interseccionalidade (Collins, 1994).

Em um processo, ao mesmo tempo, individual e coletivo, todo esse complexo de arranjos e texturas envolve memória, vida e morte, e possui forte carga emocional e simbólica, entretecendo delineados particulares no desenvolvimento de recursos e estratégias específicas de atuação, direcionadas tanto pelo luto, quanto pelo manifesto cuidado e solidariedade entre as mães e familiares. De um lado, conectando indignação e sofrimento em meio ao luto pessoal, através de um processo de subjetivação, as mães e familiares de vítimas também constituem a si mesmas, em um processo de produção de si e de mudança em suas visões de mundo que é central em relação à própria construção da identidade coletiva e que se produz a partir das vivências e do compartilhamento de emoções no âmbito das ações coletivas.

De outro lado, a força da solidariedade entre as mães e familiares se refere também às formas cotidianas de luta que não representam necessariamente uma confrontação coletiva, mas que constituem elaborações da ordem do dia a dia que, em geral, não são observadas nas análises dos movimentos sociais e, no entanto, são fundamentais, em particular diante dos inúmeros impactos à saúde física e mental dessas pessoas (Scott, 2011). Tais arranjos engendram estratégias de cuidado, resistência e recomposição do mundo despedaçado que podem fazer com que a morte ceda lugar à vida, com que o luto se torne luta¹⁶.

16 Uma análise mais detida dos movimentos de mães e familiares de vítimas de violência estatal na atualidade pode ser encontrada em Almeida (2019).

As mães e familiares em luta se organizam a partir de redes de movimentos sociais¹⁷ que entrecruzam diversos atores, organizações e movimentos em vários níveis de articulação, em contínua elaboração, construção identitária e busca por reconhecimento na sociedade (Scherer-Warren, 2006). Ao observar os movimentos de mães, é possível compreender como estão intrinsecamente relacionados a essa atuação em rede, não só enquanto espaço de definição de práticas coletivas e ações políticas e sociais, mas também através dos modos de organização que a diferenciam da política tradicional mais vertical e hierarquizada.

Os elos que se estabelecem entre as mães não se dão apenas em uma dimensão organizacional ou estratégica. Como mencionamos, elas estabelecem entre si uma rede de solidariedade e apoio mútuo que implica a construção das subjetividades e identidades coletivas. De acordo com Geoffrey Pleyers (2018), o processo de subjetivação faz parte da confecção de uma “identidade positiva e propositiva” que permitirá a constituição do movimento social, deslocando os sujeitos da condição de vítima para a condição de ator social, em meio às demandas contra a impunidade e por reconhecimento de direitos.

Desse modo, as mães e familiares têm se articulado em rede em contraposição à violência estatal, em nível local e comunitário no Rio de Janeiro, buscando conectar-se com organizações e movimentos de mães de outros estados, estruturando uma articulação nacional que se desenvolve em torno do “Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas de Terrorismo do Estado” e da “Rede Nacional de Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado”. Esse processo em contínua construção é alcançado através da facilitação na comunicação via *internet* e por meio das redes sociais, que garantem a manutenção do contato entre as mães e que permitem arrecadar recursos e viabilizar a organização dos encontros anuais e outros eventos em várias regiões do país.

Como fruto dessa atuação, produz-se forte diálogo e reflexividade entre os movimentos, apoiadores, ativistas e parte do mundo acadêmico. Nessa direção, as mães se contrapõem às representações da guerra às drogas e à militarização, questionam as decisões em torno das políticas de segurança pública e dos recursos públicos investidos com as operações policiais e

17 Um aporte fundamental é elaborado por Manuel Castells (2002), para quem as redes compõem uma espécie de nova “morfologia social” que rearranja as relações de poder, funcionando como elemento estruturante da sociedade de informação na contemporaneidade, atravessando as dimensões institucionais e culturais, estruturando também os movimentos sociais.

intervenções militarizadas, em detrimento de políticas que possam garantir os direitos de cidadãos em situação de vulnerabilidade.

Em sua luta, no grito que enunciam ao final de tantos discursos públicos: “Nossos filhos têm *mãe*, nossos mortos têm *voz!*”, os movimentos de mães e familiares fazem ecoar uma reivindicação pelo “direito a ter direitos” enunciado por Hannah Arendt (2009), que não trata apenas da garantia do direito à voz, enquanto direito ao exercício da liberdade de expressão na esfera pública, mas da construção de uma forma de *resistência* que se encontra intrinsecamente associada à possibilidade de *sobrevivência*.

Considerações finais

Charles Tilly (1998; 2005) aponta para as categorias raça/etnia, gênero, classe e nacionalidade como marcadores sociais mais significativos das “desigualdades duráveis”. Sua análise ajuda a entender o processo de construção da sociedade brasileira, com grande parcela da população deixada às margens do acordo social, em uma realidade desprovida dos direitos sociais mais básicos, como saúde, educação, saneamento e moradia, e, também, do direito civil de acesso à justiça. Seguindo um processo de “esquizofrenia social” (Paiva, 2004), em que determinados grupos estão sujeitos a diversas formas de preconceito, estigmas e violações de direitos, foi sendo constituída uma desigualdade durável e persistente.

Os movimentos sociais de favelados fazem parte de um processo da articulação desse segmento da sociedade civil que se organizou em associações, organizações e movimentos sociais, denunciando o acordo social incompleto no tocante aos diversos tipos de direitos. Em especial a partir da década de 1980, esse processo representou o momento em que começa a haver a “quebra de consenso”, para usar a definição de Hannah Arendt (1999), quando a aquiescência a padrões existentes é questionada.

A década de 1990 inaugurou, assim, várias formas inovadoras de participação e de demandas de movimentos sociais específicos, ao passo que há um alargamento da reflexividade necessária para sair da conformidade perante formas de dominação existentes, sejam elas econômicas, sociais ou culturais. Mesmo que a educação formal universalizada e de qualidade ainda fosse uma promessa para a maioria da população, as pedagogias alternativas dos movimentos e associações das periferias (Gohn, 2012)

representaram caminhos virtuosos de engajamento para a construção de distintas subjetividades.

As décadas seguintes trouxeram um aperfeiçoamento nas estratégias de participação e no repertório de interação Estado-sociedade, mas foi um caminho tenso e como sempre ambíguo. Como lembra Adorno (2008), essas novas formas conviviam com a violência estrutural da sociedade brasileira. As reações à visão de mundo de sujeito de direitos da Constituição de 1988 podem ser exemplificadas pelas chacinas perpetradas contra a população pobre e pelo controle dos territórios subjugados sob o manto da violência.

Na análise apresentada, mostrou-se como essa tensão está presente na violência a partir do Estado, direcionada à parcela específica da população. Dita violência favoreceu a diversificação do repertório de ação dos movimentos sociais, que não têm mais no Estado seu principal opositor (McDonald, 2004; Della Porta, 2015), e valorizam a formação de redes e a tradução de suas demandas a parcelas mais extensas da população. Pode-se afirmar, a partir da análise dos movimentos sociais exposta, que a criminalização das identidades relacionadas às margens, por parte do Estado, leva os movimentos a buscarem outras formas de organizar suas demandas, que não somente em políticas públicas.

O quadro delineado toca, em particular, a cidade do Rio de Janeiro, ainda que se possa observar que a criminalização dos sujeitos e movimentos sociais favelados seja uma realidade em muitas outras partes do Brasil e do mundo. Os repertórios adotados pelos movimentos sociais, aqui brevemente apresentados, lançam luz às formas de tradução que têm encontrado para denunciar o fracasso social demonstrado pela criminalização e angariar apoio de parcelas expressivas da população, tecendo redes e construindo lugares de memória capazes de produzir formas de “urbanismo subalterno”, diante de modos de exercício do controle social repressivo que, por vezes, atua quase inviabilizando a continuidade da vida.

A partir de pesquisa extensa com os movimentos sociais elencados, mobilizou-se a literatura sobre violência e repressão nos lugares das margens, unida à dos movimentos sociais, de modo a lançar luz às formas de atuação que os grupos encontram frente aos desafios da criminalização das subjetividades relacionadas às populações faveladas. As pesquisas indicam não só a necessidade de análises com ênfase nos movimentos sociais favelados, mas também a interpretação da ampliação de seu repertório de ação advinda da consolidação das identidades coletivas.

Referências

- Abers, Rebeca, Serafim, Lizandra, & Tatagiba, Luciana. (2014). Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a Experiência na Era Lula. *Dados*, 57(2), 325-357.
- Adorno, Sérgio. (2008). Direitos Humanos. In Ruben G. Oliven, Marcelo Ridenti, & Gildo M. Brandão (orgs) *A Constituição de 1988 na vida Brasileira* (pp. 191-224). São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores: ANPOCS.
- Alcântara, Camila F.S.M. (2019). Museus em periferias urbanas brasileiras. *Horizontes Antropológicos*, 25(53), 169-201. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832019000100007>
- Almeida, Brena C. de. (2019). *Quando é na favela e quando é no asfalto: controle social repressivo e mobilizações entre lugares de luta*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.cis.puc-rio.br/assets/pdf/PDF_CIS_1574786412_Brena_Costa_de_Almeida_-_2019.pdf.
- Araújo, Fábio A. (2007). *Do Luto à Luta: A Experiência das Mães de Acari*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=86052
- Arendt, Hannah. (1999). *Crises da República*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Arendt, Hannah. (2009). *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das letras.
- Birman, Patrícia, & Leite, Márcia P. (orgs). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.
- Castells, Manuel. (2002). *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra.
- Cavalcanti, Mariana. (2013). À espera em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da 'PACificação'. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 6(2), 191-228.
- Chagas, Mario, & Gouveia, Inês. (2014). Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM*, 27(41), 9-22.
- Coimbra, Cecília. (2001). *Operação Rio. O mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor e Intertexto.

- Collins, Patricia H. (1994). Shifting the center: race, class, and feminist theorizing about motherhood. In: Evelyn N. Glenn, Grace Chang, & Linda R. Forcey (eds.). *Mothering: Ideology, Experience, and Agency*. New York: Routledge.
- Cortés, Alexis. (2018). *Favelados e pobladores nas ciências sociais: a construção teórica de um movimento social*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ
- Dagnino, Evelina. (2005). *Meanings of Citizenship in Latin America*. IDS Working paper, Institute of Development Studies, Brighton.
- Das, Veena, & Poole, Deborah. (2004). *Anthropology in the margins of the state*. Oxford University Press, New Delhi.
- Della Porta, Donatella. (2015). *Social Movements in Times of Austerity: Bringing capitalism back into protest analysis*. Polity Press, Cambridge.
- Farias, Juliana. (2007). *Estratégias de Visibilidade, Política e Movimentos Sociais: reflexões sobre a luta de moradores de favelas cariocas contra violência policial*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Farias, Juliana. (2014). *Governo de Mortes: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Faulhaber, Lucas, & Azevedo, Lena (2016). *SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. 1.ed. Rio de Janeiro, Mórula.
- Ferreira dos Santos, Carlos N. (1981). *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública, & Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2019). *Atlas da Violência*. Rio de Janeiro e São Paulo: FBSP e IPEA.
- Foucault, Michel. (2009). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 36ª ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- Gohn, Maria da Gloria. (2012). *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez.
- Graham, Stephen (2016). *Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo
- Guimarães, Alberto P. (1981). *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Graal.

- Habermas, Jurgen. (2014). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Unesp.
- Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro. (2020). *Séries Históricas Anuais de Taxa de Letalidade Violenta no Estado do Rio de Janeiro e Grandes Regiões*. Rio de Janeiro: ISP, março, 2020. Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/SeriesHistoricasLetalidadeViolenta.pdf>
- Lavalle, Adrián G., Carlos, Euzeneia, Dowbor, Monika, & Szwako, Jose E. (2019). *Movimentos sociais e institucionalização*. Rio de Janeiro: Editora UERJ.
- Leite, Márcia P. (2012). Da metáfora da guerra ao projeto de pacificação: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 6(2), 374-389.
- Leite, Márcia P., Farias, Juliana, Rocha, Lia de M., & Carvalho, Monique (orgs.). (2018). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula.
- Machado da Silva, Luís Antônio, & Leite, Márcia P. (orgs.). (2008). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Machado da Silva, Luís Antônio, & Leite, Márcia P. (2007). Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, 22(3), 545-591.
- Magalhães, Alexandre. (2018). A lógica da destruição: sufocamento, asfixia e resistências nas favelas do Rio de Janeiro. In Márcia P. Leite, Lia de M. Rocha, Juliana Farias, & Monique Carvalho (orgs.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção* (pp. 262-281). Rio de Janeiro: Mórula Editorial.
- Mbembe, Achille (2018). *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições.
- Melucci, Alberto. (2001). *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes.
- Menezes, Palloma V. (2018). “Vivendo entre dois deuses”: a fenomenologia do habitar em favelas “pacificadas”. In Márcia P. Leite, Lia de M. Rocha, Juliana Farias, & Monique Carvalho (orgs.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção* (pp. 262-281). Rio de Janeiro: Mórula Editorial.
- Menezes, Palloma V. (2015). *Entre o “Fogo Cruzado” e o “Campo Minado”: uma Etnografia do Processo de “Pacificação” de Favelas Carioca*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

- McDonald, Kevin. (2004). Oneself as Another: From Social Movement to Experience Movement. *Current Sociology*, 52(4), 575-593.
- Paiva, Angela R. (2004). A difícil equação entre modernidade e desigualdade. *Interseções*, 6(1), 7-17.
- Pleyers, Geoffrey. (2018). *Movimientos sociales en el siglo XXI: perspectivas y herramientas analíticas*. Buenos Aires: Clacso.
- Ramos, Silvia. (2016). *Violência e polícia: três décadas de políticas de segurança pública no Rio de Janeiro*. Boletim Segurança e Cidadania, 21. Rio de Janeiro: Cesec.
- Roy, Ananya. (2017). Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno. *Revista e-metropolis*, 8(31), 6-21.
- Sanches, Taísa (2020). *Morar é pessoal, político e cultural: experiências de precariedade e luta por moradia em Londres e Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Santos Jr., Orlando. (2015). Governança empreendedorista: a modernização neoliberal. In Luiz Cesar Q. Ribeiro (org). *Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana* (pp. 453-483). Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles/ Letra Capital.
- Santos Jr., Orlando. (2019). Participação e Insurgências: ideias para uma agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais no contexto da inflexão ultraliberal no Brasil. *Revista e-metropolis*, 10(39), 13-25.
- Scherer-Warren, Ilse. (2009). Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil. *Interface*, 1(1), 105-124.
- Scherer-Warren, Ilse. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, 21(1), 109-130.
- Scott, James C. (2011). Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 5, 217-243.
- Soares, Luiz Eduardo. (1996). *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, Relume Dumará.
- Soares, Luiz Eduardo. (1998). Sociedade Civil e movimentos sociais no mundo globalizado. *Comunicações ISER*, 49, 25-45.
- Tarrow, Sidney. (2009). *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.

- Thiollent, Michel. (2011). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.
- Tilly, Charles. (1995). *Popular contention in Great Britain 1758 - 1834*. London: Paradigm Publishers.
- Tilly, Charles. (1998). *Durable inequality*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Tilly, Charles. (2005). *Identities, boundaries and social ties*. London: Paradigm Publishers.
- Vianna, Adriana, & Farias, Juliana. (2011). A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, 37, 79-116.
- Wacquant, Loïc (2003). *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan.
- Wacquant, Loïc. (2005). *Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan.
- Zaccone, Orlando. (2015) *Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan.

Submetido em 21 de junho de 2020.
Aprovado em 2 de outubro de 2020.



Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

Ativismo, instituição e repertório autonomista: uma etnografia sobre coletivos políticos

Activism, institution, and autonomist repertoire: An ethnography of political collectives

Flávia de Faria* 

RESUMO

A forma de mobilização chamada “coletivos” é uma chave fundamental para a compreensão da maneira como se constituem os ativismos contemporâneos no Brasil e da crítica que atribuem às instituições. Este artigo pretende, em um primeiro momento, discutir aspectos do repertório de ação autonomista que, atualizados e acentuados durante as jornadas de junho de 2013, representam um marco importante para os ativismos posteriores. Em seguida, a partir da descrição etnográfica de algumas práticas e atividades de dois coletivos políticos, mostrar que a busca de metodologias de horizontalidade e autogestão assim como a autonomia e a crítica antissistema são parte desse repertório e fundamentam sua existência, seu funcionamento e sua reivindicação.

Palavras-chave: coletivos políticos, repertório autonomista, etnografia.

* Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil e École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França.
Doutoranda em Sociologia pela EHESS com dupla titulação em Antropologia Social pela USP.
E-mail: defariaflavia@gmail.com

ABSTRACT

Collectives constitute a form of mobilization that is fundamental for understanding how contemporary activism has been built in Brazil as well as the criticism they attribute to institutions. This article intends, at first, to discuss aspects of the repertoire of autonomist action that, updated and accentuated during the June 2013 demonstrations, represent an important reference for later activism. Then, based on an ethnographic description of some practices and activities of two political collectives, to show that the search for methodologies of horizontality and self-management as well as autonomy and anti-system criticism are part of this repertoire, which underlie its existence, its functioning and its claim.

Keywords: political collective, autonomist, ethnography.

A crescente emergência da forma de organização social chamada “coletivo” tem sido observada em diferentes cidades brasileiras (Gohn, 2014; Di Giovanni, 2015; Perez & Silva Filho, 2017; Perez, 2019; Frúgoli Jr., 2018; Pinheiro-Machado, 2019). De acordo com o estudo de Olívia Perez (2019), observa-se um notável aumento de grupos mobilizados que se autodeclaram “coletivos”, a partir de 2012. Poderíamos considerar que as jornadas de junho de 2013 representam um evento político importante na trajetória desses coletivos, o que converge com a intensificação de activismos urbanos e seus vários tipos de ocupação nas cidades brasileiras.¹ No entanto, deve-se saber, como mostra o estudo de Tatagiba e Galvão (2019), que as jornadas de junho não são eventos desconectados dos protestos que as precederam e que o conceito e a forma de organização denominada “coletivo” preexistem ao século XXI.

Estudos têm apontado os coletivos como formas de organização que priorizam a autogestão, numa busca por horizontalidade e autonomia crítica de toda forma de agrupamento construída na base das relações hierárquicas, do protagonismo de líderes e da decisão de cima para baixo (Mesquita, 2008; Borelli & Aboboreira, 2011; Maia, 2013; Perez & Silva Filho, 2017; Gohn,

1 Diversos coletivos se apropriaram da “ocupação” como forma de ação coletiva, a título de exemplo, a Praça da Estação (Belo Horizonte), o Ocupa Cabral (Rio de Janeiro), Ocupa Estelita (Recife), Ocupa Pandorga (Porto Alegre), coletivos de ocupa o Minhocão e o Parque Augusta (São Paulo), coletivos de ocupação de escolas públicas em diversas cidades e, mais recentemente, o Ocupa Política.

2017; 2019; Pinheiro-Machado, 2019). Perez (2019) mostra que a emergência acentuada de coletivos está relacionada à construção descentralizada, fluida e crítica das relações hierárquicas de poder. Tal trajetória é, segundo a autora, incentivada pelas experiências de mobilização derivadas ou reforçadas pelas jornadas de junho de 2013, que representam não apenas um marco político, mas também a ascensão de uma outra forma de construir ativismo através de agrupamentos cuja organização se faz de maneira distribuída e autogerida.

Nesse mesmo sentido, diferentes estudos sobre ativismo pós 2013 se referem às jornadas de junho como um evento que marca o cenário da mobilização e da ação coletiva. Por um lado, representam um ponto de inflexão para o surgimento acentuado de mobilizações, coletivos e ativismos que atuam em diversas áreas (artísticas, culturais, políticas, identitárias, raciais, de gênero etc.) com demandas de horizontalidade e de autogestão. Assim, pode-se considerar, de acordo com o antropólogo Heitor Frúgoli Jr., que as jornadas de junho “constituíram um ‘divisor de águas’ quanto às formas de manifestação política nas cidades brasileiras” (2018a, p. 77).

Por outro lado, para além da busca por horizontalidade e autonomia na organização de atores que convocaram os atos e ampliaram a utilização das redes, as revoltas de junho deixam um forte legado de crítica às instituições tradicionais (partidos, sindicatos, associações, movimentos sociais institucionalizados etc.), como nos mostra o estudo de Tatagiba e Galvão (2019). Com relação à crítica antissistema de parte dos manifestantes, o filósofo Marcos Nobre (2013) afirma que as revoltas de junho de 2013 representam um “choque de democracia”, no qual a velha política é confrontada por uma “rejeição incondicional da blindagem do sistema político contra a sociedade”. Nobre (2013, l. 13)² sugere que, entre outros, o Movimento Passe Livre (MPL) e os Comitês Populares da Copa atuaram como catalizadores de diversas insatisfações que, somadas à uma forma horizontal e autônoma de organização, levaram ao choque de democracia, ou seja, ao confronto entre uma política que se blinda por trás da representação e de mecanismos autoritários e uma outra que prioriza a participação e a potência do coletivo. Há alguma relação entre esse choque de democracia e a emergência de coletivos?

2 Nota: quando houver referências relativas à localização (l.) da obra mencionada, trata-se de livros consultados no formato *e-book* do Kindle. Infelizmente, o equivalente ao número da página da edição impressa não pôde ser verificado devido à impossibilidade de acessar presencialmente bibliotecas e acervos.

Este artigo pretende contribuir para a reflexão acerca da questão mencionada através de uma análise sobre o que Angela Alonso (2017) nomeou de “repertório autonomista” – ao referir-se aos protestos e manifestações entre 2013 e 2016 – e da descrição de dois coletivos políticos pesquisados durante o estudo de campo³ nas capitais mineira e paulista: as Somos Muitas e a Bancada Ativista. Assim, o artigo está construído em duas partes: a primeira propõe uma análise baseada em revisão da literatura a respeito do que se entende por “repertório autonomista” e suas implicações com atores centrais das jornadas de junho de 2013. A segunda parte dedica-se à descrição de práticas e do funcionamento de dois coletivos políticos etnografados entre agosto e dezembro de 2017. Nesse período, graças ao generoso acolhimento de meus interlocutores, pude fazer, primeiramente, a observação participante em dez reuniões em São Paulo, além da participação em atividades públicas e em momentos de sociabilidade compartilhados. Em seguida, realizar a etnografia durante o primeiro encontro nacional #OcupaPolítica, Pé na Porta e Amor pela Democracia, realizado em Belo Horizonte e organizado pela Bancada Ativista e pelas Somos Muitas, além de entrevista com dez membros das Somos Muitas e conversas coletivas durante refeições compartilhadas e ambientes de sociabilidade, como o Piquenique Ativista realizado em 9 de dezembro na Ocupação Carolina Maria de Jesus. Ainda que a #OcupaPolítica tenha reunido diversos ativistas de dezoito diferentes estados brasileiros, reconheço que, neste artigo, as reflexões que seguem concentram-se numa abordagem sudestecêntrica e urbana, focada nos coletivos de São Paulo e de Belo Horizonte. Reconhecem-se, portanto, os limites desta contribuição, que não pretende abordar o repertório autonomista e a influência de junho no ativismo em escala nacional.

1. Táticas do repertório de ação autonomista

Um breve recuo no tempo mostra que táticas do repertório autonomista precedem as jornadas de junho. Estudiosos de movimentos antiglobalização e anticapitalista que eclodem nos anos 1990, com maior ênfase no período após a revolta Zapatista de 1994, observam características de repertórios que

3 Referente à pesquisa de doutorado realizado em regime de cotutela de tese entre a Universidade de São Paulo e a École des Hautes Études en Sciences Sociales (França).

priorizam a horizontalidade, a autogestão e a crítica antissistema (Pleyers, 2010). Regredindo mais trinta anos, veem-se os movimentos dos anos 1960 irromperem em vários países contra as instituições, a ordem hierárquica (classista, racista, sexista) e a moral conservadora (cristã, androcêntrica, heterossexista). A comuna estudantil de maio de 1968 em diversos *campi* universitários na França, por exemplo, abre uma brecha no aparelho burocrático do repertório socialista através da ação estudantil, que “desde sua origem não tem dirigentes, não tem hierarquia, não tem disciplina, porque contesta os profissionais da contestação, viola as regras do jogo que comanda a vida das oposições” (Lefort, 2018, l. 846).

Portanto, não é novidade que a corrente autonomista rejeita a ordem instituída, busca as potências instituintes, é antiautoritária, libertária, anti-hierárquica, promove a participação, a ocupação de espaços e a assembleia aberta como forma de organização autogerida (Castoriadis, Lefort & Morin, 2018). Na análise de Castoriadis (2018, l. 1774), o movimento estudantil de 1968 mostrava que a divisão entre dirigentes e executores é subjugada pela potência da autogestão, ou seja, “a gestão autônoma e democrática das diversas atividades pelas coletividades que as realizam”. A autogestão interna existe como potência somente se houver a “inversão do esquema capitalista-burocrático (no qual as informações somente sobem e as decisões somente descem) (...) se isso não for feito, uma oposição entre políticos e executores reaparece rapidamente”, continua o autor (Castoriadis, 2018, l. 1788/1796). Enfim, o repertório autonomista reproduzido pelos “novos atores sociais” dos anos 1960 em diante vem sendo amplamente discutido por teóricos dos novos movimentos sociais desde o fim do século XX (Sader, 1988; Touraine, 1992; Pleyers, 2010; Gohn & Bringel, 2012; entre outros).

Seriam os coletivos políticos os atuais “novos atores” que fortalecem o repertório autonomista após a onda de institucionalização de movimentos sociais? Qual a relação destes com as jornadas de junho? Segundo Angela Alonso (2017), pode-se observar três repertórios de ação⁴ ao longo dos ciclos de protestos de 2013 a 2016 em São Paulo. O primeiro é denominado “repertório da ação socialista”, ou seja, o uso da cor vermelha, de carros de som, a presença de oradores em palanques, lideranças e bandeiras de partidos

4 Para Tarrow (2009) e Tilly (2012), repertório é uma articulação de rotinas de ação aprendidas e compartilhadas, ou seja, a forma como as pessoas agem juntas em busca de interesse compartilhado. É, portanto, a ação realizada por meio da deliberação coletiva.

de esquerda e movimentos sociais nas manifestações, nas greves, protestos, bem como em reuniões e negociações com instituições (indústrias, empresas e Estado). A geração petista-cutista representa esse repertório de ação que passou por um longo processo de institucionalização desde a década de 1980 (Perruso & Narvaes, 2015), esboçando a dificuldade, já bastante abordada pela literatura brasileira, da relação entre autonomia e institucionalização (Gurza Lavallo, Houtzager & Castello, 2006; Avritzer, 2012; Gurza Lavallo *et al.*, 2018) e entre participação e representação (Avritzer & Navarro, 2003; Avritzer, 2007; Lüchmann, 2007; Gurza Lavallo & Szwako, 2015; Gurza Lavallo & Isonza Vera, 2015).

O segundo é o repertório autonomista, inspirado em movimentos libertários, anarquistas e culturais, amplamente utilizado por ações de movimentos antiglobalização e anticapitalistas. Como já vimos, ele evoca espaços de autogestão, de organização descentralizada dos participantes que tende à horizontalidade, assim como a rejeição da representação como única forma da deliberação e da tomada de decisão. O terceiro repertório é o patriota, caracterizado pelo culto ao nacionalismo, ao exército e à ordem instituída e, também, pela retomada de símbolos da pátria como o hino e a bandeira brasileira.

Focalizaremos a seguir a sobreposição do segundo repertório ao primeiro, o que não significa, entretanto, a supressão do repertório socialista, mas antes a denúncia da insuficiência de suas práticas e a resistência a reproduzir sua forma de organização vertical, composta por cargos (presidência, diretoria, coordenadoria nacional, estadual, secretaria, etc.) e relações de poder interseccionalizadas com hierarquias de raça, de gênero, de sexualidade. Essa denúncia repercutiu num modo antissistema, amplamente fortalecido nas revoltas de junho, de criticar “tudo o que está aí” (Pinheiro-Machado, 2019). Por isso, voltamos a junho de 2013 e seus atores, que, ao atualizarem táticas do repertório autonomista, inspiraram um “divisor de águas” na forma de se fazer ativismo.

Em seu artigo *A política das ruas*, Alonso (2017) afirma que nas manifestações em São Paulo, durante o que a autora chamou de “ciclo mosaico” nas fases “eclosão e diversificação do protesto”,⁵ o repertório

5 As fases “eclosão” e “diversificação” são, segundo a autora, momentos em que o repertório autonomista mantém o tom das organizações e convocações das manifestações, o que representa, na prática, os protestos realizados do início à metade do mês de junho na cidade de São Paulo.

autonomista aparece de forma muito mais enfática que o socialista – historicamente mais presente nos protestos e manifestações de ruas. Uma série de estudos sobre junho mostra, em São Paulo, a forma autônoma e horizontal com que o Movimento Passe Livre (MPL)⁶ organizou as primeiras manifestações antes de deixar as ruas ao repertório patriota dos movimentos que Maria da Glória Gohn (2017) chamou de contracorrentes.⁷

O estilo de ativismo autonomista, aprendido por membros do Movimento Passe Livre (MPL) no Fórum Social Mundial de Porto Alegre (2012), marcou os atos: deliberação por consenso, negação de lideranças e hierarquia de gênero, *performances* cênicas (fanfarras, artes plásticas), jograis, estéticas punk (vestuário preto), violência simbólica (queima de catracas) e física (tática *black block*), sobrepondo expressão artística e política (Alonso, 2017, p. 51).

Ora, o MPL já havia manifestado seu repertório autonomista muito antes das jornadas de 2013. Como explicam Dowbor e Szwako (2013, p. 46), “Salvador e Florianópolis foram dois marcos na constituição do MPL (...). Os dois episódios importam na medida em que deixaram heranças e aprendizados de peso não só para a performance pública do MPL, mas também em seus bastidores”. De fato, o legado e o aprendizado desses jovens estudantes geraram uma organização nos bastidores para fortalecer formas de ativismo a partir de uma cultura de ação autonomista, isto é, que rejeita a hierarquia, busca horizontalidade e autonomia na autogestão contra as formas tradicionais e verticais de tomada de decisão e de distribuição de fala – daí a crítica antissistema.

Por um lado, identificar-se como uma forma de organização horizontal não significa operar na total ausência de relações hierárquicas, mas sim, como explicam Dowbor e Szwako (2013, p. 48), disponibilizar metodologias participativas, inclusive para a tomada de decisões, por “(...) meio da

6 O Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL) foi o mobilizador das primeiras manifestações ocorridas nesta cidade em junho de 2013. Criado em 2005 durante o V Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, o MPL reivindica a melhoria da mobilidade urbana em diversas cidades e o transporte público gratuito. O movimento estudantil já havia agitado as ruas de Salvador e de Florianópolis, antes mesmo de sua criação formal, contra o aumento do preço do transporte nessas capitais

7 Os contracorrentes são, segunda a autora, os movimentos Vem pra Rua (VPR), Movimento Brasil Livre (MBL), Revoltados Online, Renova Brasil e outras dezenas de movimentos que compuseram a Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos, destacando uma agenda liberal visando, entre outras metas, o fim da intervenção do Estado na economia, a redução dos programas de assistência social e a defesa da propriedade privada.

instauração, por exemplo, de grupos de trabalho e de resoluções tomadas por consenso, em vez de votações, na maior parte de suas deliberações”. Para os autores, a constituição de espaços abertos de deliberação, como fóruns, assembleias e reuniões, é um mecanismo de participação que exige, na prática, um afastamento dos modelos hierarquizados, expondo uma outra forma de organização. A construção da horizontalidade se manifesta na organização e no compartilhamento das tarefas internas através de grupos de trabalho abertos e acessíveis a novos integrantes. Trata-se da recusa da ordem e da centralização das relações de poder que dirigem e organizam assimetricamente o espaço e o tempo de fala e de tomada de decisão.

No capítulo destinado à análise de junho de 2013 do livro *O lulismo em crise*, André Singer (2018) descreve a entrevista dada por dois manifestantes do MPL ao Roda Viva como sendo uma recusa de “brilhar individualmente”. Trata-se da rejeição do personalismo como forma de política e lógica de poder. Sua organização e compartilhamento de tarefas “demonstraram uma prática diferente daquela a que estamos afeitos, em que os representantes se mantêm distantes dos representados...” (Singer, 2018, p. 118), ou ainda os líderes distantes da base.

Por outro lado, identificar-se com a crítica antissistema não é sinônimo de declarar-se antipolítico ou antipartido. O aprendizado nos bastidores dessa outra forma de organização contesta modelos hierarquizados e a burocratização na gestão dos próprios movimentos e mobilizações. Para Olívia Perez (2019), a autonomia reivindicada por coletivos ligados a partidos políticos significa o seu afastamento da forma tradicional de funcionamento desses e de outras instituições, no que diz respeito à maneira pela qual o espaço da fala e de exposição de ideias é desigualmente distribuído internamente e a como as decisões são tomadas de maneira pouco participativa. Por consequência, “[a]inda que pertencentes a partidos hierárquicos, os coletivos tentam se distanciar daquilo que consideram ultrapassado” (Perez, 2019, p. 584). Dessa forma, coletivos derivados ou inspirados pelo repertório autonomista reforçado pela revolta de junho, ainda que se insiram em instituições (incluindo partidos), opõem-se ao seu funcionamento (ao personalismo, à hierarquização, aos mecanismos de blindagem contra a sociedade e à sub-representação), reforçando práticas participativas, reuniões abertas e decisões por consenso – que culminam no “choque de democracia” descrito por Marcos Nobre (2013).

O livro de Maria da Glória Gohn (2017), *Manifestações e protestos no Brasil*, também oferece uma análise das principais manifestações e protestos desse mesmo período (2013-2016). Ao sugerir que os repertórios socialistas e autonomistas não saíram das ruas diante do advento dos repertórios patriotas, Gohn contribui para a compreensão das manifestações analisando os atores do que chama de “novíssimos movimentos sociais” que, segundo a autora, se expressam em duas correntes diferentes, a saber, uma progressista e outra conservadora (contracorrente). Os dois coletivos de ocupação política descritos a seguir se inserem na corrente progressista que reproduz táticas do repertório autonomista amparados pela busca da horizontalidade e pela crítica antissistema.

2. Coletivos políticos: da horizontalidade à crítica antissistema

As Somos Muitas e a Bancada Ativista nasceram respectivamente em Belo Horizonte (em 2015) e em São Paulo (em 2016), com o objetivo de criar espaços para a convergência de movimentos e coletivos que, embora engajados em diversas pautas sociais e políticas (antirracistas, indígenas, feministas, ambientais, LGBTQ+, de direitos à moradia etc.), coincidem no que diz respeito ao apoio a uma “outra forma de fazer política”, baseada no que estamos considerando como táticas do repertório autonomista e na potência da coletividade.

Em agosto de 2017, numa quarta-feira à noite, fui à minha primeira reunião presencial da Bancada Ativista na Vilynda,⁸ no bairro da Vila Madalena em São Paulo.⁹ A reunião presencial do coletivo se faz num ambiente descontraído, no quintal – espaço em comum entre as diversas salas

8 Vilynda é uma vilinha de pequenas casas que abrigam os escritórios de várias ONGs e associações que compartilham um pátio comum.

9 O bairro Vila Madalena está localizado na zona oeste de São Paulo, também conhecido como “centro expandido”. É um bairro tradicionalmente caracterizado por consideráveis investimentos públicos, “que a partir do final dos anos 1970 se tornou um ponto de encontro de estudantes, intelectuais e artistas; adquiriu vida noturna e vida boêmia, ampliou e diversificou seus bares e restaurantes, bem como suas oficinas, lojas e galerias; [o bairro] tem chamado a atenção do setor imobiliário e conta com acesso ao metrô. Estes fatores têm feito da Vila Madalena uma referência em termos de sociabilidade nas áreas de lazer e consumo, bem como de alojamento. Há cinco anos, tornou-se também um dos locais de eventos do carnaval de rua, prática tradicional em muitas cidades brasileiras, mas até recentemente com pouca ressonância no contexto paulista” (Frúgoli Jr. 2018b, p. 77-78).

que compõem a vilinha. Por ser um ambiente comunitário e compartilhado entre diversas organizações, pessoas que deixam seus escritórios passam frequentemente, despedem-se de seus colegas que participam da reunião e alguns até se sentam para participar. Em mesas de boteco, bancos e cadeiras de plástico e de madeira, quem vai chegando vai se acomodando onde está livre. Vários membros da Bancada Ativista trabalham na Vilynda, o que também facilita o vínculo entre eles, promovendo ainda mais relações de sociabilidade. Os participantes reúnem-se quinzenalmente, às quartas ou quintas-feiras, entre 18h30 e 21h00. O encontro é frequentemente seguido, de forma muito informal e amigável, por uma cerveja num bar ali mesmo do quarteirão da Vilynda.

A pauta da reunião é criada coletivamente, no mais tardar, um dia antes da reunião, pelo grupo de WhatsApp que tem cerca de sessenta pessoas, das quais cerca de trinta estão mais presentes nas reuniões. O responsável pela ata da reunião é constantemente alternado e não há uma moderação determinada para a reunião nem para o grupo virtual. A condução das reuniões é bastante espontânea, principalmente entre os que se conhecem melhor. Sentados em círculo em volta das mesas, antes de entrar na pauta, caso haja novos integrantes – o que acontece com bastante frequência –, todos são convidados a se apresentar. A reunião segue com as informações dos grupos de trabalho (GTs), conforme a pauta compactuada coletivamente. Quando há participação numerosa, acima de 20 pessoas, a distribuição da fala se faz por inscrição (ou seja, levantar a mão), com alguém anotando os nomes dos inscritos, cuja manifestação se faz quase sempre sem interrupções.

As reuniões são abertas a qualquer pessoa que chegue ao local naquele momento, no entanto, como o calendário é confirmado no grupo virtual, o público em geral não tem acesso a tais informações. Novos integrantes são geralmente pessoas que conhecem alguém que já participa ou que esteve em alguma atividade da Bancada Ativista na qual os responsáveis informaram a data, horário e local da próxima reunião presencial. Eles são convidados, logo no primeiro dia de participação, a deixar seus contatos para integrar o grupo virtual e para integrar os GTs de que desejarem participar – embora isso não seja uma condição para seguir acompanhando o coletivo. Os GTs atuam em boa parte de forma virtual (grupos virtuais de conversa), têm poder de deliberação e comunicam as decisões ao grupo durante as reuniões. Por isso, a participação presencial é altamente desejável, mesclando assim

tecnologias virtuais e sociais para debates densos, cujo objetivo é chegar a um consenso: comentários longos e respostas precisas voltadas para os colegas são frequentemente observados.

A voz do consenso impulsiona a tomada de decisão – seja pessoalmente ou *online*. Mesmo que haja bastante cuidado em rejeitar uma hierarquia de vozes, é certo que alguns se sentem mais legítimos em se expressar na terceira pessoa do plural “nós” para falar do coletivo, enquanto outros preferem mencionar “você” ou “ela” para se referir aos colegas. Durante o encontro dedicado à construção da estratégia para 2018, realizado também no fim de 2017, uma equipe externa especializada em metodologias de diálogo e consenso foi convocada para facilitar as discussões e processos de diálogo ao longo do dia. A reunião foi marcada para um dia de feriado para que as pessoas pudessem bloquear o dia inteiro (das 9h00 às 18h00), em uma sala onde um dos membros do coletivo trabalhava.

Era um espaço amplo, onde havia cerca de quarenta cadeiras distribuídas em semicírculo. De um lado das cadeiras, havia um painel com vários pôsteres em branco, exceto pela escrita das palavras “*Open Space*”, “Premissas”, “Tendências” e “Decisões”. Em duas mesinhas, havia uma porção de *post-its*, lápis de cor, adesivos e pequenos pedaços de papel colorido. Do outro lado, uma área de cozinha repleta de comestíveis e bebidas para o café da manhã e para o almoço: bolos, brioques, salgadinhos, sanduíches, café e sucos. Cada participante foi convidado a contribuir com algum valor para reembolsar as despesas com as refeições compartilhadas. A frente do semicírculo foi destinada a três facilitadores da equipe externa convocada para esta ocasião. Eles explicam que desempenham o (difícil) papel de orientar o coletivo para um exercício de mapeamento de opiniões e diferenças. “Não pretendemos encerrar hoje os assuntos que vocês [o GT 2018] nos pediram para desenvolver ou os conflitos que deles surgirão”, explica um dos facilitadores, “estamos aqui para facilitar o processo, não para levar decisões para vocês”.

A equipe facilitadora articulou diversas dinâmicas visando contribuir para a construção de consensos a respeito das estratégias para a campanha coletiva de 2018. Dinâmicas que promoviam a movimentação dos participantes pela sala, orientados a moverem-se em direção aos locais onde fixaram-se algumas “premissas” e “tendências” de posições/opiniões, representadas por dois membros que se dispuseram a defendê-las (p.ex.: campanha apenas de nível estadual ou campanha de nível estadual e federal). Assim, as

pessoas se movimentavam, e também alternavam-se aqueles que defendiam as posições/opiniões, promovendo encontro entre posições conflitantes e enfatizando a possibilidade de mudar de opinião através da movimentação corporal pela sala.

O método de construção de consenso usado pela Bancada Ativista, chamado em alguns momentos das reuniões como “tecnologia do afeto”, não se baseia na relação vertical entre base e líderes ou perdedores e vencedores do debate.

[...] existem outras formas de se organizar, de tomar decisão, de formular, construir e agir. **Outras coletividades.** As redes, os coletivos, os saraus, os slams, os espaços auto-gestionados, as ocupações, os coworkings, os quilombos, as aldeias, as assembleias, as rodas... São todas formas potentes de organização, que representam interesses coletivos, que trabalham outras formas de atuação conjunta, e que tem [sic] ampliado o repertório da cidadania, do ativismo e de transformação social.

Essas outras coletividades, que não são necessariamente novas, tem [sic] a capacidade de apresentar algo diferente (Tendolini, 2017, 6 outubro, grifo no original).

Essas coletividades propõem um exercício dialético e deliberativo que passa tanto pela criação de grupos de trabalho e assembleias com distribuição da palavra quanto pela criação de vínculos de confiança e de amizade. Razão pela qual os momentos de sociabilidade e de compartilhamento (bares ou refeições compartilhadas) são tão importantes quanto os de deliberação. Ao rejeitar a figura de líderes ou porta-vozes, o coletivo encontrou diversas dificuldades e resistência no diálogo com instituições em aceitarem essa “outra forma (coletiva) de fazer política”.¹⁰ Nesse mesmo segundo semestre de 2017, uma revista de grande circulação quis publicar um artigo sobre a campanha eleitoral da Bancada Ativista, ilustrando-o com a foto de seu candidato ou representante. O coletivo enviou ao veículo uma imagem onde aparecem mais de vinte pessoas que integraram e participaram da campanha coletiva de 2016, explicando que o movimento não tinha um representante formal. A imagem foi recusada pelo veículo, que acabou não publicando o artigo sob a justificativa de que campanha política requer um rosto. Nesse momento, a resposta pública do coletivo nas redes sociais foi a seguinte:

10 Para mais detalhes, ver Faria (2018).

É bem comum veículos de comunicação nos pedirem para sermos representados por apenas uma pessoa em entrevistas. Nossa resposta é sempre a seguinte: nós não acreditamos na política onde poucos têm grande protagonismo. Nós temos muitas caras, e o que nos representa é essa diversidade. Por isso, sempre insistimos para assinar entrevistas coletivamente e aparecer em fotos com vários rostos (...) A Bancada Ativista é coletiva e a foto que nos representa é essa aí! (Publicação na página do Facebook da Bancada Ativista do dia 4 de outubro de 2017).

Como analisa Bernard Manin (2012) em *Princípios do governo representativo*, o personalismo que produz poucos protagonistas é uma característica recorrente na lógica da política partidária tradicional. Os coletivos de ocupação política se recusam a integrar a lógica do personalismo e enfatizam, ao contrário, o sentido de coletividade. A questão a ser explorada não é tanto a existência (ou não) de representantes, pois não se trata de dar as costas à democracia representativa, mas da maneira como a representação é reconfigurada como elemento político insuficiente. Em outras palavras, o foco do interesse está nas práticas que rejeitam o personalismo e o princípio de distinção entre representantes e representados, acentuando a abertura do coletivo para atividades que se desenvolvem de forma mais horizontal e participativa. Enquanto a lógica do personalismo atribui e delimita a política a um corpo, uma pessoa, um salvador ou um líder (autoritário, carismático, populista etc.) (ver Manin, 2012), a coletividade opera de forma descentralizada, rejeitando o protagonismo individual. Se a lógica do personalismo opera de forma não distribuída, a coletividade funciona, ao contrário, de maneira rizomática.

As Somos Muitas emergem na confluência de diferentes movimentos sociais e coletivos de Belo Horizonte.¹¹ Chamado, a princípio, de Somos Muitas pela Cidade que Queremos, o coletivo surgiu no início de 2015 a partir de reuniões abertas, mas, nesse caso, realizadas na Praça da Estação

11 Alguns deles compartilham questões ambientais, como a Fica Ficus e o Movimento Mineiro pelos Direitos Animais, outros, questões políticas, como o Fora Lacerda (em referência a Marcio Lacerda, ex-prefeito de Belo Horizonte), a Assembleia Popular Horizontal, a PartidA (movimento de candidaturas feministas) e o Levante Popular da Juventude. Outros, ainda, compõem a luta pelo direito à moradia, como #ResisteIsidora, Comunidade Pandara, Espaço Comum Luiz Estrela, Ocupação Tina Martins, Ocupação Carolina Maria de Jesus, as Brigadas Populares e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Outros se engajam pela mobilidade e pelas questões urbanas, como Tarifa Zero – Movimento Passe Livre, Praia da Estação, COPAC, Viaduto Ocupado e também eventos artísticos e culturais como blocos de carnaval.

em dia e horário divulgados abertamente nas redes sociais, para discutir um projeto de cidade que contesta a privatização de serviços, de espaços, de bens públicos, que repudia os despejos de famílias e de ambulantes/feirantes, o aumento da tarifa do transporte, as obras para a realização dos megaeventos em Minas Gerais. Pude conversar com membros e ex-membros das Somos Muitas em Belo Horizonte, que contam que, de forma parecida com a organização da Bancada Ativista, o coletivo se organizou, desde o início, com GTs abertos e visando a ocupação política por corpos dissidentes.

Fui em uma reunião das Muitas sem conhecer ninguém, só porque me interessava por política. Um mês depois, já estava participando do GT de Planejamento e aí, quando começamos a pensar em campanhas eleitorais, me envolvi muito. Comecei a fazer parte, com três outras pessoas, todas voluntárias, do GT Financeiro das doze candidatas. Não foi tão complicado, porém, porque tudo foi decidido em conjunto no coletivo: gastos, compartilhamento de verba, custeio, materiais a distribuir etc. (André, membro das Somos Muitas desde 2016).

Das reuniões abertas, e a partir de demandas diversas, como o direito de ocupação dos espaços da cidade, incluindo, por exemplo, a luta pela moradia, as demandas dos povos indígenas e quilombolas pela garantia de seus territórios e o direito de expor seus artesanatos na Feira Híppie da cidade, as Somos Muitas tiveram uma trajetória de luta por direito à cidade e direito a fazer a cidade através de espaços ressignificados para o lazer, a sociabilidade e o protesto – é o caso precisamente da Praia da Estação.¹²

Pessoas que já participavam dos eventos da Praia da Estação, que saíram às ruas em 2013 contra a repressão policial ou se mobilizaram contra a realização dos megaeventos esportivos, os despejos de famílias, a interdição das feiras etc., foram se engajando na constituição das Somos Muitas pela Cidade que Queremos. O coletivo, ao longo de 2015, foi se orientando para ocupar a política com corpos dissidentes, com corpos negros, LGBTQ+, corpos feministas, indígenas, quilombolas, corpos que partilham entre si a crítica antissistema e o desejo de “hackear” a política. Do que se trata identificar-se como antissistema?

12 Em 9 de dezembro de 2009, o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Araújo de Lacerda (PSB-2009 a 2016) sancionou o Decreto nº 13.798, que proíbe qualquer tipo de evento na praça central da cidade, a Praça Rui Barbosa, popularmente conhecida como Praça da Estação. No entanto, a população reagiu a este decreto e organizou-se para reivindicar o direito de uso da praça, criando o evento-protesto denominado “Praia da Estação”. Ver, a esse propósito, Migliano (2012).

Como afirmam os autores mencionados anteriormente, a crítica antissistema não é sinônimo de comportamento antipolítico nem antipartidário. No dia 30 de novembro de 2017, desembarquei em Belo Horizonte para seguir acompanhando a organização e a realização do primeiro encontro nacional #OcupaPolítica, Pé na Porta e Amor pela Democracia, evento coorganizado pelas Somos Muitas e pela Bancada Ativista. As cinco reuniões de preparo e de discussão sobre o evento – realizadas virtualmente, pois seus participantes estavam em diferentes cidades – tiveram por objetivo, segundo meus interlocutores, criar espaços para compartilhar estratégias de ocupar a política, ou seja, apoiar candidaturas de ativistas cujo projeto é “destruir o sistema colonizador, racista, patriarcal e heteronormativo que opera as instituições políticas brasileiras”. A abertura do #OcupaPolítica ocorreu no dia 7 de dezembro, no Núcleo de Estudos da Cultura Popular de Belo Horizonte. Em um ambiente de descontração e, ao mesmo tempo, de engajamento, dezenas de pessoas sentavam-se no chão ou em cadeiras “de boteco” em volta de Cida Falabella, vereadora da Gabinetona¹³ e ativista da cultura, responsável por abrir o evento, junto com, entre outras, Nilma Lino Gomes, militante de movimentos negros e professora em Belo Horizonte, Nego Bispo e Xumxum, militantes quilombolas do Piauí e do Mato Grosso, Maria Mariguela e Marcia Tiburi, ativistas feministas da Bahia e do Rio de Janeiro, Avelin Buniacá Kambiwá, ativista indígena de Pernambuco e membro da Gabinetona e Evorah Cardoso, pesquisadora e membro fundadora dos coletivos #VoteLGBT e #MeRepresenta. Essa noite, dedicada ao “funeral da velha política” – como insistiam em dizer meus interlocutores nas reuniões de preparo desse evento –, foi permeada por debates sobre práticas, modelos e mecanismos da política que oprimem certos grupos sociais e destroem a possibilidade de existência real da democracia. Copos de cerveja e de cachaça circulavam de mão em mão entre alguns participantes, muitos dos quais terminaram a noite num baile de forró. Seguem algumas falas dessa noite que provocavam a crítica antissistema evocada pelos participantes:

13 Gabinetona é o nome do mandato coletivo das Somos Muitas. Eleitas em 2016 para a Câmara Municipal de Belo Horizonte, Cida Falabella e Aurea Carolina (ambas pelo Psol) derrubaram a parede que separava seus respectivos gabinetes para criar o mandato coletivo em que ambas trabalham junto com as outras candidaturas apoiadas pelo coletivo, mas que não conseguiram se eleger. A campanha coletiva das Somos Muitas comunicava “votou em uma, votou em todas”, indicando que se uma fosse eleita, todas as demais ocupariam coletivamente o mandato de vereadora.

Não pedimos mais permissão para entrar em determinados espaços. A escravidão nos obrigou, nós mulheres e homens negros, a pedir permissão para entrar em certos espaços. A ideia de ocupação do espaço está intimamente ligada a uma concepção emancipatória do direito, trata-se aqui de ocupar espaços porque tenho direito a eles. Estamos lutando para retomar essa democracia tão fragmentada e frágil da sociedade brasileira (Nilma).

Todos esses “ismos” [colonialismo, machismo, racismo] não serão combatidos pelo amor bestinha. Um homem que escraviza os outros, que pega toda uma etnia e destrói a sua cultura, que demoniza a nossa crença ... vamos pegar este caboclo e colocá-lo no nosso colo? Vamos dar beijos na testa dele? Esse amor não salvará, o que salvará são transformações profundas nas estruturas e, para isso, devemos ter uma atitude radical. O amor que falo aqui (...) é o amor do combate, da luta (Avelin).

Uns extraem os frutos nas árvores, outros expropriam as árvores dos frutos

Uns extraem animais na mata, outros expropriam a mata dos animais

Uns extraem o peixe do rio, outros expropriam o rio dos peixes (...)

Uns extraem a vida na terra, outros expropriam a terra da vida.

Uns são nós [sic], os outros são os colonialistas. (N.B).

No dia seguinte, 8 de dezembro, o *hall* de entrada da Ocupação Carolina Maria de Jesus (OCMJ)¹⁴ estava lotado. Na tarde desse segundo dia de atividades da #OcupaPolítica, Pé na Porta e Amor pela Democracia, foram realizados três círculos temáticos e quatro oficinas em salas diferentes da OCMJ e da Escola de Arquitetura e Design da Universidade Federal de Minas Gerais, localizadas a poucos passos uma da outra.¹⁵ A entrada na OCMJ, que

14 Mais de duzentas famílias apoiadas pelo Movimento de Luta por Bairros, Vilas e Favelas (MLB) ocuparam, em setembro de 2017, um prédio no centro de Belo Horizonte. O prédio inativo havia sido desapropriado pela prefeitura há mais de dez anos em razão de dívidas nunca pagas pelo antigo proprietário. O nome da ocupação urbana é uma homenagem a Carolina Maria de Jesus (1914-1977), escritora negra que vivia na favela do Canindé, na cidade de São Paulo.

15 O programa dos quatro dias de atividades da #OcupaPolítica, Pé na Porta e Amor pela Democracia foi concebido durante as reuniões virtuais de preparo. Também no processo de preparo e de organização do evento, os interessados em contribuir para o evento se dividiam em Grupos de Trabalho autônomos que comunicavam suas decisões ao grupo. Os Grupos de Trabalho “Programa” e o “Convidadxs” cuidaram da organização das grandes rodas, das oficinas, dos círculos de conversa. Os GTs eram abertos a qualquer pessoa que estivesse disponível para contribuir. Um financiamento coletivo foi promovido para custear os gastos, atingiu a meta e tornou possível toda a logística do evento.

até então estava aberta e livre, apesar da demanda de inscrição prévia (e gratuita) para o evento, passou a ser rigorosamente controlada nessa tarde após a tentativa da Polícia Militar de forçar a entrada na ocupação, com o objetivo de procurar “suspeitos” de um assalto que ocorrera na Avenida Afonso Pena, próximo à OCMJ.

O círculo temático “Política e AntiPolítica: haja amor pela democracia em tempos de ódio. Contra a negação da política” foi realizado na tarde de 8 de dezembro, no grande *hall* do primeiro andar do prédio ocupado, onde estiveram cerca de cinquenta pessoas para discutir e reagir às falas de convidadas e convidados para compor a grande roda. A metodologia aplicada chama-se “grande roda”, na qual cadeiras são colocadas na frente do semicírculo, não há mesas. Metade das cadeiras são ocupadas pelo(a)s convidado(a)s e outra metade fica livre para quem quiser sentar e contribuir para o debate durante uma rodada de fala – em que cada um tem, no máximo, cinco minutos para o uso da palavra.

No contexto de debate sobre política, vale especificar que a decoração das salas onde aconteciam as atividades não contava com bandeiras partidárias, nem com bandeiras de movimentos sindicalistas. Via-se, no alto, atrás das cadeiras das pessoas convidadas um enorme pano estendido com o escrito “Fora Temer – É pela vida das mulheres – Aborto seguro e legal” e, na lateral esquerda, uma bandeira do MLB e outra da Unidade Popular – juventude pelo socialismo. Do lado direito, um cartaz da Mídia Ninja parecia indicar que aquela sala era onde funcionava a transmissão de vídeos na ocupação, além de um cartaz das Somos Muitas e uma faixa com o escrito “8 de março unificado: é pela vida da mulher”. Na escada do edifício, havia bandeiras do Movimento de Mulheres Olga Benário e uma faixa com o escrito “UFMG Resiste”.

Voltando à grande roda, duas interlocutoras diziam que ocupar a política era necessário para vencer a antipolítica que constrói o discurso do ódio e da violência, incita uns a odiar os outros e a considerá-los inimigos sociais. Aurea Carolina, então vereadora da Gabinetona, reforça a necessidade de denunciar a antipolítica como lógica que destrói o pensamento crítico das pessoas e a organização dos movimentos sociais. A crítica antissistema, nesse caso, não compactua com o comportamento antipolítico, nem instiga o antipartidarismo, mas, ao contrário, propõe-se a criar táticas para “hackear” a instituição, sua moral conservadora (cristã, patriarcal,

heterossexista) e seus modelos sociais, raciais e sexistas hierarquizados. Essa tática antissistema parece basear-se em duas estratégias: por um lado, ao denunciar a sub-representação de grupos historicamente oprimidos, a de construir campanhas de apoio à eleição de pré-candidato(a)s mulheres, indígenas, negro(a)s e LGBTQ+ que compactuem com um projeto político decolonial, feminista e anti-heterossexista. Por outro lado, a de apostar na potência das coletividades para destruir a política personalista, construída a partir da imagem de um líder e de um único rosto protagonista.

Conclusão

Este artigo se dispôs a mostrar alguns aspectos do repertório autonomista já mobilizado há décadas por movimentos sociais. Coletivos vêm sendo identificados pela literatura brasileira como “novas” formas de organização horizontal, autogerida e antissistema. Recentemente, após junho de 2013, esses coletivos vêm sendo explorados analiticamente, o que confirma, por um lado, a relevância do estudo sobre suas fronteiras com teorias já inscritas na sociologia de movimentos sociais e, por outro lado, faz deste um campo de pesquisa em construção, para o qual o potencial descritivo da etnografia tem muito a contribuir.

Dessa forma, como vimos na primeira parte, o repertório autonomista apresenta táticas de organização que buscam a horizontalidade, autogestão, autonomia e expressa uma crítica antissistema. A autonomia e a crítica antissistema, por sua vez, não são sinônimos de dar as costas às instituições e, no caso, à democracia representativa, mas de tornar visível e rejeitar os modelos sociais, raciais, sexistas que oprimem e pautam questões de hierarquia de classe, de gênero, de raça, de sexualidade. Em seguida, como vimos na segunda parte do artigo, os chamados “novos atores” trazem para o centro do debate ativista uma cultura de ação com táticas autonomistas e um projeto político decolonial/antirracista, feminista e anti-heteronormativo. A crítica antissistema revela então a negação da política instituída a partir de seus modelos hierarquizados.

Os coletivos políticos abordados trazem, portanto, duas dimensões articuladas que coincidem com estudos mais gerais sobre “coletivos” apresentados anteriormente: por um lado, a busca por metodologias e

funcionamento mais horizontal e distribuído e, por outro lado, a negação do que consideram ultrapassado, ou seja os modelos hierarquizados e a moral conservadora das instituições. Assim, a reflexão de Marcos Nobre sobre o “choque de democracia” parece bastante pertinente para analisar a crescente emergência de coletivos “que buscam a horizontalidade e expressam críticas antissistema” no Brasil. A partir desse choque, agravado pelas jornadas de junho, os coletivos políticos abordados expressam, através de suas metodologias de distribuição de palavra, de tomada de decisão e de espaço interno, e com sua reivindicação por “outra forma de fazer política”, seu desdém ao mito da democracia racial e às múltiplas opressões que seguem operando a sub-representação de grupos sociais historicamente marginalizados.

Referências

- Alonso, Angela. (2017). A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos – CEBRAP*, 36(107, ed. especial), 49–58. <https://doi.org/10.25091/S01013300201700040006>
- Avritzer, Leonardo. (2012). Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *Opinião Pública*, 18(2), 383–398. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641425>
- Avritzer, Leonardo. (2007). Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Dados*, 50(3), 443–464. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582007000300001>
- Borelli, Silvia H. S., & Aboboreira, Ariane. (2011). Teorias/metodologias: trajetos de investigação com coletivos juvenis em São Paulo/Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 1(9), 161–172. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/773/77320072008.pdf>
- Castoriadis, Cornelius. (2018). A revolução antecipada. In Cornelius Castoriadis, Claude Lefort, & Edgar Morin, *Maio de 68: a brecha* (1. ed. rev., pp. 111–182). São Paulo: Autonomia Literária.
- Castoriadis, Cornelius, Lefort, Claude, & Morin, Edgar. (2018). Maio de 68: a brecha (1. ed. rev.). São Paulo: Autonomia Literária.

- Di Giovanni, Julia R. (2015). Artes de abrir espaço. Apontamentos para a análise de práticas em trânsito entre arte e ativismo. *Cadernos de Arte e Antropologia*, 4(2), 13–27. <https://doi.org/10.4000/cadernosaa.911>
- Dowbor, Monika, & Szwako, José. (2013). Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013, *Novos estudos CEBRAP*, 32(97), 43–55. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000300004>
- Faria, Flávia de, (2018). Participação, renovação e ocupação: limites da representação e experiências de transformação política na cidade de São Paulo. *Revista Contraponto*, 5(1), 69–83. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/contraponto/article/view/85468/49145>
- Frúgoli Jr., Heitor. (2018a). Ativismos urbanos em São Paulo. *Caderno CRH*, 31(82), 75–86. <https://doi.org/10.1590/s0103-49792018000100005>
- Frúgoli Jr., Heitor. (2018b). The 2014 World Cup on the streets of Vila Madalena (São Paulo). In Lígia Ferro *et al.* (Eds.), *Moving Cities – Contested Views on Urban Life* (pp. 77–95). Wiesbaden: Springer VS. https://doi.org/10.1007/978-3-658-18462-9_6
- Gohn, Maria da G. (2019). *Participação e democracia no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gohn, Maria da G. (2017). *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade* (Questões da nossa época, Vol. 59 – Sociologia). São Paulo: Cortez Editora.
- Gohn, Maria da G. (2014). *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gohn, Maria da G., & Bringel, Breno. (2012). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gurza Lavalle, Adrián, Carlos, Euzeneia, Dowbor, Monika, & Szwako, José. (2018). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Gurza Lavalle, Adrián, Houtzager, Peter P., & Castello, Graziela. (2006). Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 67, 49–103. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200004>
- Gurza Lavalle, Adrián, & Isunza Vera, Ernesto, (2015). Representación y participación en la crítica democrática. *Desacatos*, 49, 10–27.

- Gurza Lavalle, Adrián, & Szwako, José. (2015). Derroteros y avances de la participación en Brasil (Entrevista con Pedro Pontual). *Desacatos*, 49, 170–179.
- Lefort, Claude. (2018). A desordem nova. In Cornelius Castoriadis, Claude Lefort, & Edgar Morin, *Maio de 68: a brecha* (1. ed. rev.). São Paulo: Autonomia Literária.
- Lüchmann, Lígia H. H. (2007). A representação no interior das experiências de participação. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 70, 139–170.
- Maia, Gretha L. (2013). A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, 8(1), 58–73. <https://doi.org/10.5902/198136948630>
- Manin, Bernard. (2012). *Principes du gouvernement représentatif*. Paris: Flammarion.
- Mesquita, Marcos R. (2008). Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, 179–207.
- Migliano, Milene. (2012). Praia da Estação como ação política: relato de experiências, envolvimento e encontros. *Redobra*, 4(11), 43-54. Disponível em http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_05.pdf
- Nobre, Marcos. (2013). *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Perez, Olivia. (2019). Relações entre coletivos com as Jornadas de junho. *Opinião Pública*, 25(30), 577–596. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912019253577>
- Perez, Olivia, & Silva Filho, Alberto L. (2017). Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude*, 11(1), p. 255–294. <https://doi.org/10.28998/2179-5428.20170107>
- Perruso, Marco A., & Narvaes, Viviane B. (2015). Les journées de(puis) juin 2013. *Brésil(s)*, 7(1), 19–38. <https://doi.org/10.4000/bresils.1420>
- Pinheiro-Machado, Rosana. (2019). *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil.

- Pleyers, Geoffrey. (2010). *Alter-globalization: Becoming actors in the global age*. Cambridge: Polity.
- Sader, Eder. (1988). *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Singer, André. (2018). *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Tarrow, Sidney. (2009). *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.
- Tatagiba, Luciana, & Galvão, Andreia. (2019). Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, 25(1), 63–96. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0191201925163>
- Tendolini, Caio. (2017, 6 de outubro). ... no modelo de Listas Cívicas. *Medium*. Disponível em <https://medium.com/@caiotendolini/as-listas-c%C3%ADvicas-75c716ea20fd>.
- Tilly, Charles. (2012). *Movimentos sociais como política*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (3), 133–160. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1677>
- Touraine, Alain. (1992). *Critique de la modernité*. Paris: Fayard.

Submetido em 24 de junho de 2020.
Aceito em 8 de outubro de 2020.



Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

Mulheres em cena: disputas em torno da inclusão de grupos marginalizados na 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo

Women on the scene: Disputes over the inclusion of marginalized groups in the 5th Municipal Conference of Policies for Women of São Paulo

Ana Paula Rodrigues Diniz* 

Mariana Mazzini Marcondes** 

Beatriz Rodrigues Sanchez*** 

RESUMO

Nas duas primeiras décadas do Século XXI, as conferências projetaram-se como importante instância de estruturação de políticas para as mulheres no Brasil. Nesse contexto, por meio de um estudo de caso qualitativo, analisamos os discursos e argumentações da 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres da Cidade de São Paulo, com o objetivo de debater em que medida instituições participativas contribuem para a inclusão de grupos marginalizados. Por meio dessa análise, depreendemos a articulação de diferentes discursos, personagens discursivas, cenografias, modos de enunciação e meios de persuasão, a fim de obter a adesão

* Essex Business School, University of Essex, Colchester, Reino Unido.
Doutora em Administração Pública e Governo (EAESP/FGV), Lecturer e Post-Doctoral Research Assistant na Escola de Business da Universidade de Essex.
E-mail: anaprdiniz@hotmail.com.

** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
Professora Adjunta de Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e docente permanente do Programa de Pós Graduação em Gestão Pública (PPGP/UFRN).
E-mail: mariana.mazzini.m@gmail.com.

*** Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
Doutoranda e mestra em Ciência Política pela Universidade de São Paulo.
E-mail: beatriz.rodrigues.sanchez@gmail.com.

às diferentes teses defendidas. Concluimos que esses espaços participativos, que foram planejados a partir de uma concepção de democracia mais inclusiva, podem reproduzir formas de desigualdade e exclusões.[♦]

Palavras-chave: conferências de política pública, feminismo, análise do discurso.

ABSTRACT

In Brazil, over the first two decades of the 21st century, participatory conferences became an important instance of structuring policies for women. In this context, through a qualitative case study, we analyze the speeches and arguments of the 5th Municipal Conference of Policies for Women of the City of São Paulo, with the purpose to investigate in which measures participatory institutions contribute to the inclusion of marginalized groups. Through this analysis, we enlighten the articulation of different discourses, aiming to obtain adhesion to the different theses defended. Also, we identified discursive characters, scenographies, and modes of enunciation. We conclude that these participatory institutions may reproduce forms of inequality and exclusions, even though they are meant to adopt a more inclusive conception of democracy.

Keywords: public policy conference, feminism, discourse analysis.

1 Introdução

As conferências de políticas públicas constituíram-se em esferas de participação proeminentes no cenário brasileiro durante as duas primeiras décadas do século XXI. Criadas nos anos 1930 e remodeladas a partir de 2003, elas ganharam relevância durante as gestões do Partido dos Trabalhadores (PT – 2003-2016) em nível federal (Avritzer, 2013; Souza, Cruxên, Lima, Alencar & Ribeiro, 2013). Nesse contexto, as conferências projetaram-se como uma das principais instâncias de diálogo entre Estado e sociedade civil para pactuação de diretrizes de políticas públicas.

A Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) surgiu

[♦] Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no VII Encontro de Administração Pública e Governança (ENAPG) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), realizado em São Paulo, em 2016. Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelas bolsas de doutorado concedidas.

nesse processo. Criada em 2004, a CNPM visou construir diagnósticos e propostas voltadas a subsidiar políticas para as mulheres, em todos os níveis federativos, com a participação de movimentos feministas e de mulheres¹ (Brasil-SPM, 2015; Matos & Alvarez, 2018). No total, foram realizadas quatro edições nacionais, além das subnacionais.

Pesquisas sobre conferências têm debatido seus múltiplos aspectos, por exemplo, a efetividade dessas instâncias na democratização da deliberação pública e orientação da ação estatal (Avritzer, 2013), suas interfaces com o ciclo de políticas públicas (Souza *et al.*, 2013), além dos padrões de interação Estado-sociedade (Abers, Serafim & Tatagiba, 2014). Há, ainda, reflexões que enfocam menos seus resultados e mais os processos de (re)construção de identidade de sujeitos coletivos que atuam nesses espaços (Aguião, 2016). Partindo dessa última abordagem, buscamos, neste artigo, investigar a ação coletiva constitutiva das identidades dos feminismos e a dinâmica de inclusão/exclusão de sujeitos marginalizados nessa identidade.

Para isso, tomamos a literatura acima citada sobre conferências como ponto de partida, mas agregamos também elementos da Análise do Discurso (AD) (Fairclough, 1985; Maingueneau, 2001; 2012; 2013; 2015; Fiorin, 1999). Assim, compreendemos as conferências como eventos essencialmente políticos e argumentativos, em que uma multiplicidade de atrizes defende seus pontos de vista e tenta persuadir as participantes a apoiá-los, invocando, compartilhando, disputando e reconstruindo visões de mundo e identidades. As teses que conseguem a adesão do auditório podem influenciar as políticas de uma determinada área. Nessa dinâmica, permeada por relações de poder, emergem discursos, personagens, cenografias e modos de enunciação, inclusive reconstituindo memórias discursivas daquela arena participativa.

Ancorando-nos nessas bases, realizamos uma análise dos discursos e dos argumentos mobilizados durante a 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres da Cidade de São Paulo (5ª CMPM-SP), realizada entre os dias 18 e 20 de setembro de 2015, enfocando a (re)construção de identidades feministas e a inclusão/exclusão de grupos marginalizados nelas. Para isso, realizamos uma pesquisa qualitativa, baseada em um estudo de caso único (Gibbs, 2009), correspondente à plenária de abertura dessa conferência.

Nosso argumento é que, antes mesmo da entrada das atrizes em cena, a

1 Essa distinção deriva do fato de que nem todos os movimentos de mulheres se consideram feministas.

5ª CPM-SP já tinha um palco e um roteiro estruturados. Entretanto, esse quadro cênico foi parcialmente validado e parcialmente reconstruído a partir da interação entre as atrizes. Nesse processo, não apenas as regras do jogo e as representações de democracia e feminismos estiveram em disputa, mas também as identidades e a legitimidade das protagonistas nessa Conferência. Nesses termos, concluímos que esses espaços participativos, planejados a partir de uma concepção de democracia mais inclusiva, também reproduzem desigualdades e exclusões.

Este trabalho está organizado em seis seções, incluindo esta introdução. Na segunda, apresentamos o referencial teórico-metodológico, ancorado na AD. Em seguida, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa. A quarta seção é dedicada à reconstituição do quadro cênico e da cenografia da 5ª CNPM. Na quinta seção, com a entrada das atrizes em cena, analisamos a dinâmica argumentativa e a construção de identidades discursivas, estabelecendo um diálogo com a literatura feminista. Por fim, apresentamos uma síntese dos principais resultados e destacamos possíveis contribuições deste trabalho.

2 Argumentação no palco do teatro discursivo

A Análise do Discurso (AD) visa construir uma interpretação possível dos efeitos de sentido produzidos na interação entre sujeitos e mediados pela linguagem, relacionando texto e contexto (Fairclough, 1985; Fiorin, 1999). Por isso, a dinâmica argumentativa é de especial interesse para a AD, uma vez que, como observa Maingueneau (2013, p. 187), “por um lado a argumentação é necessariamente conduzida pelo discurso, por outro lado, o discurso está constantemente a serviço de pontos de vista argumentativos”. É, portanto, possível (e desejável) compreender os discursos e as argumentações de forma integrada.

Para construirmos o arcabouço teórico-metodológico de nossa investigação, lançamos mão da metáfora do teatro. Trata-se de um recurso recorrente em algumas vertentes de análises de discurso (Charaudeau & Maingueneau, 2016). É possível compreender que as dimensões espaço-tempo do teatro correspondem ao contexto histórico, cuja arquitetura é moldada por relações sociais de poder e dominação, ideologias e práticas

sociais (Fairclough, 1985). A estrutura do teatro constrange o discurso, contudo, esse não é apenas resultante do contexto, mas também o (re) constrói.

Nesse teatro há, ainda, um palco e um *script*, que se conectam à materialidade contextual do teatro. Trata-se, em nossa representação metafórica, do que Maingueneau (2013) denomina de quadro cênico, que compõe um espaço discursivo relativamente estável, em que o enunciado produz efeitos de sentido. Segundo o autor, ele inclui os tipos de discursos (p.ex.: religioso, publicitário, político) e os gêneros discursivos (p.ex.: conversação, receituário médico etc.), sendo que esses últimos definem as unidades de enunciados e temas, podendo ser mais ou menos roteirizados.

A entrada em cena das atrizes pode ou não recompor o teatro e o palco e modificar o *script*. As personagens discursivas emergem no curso da interação, assim como os efeitos de sentido do discurso, sendo que as atrizes podem deslocar-se por essas personagens, interpretando mais de uma. A identidade dessas personagens é constitutivamente interdiscursiva, uma vez que ela é atravessada e condicionada pelo outro do discurso (Fiorin, 1999; Mendes, 2008; Maingueneau, 2015).

A interdiscursividade, acima mencionada, opera em dois níveis. O primeiro, é o que denominamos de memória discursiva, do qual se depreende que todo discurso retoma outro que lhe precedeu, seja para parafrazeá-lo ou para contrapô-lo. Um discurso político sobre a igualdade, realizado em uma conferência de políticas públicas, por exemplo, retoma uma série de discursos precedentes, não sendo “o” discurso inaugural. Apesar dessas constrações, o discurso também pode trazer inovações.

Um segundo nível é o da polêmica constitutiva. A identidade discursiva é forjada em antagonismo com um outro. O interdiscurso não se relaciona, entretanto, apenas por concorrências que resultam de conflito aberto, mas também das alianças e até mesmo de uma neutralidade aparente (Maingueneau, 2015). Importante observar que a neutralidade é apenas aparente, porque não existe o neutro quando se trata de discursos, que são permeados por simbologias e relações de poder. Há, contudo, situações em que discursos não se relacionam por conflitos ou alianças. O discurso feminista antagoniza com o discurso machista, mas pode, por exemplo, associar-se ou não ao discurso da igualdade racial e, ainda, emergir em neutralidade aparente à defesa de direitos de animais.

No desenrolar da peça, as personagens convidam, por meio de seus argumentos, quem com elas interage a identificar-se com um universo de sentidos, mesclando enunciados com representações de mundo. Para isso, elas adotam, segundo Maingueneau (2012, p. 53), uma “maneira de dizer” que é uma “maneira de ser” (exemplo: a esportista, a executiva etc.). Esse tom ou modo de enunciação (Mendes, 2008) pode pertencer, inclusive, a uma comunidade discursiva, ainda que para seus membros isso ocorra de forma imperceptível.

O modo de enunciação possui uma corporalidade textual que, embora não esteja visível, habita a totalidade do plano discursivo (Mendes, 2008). Conforme Maingueneau (2012), esse tom se expressa por meio da modulação da fala, escolha de palavras, pausas e até mesmo olhares. Pode, ainda, depreender-se de indumentárias, adereços e símbolos (como bandeiras e faixas) que sejam associados à enunciativa.

Pelo modo de enunciação, as personagens discursivas elaboram uma cenografia – uma cena –, que se estabelece por meio do próprio discurso e é enlaçada a ele, de modo que, em um movimento espiralado, um reforça o outro (Maingueneau, 2012). As personagens discursivas convidam quem elas pretendem convencer de um argumento a habitar essa cenografia, sendo, portanto, com ela que plateia e participantes se deparam no primeiro contato. Embora uma cenografia possa ser uma reprodução de um quadro cênico estabilizado, é possível que as cenas sejam transformadas durante as interações discursivas² (Maingueneau, 2012; Charaudeau & Maingueneau, 2016). Além disso, nessa construção das cenografias, as personagens discursivas podem recorrer às cenas validadas que, segundo Maingueneau (2001, p. 102) são aquelas “já instaladas na memória coletiva, seja a título de modelos que se rejeitam ou de modelos que se valorizam”.

A ancoragem teórico-metodológica que apresentamos pode subsidiar a compreensão de um amplo conjunto de tipos e gêneros discursivos, em que a argumentação seja central. Neste estudo, nós a mobilizamos para a análise da 5ª CMPM-SP.

2 Importante observar que, neste artigo, apresentamos um arcabouço inspirado na teoria de Maingueneau sobre cenas de enunciação, que é mais complexa. O autor apresenta uma diferenciação entre três tipos de cenas: englobante (tipo de discurso), genérica (gênero do discurso) e cenografia (depreendida do próprio discurso, que pode ou não reproduzir as cenas englobantes e genéricas). Para aprofundamento no tema, ver Maingueneau (2012) e Charaudeau e Maingueneau (2016).

3 Caminhos metodológicos

A escolha das Conferências de Políticas para as Mulheres como objeto de pesquisa deveu-se ao nosso interesse em refletir sobre as interfaces de discursos e argumentações na construção de identidades feministas. As Conferências constituem uma arena participativa, em que atrizes³ discutem, negociam e deliberam, baseando-se em diferentes padrões de ação, trajetórias e identidades (Avritzer, 2013; Abers, Serafim & Tatagiba, 2014; Aguião, 2016). Assim, as conferências não apenas (re)constróem reivindicações, mas também (re)formulam identidades coletivas dos sujeitos que nela atuam (Aguião, 2016).

A pesquisa realizada consistiu em um estudo de caso único com análise qualitativa (Gibbs, 2009), privilegiando a investigação aprofundada e contextual para adensar a multiplicidade de elementos observados. O caso escolhido foi a 5^a CMPM-SP, etapa municipal da CNPM, realizada em São Paulo.⁴ Isso se deu por duas razões. Primeiramente, por conta da arquitetura federativa do processo de escolha de representantes em conferências, a etapa municipal é a única em que as delegadas não foram eleitas em etapa anterior, sendo potencialmente mais plurais do que as subsequentes.

Em segundo lugar, a escolha desse caso deveu-se ao fato de que o evento realizado nesse município propiciava evidências de dinâmicas, inclusive conjunturais, que também se reproduziam em nível nacional, sem que se perdesse de vista a dimensão local. Com efeito, a 5^a CMPM ocorreu em um momento em que o PT governava o Brasil e a cidade de São Paulo. Essa liderança era fortemente questionada, o que levou, nos anos subsequentes, à destituição da então presidenta Dilma Rousseff e à derrota do prefeito Fernando Haddad em sua tentativa de reeleição.

O *corpus* da pesquisa foi composto por textos verbais e não verbais. Realizamos a coleta de dados, em um primeiro momento, por meio da observação participante da 5^a CMPM-SP. Nela, acompanhamos as plenárias, painéis e grupos temáticos (GTs), com base em um roteiro para a observação construído previamente, a partir da observação de pré-conferências regionais. Registramos os dados da observação em diário de campo, incluindo registros fotográficos.

3 Usamos o gênero feminino tanto para dar visibilidade às mulheres, quanto para questionar a existência de um sujeito universal neutro que se conjugaria no masculino.

4 A pesquisa resultou também em um outro artigo, em que foi adotada uma abordagem distinta da realizada no presente trabalho, *vide* Marcondes e Diniz (2018).

A partir dessa primeira incursão, identificamos a plenária de abertura como a etapa de maior conflito na 5ª CMPM-SP. Nela, ocorreu a eleição de delegadas estaduais e a leitura, discussão e votação do regulamento interno – instrumento que estabelece as regras de funcionamento da conferência (SMPM-SP, 2015b). Para investigar os argumentos e discursos, recuperamos o arquivo audiovisual da plenária de abertura, transcrevemos a íntegra das falas das participantes e analisamos seus efeitos de sentido.

A análise partiu da compreensão da linguagem como parte irredutível da vida social, dialeticamente conectada com elementos não linguísticos (Fairclough, 1985). Foram enfocadas as relações semânticas, gramaticais e lexicais, observando os vocabulários empregados e em competição. Além disso, ainda que de modo não central, consideramos as relações fonológicas, que abarcam ritmo e entonação da língua falada, que auxiliaram na compreensão do tom. Se, por um lado, nosso olhar voltou-se principalmente para as práticas linguísticas enquanto parte necessária do processo de produção de sentido, os elementos não linguísticos tampouco foram ignorados. A observação de imagens reprodutoras de indumentárias, adereços e símbolos (como bandeiras e faixas) auxiliou-nos tanto na identificação da corporalidade textual, quanto do contexto socio-histórico.

Nas próximas seções, apresentamos o resultado da análise. Nelas, permeamos a reflexão sobre os dados com contribuições da literatura feminista, inclusive reconhecendo que ela integra a memória discursiva na qual se engendra a ação coletiva de construção de identidades analisadas.

4 O quadro cênico da 5ª CMPM-SP

Para apresentarmos as atrizes em cena na 5ª CMPM-SP, é necessário, primeiramente, contextualizarmos o quadro cênico das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM). Desde a criação da CNPM, em 2004, ela se tornou uma das principais instâncias de participação na estruturação de políticas para as mulheres em todos os entes federativos (Brasil- SPM, 2015; Matos & Alvarez, 2018). Essas políticas ganharam maior relevância após a institucionalização da então Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e durante a condução da pasta nos governos petistas (2002-2016).

A CNPM propunha-se a formular diagnósticos, definir propostas e avaliar políticas para as mulheres, subsidiando a construção e implementação de Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres. Entre 2004 e 2016, foram realizadas quatro edições, nas quais as etapas municipais e distritais deliberaram sobre resoluções e elegeram delegadas para as etapas estaduais que, por conseguinte, o fizeram para a nacional (Brasil-SPM, 2015).

A 5ª CMPM-SP correspondeu à etapa municipal da 4ª CNPM para a cidade de São Paulo.⁵ Realizada em setembro de 2015, seus objetivos foram deliberar sobre propostas e delegação para a etapa estadual e definir orientações para a elaboração do 1º Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM-SP, 2015a). Com o tema “Participação, Políticas Públicas e Consolidação de Direitos: construindo o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres”, a programação da Conferência abarcou: solenidade de abertura; plenária de abertura; painéis para prestação de contas da SMPM-SP e para subsidiar a elaboração do Plano Municipal; sete GTs para discussão e elaboração das propostas; e plenária final, para aprovação de propostas e moções, definição de prioridades e eleição de delegadas (SMPM-SP, 2015b).

A plenária de abertura foi o momento de debate e pactuação do Regulamento Interno da 5ª CMPM-SP (SMPM-SP, 2015b, p. 1). Nela, as “regras do jogo” foram votadas em uma dinâmica permeada por disputas. A plenária foi coordenada por representantes do poder público e da sociedade civil, integrantes da Comissão Organizadora Municipal, responsáveis pelo encaminhamento da votação do regimento. Participaram delegadas, com direito à voz e ao voto; convidadas, com direito à voz; e observadoras(es), sem direito a voz ou voto, condição dos homens presentes (SMPM-SP, 2015b). A legitimidade de fala foi, portanto, roteirizada previamente.

O regimento da conferência era seu *script*. Segundo ele, a posição de oradora era ocupada por diferentes participantes que, dirigindo-se ao auditório, após atender a uma ordem de inscrição, poderiam, por dois minutos, defender ou contrapor-se a uma proposta (“pedindo destaque”), ou apresentar uma questão de ordem ou esclarecimento. Foi, ainda, prevista uma segunda posição de oradora, a coordenadora. Esse lugar coube a representantes governamentais e integrantes da Comissão Organizadora da sociedade civil. Seu tempo e momento de fala eram distintos, assim como

5 Os números de edições realizadas em nível nacional e municipal não coincidem porque a cidade de São Paulo realizou uma edição de modo independente.

o conteúdo abordado. Em relação a elas, o tempo não era restringido, mas o conteúdo de sua fala deveria versar sobre o regulamento, o controle das falas, esclarecimentos e condução do processo de votação.

O auditório constituiu-se no espaço em que se situou a plenária, cabendo a essa votar as teses defendidas. A plenária, soberana no processo decisório, foi composta, majoritariamente, por delegadas e convidadas, vinculadas a organizações ou não. Em uma plenária, como as regras garantem às atrizes iguais condições e tempo para ocupar a posição de oradora e expor seus argumentos, é esperado que, pelo poder de argumentação, as oradoras conquistem a adesão do auditório a suas teses. No caso da plenária de abertura da 5ª CMPM-SP, essas teses diziam respeito às regras do jogo da Conferência.

A partir desses elementos, é possível depreender o quadro cênico da 5ª CMPM-SP. O tipo de discurso predominante foi o político, em que todas as participantes se encontravam no espaço-tempo deliberativo e democrático, fundado, supostamente, no reconhecimento do estatuto de igualdade de fala e de escuta. A argumentação foi central nesta cena, pois foi por meio dela que se buscou persuadir as demais participantes a aderirem a uma determinada tese, que poderia ser desde a aprovação de uma resolução até a eleição de uma delegada. O gênero discursivo, por sua vez, foi o de conferência de políticas públicas, que é relativamente estabilizado, visto que são previamente estabelecidos papeis, finalidade e circunstâncias de enunciação, inclusive por textos normativos (p. ex., regulamentos e regimentos). Todavia, esse gênero comporta variações, permitindo tanto que a cenografia reproduza o quadro cênico, quanto que a transforme. Para refletirmos sobre esse processo, entretanto, é necessário trazer as mulheres para a cena.

5 Mulheres em cena na 5ª CMPM-SP

5.1 Situando as atrizes e suas interações

Abertas as cortinas, as mulheres adentraram a cena, em sua pluralidade de trajetórias, pertencimentos organizacionais e identidades políticas. A presença mais ostensiva foi a de mulheres de partidos e sindicatos que compunham a coalizão de sustentação do governo municipal, especialmente

do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Elas se apresentavam vestindo camisetas e portando bandeiras com os símbolos de suas organizações e repetiam palavras de ordem como “Não vai ter golpe”.

O comparecimento de mulheres de diversos movimentos sociais foi também expressivo, com destaque para os de moradia. Igualmente, faziam-se presentes organizações de movimentos feministas, de mulheres negras, de lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis (LBT*) e de pessoas com deficiência, além de representantes das regiões da cidade e de associações. A presença dos grupos afirmou-se por meio de cartazes e faixas, contendo pautas prioritárias e símbolos organizacionais, como observamos na Figura 1.

Figura 1. Bandeiras de movimentos e organizações presentes



Fonte: elaboração própria.

Esses elementos compunham o mosaico identitário da plenária. O primeiro nível de expressão desses símbolos abrangeu indumentárias, acessórios e penteados, entre outros. Mulheres do movimento negro utilizaram roupas coloridas e turbantes; representantes de sindicatos e partidos empunharam bandeiras com suas siglas; e militantes de outros movimentos vestiram camisetas personalizadas, com os símbolos das organizações. Havia mulheres que trajavam diferentes adereços, reafirmando símbolos diversos,

demonstrando como eram atravessadas por múltiplos marcadores. No entanto, era comum que elas permanecessem reunidas em seus grupos específicos.

Embora o *script* da conferência tenha sido definido pelo regimento, as normas estabelecidas foram, frequentemente, renegociadas ou subvertidas. Isso se deu pela extrapolação do tempo de fala, pela inclusão de discussões que iam além dos debates sobre o regimento e pelo uso da posição de coordenadora para a defesa de posições. Assim, o *script* foi reescrito nas interações entre as mulheres participantes.

A identificação dos argumentos, das identidades e das cenografias construídas perpassa a reconstrução dos discursos e personagens discursivas presentes na 5ª CMPM-SP. Para isso, recortamos a principal polêmica que emergiu durante a votação do regimento na plenária de abertura. De forma mais específica, enfocamos a discussão, suscitada sobretudo pelas mulheres travestis e transexuais, sobre a adoção de critérios que permitissem uma maior participação de representantes do grupo LBTT na delegação eleita para a etapa estadual.

Com base nessa reivindicação, foi proposta uma cota de participação, que aumentaria a presença de representantes desse grupo, mas limitaria a participação de outras que estavam em maior número, como integrantes de partidos, sindicatos e movimentos de moradia. Isso instaurou uma polêmica discursiva em torno das múltiplas identidades e desigualdades que estruturam os significados de “mulher(es)”, o que Aguião (2017) também visibilizou em sua análise da CNPM. Além disso, essa polêmica trouxe para o centro do debate a importância da presença dos grupos marginalizados nas instituições estatais como forma de promoção de justiça social e de reparação histórica (Phillips, 1995).

Esta disputa entre os movimentos de mulheres LBTT e as demais organizações refletiu uma tensão mais ampla e histórica entre os movimentos feministas. A crítica à suposta universalidade do sujeito “mulher” foi feita há bastante tempo por teóricas e ativistas feministas lésbicas, como Monique Wittig e Adrienne Rich. Wittig, referência do pensamento feminista francês, chegou a afirmar em uma de suas obras que “as lésbicas não são mulheres” (Wittig, 1992, p. 32). Por essa afirmação, ela buscava questionar a constituição da identidade feminina com base em noções patriarcais, já que, de acordo com ela, a definição do que é ser “mulher” foi estabelecida por homens. Adrienne Rich, por sua vez, criticou o fato de a heterossexualidade compulsória não

ter sido incluída entre as preocupações centrais das feministas, desafiando o apagamento das existências lésbicas no pensamento feminista hegemônico (Rich, 2012).

As mulheres trans também questionaram os movimentos feministas por reforçarem, mesmo que inadvertidamente, a essencialização das mulheres. Com a contribuição teórica de Judith Butler (2010), quem demonstrou que não somente o gênero, mas também o sexo é uma construção social, as reivindicações políticas das mulheres trans ganharam ainda mais força. Mais recentemente, as formulações de Preciado (2002), teórico que operou a radicalização das teorias *queer*, contribuíram para a visibilização dos corpos não binários e para a desnaturalização do sexo, principalmente do falo.

Essas disputas teóricas e políticas em torno da construção das identidades feministas são o pano de fundo dos embates surgidos durante a Conferência, como veremos a seguir.

5.2 Mulheres em cena: discursos e argumentações

A partir da análise das falas, depreendemos três tipos discursivos – “majoritário”, “minoritário” e “mediador” – e quatro personagens discursivas – “Mulher Universal”, “mulheres marginalizadas”, “guardiã das normas” e “autoridade pragmática”. O discurso majoritário foi enunciado pela mulher universal; o minoritário, pelas mulheres marginalizadas; e o mediador, pela guardiã das normas e pela autoridade pragmática. Enquanto os dois primeiros discursos ampliaram a polêmica, o terceiro assumiu uma posição de aparente neutralidade ao conflito instalado, embora compartilhasse com o primeiro algumas práticas e identidades. As atrizes não enunciavam a partir de apenas uma posição, transitando por elas.

O trecho 1 nos introduz à cena.

(1) Mas, assim, a reivindicação de vocês [grupo LBTT] é dez titulares e dez suplentes. Então, 10% é o suficiente. Vinte por cento é muito pra nós, porque a quantidade de delegada que nós temos aqui, a quantidade de representações... Então, a gente tem que limitar uma quantidade, limitar uma quantidade pra chegar à quantidade que elas estão reivindicando, que seriam dez titulares e dez suplentes (Delegada da sociedade civil 1).

Os pronomes dêiticos (Maingueneau, 2013) “nós” e “vocês” posicionam as falantes e a sua outra, introduzindo a polêmica que constitui os discursos “majoritário” e “minoritário”. A referência numérica – tanto de números absolutos, quanto de relativos – é o conteúdo central desse enunciado, pois é o objeto do conflito interdiscursivo que versa sobre a representação de um grupo majoritário e de um minoritário.

A referência à maioria institui, por um lado, o próprio tom dessa personagem, pois sua credibilidade é depreendida de sua condição majoritária. Mas, também, revela uma concepção de justiça que evoca sentidos clássicos sobre a participação política, em que a maioria deve ser proporcionalmente representada nas tomadas de decisões, indo ao encontro das regras das conferências, que igualmente preveem votação por maioria. Em contraposição a esse discurso “majoritário”, despontou o “minoritário”:

(2) Aqui, a maior parte das mulheres são heterossexuais e não são transexuais, quer dizer, são cisgênero. Então, as mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e mulheres transexuais, elas acabam ficando invisibilizadas, dentro deste conjunto de mulheres (Delegada da sociedade civil 2).

Esse discurso foi encarnado especialmente por mulheres travestis e transexuais. Elas se identificaram como em menor número naquele momento (“aqui”), o que se depreende do subtexto contido na relação de oposição com o trecho “a maior parte das mulheres” (a menor parte das mulheres). Mais do que demarcar a oposição numérica, esse trecho introduz outro aspecto identitário desse conflito, apresentando-nos às personagens que se antagonizam, caracterizadas no trecho 3.

(3) E uma coisa que eu queria fazer de recomendação à coordenação, à comissão organizadora desse evento de mulheres, que é para todas as mulheres. Inclusive mulheres transexuais e travestis, porque nós estamos invisíveis aqui dentro desta conferência! Porque em momento algum nós fomos citadas! Nós pedimos um momento de fala e o momento de fala que nós tivemos foi esse por conta de um destaque. Então, assim, isso é um desmerecimento muito grande e nós não estamos pedindo nada demais, porque também nós somos cidadãs e nós pagamos impostos, como qualquer mulher que está aqui nessa plenária! (Delegada da sociedade civil 3).

De um lado, uma maioria de mulheres identificadas como heterossexuais cisgênero. De outro, mulheres lésbicas e bissexuais cis, travestis e transexuais, que se viam invisíveis na regra da maioria. As “mulheres marginalizadas” não identificaram a existência de um espaço discursivo legítimo para elas, embora possuíssem a garantia de tempo de fala, como todas as delegadas. Elas afirmaram sofrer preconceitos, inclusive na conferência (“aqui dentro”); elas não eram vistas, tampouco se falava sobre elas. Segundo a enunciativa, isso é injusto, porque o que define a identidade entre as mulheres é ser cidadã e pagar impostos, e não a sexualidade ou a identidade de gênero.

A enunciação dessa personagem evidencia uma representação de democracia distinta da regra da maioria. Nela, para que todas as mulheres sejam tratadas como iguais, é necessário visibilizá-las, nomeá-las e escutá-las. Reivindica-se, assim, uma representação plural de grupos identitários excluídos, mesmo que minoritários. O que estava em disputa, portanto, era a inclusão da identidade de gênero e da orientação sexual como eixos de definição da categoria “mulheres”, demanda histórica dos movimentos LBTT.

Na interdiscursividade com as “mulheres marginalizadas”, surgiu a “Mulher Universal”. Ela representaria a norma do ser mulher, que, apesar de também ser perpassada por marcadores sociais específicos (p.ex., a heterossexualidade), é generalizada como “A Mulher”. Como demonstram teóricas feministas negras (Lorde, 1984; hooks, 2019), os grupos dominantes não costumam reconhecer suas próprias marcações identitárias, enquanto os dominados precisam recorrer ao reconhecimento dessas diferenças como forma de sobrevivência.

Esse conflito retoma uma memória discursiva fundamental dos feminismos, que foi elaborada principalmente por mulheres negras (Lorde, 1984; hooks, 2000). Nessas bases, o conceito de interseccionalidade, formulado por Crenshaw (2002), pretende dar conta da complexidade das interações entre os diversos marcadores sociais da diferença, reivindicando-se que a categoria “mulheres” não seja vista como universal, nem homogênea. Como dito anteriormente, também mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis (Butler, 2010) denunciaram a heterossexualidade compulsória dessa construção política universalizante, além da identificação desse sujeito pelo biológico (mulheres cis). Em síntese, a partir dessas formulações, “A Mulher” é compreendida como atravessada por outras relações sociais, como gênero, em sentido amplo, classe e raça, entre outras.

As “mulheres marginalizadas” compartilharam tons, modos de enunciação e cenografias com a “Mulher Universal”, mas também mobilizaram outros, como podemos analisar a partir do trecho 4.

(4) Não estamos aqui fazendo oposição não, porque nós estamos aqui no mesmo lugar. O direito das mulheres. Não vamos deixar as pessoas fazerem guerra com “nós”. Isso não vai haver. Nós estamos no mesmo lugar. Entendam isso, não vamos brigar. Não foi esse o nosso intuito. Estamos do lado de vocês. Mas pedimos, por favor, que nos respeitem pelo gênero de mulher transexual e travesti, que não foi dito. É sempre escondido isso. Estamos apoiando vocês para tudo! Para tudo! Sem restrição a nada. Você é nossa referência. Nós estamos aqui por todo amor por vocês. Por favor, não queremos briga (Delegada da sociedade civil 3).

O espaço discursivo é demarcado nesse enunciado. Existe um lugar que é coabitado pelo “nós” e “vocês”, que é o do direito das mulheres. Entretanto, o uso da conjunção adversativa (“mas”) permite desvendar que esse compartilhamento não é igualitário, porque a diferença ainda não é respeitada. Ainda assim, a personagem que enuncia invoca “o amor”, convidando a outra de seu discurso a uma aliança, sendo esta reconhecida como uma “referência”. Esses vocábulos, valorados positivamente, são contrapostos a outro, a que se atribui carga negativa (“brigar”), que é o efeito assumido como não desejado. Dessa forma, o tom adotado é emotivo, mobilizando como recurso persuasivo a construção de empatia da plenária com aquelas que vivenciam uma experiência de marginalização, também na Conferência, de forma a construir uma coalizão política que não seja necessariamente pautada pelas identidades.

A “Mulher Universal” também constrói a cenografia de seu discurso, assim como busca persuadir o seu “outro”, como explicita o trecho 5.

(5) A votação desse item já foi encerrada [gritos]. Não se volta àquilo que já votou! É isso! Pronto! Caminhamos! Caminhamos! Vocês são mulheres, vamos pactuar. Nós somos mulheres. Somos guerreiras. Precisamos ir pro grupo! Não é esse tipo de coisa pequena que vai fazer o nosso engrandecimento (Delegada da Sociedade Civil 4).

Essa fala foi enunciada imediatamente após a proposta de cotas de representação para as mulheres travestis e transexuais para a delegação

estadual ser colocada em votação. Nesse momento, ignorou-se abruptamente as negociações que estavam em curso, submetendo-se a questão ao voto da maioria, o que contrariou as mulheres travestis e transexuais. Assim, ao se constatar que alguns consensos não seriam alcançados, mas considerando a sua representação majoritária na plenária, foi mobilizada uma cenografia que reproduziu uma cena mais genérica e universal de conferências. Nela, buscou-se legitimidade no voto, na vontade da maioria e na observância de procedimentos (“Não se volta àquilo que já votou!”), tendo sido adotado um tom enérgico (“É isso! Pronto! Caminhamos!”).

Além disso, o “nós” e o “vocês” foi retomado. Agora, para afirmar a proximidade (“Nós somos mulheres” e “Vocês são mulheres”), convidando a uma aliança em torno da concepção de mulher una, na qual a igualdade é reforçada, a despeito das diferenças, classificadas como “coisa pequena”. De certa forma, naquele momento, a universalização da categoria mulheres, criticada por feministas não brancas e não heterossexuais, foi reforçada. Também ganhou força um terceiro discurso, que já vinha sendo mobilizado desse o início da plenária; o “mediador”:

(6) Questão de ordem, como está no regulamento, é questão que vai contra a ordem regimental. Então, primeira questão, a gente vai estabelecer aqui que todas as questões de ordem que forem apresentadas vão ser apresentadas pra mim, a gente vai dialogar aqui na mesa e apresenta, porque ela é ou não rejeitada. Se você não está apresentando uma questão de ordem regimental, você está indo contra a democracia que a gente está colocando aqui, porque são essas as regras que a gente está acordando (Delegada do Poder Público 1).

A intervenção é marcada pelo tom elucidativo, parafraseando-se o regulamento, como na explicação da questão de ordem. Diferentemente dos demais, a forte demarcação da situação de enunciadora dá espaço a um “eu” apagado, que se expressa apenas por meio do pronome oblíquo “mim”, que não é sujeito da ação. Ou, ainda, pelo ambíguo “a gente”, que pode tanto ser referido às representantes da coordenação, simbolizadas pela metonímia “mesa”, quanto à coordenação conjuntamente com quem oferece a discordância, em que “aqui na mesa” representaria o lugar físico do diálogo entre as partes. Embora apagado das ações, esse sujeito exerce um poder assimétrico em relação às demais participantes, legitimado por sua

condição de coordenadora e, portanto, de suposta neutralidade. Isso porque a legitimidade de seu poder estaria na sua função de aplicação das regras do jogo pactuadas (“a gente está acordando”), e, ainda, na sua missão de mediar os conflitos.

Constrói-se, assim, o discurso “mediador”, em uma relação de neutralidade aparente com os outros discursos (Maingueneau, 2015). Ele foi encarnado, em regra, por representantes da Comissão Organizadora da Conferência, a qual agregou tanto representantes do poder público quanto da sociedade civil. Uma das personagens discursivas que o mobiliza é a “guardiã das normas”, que atua no reforço das regras, informando e esclarecendo procedimentos ditos adequados. Sua legitimidade de fala e seu tom decorrem também da posição de saber institucional que ocupa – supostamente objetivo –, e no qual reside a base para o exercício de sua argumentação.

Pressuposta a essa forma de agir está a representação da conferência como um espaço regulado. A reprodução do quadro cênico seria, assim, condição para um processo deliberativo democrático, e o desvio dele seria ir “contra a democracia”, como consta no trecho 6. Seu modo de enunciar também pode ser depreendido do próximo fragmento.

(7) Pessoal, vamos prestar atenção aqui um minutinho que eu acho que está tendo uma confusão. Vamos ler direito. [...] Vou ser bem objetiva e simples. [Discorre sobre o artigo]. É só isso esse artigo, não tem grande problema. Nem pras centrais, nem pra ninguém, nem pra quem está fora, nem pra quem está dentro da comissão, gente. Sem falsa polêmica (Delegada do Poder Público 2).

O tom adotado é professoral (“vamos prestar atenção aqui um minutinho”), o que, por um lado, invoca uma imagem de argumentação pelo convencimento. Entretanto, ao assumir a condição de enunciadora da verdade, de forma objetiva e simples e que pode ser extraída da leitura da regra (“vamos ler direito”), também incorpora traços de autoridade. A outra, nesse caso, é “quem está fora da comissão”, ou seja, parte das “mulheres marginalizadas” e tantas outras presentes na Conferência. A essa outra categoria é atribuída a “confusão” e a “falsa polêmica”, ou seja, uma ação de embaralhamento do diálogo.

Outras personagens mobilizaram o discurso “mediador”. O excerto a seguir nos introduz à categoria que denominamos de “autoridade pragmática”.

(8) Por favor, nós estamos solicitando, antecipadamente, que quem solicitou destaque no mesmo ponto, já se junte pra “vim” com uma proposta já consolidada, pra que não chegue aqui e fique... Porque, se não, nós vamos perder tempo, fechado? (Delegada da Sociedade Civil 4).

As modulações de tempo (“antecipadamente”) e espaço (“aqui”) são relevantes nesse enunciado. A recomendação às participantes é para que desloquem a negociação de propostas da plenária para um outro lugar, em que a negociação seja realizada antes da votação. O “aqui” remete ao que identificamos como um “espaço de negociação”. Ele não existia, enquanto estrutura física, tampouco estava previsto nas regras da Conferência. Mas foi criado a partir da interação entre as participantes.

Nesse “espaço de negociação”, uma grande concentração de mulheres na lateral direita do palco reuniu-se para discutir, paralelamente à realização da plenária, antes que as propostas fossem submetidas à votação. Nele, posições foram negociadas, e consensos, forjados. Com isso, caberia à plenária a função de ratificar esses acordos previamente estabelecidos. Isso era feito inclusive para acelerar as decisões, considerando que a discussão da plenária poderia ser pouco eficiente (“perder tempo”). O critério de representação e a proposta de cotas foram debatidos nesse espaço, negociação que, como mencionamos anteriormente, foi rompida bruscamente (excerto 5).

É interessante observar que, apesar de a “autoridade pragmática” compartilhar com a “guardiã das normas” o discurso “mediador”, ela subverteu as regras, orientada pelo pragmatismo de obter um acordo de forma mais célere e negociado entre as partes, ainda que às margens da discussão da plenária. Sua cenografia e seu tom remeteram, na verdade, a uma outra cena, distinta da conferência, mas que também corresponde a uma cena validada.

Como mencionamos anteriormente, por cenas validadas, Maingueneau (2001, p. 102) entende aquelas “já instaladas na memória coletiva, seja a título de modelos que se rejeitam ou de modelos que se valorizam”. Há, portanto, na cena validada, uma memória discursiva que é evocada. No caso da “autoridade pragmática”, sua cenografia e seu tom remetem ao modelo de negociação tripartite, que integra as práticas sindicais. Nessa negociação, discutem-se posições contrárias e, a partir de concessões de ambos os lados, torna-se possível construir um consenso sobre uma terceira posição. Assim, práticas sociais institucionalizadas em outros espaços de poder,

como os habitados por partidos políticos e sindicatos, foram retomadas na conferência, inclusive modificando as normas de fala e o quadro cênico.

Esses elementos eram compartilhados, sobretudo, com o discurso majoritário. Isso se evidenciou no emprego frequente do léxico “companheiras”. Trata-se de um termo construído e reforçado entre militantes de esquerda no Brasil, cujo uso estava recorrentemente associado a uma tentativa de apaziguamento dos ânimos e de construção de bases para solidariedade. No entanto, ele era empregado não só por essas militantes, mas pela maior parte das mulheres presentes na Conferência, sinalizando a amplitude dessas práticas. Isso retoma o que Alvarez *et al.* (2003) denominam de dupla militância, demarcando que as práticas que despontaram na conferência decorriam da vivência dessas mulheres de outros espaços e formas de fazer política (p.ex., partidário e sindical). A dupla militância desafia análises dicotômicas das interações entre Estado e sociedade, uma vez que essas ativistas faziam parte de movimentos feministas e de mulheres, mas também eram líderes partidárias e sindicais e, em alguns casos, ocupavam cargos estatais.

Quando foi preciso garantir adesão da plenária à tese defendida, a “autoridade pragmática” mobilizou, ainda, um tom diverso do conciliatório.

(9) A comissão organizadora, em função da magnitude desta conferência, vai apresentar uma nova proposta de formatação da comissão organizadora, ok? A comissão organizadora, ok? Ponto! (Delegada da Sociedade Civil 2).

O argumento em si perde a importância, uma vez que o modo de enunciação se funda no poder que legitima o discurso de mediação, não apenas para negociar posições divergentes, mas para decidir em última instância, como evidencia a reiterada afirmação da Comissão Organizadora, a quem compete definir o que deve ou não ser feito na plenária. Tampouco o tom de autoridade é velado, mas se explicita, principalmente na exclamação “Ponto!”, que é a forma encurtada de dizer ponto final, ou seja, fim da discussão.

Em síntese, eventos como a 5ª CMPM-SP constituem-se em arenas políticas, nas quais uma multiplicidade de mulheres (feministas ou não, organizadas coletivamente ou não, governamentais e não governamentais) encontram-se para debater diretrizes para a implantação de políticas pelo

Estado (Aguião, 2017; Matos & Alvarez, 2018). Nessas arenas, embates históricos dos movimentos feministas e de mulheres emergem, de forma semelhante ao que Alvarez *et al.* (2003) identificaram em sua análise dos Encontros Latino-Americanos e do Caribe. Segundo as autoras, nesses eventos despontaram debates acerca da autonomia dos movimentos feministas e dos riscos de cooptação a partir de sua relação com outras atrizes e instituições, incluindo o Estado; controvérsias em relação à inclusão e expansão desses movimentos; e tensões entre a suposta universalidade do ser mulher e as diferenças e desigualdades experimentadas pelas mulheres. Em grande medida, foi o que identificamos na análise da 5ª CMPM-SP, principalmente a partir das disputas entre a personagem discursiva “mulheres marginalizadas”, representada, principalmente, pelos movimentos LBTT, e a personagem discursiva “Mulher Universal”, representada pelas organizações compostas majoritariamente por mulheres cis e heterossexuais.

6 Considerações finais

As conferências de políticas públicas adquiriram notável importância durante as primeiras décadas do século XXI. Sua legitimidade foi atribuída à potencialidade desses espaços para a construção de consensos, envolvendo atrizes governamentais e da sociedade civil. Esses acordos, cristalizados em resoluções das conferências, influenciaram o ciclo de políticas públicas de diversas áreas.

As conferências foram debatidas pela literatura, adotando-se múltiplas abordagens. Em nosso trabalho, assim como Aguião (2016), enfocamos as articulações e disputas entre participantes para depreender a construção coletiva de identidades. Para isso, enfocamos a dinâmica desse processo, investigando argumentações e discursos produzidos no contexto da 5ª CMPM-SP.

Analisando as falas, contextualmente situadas, depreendemos três discursos – o “majoritário”, o “minoritário” e o “mediador” – e quatro personagens discursivas – “Mulher Universal”, “mulheres marginalizadas”, “guardiã das normas” e “autoridade pragmática”. Utilizando-nos de contribuições da AD, percebemos uma disputa discursiva em torno da construção da categoria “mulher” e dos eixos de opressão que atravessam as experiências de vida

dessas “sujeitas”, disputa que permeia também os movimentos feministas de forma mais geral. As mulheres travestis e transexuais, sobretudo, encarnaram a personagem discursiva “mulheres marginalizadas”. Elas trouxeram as dimensões da orientação sexual e da identidade de gênero como marcadores sociais relevantes, e que historicamente foram negligenciados por parte dos movimentos feministas. No caso analisado, esse silenciamento foi produzido pela personagem discursiva “Mulher Universal”.

Em suas composições e confrontações, essas personagens construíram cenografias particulares, reconfigurando parcialmente o quadro cênico das conferências. Nesses termos, elas ora modificaram, ora validaram esse quadro cênico das conferências de participação social. É exemplar o discurso “mediador” e a *performance* das duas personagens que o mobilizaram. Enquanto a argumentação da “guardiã das normas” girou em torno de seu papel de garantidora das regras do jogo, a “autoridade pragmática” aceitou modificar essas regras em prol da efetividade, inclusive reproduzindo cenas validadas de outros contextos políticos.

Nessa complexa trama, as normas e convenções da plenária foram ora afirmadas como base em um processo democrático, ora questionadas como fonte de reprodução de desigualdades. O princípio da democracia como vontade da maioria, incrustado nas regras da conferência, foi reencenado pela “Mulher Universal”, por meio do discurso majoritário. E foi criticado pelas “mulheres marginalizadas”, que, encarnando o discurso minoritário, reivindicaram a necessidade de adoção de medidas que garantissem sua presença nas instituições participativas, valorizando a diversidade.

Enredada em polêmicas, alianças e neutralidades aparentes, uma cena abstrata foi substituída por uma cenografia complexa, em que elementos estruturantes dessa arena foram (re)negociados, a exemplo dos significados de “mulher(es)” e “democracia”. Consequentemente, a 5ª CPM-SP congregou uma multiplicidade de atrizes, inclusive ativando a memória discursiva de embates constitutivos dos movimentos feministas, não apenas no país, mas em outros contextos, como ilustra o embate entre “Mulher Universal” e “mulheres marginalizadas”. Com base na reflexão sobre essa dinâmica, evidenciamos que, a despeito das conferências serem concebidas para promover a inclusão nos processos decisórios, elas podem conduzir à exclusão de determinadas vozes e, consequentemente, à redução da pluralidade.

A conjuntura política em que as conferências floresceram e difundiram-se modificou-se no Brasil na última década. Entretanto, isso não torna inválida a reflexão sobre as instâncias de participação social, ou sobre movimentos sociais, que devem (ou deveriam) ser relevantes em quaisquer conjunturas que tivessem a democracia como valor fundamental. Nesse sentido, pensamos que este trabalho pode contribuir não apenas para o conhecimento sobre conferências, mas também sobre a (re)construção de identidades feministas e as tensões envolvidas neste processo.

Referências

- Abers, Rebecca, Serafim, Lizandra, & Tatagiba, Luciana. (2014). Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, 57(2), 325–357. <https://doi.org/10.1590/0011-5258201411>
- Aguião, Silvia. (2016) “Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re)arranjos da política LGBT. *Cadernos Pagu*, (46), 279–310. <https://doi.org/10.1590/18094449201600460279>
- Aguião, Silvia. (2017). Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003-2015). *Cadernos Pagu*, (51), e175107. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510007>
- Alvarez, Sonia E. *et al.* (2003). Encontrando os feminismos latinoamericanos e caribenhos. *Revista Estudos Feministas*, 11(2), 541–575. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2003000200013>
- Avritzer, Leonardo. (2013). Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. In Leonardo Avritzer, & Clóvis H. L. de Souza (Orgs.), *Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade* (pp. 125–140). Brasília: IPEA.
- Brasil – Secretaria de Políticas para as Mulheres [SPM]. (2015). *Quarta Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Regulamento Interno e caderno de propostas*. Brasília: SPM.
- Butler, Judith. (2010). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (3. ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Charaudeau, Patrick, & Maingueneau, Dominique. (2016). *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto.
- Crenshaw, Kimberlé. (2002). Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171–187. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Fairclough, Norman L. (1985). Critical and descriptive goals in discourse analysis. *Journal of Pragmatics*, 9(6), 739–763. [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(85\)90002-5](https://doi.org/10.1016/0378-2166(85)90002-5)
- Fiorin, José L. (1999). Polifonia textual e discursiva. In Diana L. P. Barros, & José L. Fiorin (Orgs.), *Dialogismo, polifonia, intertextualidade* (pp. 29–36). São Paulo: EDUSP.
- Gibbs, Graham. (2009). *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Bookman.
- Hooks, Bell. (2000). *Feminism is for everybody*. Cambridge: South End Press.
- Hooks, Bell. (2019). *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante.
- Lorde, Audre. (1984). Age, race, class and sex: women redefining difference. In Audre Lorde, *Sister outsider: essays and speeches* (pp. 114–123). Freedom: Crossing Press.
- Maingueneau, Dominique. (2001). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez.
- Maingueneau, Dominique. (2012). *Cenas de enunciação* (2. ed.). São Paulo: Parábola.
- Maingueneau, Dominique. (2013). Argumentação e cenografia. In Anna F. Brunelli, Fernanda Mussalim, & Maria da C. Fonseca-Silva (Orgs.), *Língua, texto, sujeito e (inter)discurso* (pp. 187–204). São Carlos: Pedro & João Editores.
- Maingueneau, Dominique. (2015). *Gênese do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Marcondes, Mariana M., & Diniz, Ana P. R. (2018). Entre negociação e conflito: uma análise da 5ª Conferência de Políticas para as Mulheres de São Paulo. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 23(74), 140–157. <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v23n74.73188>
- Matos, Marlise, & Alvarez, Sonia E. (2018). Apresentação. In Marlise Matos, & Alvarez, Sonia E. (Orgs.), *Quem são as mulheres das políticas para mulheres no Brasil?* (Vol. 1, pp. 11–24). Porto Alegre: Zouk.

- Mendes, Silma R. C. (2008). *Cenografia e ethos: os discursos de uma instituição de ensino superior*. (Tese de doutorado). Disponível em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14041>
- Phillips, Anne. (1995). *The politics of presence*. Oxford: Clarendon.
- Preciado, Paul B. (2002). *Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual*. Madri: Opera Prima.
- Rich, Adrienne. (2102). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 4(5), 17–44. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>
- São Paulo – Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres [SMPM-SP]. (2015a, 19 set.). *Leitura e Aprovação do Regulamento Interno da 5ª CPM* [Arquivo de vídeo]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=s9R93TcQWnM>.
- São Paulo – Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres [SMPM-SP]. (2015b, set.). Regulamento Interno. In Prefeitura de São Paulo, *5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres da cidade de São Paulo*.
- Souza, Clóvis H. L., Cruxên, Isadora A., Lima, Paula P. F., Alencar, Joana L. O., & Ribeiro, Uriella C. (2013). Conferências típicas e atípicas: um esforço de caracterização do fenômeno político. In Leonardo Avritzer, & Clóvis H. L. de Souza (Orgs.), *Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade* (pp.25–52). Brasília: IPEA.
- Wittig, Monique. (2013). *The straight mind and other essays*. Boston: Beacon Press.

Submetido em 30 de maio de 2020.
Aceito em 22 de setembro de 2020.



Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

Etnografando “casas” de folclore: relações entre configurações do espaço e os sentidos da prática do folclore “alemão” no Brasil

An ethnography of folklore “houses”: relations between space configurations and the meanings of “German” folklore practices in Brazil

Lucas Voigt* 

RESUMO

Com inspiração na produção sociológica acerca das “casas”, este artigo tem por objetivo analisar as relações entre os usos e as configurações do espaço e os sentidos investidos nas práticas sociais que constituem o que se compreende por folclore “alemão” no Brasil. Para a execução da análise, procedo à apresentação de duas etnografias sobre “casas” de folclore. A primeira descreve a estrutura física e espacial da principal instituição do espaço do folclore, a Associação Cultural Gramado / Casa da Juventude. A segunda descreve a *Trachtenhaus* (“Casa dos Trajes”), residência pessoal da principal especialista na confecção de trajes típicos germânicos no país. O artigo sustenta o argumento de que as configurações do espaço, a disposição dos objetos e os usos sociais de tais “casas” oferecem indícios profícuos para a compreensão da lógica e dos sentidos investidos na prática do folclore “alemão” no Brasil.[◇]

Palavras-chave: casas, folclore “alemão”, etnografia.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
Doutorando em Sociologia (UFRGS), com período sanduíche na University of Illinois at Urbana-Champaign (UIUC). Bolsista CAPES.
E-mail: lucas_3106@hotmail.com.

[◇] Este artigo apresenta alguns resultados da dissertação de mestrado desenvolvida pelo autor, intitulada *O espaço de práticas do folclore “alemão” autêntico no Brasil: Um estudo de sociologia da cultura e das elites* (Voigt, 2018b). Uma versão preliminar do artigo foi apresentada na XIII Reunião de Antropologia do Mercosul. A pesquisa teve o apoio do CNPq, mediante a concessão de uma bolsa de mestrado.

ABSTRACT

Inspired by the sociological production about “houses”, this article aims to analyze the relations between the uses and configurations of space and the meanings invested in social practices that constitute what is understood by “German” folklore in Brazil. To perform the analysis, I present two ethnographies about “houses” of folklore. The first describes the physical and spatial structure of the main institution of the folklore space, the Associação Cultural Gramado / Casa da Juventude. The second describes *Trachtenhaus* (“House of Costumes”), the personal residence of the main specialist in the production of typical Germanic costumes in the country. The article supports the argument that the configurations of space, the arrangement of objects and the social uses of such “houses” provide useful evidence for understanding the logic and meanings invested in the practice of “German” folklore in Brazil.

Keywords: houses, “German” folklore, ethnography.

Introdução: o espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil

No Brasil, nos estados das regiões Sul e Sudeste, um conjunto de agentes atua na promoção e na legitimação da prática do folclore “alemão” *autêntico* e historicamente fidedigno. Ao evocar o termo “folclore *alemão*”, refiro-me de modo mais específico à prática da dança popular de origem germânica, performance baseada na reprodução de registros históricos e folclóricos de danças (as *Tanzbeschreibungen*), produzidos principalmente nos séculos XIX e início do XX, que tomam como período histórico de referência um intervalo que compreende os séculos XVI a XVIII. Como suporte à prática da dança, os folcloristas confeccionam trajes folclóricos que, igualmente, baseiam-se em registros históricos e iconográficos de indumentárias utilizadas em comunidades germânicas no passado, compilados em publicações que catalogam trajes folclóricos.¹

Os agentes envolvidos com a prática do folclore se articulam

1 Ver, por exemplo, Kretschmer (1977).

♦ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no VII Encontro de Administração Pública e Governança (ENAPG) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), realizado em São Paulo, em 2016. Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelas bolsas de doutorado concedidas.

nacionalmente, estabelecendo redes de relações de interconhecimento e de inter-reconhecimento (Bourdieu, 1998), promovendo e participando de cursos de formação e de especialização em folclore, organizando eventos públicos para apresentações de folclore, além de atuarem nas atividades promovidas por centros culturais, bem como em eventos de massa ligados à cultura germânica, tais como as *Oktoberfesten* (Voigt, 2018b). Ademais, os agentes que ocupam as principais posições em instituições promotoras de folclore, executando o trabalho de mediação cultural (Reis, 2010) e de legitimação do folclore, formam uma elite cultural responsável pela definição dos critérios de “autenticidade” do folclore “alemão” no Brasil (Voigt, 2018a).

No que tange aos agentes institucionais que constituem o “espaço” (Saint Martin, 2002) do folclore “alemão” no Brasil, temos, nos níveis local e municipal, os grupos de dança folclórica. Pode-se constatar a existência de ao menos duzentas entidades desse tipo no país, em sete estados da federação. Tais grupos são formados por dançarinos – usualmente, numa escala que varia de oito a quarenta – dirigidos por um “coordenador”, responsável pela instrução das danças aos demais integrantes do grupo. Em âmbito regional, constata-se a existência de “associações regionais de folclore”, sete ao total, instituições que ofertam formação em nível regional e que agremiam e representam um conjunto de grupos de dança folclórica.

Em nível nacional, como principal entidade formadora e representativa de especialistas em folclore, temos a Associação Cultural Gramado (ACG)/ Casa da Juventude, fundada em 1965, na cidade de Gramado (RS). A fundação de tal entidade foi um processo capitaneado pela Federação dos Centros Culturais 25 de Julho e, de modo mais direto, pelo secretário-geral da entidade, Theodor (Theo) Kleine (1917-1999). Tal federação agremiava os Centros Culturais 25 de Julho, um conjunto de clubes de lazer e sociabilidade de elites locais, entidades voltadas à promoção de atividades recreativas, esportivas e culturais. Desde a fundação da Casa da Juventude até os dias atuais, com exceção de um breve período no início da década de 1970, a entidade foi dirigida por três gerações da família Kleine: inicialmente, por Theodor; posteriormente, por seu filho Gerhard Kleine (1942-2017); e, atualmente, por seu neto Dieter Kleine (1975-).

A Casa da Juventude foi fundada com o propósito de ofertar formação cultural a “jovens lideranças” para atuação junto aos Centros Culturais 25 de Julho, fornecendo competências em “cultura germânica” e subsídios

que possibilitassem o desenvolvimento de práticas culturais no âmbito de atuação dos Centros Culturais. Em 1966, pouco tempo após a inauguração da entidade, têm início os primeiros cursos. Tratava-se de cursos voltados à formação de professores de alemão, de professoras de jardim de infância e de lideranças culturais. O curso mais expressivo, nesse contexto, era o de *Jugendleiter* (“lideranças jovens”), que envolvia competências como o teatro, a música, o canto coral e, de modo bastante incipiente, a dança folclórica.

Em 1983, começam a ser promovidos pela Casa da Juventude os cursos voltados especificamente à prática da dança, constituídos no formato de um “seminário”, que ofereciam subsídios para a decodificação dos registros históricos das danças. A partir de 1989, tais cursos passam a ser ministrados por professores e *experts* estrangeiros convidados. No ano de 1991, contando com a existência de mais de uma centena de grupos folclóricos vinculados à entidade, é fundado na Casa da Juventude um departamento especializado de danças, voltado à promoção de cursos especializados e à pesquisa e à sistematização de fontes históricas que subsidiem o folclore “alemão”. Em tal processo, verifica-se a atuação destacada de Beno Heumann (1944-), primeiro diretor do departamento, cargo que ocupou até 2006. Tal acontecimento – a fundação do departamento de danças da Casa da Juventude – pode ser considerado o marco da sistematização de um espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil.²

De modo correlato à sistematização da prática da dança folclórica, os folcloristas brasileiros começam a executar pesquisas acerca de indumentárias típicas, visando garantir a “autenticidade” dos trajes folclóricos, subsidiando a prática da dança – que já estava relativamente consolidada. Em tal processo, verifica-se a atuação destacada de Eredi (*Frau*) Heumann (1948-), esposa de Beno, reconhecida no espaço como a principal especialista na temática dos trajes folclóricos no país. *Frau* Heumann possui um ateliê voltado à confecção desse tipo de indumentária, localizado em Nova Petrópolis (RS), além de possuir o maior acervo e repositório bibliográfico sobre o tema no Brasil. De acordo com informações levantadas em pesquisa, constata-se a existência de aproximadamente uma dezena de ateliês voltados à confecção de trajes folclóricos no país (Voigt, 2018b).

2 Nesse sentido, ainda que se baseie em fontes históricas e se oriente largamente por uma preocupação com a coerência histórica, constata-se que o folclore “alemão” no Brasil é uma tradição inventada (Hobsbawm & Ranger, 1984) em período relativamente recente.

Neste artigo, realizo a apresentação e a análise de duas etnografias sobre “casas” de folclore. Nas ciências sociais, a “casa” constitui-se como um tema privilegiado de interesse e análise, tendo recebido atenção por parte de pensadores clássicos da sociologia e da antropologia, além de fomentar um conjunto de reflexões e debates recentes. Compreendida seja no sentido de uma estrutura de habitação ou como agrupamento de indivíduos a ela afiliados – isto é, o conjunto de agentes agrupados em uma unidade doméstica –, diversos trabalhos demonstraram que a “casa”, as formas de morar, os modos de ocupação do espaço e os usos sociais dos utensílios domésticos representam objetos extremamente pertinentes e profícuos para a análise e a compreensão das práticas sociais desenvolvidas em determinado espaço social, da cosmovisão dos agentes e dos grupos sociais, bem como dos sentidos que os agentes atribuem às suas práticas (Elias, 2001; Bourdieu, 1999, 2006; Lamaison & Lévi-Strauss, 1987; Freyre, 2003; Carvalho, 2008; Rosatti, 2018).

As etnografias apresentadas executam uma descrição da estrutura física, das configurações e dos usos do espaço, bem como da disposição de objetos³ domésticos e pessoais. A primeira etnografia apresenta a Casa da Juventude, principal instituição representativa de folcloristas e legitimadora da prática da dança folclórica no país. A segunda etnografia descreve a *Trachtenhaus* (“Casa dos Trajes”), residência pessoal de *Frau* e Benno Heumann⁴, que pode ser considerada o principal espaço de documentação e de produção de trajes folclóricos germânicos no país. As duas casas foram selecionadas por se constituírem como os principais espaços “domésticos” de definição e produção de práticas relacionadas ao folclore “alemão” no Brasil: a dança folclórica, no caso da Casa da Juventude, e a confecção de trajes folclóricos, no que tange à Casa dos Trajes. Tais práticas culturais – a dança e a utilização de indumentárias folclóricas – constituem as principais manifestações do que se compreende por folclore “alemão” no país.

Como será mostrado, enquanto a Casa da Juventude possibilita uma discussão sobre aspectos como família, gênero e domesticidade no espaço do folclore – cruciais para a compreensão das estruturas sociais que fundam

3 Para uma perspectiva que considera a história, a trajetória e a “vida social” dos objetos, ver Appadurai (2008).

4 Todos os sujeitos de pesquisa autorizaram a utilização de seus nomes pessoais no contexto da pesquisa, o que foi registrado em um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

as práticas desenvolvidas no espaço –, a Casa dos Trajes permite refletir sobre os esquemas mentais e sociais que regem o investimento na prática do folclore “alemão”, na medida em que os sentidos investidos no folclore – uma prática orientada à autenticidade, à antiguidade e ao enraizamento na cultura popular – podem ser identificados igualmente na organização e na constituição do espaço doméstico. Desse modo, a análise de tais casas permite compreender os sentidos investidos na prática do folclore “alemão”, as estruturas sociais que geram as práticas ligadas ao folclore, bem como a lógica das práticas desenvolvidas no espaço do folclore.

Uma etnografia da Casa da Juventude

Nesta seção, executo uma incursão etnográfica à Casa da Juventude, descrevendo o espaço físico e as instalações que compõem a entidade⁵. Em outras palavras, proponho um *tour* na sede da instituição. O emprego da palavra *tour* não é gratuito. A Casa da Juventude está situada em uma área nobre de Gramado (RS), junto ao Lago Negro, um dos principais destinos turísticos da cidade. Como será explicitado, uma das principais formas de financiamento da entidade é a oferta de serviços de hotelaria e hospedagem. Ademais, Gramado é uma cidade caracterizada pelo turismo, tendo investido largamente nessa atividade econômica. Em Gramado, a estrutura econômica, a arquitetura, os locais públicos e a organização espacial se orientam em função da exploração desse tipo de atividade comercial, o que se explicita pela presença de vários estabelecimentos de hotelaria, restaurantes, lojas de *souvenirs*, lojas de roupas, fábricas de doces e chocolates etc.

A Casa da Juventude é uma ampla e antiga edificação de dois andares, construída há cerca de meio século. Ao subir as escadas que levam à porta de entrada do prédio, adentra-se uma pequena antessala decorada com fotografias históricas. As fotografias compreendem personagens icônicos da instituição, com destaque a Theo Kleine e sua esposa Marie-Agnes⁶ – fundadores e primeiro casal-diretor da entidade –, bem como agentes

5 Em maio de 2016, hospedei-me por dois dias na Casa da Juventude, o que me permitiu conhecer a entidade em profundidade, possibilitando a elaboração da etnografia apresentada a seguir.

6 Tais fotografias retratam, via de regra, um conjunto amplo de pessoas em acontecimentos públicos. Há apenas duas fotografias de perfil, de caráter mais privado e particular, que retratam apenas um indivíduo: uma para Theo Kleine, uma para Marie-Agnes Kleine.

destacados envolvidos na fundação da Associação Cultural Gramado, notadamente políticos e autoridades públicas; eventos históricos marcantes, como a inauguração e o lançamento da pedra fundamental da entidade; além de fotos históricas da sede da Casa da Juventude através do tempo. Essa antessala opera propriamente como um lugar de memória⁷ da instituição.

Ao atravessar a antessala na entrada da Casa da Juventude, chega-se a uma portaria, que opera como uma recepção aos visitantes e hóspedes. A recepção está localizada precisamente no centro de um corredor que corta horizontalmente todo o primeiro andar do prédio. Esse corredor central divide o primeiro andar em duas partes (frações) de tamanho equivalente. A recepção possui uma localização estratégica e desempenha uma função crucial na entidade, especialmente quando se considera que um dos principais serviços ofertados pela instituição é a hotelaria.

A recepção está localizada na segunda fração do primeiro andar, transpassando o corredor. À esquerda da entrada – e, portanto, à direita da recepção – encontram-se, na primeira fração do prédio, duas portas que levam, primeiramente, à biblioteca e, depois, à sala do departamento de danças. Do lado oposto a essas salas, atravessando o corredor, encontram-se na segunda fração do prédio dois banheiros (masculino e feminino) e mais uma porta, que dá acesso a um “apartamento” destinado à hospedagem. O fim do corredor desemboca em uma porta que dá acesso a outro apartamento, de dimensões amplas, onde no passado residiam os diretores da Casa da Juventude e que, atualmente, também se destina à hospedagem externa.

Na extremidade direita do prédio, entre o antigo apartamento de residência dos diretores da Casa e o departamento de danças, está o acesso a uma escada. Ao subir essa escada, tem-se acesso, à direita, aos alojamentos da ala masculina, no segundo andar. À esquerda, em um nível um pouco abaixo da ala masculina, a escada dá acesso a um amplo auditório (conhecido como *Tanzsaal*, isto é, o “salão de danças”), utilizado como espaço para palestras e eventos e, mais importante, para os cursos de dança. O *Tanzsaal* fica no segundo andar de uma edificação construída e anexada posteriormente à estrutura da Casa da Juventude, situando-se em cima do apartamento de residência do casal diretor da Casa (que está localizado no primeiro andar dessa edificação acoplada). Esse apartamento de residência dos diretores da

7 Sobre a noção de “lugar de memória”, ver Nora (1993). Para um emprego prévio dessa noção em pesquisa sociológica, ver meu trabalho: Voigt (2017, especialmente pp. 43-45).

ACG está localizado, significativamente, no local de fluxo de entrada e saída da ala masculina; desse modo, pode-se aferir que sua localização possuía uma função de controle.

À direita da entrada do prédio – e, portanto, à esquerda da recepção – o corredor leva, na primeira fração do prédio, primeiramente a uma sala de proporções pequenas utilizada para serviços financeiros (tesouraria) e de impressão. Ao lado dessa sala, há uma “sala de apoio” com dimensões semelhantes às da biblioteca, onde ocorrem aulas de alemão e atividades gerais. Ao lado da sala de apoio, próximo ao fim do corredor, há um terceiro quarto, que funciona como depósito de materiais de expediente e rouparia (toalhas e roupa de cama). Do lado oposto a esses quartos, na segunda fração do prédio após se transpassar o corredor, está localizada – imediatamente ao lado da recepção – uma sala de estar equipada com televisão e poltronas. Essa sala dá acesso a outro apartamento de hospedagem, à esquerda da recepção. No fim do corredor, na extremidade esquerda do prédio, chega-se ao refeitório.

O refeitório é um ambiente de proporções amplas, com cerca de uma dezena de mesas para uso coletivo. Para hospedagem, o refeitório oferece café da manhã; durante os cursos, oferece aos “internos” três refeições diárias. Nos fundos do refeitório, à direita, há uma sala destinada às anotações e administração da cozinha. À esquerda, próximo à entrada do refeitório e ao lado de uma lareira, se localiza uma porta que dá acesso à sala das louças, à despensa (equipada com câmaras frias) e à cozinha. À direita da entrada da cozinha e imediatamente junto à entrada do refeitório, há ainda uma porta que dá acesso à lavanderia, por meio de uma escada que leva até o porão. Nesse local fica também a caldeira, alimentada à base de lenha e integrada a um sistema de calefação.

As paredes do corredor que leva ao refeitório são ornamentadas com quadros que reproduzem documentos que marcaram a história e a trajetória da Casa da Juventude, tais como: a primeira ata da entidade, estatutos de regulamentação, a planta do prédio, decretos municipais (que estabeleceram a cessão do terreno para a Federação 25 de Julho ou que declararam a Casa da Juventude como entidade de utilidade pública), divulgação da Casa da Juventude na imprensa (com destaque ao jornal da Federação 25 de Julho, o *Mitteilungsblatt*), dentre outros.

Ao fim de cada um dos extremos do primeiro andar do prédio, há escadas que levam ao segundo andar, onde estão localizados os alojamentos. Na

escada junto ao refeitório, na extremidade esquerda do prédio, tem-se acesso à ala feminina dos alojamentos, cujo primeiro espaço é uma antecâmara de uso comum com poltronas, sofás, televisão e banheiros de uso coletivo e, adiante, sete quartos equipados com camas e beliches e que servem de dormitórios compartilhados. São quartos amplos, de tamanho variável, que hospedam de quatro a oito pessoas cada um. Na extremidade direita do prédio, como foi dito, a escada dá acesso à ala masculina, que não possui uma sala de estar de uso comum, consistindo apenas de um corredor com acesso aos quartos; a meio caminho entre os quartos está situado o banheiro coletivo. Em cada uma das alas, um dos quartos possui banheiro – normalmente destinado ao professor convidado responsável pelos cursos. Os demais quartos são atendidos por um banheiro de uso comum. No total, a Casa da Juventude tem hospedagem para cerca de cem pessoas.

De modo geral, pode-se descrever a Casa da Juventude como um ambiente extremamente organizado e caracterizado por uma limpeza impecável. Trabalham diretamente na instituição, garantindo seu funcionamento e operação, um conjunto de funcionários: o diretor da entidade e do departamento de danças, dois funcionários para a recepção – atuando no agendamento de hospedagem e recepção de visitantes –, uma funcionária encarregada da cozinha, limpeza, manutenção dos alojamentos e serviços em geral, uma funcionária responsável pelo setor financeiro, um jardineiro, além de funcionárias terceirizadas que atuam como faxineiras e auxiliam nos serviços da cozinha.

A descrição da estrutura espacial e dos usos sociais do espaço da Casa da Juventude permite esboçar um conjunto de constatações extremamente relevantes, de um ponto de vista sociológico. Em primeiro lugar, podemos constatar a importância da memória institucional da entidade acerca dos principais acontecimentos e personagens envolvidos em sua história, o que se explicita no fato de a antessala de entrada do prédio constituir-se propriamente em um lugar de memória (Nora, 1993), e no fato de existirem *mementos* e documentos históricos expostos e distribuídos pelas paredes do corredor central da entidade.

Em segundo lugar, constata-se a importância do serviço de hospedagem externa, possibilitado pela estrutura da Casa da Juventude. O uso da Casa da Juventude como um “hotel” é uma atividade crucial para o financiamento da entidade. Segundo o diretor da Casa da Juventude, o serviço de hospedagem é a principal forma de manutenção e financiamento da Casa. Nesse contexto,

pode-se apontar também uma imbricação entre as formas de financiamento da Casa da Juventude – isto é, a hospedagem – e a dinâmica e o contexto em que a entidade está inserida, a saber, as atividades turísticas características da cidade de Gramado. Além da admissão de hóspedes “avulsos”, a Casa da Juventude realiza também a locação de espaço para eventos e seminários externos à instituição, que utilizam simultaneamente o serviço de hospedagem e as instalações do prédio (especialmente o auditório). Além do serviço de hospedagem externo, verifica-se ainda outra atividade de financiamento de características similares: a Casa da Juventude alugou um espaço na parte frontal da entidade – abaixo do refeitório, onde se localizava uma garagem – para uma empresa de fotografia que oferece serviço destinado a turistas, produzindo fotografias temáticas com base em personagens de filmes de animação americanos. Esse conjunto de atividades, estranho aos propósitos da entidade, demonstra as limitações de financiamento e de sustentação da principal entidade do espaço do folclore “alemão” no Brasil – que revela uma impossibilidade de se autofinanciar apenas por meio do trabalho cultural. Com base nesses indícios, por extensão, pode-se antever as limitações de recursos no espaço do folclore como um todo.

Em terceiro lugar, é central reter que a estrutura da Casa da Juventude foi concebida com uma separação estrita entre as alas masculina e feminina. Tais alojamentos se situam em lados opostos e não integrados do segundo andar do prédio. Deve-se levar em conta que a Casa da Juventude foi fundada nos anos de 1960, e que os principais quadros dirigentes da instituição possuíam vinculação com a Igreja Luterana. Além disso, a Casa da Juventude foi concebida como uma entidade promotora de cursos para a juventude, especialmente os cursos de *Jugendleiter*, que possuíam uma estrutura bastante semelhante às atividades executadas por grupos de jovens da igreja. Esses jovens – de ambos os sexos – ficavam hospedados por meses na Casa da Juventude, longe da família e da supervisão dos pais. Nesse sentido, levando em conta a concepção de moralidade subjacente ao contexto social, histórico e religioso pertinente, pode-se afirmar que a separação estrita entre as alas masculina e feminina explicita a preocupação com interações indecorosas entre os jovens. A Casa da Juventude, assim, possui a estrutura de um internato, com dois alojamentos situados em extremos opostos que só são acessíveis por meio da passagem por um extenso corredor, no primeiro andar, dividido ao meio por um posto de vigilância – a recepção.

Como tratei de demonstrar (Voigt, 2019), constata-se uma relação intrínseca entre a Casa da Juventude e a Igreja Luterana, especialmente nos seus primeiros anos de funcionamento. As marcas dessa relação podem ser percebidas na constituição da estrutura espacial da Casa, nos agentes envolvidos na sua fundação e nos quadros dirigentes da instituição (diretores, instrutores) que possuíam vinculação com tal confissão religiosa, no sentido das atividades de formação que foram ali desenvolvidas, bem como no contexto de recrutamento de quadros para a realização dos cursos promovidos pela entidade.⁸

Por fim, pode-se apresentar uma quarta constatação, possivelmente a mais relevante para esta discussão. A análise da estrutura espacial permite constatar que a Casa da Juventude é, propriamente, uma “casa” – isto é, uma estrutura de habitação, possuindo alojamentos, refeitório e lavanderia. Assim, a Casa da Juventude foi projetada como uma unidade doméstica, concebida a partir de um modelo familiar.⁹ A entidade seria dirigida por um casal-diretor – marido e mulher – que administrariam um ambiente destinado a receber jovens de diversas localidades – um “albergue para a juventude” –, visando à realização de cursos de formação e à promoção de atividades culturais relativas à cultura alemã. Em suma, está na base do projeto da Casa da Juventude uma estrutura de habitação e uma concepção específica da ideia de “família”, relacionadas e direcionadas à educação e à formação cultural da juventude.

Casa, família e divisão sexual do trabalho no espaço do folclore

A discussão acerca da estrutura física e espacial da principal instituição do espaço do folclore, a Casa da Juventude – que pode ser considerada, metaforicamente, como a unidade e a estrutura doméstica exemplar desse espaço –, e sua relação com as estruturas sociais que estão na base das

8 Para uma análise detalhada sobre as relações históricas e estruturais entre o luteranismo e o folclore “alemão”, a partir de uma análise de trajetórias, ver Voigt (2019).

9 A definição de “casa” adotada baseia-se em Bourdieu (2006). Segundo o autor, na medida em que “[...] designa ao mesmo tempo o edifício e o conjunto dos seus habitantes, a casa é indissociável da *família* como grupo social durável e do projeto colectivo de a perpetuar” (Bourdieu, 2006, p. 38, grifo do autor). Nesse sentido, uma sociologia das casas é também, invariavelmente, uma sociologia da família.

práticas nele gestadas, possibilita adentrar e aprofundar a discussão de outra chave correlata e essencial, a *família*. Pode-se afirmar que a inserção e a atuação no espaço do folclore se fundam na reprodução de um modelo de organização familiar, com uma divisão sexual do trabalho definida e uma concepção específica da noção de “família”.

No que tange ao espaço do folclore, verifica-se uma atuação central de agentes vinculados à Igreja Luterana. Os principais agentes envolvidos na fundação e administração da principal entidade do espaço do folclore, a Casa da Juventude, possuíam ligação com a esfera religiosa. Ademais, os quadros que terão atuação na promoção e na coordenação da prática do folclore “alemão” – uma das manifestações que integra a “cultura alemã” – foram recrutados no contexto religioso. Embora seja possível constatar a atuação relevante de políticos e industriais para a fundação, financiamento e viabilização das entidades promotoras do folclore, não foram tais agentes – que detêm profissões dominantes no mundo social – os responsáveis pela condução e direção dessas atividades na esfera da cultura – trabalho que recaiu sobre agentes ligados à esfera religiosa, especialmente professores vinculados a escolas de orientação luterana.

O espaço do folclore “alemão” no Brasil pode ser identificado como um espaço propriamente feminino, sobretudo porque se destina à dança – prática cultural socialmente definida como feminina, segundo os princípios dominantes de visão e de divisão do mundo social. Além disso, a principal instituição do espaço, a Casa da Juventude, foi concebida como uma unidade doméstica destinada à educação de jovens de origem germânica – isto é, dos “filhos” de famílias teuto-brasileiras. Ademais, um dos componentes centrais para a garantia da “autenticidade” do folclore é a utilização de indumentárias historicamente embasadas, o que depende de um trabalho cuidadoso de confecção e costura. Tais atividades de trabalho e esferas de atuação – isto é, a educação dos jovens e a costura – são marcadamente femininas, segundo os princípios sociais dominantes de divisão sexual do trabalho, vigentes mormente no período inicial de constituição do espaço do folclore, que remonta à década de 1960. Nesse sentido, o folclore enquanto prática cultural e, portanto, prática dominada no mundo social, adquire conotação fortemente feminina.

Na mesma linha de argumentação, pode-se indicar também que alguns grupos de dança folclórica foram fundados e coordenados por mulheres – nas décadas de 1980 e 1990, que representa o período mais expressivo de

fundação desses grupos –, muitas delas esposas de próceres – nas esferas da economia e da política – das localidades de atuação dos grupos. Os grupos folclóricos, de escopo municipal, são fundados como espaços de sociabilidade para elites em âmbito local – notadamente a modalidade de grupos destinada a “casais”. Outro conjunto de grupos, na modalidade ou categoria “juvenil”, é concebido como um trabalho cultural ou ocupacional – em alguma medida “filantrópico” – destinado à juventude, coordenado igualmente por mulheres pertencentes a famílias de elite de âmbito local. Desse modo, em alguma medida, os grupos folclóricos se constituíam como uma forma de ocupação e atuação social para mulheres de famílias de elite. A presença feminina na condução desse tipo de atividade se explicita pela divisão sexual do trabalho social: enquanto os homens, via de regra, estavam incumbidos das posições e ocupações nas esferas da política e dos negócios, cabia às mulheres a condução das atividades culturais, muitas vezes relacionadas ao trabalho nas igrejas.

Entretanto, embora o espaço do folclore possa ser socialmente definido como um espaço simbólico e feminino, é extremamente significativo o fato de a tomada de decisão e de responsabilidade nas principais entidades de folclore – ligada ao “poder” e socialmente definida como masculina – ter sido, via de regra, conduzida por homens. As posições de direção e administração das principais entidades – a Casa da Juventude é um exemplo emblemático – são ocupadas por homens. Nesse sentido, pode-se sugerir a existência de uma divisão sexual do trabalho bem definida no espaço do folclore, com tarefas claramente concernentes ao universo feminino, e outras marcadamente masculinas.

A produção sociológica e historiográfica sobre a problemática das “casas” e da família tem salientado as dimensões de gênero e da domesticidade em suas reflexões (Carvalho, 2008; Rosatti, 2018). De acordo com Rosatti:

É preciso levar em conta que o espaço da casa foi visto historicamente como lugar de práticas tipicamente femininas e que o papel da mulher estaria restrito à ordem privada, ao se sustentar a ideia que a mulher estaria voltada “para dentro”, para o privado, e o homem “voltado para fora”, para o público (Rosatti, 2018, p. 855).

Em sua obra acerca do sistema doméstico em São Paulo, com recorte histórico que compreende o período entre 1870 e 1920, Vânia Carneiro de Carvalho (2008) desenvolve uma reflexão sobre as relações de gênero a

partir da organização espacial e material das moradias de famílias de elite. Articulado o campo dos estudos de gênero com a perspectiva da cultura material, a autora procura explicitar a relação entre os objetos domésticos e a construção das identidades sociais de gênero.

Partindo da premissa de que “gênero” é uma categoria necessariamente relacional, Carvalho (2008) argumenta que, apesar de a casa ser um espaço historicamente associado ao feminino, o espaço doméstico é construído a partir das *relações* entre os gêneros. Assim, ainda que a casa usualmente seja concebida como o reino da mulher – ao passo que o domínio masculino remeteria ao universo “de fora”, do trabalho e da vida pública –, os objetos domésticos acabam gravitando em torno da figura do homem. A uma baixa capacidade de individualização da mulher – que exerceria no espaço doméstico uma “ação centrífuga”, com sua feminilidade e sua personalidade irradiando-se para os objetos e os espaços da casa –, contrapõe-se uma identidade masculina altamente individualizada – que exerceria uma “ação centrípeta”, fazendo com que os objetos gravitem em torno do polo masculino. Nesse sentido, os objetos domésticos têm a função de consolidar a personalidade do homem, uma personalidade individualizada e distinta da imagem associada à família (Carvalho, 2008).

Mais importante para a presente discussão é reter o argumento de Carvalho (2008), de que a imagem da família depende de uma atuação da mulher enquanto mediadora de tensões e de conflitos, bem como das relações entre o homem e os círculos sociais em que está inserido. Tal atuação está assentada em uma divisão sexual do trabalho, segundo a qual caberiam à mulher as funções de ordenamento e de decoração da casa, dotando-a de harmonia e de beleza, que seriam um reflexo da harmonia e do ordenamento do próprio núcleo familiar. Nesse sentido, a mulher assumiria os papéis sociais de mãe, esposa e dona de casa, cabendo a ela a organização e a manutenção do espaço doméstico. Um “lar” propriamente adequado possuiria estabilidade e ordem, que seriam resultado do trabalho da mulher. De acordo com a autora, a mulher não produziria uma identidade própria, mas sim da família que representa – cuja imagem está, em última instância, associada à figura do homem. Ademais, a harmonia de uma casa, propriedade feminina e produto do trabalho da mulher, representava para o homem uma possibilidade de fuga e de esquecimento das tensões do universo mundano e do trabalho (Carvalho, 2008).

Assim, pode-se atestar a centralidade da chave da “família” no espaço do folclore. Podemos verificar uma imbricação entre dinâmica familiar e constituição do espaço público por meio da atuação no folclore. Dito de outro modo, a constituição do espaço do folclore e as tomadas de posição nesse espaço se dão, em seus primórdios, pela constituição de entidades que seguem a estrutura e o modelo da instituição familiar. Desse modo, a construção da imagem pública nas instituições do folclore é a própria imagem da família. Por conseguinte, a posição ocupada em uma instituição de folclore – como a Casa da Juventude, tomada como instituição exemplar para a análise desenvolvida – e, conseqüentemente, a posição ocupada no espaço do folclore, é a posição ocupada na família. O papel da mulher consiste no ordenamento e na administração do espaço doméstico e da família, auxiliando o marido, que ocupa uma posição pública e é o principal responsável pelas tomadas de decisão. Assim, é através da família que se realiza a mediação entre os agentes e o espaço público, por meio de uma homologia estrutural entre a posição no espaço do folclore e a posição na família. Em suma, é o *habitus* (Bourdieu, 2009; 2010) pertinente a essas famílias o princípio gerador das práticas – que seguem um modelo familiar – no espaço público do folclore.¹⁰

Procurarei explicitar tais assertivas por meio de uma análise pormenorizada da Casa da Juventude. Em grande medida, a história da Casa da Juventude é reconstituída através da memória *dos e sobre os* casais que a administraram. Nesse sentido, pode-se compreender o papel de destaque das fotografias de Theo e Marie-Agnes Kleine na antessala da entrada da Casa da Juventude. Trata-se dos fundadores e do primeiro casal-diretor da Casa da Juventude, os primeiros “pais” a exercerem autoridade na entidade, concebida como uma estrutura e uma unidade doméstica.

Como foi argumentado, as principais instituições do espaço do folclore são dirigidas, via de regra, por homens. No entanto, verifica-se uma atuação crucial das suas esposas para a administração e o funcionamento de tais entidades, e os agentes que entrevistei – inclusive homens – reconhecem e enfatizam tal fato. Ao falar de seus pais, Gerhard Kleine tem a preocupação

10 A centralidade da “família” no espaço do folclore “alemão” no Brasil também pode ser explicitada pela recorrência da expressão “nascido no meio do folclore”, aplicada a folcloristas que possuem pais com envolvimento prévio com a prática folclórica, bem como pela realização de matrimônios entre folcloristas que se conheceram por meio da prática do folclore, em cursos ou eventos folclóricos.

de salientar que sua mãe Marie-Agnes teve um trabalho importante para a promoção da cultura alemã, atuando como “secretária” do seu pai Theo Kleine, nos trabalhos da Federação 25 de Julho e na administração da estrutura doméstica e habitacional da Casa da Juventude. Não obstante, é sugestivo o fato de que nas memórias e nos textos produzidos por Gerhard (Kleine, 2008), realiza-se uma consagração da trajetória do seu pai – um “visionário” pela fundação da Casa da Juventude, a “*alma mater*”¹¹ da Federação 25 de Julho. Nesse sentido, embora possuam um papel essencial no espaço do folclore, as mulheres atuam como coadjuvantes quando se tem em mente que os principais postos de direção e de autoridade são ocupados por homens, bem como quando se consideram as memórias consagradas à história das instituições e do espaço.

Por esse caminho, pode-se afirmar que a atuação familiar no espaço do folclore – tomando o modelo e a estrutura da Casa da Juventude em sua exemplaridade – orienta-se por uma concepção particular e específica de família “ideal” e “em ordem”, baseada em princípios dominantes de visão e de divisão do mundo social: o chefe e detentor da autoridade é o homem; esse patriarca é secundado – no duplo sentido, de *auxiliar* e de *estar em segundo* – pela esposa, que contribui – auxiliando o marido, em uma atuação “privada”, quase que “doméstica”, haja vista que a “rua” é o espaço *par excellence* do homem – para a promoção do nome da família em determinado espaço de práticas. No caso do folclore, as posições femininas contribuem para a promoção da “cultura alemã” – e, por consequência, do nome da família –, tendo por base uma representação da divisão sexual do trabalho social e do lugar ocupado pela mulher na família – esposa e mãe, com atuação em âmbito doméstico e privado. Assim, a atuação feminina, desindividualizada, visa à promoção do grupo familiar que, em última instância, tem a sua imagem associada ao homem e à sua autoridade.

Pode-se afirmar que o espaço e a prática do folclore têm sua gênese na atuação e no investimento de grupos familiares. Desse modo, é por meio da atuação de grupos familiares – isto é, de unidades de parentesco – que se verifica a formação do espaço do folclore, cujas principais posições serão ocupadas, em grande medida, por membros dessas próprias famílias. Assim, por meio do investimento no espaço do folclore, grupos familiares

11 A expressão latina, que significa “mãe que alimenta” ou “mãe que nutre”, é extremamente interessante quando se considera que é aplicada a um patriarca.

se esforçam para a afirmação e a construção da sua imagem pública, que é a própria imagem dessas famílias posicionadas no espaço de práticas do folclore. Dentre o conjunto numeroso de agentes que tiveram atuação destacada no espaço do folclore, pode-se ressaltar duas famílias que, por sua atuação relevante, tiveram um papel central para a fundação e a formação do espaço – chegando a constituir e formar, propriamente, esse espaço, levando-se em conta a imbricação existente entre “instituição” e “família”: a família Kleine e a família Heumann.

A família Kleine se caracteriza por um histórico e uma “tradição” de investimento na esfera da cultura que remonta a várias gerações, sendo composta por professores, escritores e religiosos. É por meio da atuação da família na esfera da cultura que os Kleine projetam e mantêm uma posição de elite na esfera da intelectualidade. Como foi exposto, Theo Kleine foi o principal envolvido na fundação da Casa da Juventude; posteriormente, a entidade foi dirigida por seu filho Gerhard e, atualmente, é administrada por seu neto, Dieter. A família Heumann, especialmente por meio do investimento de Beno Heumann na gênese da prática da dança folclórica e na fundação do departamento de danças da Casa da Juventude, e por meio da atuação e especialização de sua esposa, *Frau* Heumann, na confecção de indumentárias “autênticas” para os dançarinos, constituiu e definiu um espaço social legítimo de inserção e de atuação familiar no folclore – o que constitui e define, por consequência, a imagem pública da família e suas possibilidades de ascensão social.

A divisão sexual do trabalho e a atuação feminina no espaço do folclore se explicitam notadamente na confecção das indumentárias para os grupos de dança. A confecção de trajes, ainda que se verifique o envolvimento masculino, é uma posição feminina no espaço e uma atividade quase que exclusivamente realizada por mulheres. No que tange à trajetória daquela que é considerada a maior especialista em trajes folclóricos no Brasil, Eredi (*Frau*) Heumann, o trabalho de confecção de trajes – que envolve pesquisa, além do trabalho de costura – mostrou-se a possibilidade de inserção e de atuação no espaço do folclore, visto que podia ser realizado em espaço doméstico – concomitantemente à criação dos filhos –, enquanto seu marido Beno Heumann realizava viagens para a formação de grupos folclóricos e atuava integralmente no espaço institucional da Casa da Juventude. É bastante interessante apontar, entretanto, que a atividade de confecção de

trajes permite rendimentos econômicos razoáveis – a fabricação de trajes é uma das principais formas de profissionalização e de ganhos econômicos no espaço do folclore. Desse modo, o investimento em tal atividade, caracteristicamente feminina, contribuiu para a sustentação familiar, permitiu ganhos econômicos relativamente significativos e representou uma possibilidade de ascensão social.

Uma etnografia da Casa dos Trajes

Passemos, por fim, a uma incursão etnográfica na *Trachtenhaus* (“Casa dos Trajes”). Ao evocar o termo *Trachtenhaus*, refiro-me à residência de *Frau* e Beno Heumann. Ainda que *Frau* Heumann possua um ateliê comercial com o mesmo nome, optou-se pela realização de uma etnografia da sua “casa”. A escolha pela residência do casal Heumann pareceu-me mais produtiva, por um conjunto de razões: a casa possui também o material de trabalho de Beno sobre danças folclóricas; a confecção de trajes por parte de *Frau* teve início nesse espaço doméstico; seu acervo de pesquisa está localizado nesse local; e, o mais importante, a estrutura e a organização da casa oferecem indícios para a compreensão dos sentidos do investimento de *Frau* Heumann na prática de confecção de trajes folclóricos e, simultaneamente, dos usos sociais que efetua de suas obras e referências de leitura e de pesquisa.

A *Trachtenhaus* fica localizada na região central de Nova Petrópolis (RS), cidade de colonização alemã localizada na Serra Gaúcha, sendo uma edificação de dois andares. Além dos dormitórios, banheiro e cozinha, o espaço principal do primeiro andar é uma ampla sala de estar. A sala dispõe uma decoração, móveis e *memorabilia* de grande interesse para análise. Na sala principal da casa, a parte superior das paredes é decorada com quadros de imagens de castelos alemães, que *Frau* elaborou a partir das páginas de um calendário. É uma decoração que está lá há décadas e, segundo ela, mesmo com críticas em relação à decoração por alguns – uma “velharia” –, não cogita retirá-los.

Ao lado dos sofás da sala, está um armário que foi de seu bisavô. *Frau* ressaltou os detalhes da produção do armário, que não possui um prego sequer em sua estrutura. Esse é um tipo de técnica de marcenaria muito comum em móveis alemães antigos – toda a estrutura do móvel é encaixada.

O armário comporta louças antigas, herança de antepassados. O ponto mais interessante no tocante ao armário é que cada prateleira congrega as louças de um antepassado específico, denotando grande importância à organização e à definição de origens históricas e geográficas precisas – há louças inglesas, por exemplo – para os elementos que perduraram no presente.

Além das louças, objetos extremamente comuns em decorações de casas de teuto-brasileiros, pode-se destacar outro elemento recorrente: à esquerda do armário, há uma coleção de canecos de *chopp* em cerâmica. Em festividades étnicas e nas antigas festas de comunidade – *Kerb*, festas de igreja, festas de colheita etc. –, era bastante comum a produção de canecos específicos e representativos da festividade, que serviam também como registro de participação. Segundo *Frau*, “cada caneco tem uma história”: muitos foram presentes, outros foram adquiridos nos lugares visitados pela família. Assim, tais objetos recebem toda uma carga simbólica e um sentido relacionado à memória da família, sendo a expressão de um conjunto de relações sociais.

Na decoração da casa, na parede oposta ao armário de louças, destacava-se ainda um quadro de cera de uma taberna europeia, vasos de bronze trazidos pelo sogro de *Frau* quando foi missionário na Índia, e uma pequena reprodução da famosa obra “Mãos que oram” (“*Betende Hände*”, também conhecida como “*Studie zu den Händen eines Apostels*”), do artista renascentista Albrecht Dürer, datada de cerca de 1508.

Segundo uma história popular circulada oralmente, a família de Dürer tinha baixa origem social – seu pai trabalhava nas minas de carvão, e tinha dezoito filhos. Tanto Albrecht como um irmão tinham o desejo de estudar arte. Não obstante, era impossível que ambos se dedicassem aos estudos, pois um deles deveria trabalhar e auxiliar no sustento da família, além de pagar os estudos do outro irmão. Ficou combinado que após a conclusão dos estudos, o irmão já formado auxiliaria o outro a perseguir o sonho de estudar e se tornar artista. Por decisão da sorte, Albrecht foi o primeiro a ir para a academia. Já um artista renomado, retornou à sua casa e procurou o irmão, dizendo-lhe que havia chegado a sua vez de dedicar-se aos estudos. Seu irmão, então, mostrou-lhe as mãos embrutecidas pelo trabalho nas minas de carvão, dizendo que seu tempo e sua chance haviam passado. Segundo a história, em homenagem ao irmão, Albrecht Dürer elaborou as “Mãos que oram”, uma representação das mãos de seu irmão, que teriam

lhe possibilitado ter-se tornado um artista. Essa história foi-me contada por *Frau*, em detalhes, quando me apresentava a *Trachtenhaus*, e foi possível identificar outras versões bastante semelhantes.¹²

O que se sabe a respeito das “Mãos que oram” é que a obra se trata de um estudo de Dürer para as mãos de um apóstolo, que integraria um painel tríptico do Altar de Heller (em Frankfurt). Há sugestões de que as mãos representadas são as do próprio Dürer. Além disso, a narrativa é pouco verossímil se considerarmos que não havia no período propriamente “escolas” ou “academias de arte” – a independência da arte é resultado de um longo processo de autonomização em relação às guildas medievais, por meio da fundação de academias de arte (Pevsner, 2005) –, e em função do fato de que a educação de Dürer – ao menos no início – tenha ocorrido na oficina de seu pai, que era ourives. De todo o modo, a veracidade e a exatidão histórica da narrativa construída por *Frau* são elementos pouco relevantes ao argumento que irei propor.

No segundo andar da *Trachtenhaus*, logo ao subir a escada, vemos à esquerda uma mesa que apoia uma máquina de costura e um ferro de passar. É o espaço de trabalho de *Frau*. À esquerda da mesa, ao fundo, localiza-se uma espécie de escritório, com um armário que comporta textos, livros, CDs, DVDs, fitas cassete e videocassetes, além de exibir placas honoríficas. Esse é o espaço utilizado por Beno para seus estudos de dança. À direita desse quarto de trabalho, vê-se mais uma sala, cujas paredes são decoradas por imagens emolduradas de reproduções de trajes folclóricos. O resto do andar é composto ainda por banheiro, quarto e varanda.

A descrição da *Trachtenhaus* mostra-se relevante, pois dá pistas dos sentidos investidos na prática de confecção de trajes por parte de *Frau*. A decoração de sua casa aponta: uma valorização e preocupação com a memória familiar e a herança cultural dos seus antepassados e dos colonizadores alemães; uma organização criteriosa dos espólios históricos herdados – como explicita especialmente a organização do armário de louças; a busca e a definição de uma história que atribua sentido aos objetos expostos, que visa à antiguidade, à coerência e à autenticidade; busca essa direcionada à história popular e à tradição comum “alemã”, enraizando os objetos no contexto da

12 Circulam diversas versões da história, muito semelhantes, e apontadas como de autoria desconhecida. Muitas são divulgadas pela internet como mensagens “motivacionais”. Uma delas pode ser encontrada em: <<http://ahistoriaieopresente.blogspot.com.br/2013/02/a-historia-de-as-maos-que-oram.html>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

cultura popular – como explícita especialmente a narrativa sobre a obra de Albrecht Dürer. Percebe-se, assim, que um esquema conceitual em torno dos sentidos da tradição e da herança “alemãs” estrutura tanto o espaço de moradia de *Frau*, como seu investimento consciente e consequente na confecção de trajes folclóricos. Em suma, tanto a organização da *Trachtenhaus* – a casa de *Frau* Heumann – como seu trabalho na confecção de trajes folclóricos são orientados por um mesmo esquema de percepção e de classificação, isto é, são possibilitados por um conjunto de disposições que funcionam como princípios organizadores de suas práticas e representações.

Considerações finais

As etnografias das duas “casas” de folclore “alemão” apresentadas neste artigo permitem constatar e postular relações entre, de um lado, as estruturas de habitação, as configurações e as disposições do espaço e os usos sociais das casas e objetos e, de outro, os sentidos investidos na prática do folclore “alemão”, as estruturas sociais constitutivas do espaço do folclore e as disposições e os princípios sociais que geram e regem as práticas em tal microcosmo social.

A descrição da Casa dos Trajes demonstra que um mesmo princípio de organização de práticas e representações é responsável tanto pelo ordenamento e disposição de objetos na residência pessoal de *Frau* Heumann, quanto por seu investimento no trabalho de pesquisa e de confecção de trajes folclóricos: em ambos os casos, tanto os objetos como os trajes são enraizados na “tradição”, na história e na cultura popular germânica, por meio da produção de uma narrativa que visa à coerência, à precisão histórica, à antiguidade e à autenticidade – princípios que, em última instância, servem à legitimação do folclore “alemão” praticado no Brasil.

A etnografia da Casa da Juventude, metáfora da unidade doméstica elementar do espaço do folclore, permite explicitar características centrais da instituição e, por consequência, do próprio espaço do folclore. Algumas das características apontadas foram: a centralidade da memória dos fundadores da instituição e, por extensão, da memória dos imigrantes e descendentes de alemães; as concepções de moralidade subjacentes ao espaço, que estruturam a organização espacial da Casa e que implicam relações com o universo do

luteranismo; os usos do espaço para serviço de hospedagem externo voltado ao turismo e, conseqüentemente, as possibilidades restritas de financiamento do folclore “alemão” no país exclusivamente mediante a oferta cultural; e, por fim, a função efetiva da Casa da Juventude como uma “casa”, isto é, uma estrutura de habitação e uma unidade doméstica, concebidas a partir de um modelo familiar. Como foi argumentado, subjacente à estrutura de tal “casa” temos uma concepção particular da “família” e da divisão sexual do trabalho social, estruturadas segundo os princípios globais de dominação social e de relação entre os sexos vigentes no mundo social.

Nesse sentido, é possível argumentar que a execução de etnografias e descrições de casas, habitações e espaços oferecem indicativos profícuos e substantivos para a compreensão das práticas – e da lógica das práticas – sociais, levadas a cabo pelos agentes nos distintos contextos e espaços sociais. Desse modo, a atenção e a sensibilidade dos sociólogos em relação aos espaços e aos objetos, nos marcos de uma sociologia das casas, pode representar um campo profícuo de análise e uma ferramenta metodológica pertinente para o estudo e a compreensão das estruturas, das dinâmicas e dos processos sociais.

Como tratei de demonstrar (Voigt, 2018c), o investimento na prática do folclore “alemão” no Brasil tem por efeito a fabricação e o estabelecimento de laços culturais e históricos entre descendentes de alemães radicados no Brasil e a Alemanha, elemento central à construção dos sentidos identitários e de pertencimento étnico por parte de tais agentes. As casas etnografadas são precisamente o *locus* em que se desenvolve uma parte significativa das práticas associadas à tradição e ao folclore “alemão” no país. Desse modo, as casas analisadas mostram-se particularmente interessantes, na medida em que demonstram não apenas o papel da “casa” para o fortalecimento de afiliações e de alianças no contexto de grupos familiares – isto é, para a produção de um sentido de continuidade e de pertença de natureza “familiar” –, mas atestam também seu papel excepcional para a produção e o reforço de afiliações e de sentidos de pertencimento de ordem étnica e identitária.

Referências

- Appadurai, Arjun. (2008). Introdução: mercadorias e a política de valor. In Arjun Appadurai (org.), *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural* (pp. 15–88). Niterói: Editora da UFF.
- Bourdieu, Pierre. (1998). O capital social – notas provisórias. In Maria Alice Nogueira & Afrânio Catani (orgs.), *Escritos de educação* (pp. 65–69). Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, Pierre. (1999). A casa *kabyle* ou o mundo às avessas. *Cadernos de Campo*, 8(8), 147–159. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v8i8p147-159>
- Bourdieu, Pierre. (2006). *As estruturas sociais da economia*. Porto: Campo das Letras.
- Bourdieu, Pierre. (2009). *O senso prático*. Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, Pierre. (2010). *O poder simbólico* (13ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Carvalho, Vânia C. (2008). *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Edusp/Fapesp.
- Elias, Norbert. (2001). *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Freyre, Gilberto. (2003). *Casa-grande & senzala: formação da sociedade brasileira sob o regime da economia patriarcal* (48ª ed.). São Paulo: Global.
- Hobsbawm, Eric & Ranger, Terence O. (orgs.). (1984). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Kleine, Gerhard. (2008). A Associação Cultural Gramado – Casa da Juventude como polo cultural no Sul do Brasil e seu projeto de preservação do patrimônio histórico e cultural (Palestra). *Encontro das Comunidades Alemãs da América Latina*, 6. Juiz de Fora, MG.
- Kretschmer, Albert. (1977). *Das Grossebuch der Volkstrachten*. Eltville am Rhein: Rheingauer Verlagsgesellschaft.
- Lamaison, Pierre & Lévi-Strauss, Claude. (1987). La notion de maison : entretien avec Claude Lévi-Strauss par Pierre Lamaison. *Terrain*, 9, 34–39.
- Nora, Pierre. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7–28.

- Pevsner, Nikolaus. (2005). *Academias de arte: passado e presente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Reis, Eliana T. (2010). Em nome da “cultura”: porta-vozes, mediação e referenciais de políticas públicas no Maranhão. *Sociedade e Estado*, 25(3), 499–523.
- Rosatti, Camila G. (2018). Habitar, narrar e construir: a casa moderna nos relatos biográficos de seus moradores. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais*, 8(3), 851–888.
- Saint Martin, Monique de. (2002). Coesão e diversificação: os descendentes da nobreza na França, no final do século XX. *Mana*, 8(2), 127–149.
- Voigt, Lucas. (2017). *O devir e os sentidos das memórias de descendentes de alemães em Santa Catarina: um esboço de sociologia da memória*. Porto Alegre: Multifoco/Luminária Academia.
- Voigt, Lucas. (2018a). A elite cultural do folclore alemão “autêntico” no Brasil: perfil social, mediação cultural e estratégias de legitimação. *Encontro Anual da Anpocs*, 42. Caxambu: Anpocs.
- Voigt, Lucas. (2018b). *O espaço de práticas do folclore “alemão” autêntico no Brasil: um estudo de sociologia da cultura e das elites*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186102>
- Voigt, Lucas. (2018c). O folclore “alemão” como prática identitária: o papel das danças e dos trajes folclóricos na construção de laços culturais e históricos com a Alemanha. In Isabel C. Arendt et al. (orgs.), *Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos* (pp. 924–940). São Leopoldo: Oikos.
- Voigt, Lucas. (2019). Trajetórias, modalidades de inserção religiosa e carreiras culturais: as imbricações entre o luteranismo e a prática do folclore “alemão” no Brasil. In Andrea H. P. Rahmeier et al. (orgs.), *Migrações, educação e desenvolvimento: convergências e reflexões*. Vol. 3 (pp. 171–191). Porto Alegre: Editora Fi.

Submetido em 6 de fevereiro de 2020.
Aceito em 21 de maio de 2020.



Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

O impacto da sociologia: cultura de citações e modelos científicos

The impact of sociology: citation culture and scientific models

Antonio da Silveira Brasil Jr.* 

Lucas Correia Carvalho** 

RESUMO

O artigo discute alguns dos problemas envolvidos na utilização de métricas tradicionais de impacto da produção científica quando aplicadas às ciências sociais e, sobretudo, à sociologia. Aliando técnicas cientométricas com a abordagem sociológica, analisamos algumas das variáveis que permitem problematizar o uso universal dessas métricas, chamando a atenção para as especificidades das áreas do conhecimento e dos diferentes contextos científicos nacionais. Em perspectiva comparada, o artigo sugere que 1) artigos de um mesmo contexto nacional tendem a um perfil próximo de citação (“culturas de citação”); 2) temáticas relacionadas a questões nacionais não é um padrão exclusivo da sociologia brasileira.

Palavras-chave: culturas de citação, cientometria, teorias das citações.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: antoniobrasiljr@gmail.com

** Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e Metodologia em Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).
E-mail: lucascorreiacarvalho@gmail.com

ABSTRACT

The article discusses some of the problems involved in using traditional metrics of impact of scientific production when applied to social sciences and, above all, to sociology. Combining scientometric techniques with the sociological approach, we analyzed some of the variables that make it possible to problematize the universal use of these metrics, drawing attention to the specificities of the areas of knowledge and the different national scientific contexts. In a comparative perspective, the article suggests that 1) articles from the same national context tend to have a close citation profile (“citation cultures”); 2) themes related to national issues are not an exclusive pattern of Brazilian sociology.

Keywords: citation cultures, impact factor, citation theory.

A expansão do campo de pesquisa em cientometria – voltado, grosso modo, para a mensuração da produção de artigos e revistas, suas práticas de citação e o uso de indicadores nas políticas científicas – tem, em certa medida, revolucionado as formas de observação da ciência. A existência de bases indexadoras, especialmente de artigos científicos – incluindo os seus “índices de impacto” – e a recente proliferação de ferramentas computacionais vêm permitindo levar em consideração um volume de informações até pouco tempo atrás inacessível. As ciências sociais brasileiras estão refletindo ativamente sobre esse processo. Em 2018, houve uma mesa redonda no encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) dedicada ao gênero “balanço bibliográfico” em que essas transformações nas formas de auto-observação científica foram debatidas, salientando suas potencialidades e limites. Pouco tempo depois, os seminários organizados pela *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (BIB) novamente trouxeram o tema à tona, refletindo-se nos artigos publicados em seus últimos números dedicados ao mapeamento da produção científica brasileira na sociologia, na antropologia e na ciência

◇ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no VII Encontro de Administração Pública e Governança (ENAPG) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), realizado em São Paulo, em 2016. Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelas bolsas de doutorado concedidas.

política. Ao que tudo indica, as ferramentas trazidas pela cientometria, cada vez mais populares e com menores barreiras de acesso aos usuários não especializados, estão chegando para ficar como um dos instrumentos – entre vários outros disponíveis – por meio dos quais os cientistas sociais procuram cartografar suas respectivas áreas de conhecimento. Combinações entre *distant reading*, para usarmos o termo de Franco Moretti, e *close reading*, o método de leitura mais habitual entre nós, serão cada vez mais frequentes.

O que estamos pretendendo sugerir é que a cientometria, campo inter ou transdisciplinar que possui afinidades evidentes com certas áreas das ciências sociais, ao interagir com as últimas, pode e deve produzir “irritações” produtivas nos modos pelos quais sociólogos, antropólogos e cientistas políticos observam e avaliam sua produção científica. Parece-nos evidente que reduzir os estudos cientométricos à mera identificação do número de citações dos artigos produzidos em determinados períodos de tempo implica um claro reducionismo, além de fazer tábula rasa das especificidades que regem as culturas de publicação e de citação nas ciências sociais, bem como de seus padrões de reputação. Neste breve ensaio, gostaríamos de discutir as possibilidades abertas pela cientometria para as ciências sociais de forma geral e a sociologia, em particular, de duas maneiras. Primeiro, chamando a atenção para a existência de um amplo debate sobre os problemas de cobertura das bases indexadoras para o conjunto das humanidades, bem como sobre os problemas que isso acarreta para qualquer avaliação do impacto da sociologia. Segundo, por meio de uma rápida exploração comparativa da produção científica brasileira com a de outros contextos, o que pode ajudar a deslocar a percepção de nosso suposto “provincialismo”, argumento às vezes acionado como peça explicativa do “baixo” fator de impacto da sociologia aqui produzida.

As grandes bases indexadoras e seu problema de cobertura

Conforme o debate recente que a cientometria vem levantando (Hammarfelt, 2016; Velez-Cuartas, Lucio-Arias, & Leydesdorff, 2015), é patente que as grandes bases indexadoras, como a tradicional Web of Science (WoS) e sua principal concorrente Scopus, possuem uma cobertura

relativamente baixa da produção científica nas ciências sociais e humanas. Ora, esse problema crônico de cobertura leva a uma grave consequência: qualquer observação de suas dinâmicas – e sobretudo de seu “impacto” – feita de maneira *exclusiva* por meio dessas bases tornará invisível grande parte do que se produz nessas áreas.

É claro que toda base indexadora é necessariamente seletiva, posto que o critério de pertencimento de uma revista à base depende do cumprimento de uma série de exigências quanto à qualidade e à execução dos protocolos científicos consensuados. A seleção é inevitável, mas seus critérios não podem estar acima de qualquer discussão. A despeito dos esforços tanto da Scopus quanto, em menor medida, da Web of Science em aumentar a cobertura de revistas para além das ciências naturais e biomédicas, os dados mais recentes mostram que elas não chegam a cobrir nem 25% da publicação científica mundial disponível nas ciências sociais e nas humanidades. Dito de outro modo, como demonstram Mongeon & Paul-Hus (2016), em ambas as bases indexadoras os periódicos das áreas de “ciências sociais” e “artes e humanidades” são sub-representados.

Vale dizer ainda que essa sub-representação não atinge igualmente todas as áreas e/ou correntes das ciências sociais. Pelo contrário, os vieses de seleção das bases tendem a privilegiar particularmente certo modelo de pesquisa empírica quantitativa muito frequente nas ciências sociais anglófonas (Moksony, Hegedüs, & Császár, 2014). Como está exposto explicitamente no Manifesto de Leiden (Hicks, Wouters, Waltman, de Rijcke, & Rafols, 2015), que guia as boas práticas de observação e de avaliação da ciência na cientometria, a adoção acrítica e descontextualizada dos “fatores de impacto” leva a este efeito colateral fortíssimo nas ciências sociais: a redução da pluralidade dos modos de se conceber a teoria e a pesquisa empírica. Pluralidade esta que, como não podemos deixar de salientar, é sempre igualmente cognitiva e política, posto que os problemas científicos nas ciências sociais – e nas ciências de forma geral – não se fazem desacompanhados (conscientemente ou não) de valores culturais e políticos mais amplos¹.

1 O trecho do Manifesto de Leiden a que fizemos referência: “This pluralism and societal relevance tends to be suppressed to create papers of interest to the gatekeepers of high impact: English-language journals. The Spanish sociologists that are highly cited in the Web of Science have worked on abstract models or study US data. Lost is the specificity of sociologists in high-impact Spanish-language papers: topics such as local labour law, family health care for the elderly or immigrant employment⁵. Metrics built on high-quality non-English literature would serve to identify and reward excellence in locally relevant research” (Hicks, Wouters, Waltman, de Rijcke, & Rafols, 2015).

No atual estado da pesquisa cientométrica, em que bases muito mais abrangentes que as duas “tradicionalis” – Scopus e Web of Science – começam a se tornar acessíveis à pesquisa empírica, como Dimensions, Semantic Scholar, CrossRef, Microsoft Academic, isso sem falar nas gigantescas coleções da Google (Google Books e Google Scholar), a escolha acrítica de uma única base com baixa cobertura não pode ser sustentada. Cada uma delas apresenta formas de indexação e métricas de citação distintas entre si (Harzing & Alakangas, 2016). Não à toa, estudos recentes tentam mensurar as diferenças de cobertura entre as novas e as antigas bases, como este de Martín-Martín e colaboradores (2020) que, partindo de um conjunto de 2.515 artigos muito citados (*seed articles*) de todas as áreas do conhecimento, busca rastrear suas mais de três milhões de citações em várias bases (Martín-Martín, Thelwall, Orduna-Malea & López-Cózar, 2020). O resultado abaixo é eloquente em relação às diferenças nos documentos que citam os *seed articles* rastreáveis em cada indexador e, portanto, aos índices de citação que se podem criar a partir deles. Para as ciências sociais, a Scopus cobre apenas 40% de todos os documentos que citam os *seed articles*, ao passo que o Google Scholar chega a 88%. Usando outra metodologia, pesquisadores do CWTS/Leiden, da Holanda, também encontraram diferenças consideráveis na cobertura para as diferentes áreas do conhecimento (Visser, van Eck, & Waltman, 2020).

Figura 1 - Porcentagem de citações em cada base indexadora relativa ao total de citações por áreas do conhecimento

	N	% of citations found (relative to N)					
		Google Scholar	Microsoft Academic	Scopus	Dimensions	Web of Science	COCI
Humanities, Literature & Arts	89,337	87	39	31	29	25	18
Social Sciences	406,661	88	47	40	36	33	20
Business, Economics & Management	235,338	88	47	34	32	29	19
Engineering & Computer Science	691,164	88	63	61	54	48	30
Physics & Mathematics	317,320	90	57	64	59	59	36
Health & Medical Sciences	1,001,507	85	63	59	58	51	27
Life Sciences & Earth Sciences	571,817	89	68	64	63	60	32
Chemical & Material Sciences	253,990	90	69	75	72	72	32

Fonte: Retirado de (Martín-Martín et al., 2020, p. 13).

Vale lembrar ainda de bases regionais, como SciELO, que, além de disponibilizarem os metadados dos documentos de sua coleção, oferecem uma boa cobertura para a área das ciências sociais produzidas na América Latina. Aliás, desde 2014, a SciELO está integrada como uma das bases regionais da Web of Science, o que, em certa medida, poderá ampliar o alcance possível da nossa produção nas ciências sociais, uma vez que todo item indexado na base desde 2002 se encontra agora ao alcance dos motores de busca da mais tradicional base indexadora do mundo. Porém, é preciso mais tempo para averiguar se e como se produzirá esse processo.

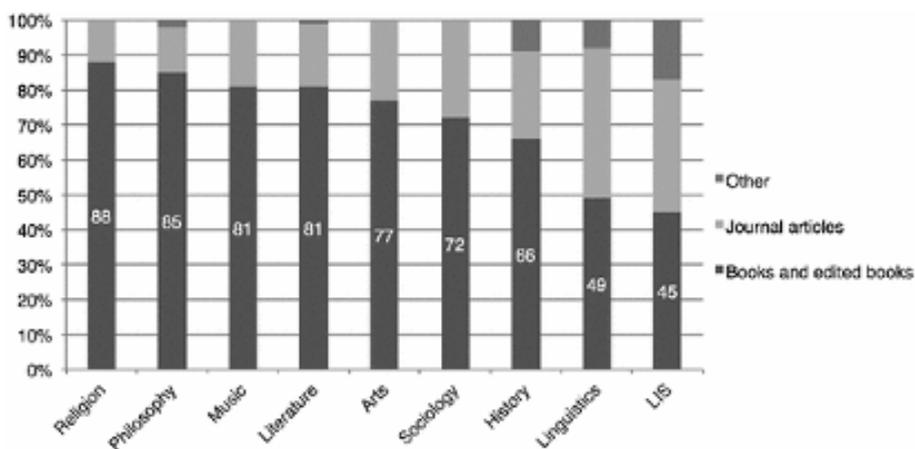
Essa ampliação das bases consultadas é decisiva para o caso das ciências sociais e das humanidades, já que a noção de *core journals*, que foi tão importante para Eugene Garfield construir o *Science Citation Index* – ele havia descoberto que a grande maioria da literatura científica se distribuía em um pequeno número de revistas (Garfield, 1976) –, não se aplica do mesmo modo nessas áreas. Pelo contrário, parte expressiva de sua produção se dispersa em revistas locais, livros e capítulos de livros e teses e dissertações (Sivertsen & Larsen, 2012). Para o caso brasileiro, uma análise das bases de dados de pós-graduação (Plataforma Sucupira) e de currículos (CV-Lattes) permitiria analisar com relativa segurança os padrões de concentração/dispersão da produção sociológica em distintos canais de publicação.

Associada ao problema de cobertura das ciências sociais nas grandes bases internacionais, bem como à dificuldade de indexar a diversidade do material bibliográfico disponível nessas áreas, está a diversidade das culturas de citação. A figura abaixo, retirada da pesquisa de Björn Hammarfelt, que procura pensar alternativas para a cientometria na análise das humanidades, ilustra bem o problema. Coletando informações de diferentes estudos disponíveis, Hammarfelt construiu o gráfico abaixo, que mostra uma graduação na proporção das citações a livros e a artigos em alguns campos do conhecimento. Se a linguística e a própria bibliometria (e ciências da informação) chegam a citar uma quantidade expressiva de artigos científicos em seus artigos, as áreas da religião e filosofia citam basicamente livros. No caso da sociologia, vê-se um claro predomínio da citação de livros (72%).

Ainda não se dispõe de dados relativos à cultura de citação predominante na produção sociológica brasileira, mas certamente ela cairia no caso discutido por Hammarfelt: os sociólogos publicam em sua maioria artigos científicos, mas citam livros – o que faz com que a sobreposição

entre *citar* e *ser citado* numa coleção de artigos em sociologia possa ser consideravelmente baixa. Os dados disponíveis no último relatório sobre as Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes produzido em parceria pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e o Fórum CHSSALLA do CNPq mostra que, em termos relativos, vem crescendo a proporção dos artigos científicos em relação aos demais itens de produção intelectual registrada nos CV-Lattes dos pesquisadores brasileiros. No último quadriênio (2012-2016) por exemplo, os artigos respondiam por aproximadamente 26% do total da produção bibliográfica total, ao passo que livros e capítulos de livro respondiam por em torno de 22% do total (cf. CGEE, 2020, p. 78). Processo que pode tanto apontar para uma maior “internalização” de uma cultura científica, mas também para uma menor penetração das ciências sociais e humanas no debate público e cultural mais geral – é digno de nota, por exemplo, que a quantidade de textos em jornais ou revistas não especializadas vem caindo. De todo modo, ainda é cedo para saber se o volume crescente de artigos publicados se refletirá na mudança da cultura de citação presente nas ciências sociais em geral, que faz do livro o *item citável* por excelência.

Figura 2 - Porcentagem de livros e artigos citados de acordo com os campos das humanidades e das ciências sociais (dados de 1995)



Fonte: Retirado de Hammarfelt (2012a, p. 31)

Culturas de citação e fator de impacto

Um índice aproximado que podemos construir é a contabilização de quantas referências bibliográficas possuem o seu DOI disponível. Como sabemos, artigos publicados em bases indexadoras geralmente recebem o seu “Identificador de Objeto Digital” (Ferreira, Führ, Lima, Araújo, & Pereira, 2015), embora a atribuição de um DOI não se limite obviamente aos artigos científicos. Portanto, em registro apenas experimental, a contagem do número de *referências citadas* com DOI no interior do total de *referências citadas* pode oferecer uma mensuração aproximada da proporção de artigos em relação aos demais tipos de *itens citáveis* nas nossas bibliografias. Usando como exemplo os últimos 2.000 artigos publicados nas revistas *Lua Nova*, *Sociedade e Estado* e *Revista de Sociologia e Política*², encontramos somente 6.438 referências indexadas com DOI no interior de um total de 53.856 referências, ou aproximadamente 12%. Em comparação, nos últimos 2.000 artigos das revistas *Annual Review of Sociology*, *American Sociological Review* e *American Journal of Sociology*, todas publicadas nos Estados Unidos³, das 89.337 referências citadas, 47.080 possuem o registro do DOI, ou aproximadamente 53%. É claro que não podemos saber se os documentos com DOI se referem exclusivamente a artigos (muito provavelmente a sua maioria), mas a discrepância dos valores sugere que a sociologia feita no Brasil cita muito menos artigos comparativamente à sociologia norte-americana. Ora, essas diferentes culturas de citação criam *feedbacks* negativos e positivos, respectivamente, para os seus respectivos fatores de impacto.

É preciso ainda destacar que as diferentes bases indexadoras utilizam métricas próprias para aferir o fator de impacto dos periódicos. O número de citações não é a única métrica possível e tampouco a sua utilização para avaliação de desempenho acadêmico é consensual entre os especialistas. Mesmo quando se toma o fator de impacto em sua conceitualização clássica (por exemplo, a razão do número de citações dos dois últimos anos pelo

2 Essas revistas aparecem como as três principais no ranking Scimago de 2018, que usa dados da base Scopus, na categoria “Sociologia e Ciência política”. Como o nosso foco aqui é a sociologia, não consideramos a primeira revista do ranking, *Opinião Pública*, basicamente voltada para a ciência política.

3 Usando o mesmo critério usado para a seleção das revistas brasileiras, essas são as revistas de sociologia dos Estados Unidos mais bem avaliadas no ranking Scimago 2018.

número de artigos de um determinado periódico no mesmo período), o resultado varia de acordo com as bases, afinal, o cálculo de citações é feito com as revistas disponíveis em determinada base. Somente para ficarmos com alguns exemplos, o *Journal Citation Reports* da *Clarivate* informa, além dos tradicionais fatores de impacto medido em 2 ou 5 anos, o Immediacy index, Eigenfactor Score, Article Influence Score, Cited Half Life, entre outros. A *Scopus* também fornece outras métricas, como a CiteScore, SCImago Journal Rank (SJR) e Source-normalized Impact per Paper (SNIP). *Google Scholar* também é responsável pelo h5-index. Esses dados são fornecidos nos portais das respectivas bases.

Vale destacar ainda que um dos grandes problemas do fator de impacto, ao menos quando mensurado levando em conta somente as citações em um período curto de tempo, é que desconsidera as diferentes taxas de obsolescência da literatura de acordo com as áreas do conhecimento (Leydesdorff & Milojević, 2015; Stephan, Veugelers, & Wang, 2017). Conforme demonstra Strehl (2005), em áreas como as de humanidades, ciências sociais, engenharias e computação, há alta proporção de artigos que não são citados nos imediatos cinco anos após sua publicação. Os artigos dessas áreas precisam de certo tempo para que sejam citados entre seus pares. Ao contrário, em áreas sobretudo relacionadas à física (atômica e molecular, por exemplo) essa proporção se inverte, com alto índice de artigos que são citados nos cinco anos após a publicação.

Provincializando a sociologia produzida nos Estados Unidos

Em geral, quando se discute casos bem-sucedidos de impacto de citação nas ciências sociais costuma-se recorrer aos periódicos norte-americanos e ingleses como exemplos mais destacados. Como em outras questões relacionadas à produção do conhecimento na periferia, não raro os “modelos” de organização científica costumam ser buscados nos países do centro, como se expressassem uma excelência que nos falta, ou ainda, como se o que fizéssemos não tivesse o mesmo rigor teórico-metodológico (Alatas, 2016; Beigel, 2018). Contudo, cabe-nos perguntar se esses modelos e índices, a exemplo do impacto de citação, também não carregam seus vieses.

Coletamos dados de três das revistas sociológicas mais conceituadas dos EUA indexadas na base Web of Science entre 2012 e 2019: *Annual Review of Sociology*, *American Sociological Review* e *American Journal of Sociology*. A tabela 1 mostra a filiação institucional dos autores, o número de artigos publicados, total de citações e a média de citações. Lembrando que cada artigo pode ter mais de um autor e, portanto, o mesmo artigo pode ser contabilizado mais de uma vez a depender da nacionalidade da filiação institucional dos autores. Os dados nos ajudam a observar a importância de alguns fatores relacionados ao número de citações dos artigos, entre eles, a participação de autores com filiação institucional estrangeira na média de citações por artigo e como a participação de autores com filiação institucional norte-americana tem forte ressonância no total de citações.

Tabela 1 - Citações de artigos de revistas norte-americanas (2012-2019)

FILIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS AUTORES	Número de artigos	Total de citações	Média de citações por item
EUA	1683	23713	14,09
Inglaterra	98	970	9,9
Canadá	96	757	7,89
Alemanha	44	1016	23,09
Holanda	27	481	17,81
China	23	266	11,57

Fonte: Web of Science

No total de 2.011 artigos publicados entre 2012 e 2019, é significativa a presença de artigos de autores com filiação institucional no próprio EUA, 1.683 (83,69%) ao todo. Mas é também revelador que artigos com participação de autores com filiações institucionais fora dos EUA sejam importantes na composição das citações. Vide sobretudo os casos de artigos com coautoria de autores com filiação institucional alemã e holandesa com publicações relativamente baixas (44 e 27 artigos, respectivamente), mas com altas taxas de citação (23,09 e 17,81). Por outro lado, em todos os casos analisados na tabela acima, autores com filiação institucional norte-americana ocupam a segunda posição (exceto, claro, o próprio EUA). No caso da Alemanha, dos 44 artigos, 14 (31,81%) têm coautoria com autores de filiação institucional nos EUA; no da Holanda, 5 artigos (18,51%); no da China, 10 artigos (43,47%); no da Inglaterra, 21 artigos (21,42%); e, no do Canadá, 33 artigos (34,37%). Seria preciso trabalhar com mais dados, mas parece que ter um dos coautores

com filiação institucional no próprio EUA é um fator relevante para que um artigo tenha mais chances de ser citado.

Outra forma de identificar o grau de endogenia para esse mesmo conjunto de periódicos norte-americanos indexados na base Web of Science, é levantar as filiações institucionais de quem cita esses artigos. Foram contabilizados 20.061 artigos citantes até maio de 2020, dos quais 12.269 (60.5%) com autores com filiação institucional norte-americana, 1.877 (9.2%) inglesa, 1.347 (6.6%) canadense, 1.319 (6.5%) alemã, 835 (4.1%) holandesa, para mencionar somente os primeiros países. Mesmo quando observamos a recepção dos artigos citados, os dados sugerem expressiva presença entre os artigos citantes de coautores com filiação institucional norte-americana, revelando um padrão em grande medida endógeno.

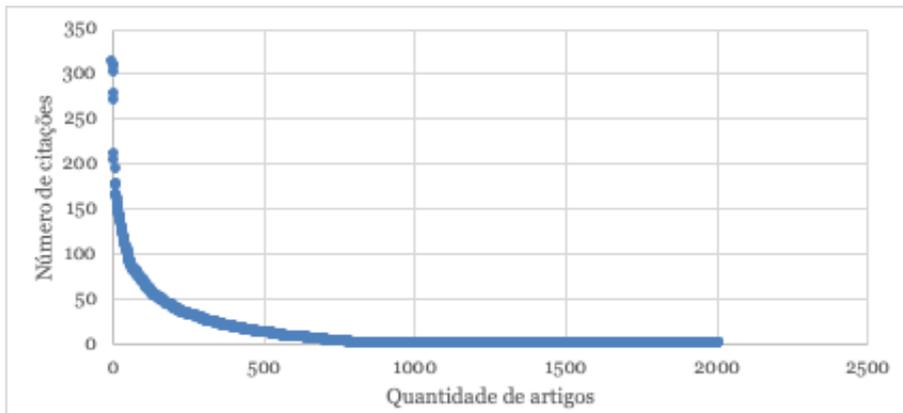
Ora, isso é ainda mais perceptível quando analisamos os temas dos artigos, conforme o Quadro 1, ao final deste artigo. Dos 50 artigos mais citados nas revistas selecionadas, 27 utilizam como fonte de pesquisa dados que têm exclusivamente como referência os EUA, enquanto 1 utiliza dados dos EUA e Europa, 1 artigo países da Europa Ocidental, 3 de vários países, 1 a China, 1 a Alemanha e 1 a Malásia. Quinze artigos foram classificados como “não se aplica” pois se dedicam a uma revisão bibliográfica ou a um ensaio teórico. Outros dados podem auxiliar a perceber como a endogenia na produção e circulação do conhecimento científico não é algo particular ao Brasil: entre os 7.286 artigos que citam os 50 artigos mais citados listados no Quadro 1, 4.253 têm autores com filiação institucional norte-americana (62,96%), 635 inglesa (9,40%), 442 alemã (6,54%) e 427 canadense (6,32%).

Com esse levantamento, não estamos sugerindo que a base empírica na qual se baseia um artigo defina sua relevância teórica para outras comunidades científicas – embora pareça inegável que, quando bem realizada, a teoria sociológica deva permitir que dados empíricos diversos interpelem e questionem os seus pressupostos. Apenas chamamos a atenção para o fato de que, na produção recente das revistas de sociologia norte-americana, os EUA são ainda o grande foco empírico de preocupação dos cientistas. A questão é que a endogenia de lá, EUA, se revela enquanto universalidade, e aqui, no Brasil, aparece enquanto provincianismo. Aliás, esse ponto já se discute há bastante tempo e não escapou aos sociólogos daquele país (Armer, 1987, 1990; Kurien, 2016)

Por fim, vale dizer que, de acordo com os dados da WoS, dos 2.011 artigos publicados entre 2012 e 2019 nas três revistas norte-americanas selecionadas, 1.158 artigos não têm citação (57,58%), 801 artigos (39,83%) receberam de

1 a 98 citações e 52 artigos (2,58%) de 102 a 312 citações, colhidas até hoje, maio de 2020. E entre os mais citados, não se pode ignorar a alta variação das citações, conforme demonstrado no Gráfico 1. Chama a atenção a alta concentração de citações em poucos artigos em relação ao universo total da produção, fazendo com que o número de citações também esteja concentrado nesses poucos artigos. Embora, nos rankings internacionais, os artigos publicados nas revistas norte-americanas possuam um impacto relativo mais alto que os artigos publicados em outros países, aqui tampouco se escapa a essa regularidade presente no sistema científico: sempre há enorme quantidade de artigos que jamais são citados (“Are 90% of Academic Papers Really Never Cited?”, 2014).

Gráfico 1 - Citações recebidas por artigo de revistas norte-americanas selecionadas na base WoS (2012-2019)



A produção sociológica brasileira em perspectiva comparada

Quando se trata de fator de impacto da produção científica brasileira, em particular a de ciências sociais, uma série de ressalvas, algumas tratadas acima, fazem-se necessárias para um melhor tratamento dos dados. Se entre essas ressalvas está a própria necessidade de uma melhor avaliação das especificidades e do contexto da produção dos centros de produção científica no mundo (daí a importância de “provincializar” seus dados), é porque ela permite qualificar melhor a comparação entre realidades nacionais distintas. Não raro, as análises das ciências sociais brasileiras rastreiam o sentido de sua

dinâmica relacionando-a à adoção de outros modelos nacionais, seja apontando a “americanização” de sua agenda de pesquisa (Vianna, Carvalho, Melo, & Burgos, 1998; Werneck Vianna, Carvalho, & Melo, 1994), seja destacando uma suposta influência duradoura do modelo francês que esteve na base de sua institucionalização (Hermes-Lima & Gordon, 2020).

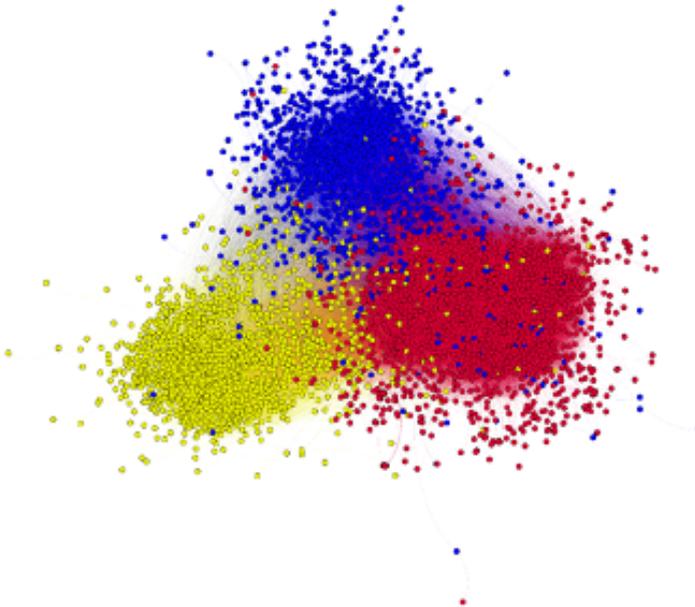
Pois bem, no caso da comparação entre Brasil e França, país cujo modelo científico, segundo alguns autores, supostamente copiaríamos, é fundamental frisar que ambos os contextos não seguem a mesma cultura de citação “centrada no artigo” que é tão pronunciada na sociologia anglófona. O que torna, nos dois países, inverossímil medir seu impacto somente pelos artigos e periódicos, ou, o que é mais delicado, medir o impacto dos artigos pelos periódicos nos quais são publicados (Leydesdorff & Milojević, 2015). Especificamente no caso da sociologia francesa, indicar seu pouco impacto científico, como apontado por alguns pesquisadores (Hermes-Lima & Gordon, 2020), implica esquecer o papel de modelagem fundamental que autores franceses, clássicos e contemporâneos, tiveram no que se entende por sociologia. Como desconsiderar, apenas para darmos um exemplo, o autor que em quase todo levantamento é o mais citado nas ciências sociais? Estamos falando, é claro, de Pierre Bourdieu (Santoro, 2008). As pesquisas de Marco Santoro (2008), Gisèle Sapiro e Maurício Bustamante (2009), por exemplo, mapeiam a impressionante difusão mundial dos livros desse autor. Portanto, uma discussão de “impacto” por países que desconsidere a presença recorrente de autores franceses em todas as listas de autores mais citados nos artigos da disciplina certamente está caindo muito longe de seu alvo. Se se contabilizasse a citação de livros, tomando um período mais longo de publicação como critério, certamente o “modelo francês” seria um caso-modelo para elevar o nosso fator de impacto.

Mas, indo além das diferenças nas culturas de citação, podemos novamente levantar alguns dados. Estaríamos mais próximos de um modelo francês ou americano? Usando como recorte os últimos 2.000 artigos de cada país (Brasil, França e Estados Unidos) e tomando como parâmetro as três revistas de sociologia (excluindo-se as mais identificadas com a ciência política) com melhor avaliação no índice Scimago 2018, podemos tentar identificar o nível de similaridade formado por esse conjunto de artigos⁴. Uma técnica muito comum usada na bibliometria é o acoplamento bibliográfico, que modela uma

4 As revistas são: *American Journal of Sociology*, *American Sociological Review*, *Annual Review of Sociology*, *Revista de Sociologia e Política*, *Sociedade e Estado*, *Lua Nova*, *Sociologie du Travail*, *Politix* e *Revue Française de Sociologie*. Nossa amostra possui, portanto, um total de 6.000 artigos.

matriz de relações de acordo com o grau de compartilhamento de referências bibliográficas (Boyack & Klavans, 2010). Quanto maior a interseção das referências de dois artigos, maior será o peso de suas relações – e mais eles se aproximam no espaço topológico da rede de acoplamento por eles formada. Essa técnica, ao permitir a visualização de similaridades no nível das práticas de citação, talvez revele melhor a questão aqui em jogo. O que a rede de relações abaixo sugere é algo muito trivial: as sociologias de cada país se parecem basicamente consigo mesmas. Dito de outro modo, há claramente três comunidades formadas pelos artigos de revistas publicadas em cada país – no Brasil em amarelo, na França em azul e nos Estados Unidos em vermelho.

Figura 3 - Componente principal da rede de acoplamento bibliográfico formada por artigos publicados em revistas brasileiras, francesas e norte-americanas selecionadas



Fonte: Web of Science. Visualização: VOSViewer e Gephi.

Mesmo assim, há algumas zonas de interseção. Elas seriam mais pronunciadas, no caso dos artigos publicados em revistas brasileiras, com os artigos saídos na França ou nos Estados Unidos? Uma forma simples de calcular isso é medir o grau médio ponderado das relações entre os artigos, isto é, medir a média da intensidade do compartilhamento de referências usando como referência os artigos de cada país. Por exemplo, nas relações entre os

artigos publicados no Brasil e nos Estados Unidos, o grau médio ponderado é de 5,4; já entre os artigos publicados no Brasil e na França, o grau médio ponderado cai para apenas 1,7 – o que significa que, em média, cada artigo publicado no Brasil possui alguma relação significativa de compartilhamento de referências com menos de dois artigos publicados na França. Por fim, entre os artigos veiculados em periódicos franceses e norte-americanos, este valor sobe para 8,1. Estes dados sugerem múltiplas interpretações, mas pelo critério relativamente objetivo de semelhança pelo grau de acoplamento de referências – “objetivo” porque está inscrito nas práticas efetivas de citação, e não nas autoimagens cultivadas pelos autores –, não há nada que sugira que sigamos um modelo “francês”. Pelo contrário, ele mostra que as comunidades nacionais de sociologia conseguem de certo modo criar um grau interno de adensamento no compartilhamento de referências, a despeito do poder “gravitacional” exercido pelo peso da sociologia norte-americana na sociologia mundial. Apenas para tomarmos nota, o grau médio ponderado nas relações entre artigos das revistas brasileiras é de 11,8; no caso das revistas francesas, de 11,5; e, no caso das revistas norte-americanas, o valor sobe para incríveis 54,6.

Antes de fecharmos, precisamos tocar em mais dois pontos sobre a discussão do impacto da produção científica das ciências sociais brasileiras. Um deles, bastante óbvio, é que o espaço da produção científica, ainda mais o dos índices de citação, é estruturado por desigualdades muito pronunciadas. Aqui estamos no terreno por excelência daquilo que Robert K. Merton (1968) denominava de “efeito Mateus”: um processo de reforço crescente na desigualdade. Como vários autores já demonstraram, entre eles recentemente o teórico de redes Albert-László Barabási, o mundo da citação científica segue um padrão de distribuição do tipo “lei de potência”, isto é, poucos artigos recebem um número impressionante de citações e a grande maioria recebe pouca ou mesmo nenhuma citação (conforme, inclusive, o gráfico 1 com o número de citação dos artigos de revistas norte-americanas) (Barabási, Song, & Wang, 2012; Wang, Song, & Barabási, 2013). O reforço crescente das desigualdades se dá porque as revistas com alto fator de impacto são as mais cobiçadas e as mais consultadas, de um lado, e de outro porque os mecanismos de busca acabam por localizar preferencialmente (a depender dos critérios utilizados) os documentos com mais citações. É difícil imaginar que as revistas científicas brasileiras possam competir no mesmo

patamar com o seletivo grupo das principais revistas de sociologia localizado nos Estados Unidos. No entanto, continua sendo decisivo apoiar e cultivar um sistema pujante de editoração de artigos para as ciências sociais no Brasil para que os temas e as questões que nos interessam como sociólogos – e à sociedade brasileira em geral – possam passar pelo escrutínio rigoroso dos pares, bem como para contemplar a pluralidade constitutiva de nossas abordagens teórico-metodológicas.

O último ponto diz respeito à própria noção de “impacto”. Com o exposto anteriormente, esperamos ter deixado claros os limites de se trabalhar com fator de impacto tomando apenas uma base indexadora ou mesmo uma única forma de produção, por exemplo, os artigos. Essa forma de medir o impacto no interior de uma disciplina é mais adequada quando há um conjunto relativamente consensual de *core journals* e o artigo científico é o meio por excelência de comunicação científica entre pares. Como vimos, na sociologia isso está longe de ser a norma. O predomínio dos livros como o principal material citável assinala ainda o entrecruzamento entre os circuitos internos de editoração científica e os canais mais gerais da circulação cultural, pois, à exceção dos livros mais especializados, quase sempre eles se encontram à venda nas livrarias e os de maior destaque são com frequência resenhados em suplementes e cadernos culturais etc. O tipo de impacto “extracientífico” produzido no plano cultural mais amplo, se assim pudermos colocar o problema, é difícil de ser mensurado, mas suas consequências estão longe de ser residuais. Como vários sociólogos já apontaram, há um processo constitutivo de “reflexividade” do conhecimento sociológico, que dizer, os achados das pesquisas sociológicas participam de modo decisivo nos modos de aprendizado social, alterando a própria matéria investigada. As chamadas sociedades modernas não seriam viáveis sem as formas de auto-observação propiciadas pelo estoque de conhecimento acumulado pelas ciências sociais. Estimular a pesquisa científica em sociologia em países como Brasil, organizando um sistema robusto de editoração e publicação, é fundamental para que essas formas de auto-observação possam se ajustar continuamente aos problemas específicos colocados pela sociedade brasileira. Como os nossos melhores exemplos demonstraram, foi por meio da pesquisa sistemática a respeito da sociedade brasileira que conseguimos alcançar uma relevância teórica “universal” para a nossa sociologia.

Quadro 1. Artigos mais citados Revistas Norte-Americanas (2012-2019)

Autor	Título do artigo	Base de dados	Ano	Total de citações
Lamont, M	Toward a Comparative Sociology of Valuation and Evaluation	EUA E EUROPA	2012	312
Collins, PH	Intersectionality's Definitional Dilemmas	Não se aplica	2015	308
Gauchat, G	Politicization of Science in the Public Sphere: A Study of Public Trust in the United States, 1974 to 2010	EUA	2012	307
Rivera, LA	Hiring as Cultural Matching: The Case of Elite Professional Service Firms	EUA	2012	300
Menjivar, C; Abrego, LJ	Legal Violence: Immigration Law and the Lives of Central American Immigrants	EUA	2012	278
Hout, M	Social and Economic Returns to College Education in the United States	EUA	2012	269
Sharkey, P; Faber, JW	Where, When, Why, and for Whom do Residential Contexts Matter? Moving Away from the Dichotomous Understanding of Neighborhood Effects	EUA	2014	211
Elwert, F; Winship, C	Endogenous Selection Bias: The Problem of Conditioning on a Collider Variable	Não se aplica	2014	204
Ridgeway, CL	Why Status Matters for Inequality	EUA	2014	193
Davidov, E; Meuleman, B; Cieciuch, J; Schmidt, P; Billiet, J	Measurement Equivalence in Cross-National Research	Não se aplica	2014	177
Rosenfeld, MJ; Thomas, RJ	Searching for a Mate: The Rise of the Internet as a Social Intermediary	EUA	2012	176
Desmond, M	Eviction and the Reproduction of Urban Poverty	EUA	2012	174
Lin, Kh; Tomaskovic-Devey, D	Financialization and US Income Inequality, 1970-2008	EUA	2013	165
Jorgenson, AK; Clark, B	Are the Economy and the Environment Decoupling? A Comparative International Study, 1960-2005	Vários países	2012	164
Armstrong, EA; England, P; Fogarty, ACK	Accounting for Women's Orgasm and Sexual Enjoyment in College Hookups and Relationships	EUA	2012	162
McLanahan, S; Tach, L; Schneider, D	The Causal Effects of Father Absence	Vários países *	2013	160
Phelan, JC; Link, BG	Is Racism a Fundamental Cause of Inequalities in Health?	EUA	2015	155
Koopmans, R; Michalowski, I; Waibel, S	Citizenship Rights for Immigrants: National Political Processes and Cross-National Convergence in Western Europe, 1980-2008	EUROPA OCIDENTAL	2012	154
Lee, CK; Zhang, Y	The Power of Instability: Unraveling the Microfoundations of Bargained Authoritarianism in China	CHINA	2013	151

Continuação Quadro 1...

Hwang, J; Sampson, RJ	Divergent Pathways of Gentrification: Racial Inequality and the Social Order of Renewal in Chicago Neighborhoods	EUA	2014	150
Saperstein, A; Penner, AM	Racial Fluidity and inequality in the United States	EUA	2012	149
Lim, A; Tsutsui, K	Globalization and Commitment in Corporate Social Responsibility: Cross-National Analyses of Institutional and Political-Economy Effects	Vários países	2012	148
Desmond, M	Disposable Ties and the Urban Poor	EUA	2012	143
Schwartz, CR	Trends and Variation in Assortative Mating: Causes and Consequences	Não se aplica	2013	141
Dimaggio, P; Garip, F	Network Effects and Social Inequality	Não se aplica	2012	140
Van Der Meer, T; Tolsma, J	Ethnic Diversity and its Effects on Social Cohesion	Não se aplica (revisão com dados de vários países)	2014	140
Raley, S; Bianchi, SM; Wang, W	When do Fathers Care? Mothers' Economic Contribution and Fathers' Involvement in Child Care	EUA	2012	138
Papachristos, AV; Hureau, DM; Braga, AA	The Corner and the Crew: The Influence of Geography and Social Networks on Gang Violence	EUA	2013	138
Kelly, EL; Moen, P; Oakes, JM; Fan, W; Okechukwu, C; Davis, KD; Hammer, LB; Kossek, EE; King, RB; Hanson, GC; Mierzwa, F; Casper, LM	Changing Work and Work-Family Conflict: Evidence from the Work, Family, and Health Network	EUA	2014	135
Legewie, J; Diprete, TA	School Context and the Gender Gap in Educational Achievement	ALEMANHA	2012	133
Eyal, G	For a Sociology of Expertise: The Social Origins of the Autism Epidemic	Não se aplica	2013	128
Sauder, M; Lynn, F; Podolny, JM	Status: Insights from Organizational Sociology	Não se aplica	2012	126
Wildeman, C; Schnittker, J; Turney, K	Despair by Association? The Mental Health of Mothers with Children by Recently Incarcerated Fathers	EUA	2012	126
Western, B; Braga, AA; Davis, J; Sirois, C	Stress and Hardship after Prison	EUA	2015	126
Stovel, K; Shaw, L	Brokerage	Não se aplica	2012	124
Landecker, H; Pansofsky, A	From Social Structure to Gene Regulation, and Back: A Critical Introduction to Environmental Epigenetics for Sociology	Não se aplica	2013	122
Brayne, S	Surveillance and System Avoidance: Criminal Justice Contact and Institutional Attachment	EUA	2014	121

Continuação Quadro 1...

Pescosolido, BA; Martin, JK	The Stigma Complex	Não se aplica	2015	117
Khan, SR	The Sociology of Elites	EUA	2012	116
Frye, M	Bright Futures in Malawi's New Dawn: Educational Aspirations as Assertions of Identity	MALÁSIA	2012	116
Reskin, B	The Race Discrimination System	EUA	2012	112
Mclaughlin, H; Uggen, C; Blackstone, A	Sexual Harassment, Workplace Authority, and the Paradox of Power	EUA	2012	112
Brand, JE	The Far-Reaching Impact of Job Loss and Unemployment	Não se aplica	2015	111
Reardon, SF; Owens, A	60 Years after Brown: Trends and Consequences of School Segregation	EUA	2014	111
Pedulla, DS; Thebaud, S	*Can We Finish the Revolution? Gender, Work- Family Ideals, and institutional Constraint	EUA	2015	108
Volscho, TW; Kelly, NJ	The Rise of the Super-Rich: Power Resources, Taxes, Financial Markets, and the Dynamics of the Top 1 Percent, 1949 to 2008	EUA	2012	106
Desmond, M; Papachristos, AV; Kirk, DS.	Police Violence and Citizen Crime Reporting in the Black Community	EUA	2016	106
Centeno, MA; Cohen, JN	The Arc of Neoliberalism	Não se aplica	2012	104
Watkins, SC; Swidler, A; Hannan, T	Outsourcing Social Transformation: Development NGOS as Organizations	Não se aplica	2012	103
Tavory, I; Eliasoph, N	Coordinating Futures: Toward a Theory of Anticipation	Não se aplica	2013	102

* United States, Great Britain, Canada, South Africa, Germany, Sweden, Australia, Indonesia, and Norway

Referências

- Alatas, Syed F. (2016). Academic Dependency and the Global Division of Labour in the Social Sciences: *Current Sociology*. <https://doi.org/10.1177/00113921030516003>
- Are 90% of academic papers really never cited? Reviewing the literature on academic citations. (2014, abril 23). Recuperado 11 de maio de 2020, de site da Impact of Social Sciences: <https://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2014/04/23/academic-papers-citation-rates-remler/>
- Armer, J. Michael (1987). Provincialism and Internationalism in Contemporary American Sociology. *International Sociology*, 2(3), 315–324. <https://doi.org/10.1177/026858098700200308>
- Armer, J. Michael (1990). The Deparochialization of American Sociology. In Sven Groennings, & David Wiley (eds.) *Group Portrait: Internationalizing the Disciplines*. (pp. 228-239). New York: American Forum, ERIC.
- Barabási, Albert-László, Song, Chaoming, & Wang, Dashun (2012). Handful of papers dominates citation. *Nature*, 491(7422), 40–40. <https://doi.org/10.1038/491040a>
- Beigel, Fernanda (2018, setembro 5). Las relaciones de poder en la ciencia mundial. Un anti-ranking para conocer la ciencia producida en la periferia [Blog]. Recuperado 21 de junho de 2020, de site da SciELO en Perspectiva: <https://blog.scielo.org/es/2018/09/05/las-relaciones-de-poder-en-la-ciencia-mundial-un-anti-ranking-para-conocer-la-ciencia-producida-en-la-periferia/>
- Boyack, Kevin W., & Klavans, Richard (2010). Co-citation analysis, bibliographic coupling, and direct citation: Which citation approach represents the research front most accurately? *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 61(12), 2389–2404.
- Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE (2020). *Diagnóstico das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (CHSSALLA) no Brasil*. Recuperado de <https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/CGEE-2020-CHSSALLA.pdf>
- Ferreira, Elisabete, Führ, Fabiane, Lima, Karolayne C.R. de, Araújo, Paula Carina de, & Pereira, Suzana Z. (2015). Digital Object Identifier (DOI): o que é, para que serve, como se usa? *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, 4(1), 5–9. <https://doi.org/10.5380/atoz.v4i1.42369>
- Garfield, Eugene (1976). Significant journals of science. *Nature*, 264(5587), 609–615. <https://doi.org/10.1038/264609a0>

- Hammarfelt, Björn (2016). Beyond Coverage: Toward a Bibliometrics for the Humanities. In Michael Ochsner, Sven E. Hug, & Hans-Dieter Daniel (orgs.), *Research Assessment in the Humanities: Towards Criteria and Procedures* (p. 115–131). https://doi.org/10.1007/978-3-319-29016-4_10
- Harzing, Anne-Wil, & Alakangas, Satu (2016). Google Scholar, Scopus and the Web of Science: a longitudinal and cross-disciplinary comparison. *Scientometrics*, 106(2), 787–804. <https://doi.org/10.1007/s11192-015-1798-9>
- Hermes-Lima, Marcelo, & Gordon, Cesar (2020, janeiro 13). O baixo impacto das publicações brasileiras de sociologia. Recuperado 6 de maio de 2020, de site da Gazeta do Povo: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/o-baixo-impacto-das-publicacoes-brasileiras-de-sociologia/>
- Hicks, Diana, Wouters, Paul, Waltman, Ludo, de Rijcke, Sarah, & Rafols, Ismael (2015). Bibliometrics: The Leiden Manifesto for research metrics. *Nature News*, 520(7548), 429. <https://doi.org/10.1038/520429a>
- Kurien, Prema (2016). Sociology in America or a Sociology of America. *ISA.e-Forum*, 6.
- Leydesdorff, Loet, & Milojević, Staša (2015). *The Citation Impact of German Sociology Journals: Some Problems with the Use of Scientometric Indicators in Journal and Research Evaluations* (SSRN Scholarly Paper No ID 2541908). <https://doi.org/10.2139/ssrn.2541908>
- Martín-Martín, Alberto, Thelwall, Mike, Orduna-Malea, Enrique, & López-Cózar, Emilio D. (2020). Google Scholar, Microsoft Academic, Scopus, Dimensions, Web of Science, and OpenCitations' COCI: a multidisciplinary comparison of coverage via citations. *arXiv:2004.14329 [cs]*. Recuperado de <http://arxiv.org/abs/2004.14329>
- Merton, Robert K. (1968). The Matthew Effect in Science: The reward and communication systems of science are considered. *Science*, 159(3810), 56–63. <https://doi.org/10.1126/science.159.3810.56>
- Moksony, Ferenc, Hegedüs, Rita, & Császár, Melinda (2014). Rankings, research styles, and publication cultures: a study of American sociology departments. *Scientometrics*, 101(3), 1715–1729. <https://doi.org/10.1007/s11192-013-1218-y>
- Mongeon, Philippe, & Paul-Hus, Adèle (2016). The journal coverage of Web of Science and Scopus: a comparative analysis. *Scientometrics*, 106(1), 213–228. <https://doi.org/10.1007/s11192-015-1765-5>
- Santoro, Marco (2008). Putting Bourdieu in the Global Field. Introduction to the Symposium. *Sociologica*, (2/2008). <https://doi.org/10.2383/27719>

- Sapiro, Gisèle, & Bustamante, Mauricio (2009). Translation as a Measure of International Consecration. Mapping the World Distribution of Bourdieu's Books in Translation. *Sociologica*, (2-3/2009). <https://doi.org/10.2383/31374>
- Sivertsen, Gunnar, & Larsen, Birger (2012). Comprehensive bibliographic coverage of the social sciences and humanities in a citation index: an empirical analysis of the potential. *Scientometrics*, 91(2), 567–575. <https://doi.org/10.1007/s11192-011-0615-3>
- Stephan, Paula, Veugelers, Reinhilde, & Wang, Jian (2017). Reviewers are blinkered by bibliometrics. *Nature*, 544- Comment, 411-412. Recuperado 6 de maio de 2020, de <https://www.nature.com/news/reviewers-are-blinkered-by-bibliometrics-1.21877>
- Strehl, Letícia (2005). O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. *Ciência da Informação*, 34(1).
- Velez-Cuartas, Gabriel, Lucio-Arias, Diana, & Leydesdorff, Loet (2015). Regional and Global Science: Latin American and Caribbean publications in the SciELO Citation Index and the Web of Science. *arXiv:1510.02453 [cs]*. Recuperado de <http://arxiv.org/abs/1510.02453>
- Vianna, Luiz W., Carvalho, Maria Alice R. de, Melo, Manuel P.C., & Burgos, Marcelo B. (1998). Doutores e Teses em Ciências Sociais. *Dados*, 41(3). <https://doi.org/10.1590/S0011-52581998000300001>
- Visser, Martijn, van Eck, Nees J. & Waltman, Ludo (2020). Large-scale comparison of bibliographic data sources: Scopus, Web of Science, Dimensions, Crossref, and Microsoft Academic. *arXiv:2005.10732 [cs]*. Recuperado de <http://arxiv.org/abs/2005.10732>
- Wang, Dashun, Song, Chaoming, & Barabási, Albert-László (2013). Quantifying Long-Term Scientific Impact. *Science*, 342(6154), 127–132. <https://doi.org/10.1126/science.1237825>
- Werneck Vianna, Luiz, Carvalho, Maria Alice R. de, & Melo, Manuel P. C. (1994). Cientistas sociais e vida pública: o estudante de graduação em ciências sociais. *Dados*, 37(3).

Submetido em 4 de junho de 2020.

Aceito em 10 de outubro de 2020.



Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

Intervenções dos intelectuais nos rumos das universidades na sociedade contemporânea

Interventions from the intellectuals in the direction of universities in contemporary society

Carlos Benedito Martins* 

RESUMO

O artigo trata da participação de intelectuais no debate acerca das transformações que estão ocorrendo no ensino superior internacional, especificamente nas universidades. O trabalho destaca a formação de um *espaço transnacional de ensino superior* que constitui o cenário no qual ocorrem as tomadas de posições de dois tipos de intelectuais. Enfoca a participação de um grupo de intelectuais que se apresenta como especialista em questões relacionadas ao ensino superior internacional, denominado no artigo como *experts*. Suas análises tendem a amparar uma maior interação das universidades com o campo econômico. O artigo aborda, ainda, a atuação de um segundo grupo de intelectuais que se posiciona de forma crítica tanto com relação às tendências das transformações das universidades como com relação às análises levadas a cabo pelos *experts*. Esse segundo grupo é denominado neste trabalho como *intelectual coletivo*. O trabalho salienta que a questão central deste debate repousa na independência institucional da universidade e da autonomia crítica dos intelectuais.

Palavras-chave: espaço social e intelectuais, espaço transnacional de ensino superior, *experts* em ensino superior, intelectual coletivo, autonomia das universidades.

* Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Foi visiting scholar em várias instituições estrangeiras, entre as quais Universidade de Oxford, Universidade de Columbia, Universidade Livre de Berlim, Universidade de Hong Kong e Universidade Nacional de Cingapura.

E-mail: carlosb@unb.br

ABSTRACT

The article discusses the participation of intellectuals in the debate about the transformations taking place internationally in higher education, specifically in universities. The work highlights the formation of a transnational higher education space that constitutes the scenario within which two types of intellectuals take a stand. It focuses on the participation of a group of intellectuals who present themselves as specialists in issues related to international higher education, referred to in this article as experts. Their analyzes tend to support a greater interaction between universities and the economic field. The article also discusses the performance of a second group of intellectuals who take a critical stand both in relation to the trends in the transformation of universities and in relation to the analyzes carried out by the experts. This second group is referred to here as *collective intellectual*. The work emphasizes that the central issue of this debate rests on the institutional independence of the university and the critical autonomy of intellectuals.

Keywords: social space, intellectuals, transnational higher education, higher education experts, collective intellectual, autonomy of universities.

Introdução

As últimas décadas têm presenciado uma revitalização de debates a respeito de transformações que estão ocorrendo no ensino superior internacional, destacadamente nas universidades, a respeito de sua identidade institucional, de suas atividades de ensino, pesquisa, estruturas de organização interna, modelos de gestão, mecanismos de financiamento, inserção num processo de competição acadêmica mundial desencadeado pela emergência dos *rankings globais* sobre o ensino superior, entre outros aspectos. Um dos eixos que perpassam este debate possui como questão central a autonomia das universidades, cuja peculiaridade institucional tem pautado seu longo percurso histórico frente às demandas advindas dos campos econômico e político. A intensidade da polêmica a respeito das formas de inserção da universidade nas sociedades contemporâneas, de suas relações com o campo econômico, pode ser auferida pela multiplicidade de

atores que estão envolvidos neste embate, tais como governos nacionais, dirigentes de universidades localizadas nos cinco continentes, organismos internacionais, *think thanks*, jornalistas e empresas transnacionais que operam no ensino superior com um *ethos* empresarial (Ball, 2015; O'Byrne & Bond, 2014; Collini, 2018; 2012; Bailey & Freedman, 2011).

Os intelectuais, enquanto categoria social, têm também participado em diversos países dos debates das transformações tanto em suas universidades quanto no contexto internacional. Isso porque parte expressiva da produção do conhecimento com relação ao surgimento das universidades, seu desenvolvimento histórico, bem como das tendências de configurações do ensino superior internacional no contexto contemporâneo, tende a ser realizada no interior das universidades e/ou de órgãos conexos, contando com a participação de acadêmicos. Por outro lado, os intelectuais tendem a demarcar suas tomadas de posições perante outros atores incluídos neste debate, reivindicando para si uma legitimidade social de suas representações a propósito do ensino superior, baseando-se tanto na posse individual de um capital cultural e simbólico quanto no prestígio acadêmico da instituição na qual exerce seu trabalho.

Este artigo tem como objetivo abordar os modos de intervenção de dois tipos de intelectuais acerca das transformações no ensino superior e nas universidades no plano internacional nos dias correntes. Procura destacar um conjunto de ideias formuladas por acadêmicos que são considerados socialmente como *experts em ensino superior internacional*, na medida em tiveram uma formação acadêmica basicamente na área de educação e que concentraram suas publicações e reflexões nas mudanças neste nível de ensino. O artigo procura ressaltar que as concepções formuladas pelos *experts* sinalizam para a construção de um modelo específico de ensino superior e de universidade que tende a manter maior proximidade com as demandas do campo econômico e que, em larga medida, vem distanciando-se de princípios constitutivos que nortearam a trajetória das universidades modernas – tal como sua autonomia institucional diante de demandas externas, cujo marco inicial é o modelo formulado por Humboldt no momento da criação da Universidade de Berlim, em 1810 (Charle & Verger, 2012; Ringer, 1989; 1969). Em contrapartida, o artigo coloca em tela a participação de outro grupo de intelectuais, os quais, no decurso de suas tomadas de posição, têm adotado uma postura crítica com relação aos trabalhos

produzidos pelos *experts* em ensino superior, que será designado aqui como *intelectual coletivo*. Como será assinalado posteriormente, os *intelectuais coletivos* denunciam a predominância de uma concepção instrumental de universidade que embasa os trabalhos conduzidos pelos *experts*, na medida em que, segundo os primeiros, as análises e recomendações contidas naqueles trabalhos possibilitam a implementação de práticas acadêmicas que estreitam os vínculos das universidades com as demandas do campo econômico, corroendo sua autonomia institucional.

Torna-se oportuno explicitar que o termo “intervenção dos intelectuais” é utilizado neste artigo para designar um conjunto de ações típicas engendradas pelos dois tipos de intelectuais por meio de atividades acadêmicas – como ensino, pesquisa, produção de livros e artigos, participação em seminários, colóquios nacionais e/ou internacionais – que abordam a questão das universidades. Isto é, trata-se de uma modalidade de engajamento que ocorre especificamente no campo intelectual, em contraposição a outras formas de ação que os intelectuais possam assumir, seja no universo da política, na economia e/ou no meio sindical. É conveniente também assinalar que a participação dos dois tipos de intelectuais abordados neste artigo – *experts* e *intelectuais coletivos* – não esgota as possibilidades de modos de intervenção desta categoria na vida social, uma vez que coexistem ao lado de outras modalidades, como a atuação do “intelectual crítico universalista”, do “intelectual orgânico” e do “intelectual específico”, que, no entanto, não constituem objeto deste artigo (Baert & Morgan, 2018; Sapiro, 2009).

Convém também indicar que os dois tipos de intelectuais e seus modos de intervenção são apreendidos enquanto *tipo ideal* concebido na tradição weberiana, na medida em que possibilita formar um quadro de pensamento mediante a acentuação mental de determinadas características de cada um deles, cujas manifestações empíricas podem assumir formas extremamente variáveis. O mesmo recurso heurístico formulado por Max Weber está presente no artigo com relação à indicação das transformações do ensino superior e das universidades nos dias correntes, na medida em que procura acentuar determinados traços e tendências desse processo para formar um quadro de pensamento que em nenhum momento exaure as múltiplas dimensões deste fenômeno e tampouco encontra-se empiricamente na realidade concreta construída por esse quadro mental (Weber, 1949).

O artigo destaca que os *experts* e os intelectuais coletivos possuem

determinadas características sociais em comum, pois concentram parte expressiva de suas produções na temática do ensino superior, exercem suas atividades em universidades e/ou em institutos de pesquisa de prestígio internacional, investem parte de suas energias intelectuais nos embates a respeito dos rumos das universidades na sociedades contemporâneas e se inserem em redes internacionais de acadêmicos. Contudo, ressalta as diferenças quanto ao conteúdo de suas análises, reflexões e tomadas de posição face às mudanças em curso no plano internacional do ensino superior e especificamente nas universidades. O artigo assume uma perspectiva relacional, posto que ressalta que os *experts* e os intelectuais coletivos se encontram em constante concorrência simbólica entre si, seja de forma manifesta ou latente, visando estabelecer e/ou questionar a legitimidade de suas percepções sobre os rumos das universidades. O artigo está dividido em duas partes. Na primeira, de forma breve, procura localizar a posição que os intelectuais ocupam no espaço social. A seguir, delinea a formação de um *espaço transnacional de ensino superior*, que está em pleno processo de constituição e cuja dinâmica vem impactando os rumos da universidade nos dias correntes. Ele constituiu o cenário no qual ocorrem as disputas e os modos de intervenção dos *experts* e dos intelectuais coletivos. Na segunda parte, aborda a participação dos *experts* no processo de produção e disseminação de um novo léxico para se referir ao ensino superior e às universidades, tais como *knowledge society*, *entrepreneurial university*, *knowledge economy*, *accountability*, *cross-border higher education*, *triple helix*, *ranking and league tables*, *world class university* etc. Logo após, destaca que os *intelectuais coletivos* criticam a concepção de ensino superior formulada pelos *experts*, salientando que, por meio de um discurso performativo, procuram universalizar seu ponto de vista particular como se representassem uma visão absoluta sobre os rumos do ensino superior.

Espaço social e intelectuais

Em seu trabalho *Legislators and interpreters: on modernity, post-modernity and intellectuals*, Zygmunt Bauman (1987) destacou que as definições de intelectual, além de apresentarem uma ampla diversidade de concepções, possuem em comum a peculiaridade de se revestirem de formas de

autodefinições, uma vez que seus autores são os próprios membros da espécie social que tentam definir, visando traçar uma fronteira de sua identidade com relação a outros tipos de indivíduos e, simultaneamente, buscando sublinhar suas qualidades intrínsecas. Ao contrário dessa postura, Bauman distanciou-se de uma definição *a priori* de características dos intelectuais e procurou inseri-los no interior da estrutura da sociedade mais ampla, cuja orientação de análise é adotada no presente artigo.

O aparecimento do vocábulo específico para designar uma categoria social denominada, desde a idade média, de letrados, ou seja, “homens do saber” (*docti, eruditi, savants*) ou homens de letras (*men of letters*) (Burke, 2000; Le Goff, 1985), data de meados e final do século XIX, nas duas extremidades da Europa. Em seu trabalho *Russian thinkers*, Isaiah Berlin (1978), ao analisar um pequeno grupo de pensadores de *littérateur*, profissionais e amadores, que surgiu no período entre 1840 e 1850, assinalou que eles se consideravam unidos pelo interesse nas ideias ocidentais e pela crítica social. Foi nesse contexto que surgiu o termo *intelligentsia* para se referir a um grupo de pensadores que se percebiam em oposição direta a um regime opressor e que se consideravam portadores de valores como cultivo da razão, apreço pela ciência e defesa da liberdade (Kochetkova, 2010; Leclerc, 2003; Berlin, 1978; Jennings & Kemp-Welch, 1997). No entanto, como se sabe *ad nauseum*, a palavra *intellectual* surgiu por ocasião da revisão do julgamento do capitão Alfred Dreyfus, condenado à revelia pelo Estado à extradição perpétua por ter supostamente entregue documentos secretos franceses à Embaixada da Alemanha. Diante desta situação, Émile Zola redigiu o texto denominado *J'accuse*, em defesa de Dreyfus, que recebeu o apoio de um grupo heterogêneo de “homens do saber” formado por escritores, professores universitários, historiadores, filósofos, cientistas e jornalistas. Os *anti-dreyfusards* utilizaram o termo *intellectual* num sentido pejorativo para desqualificar socialmente os adeptos da causa de Dreyfus. No entanto, esses se apossaram deste vocábulo para se autodesignar enquanto um grupo que lutava contra uma injustiça patrocinada pelo Estado (Collini, 2009; Leclerc, 2003; Winock, 1999; Charle, 1990).

A partir do início do século XX, a sociologia incorporou o tema dos intelectuais como um objeto relevante em seu campo de investigação, analisando as relações desse grupo com diversas dimensões da vida social, isto é, com os espaços da política, economia, poder, movimentos sindicais,

entre outros. Nesse percurso, a investigação sociológica dos intelectuais tem assumido distintas perspectivas teóricas e diversos recortes de análise, como pode ser percebido em alguns temas privilegiados por autores de referência, tais como: “*trahison des clercs*” (Benda, [1927]1975); “problema da *intelligentsia*” (Mannheim, [1929]1936; 1956), “intelectuais orgânicos” (Gramsci, [1929]1971; 1995), “intelectual como categoria social” (Parsons, 1969), “singularidade do ‘homem de ideias’” (Coser, [1965]1970), condição peculiar de “produtores da cultura” (Lipset & Dobson, 1972); “intelectual universalista” (Sartre, 1972); “intelectuais enquanto nova classe social” (Gouldner, 1979; Konrad & Szelényi, 1979); “últimos intelectuais” (Jacoby, 1987; 1999; 2005); “legisladores e intérpretes” (Bauman, 1987); “intelectual específico” (Foucault, 2000, “intelectual público” (Posner, 2001); “intelectual como um estranho” (Pels, 2013) etc. Ao mesmo tempo, a análise sociológica dos intelectuais é constantemente revisitada por pesquisadores que se têm dedicado a esta área de estudo, orientados pela disposição de renovar os aspectos teóricos e metodológicos das relações entre os intelectuais e a sociedade (Fatsis, 2018; Collini, 2009; Baert & Morgan, 2018; Eyal & Buchholz, 2010).

Longe de realizar uma análise dessas diferentes contribuições teóricas a respeito dos intelectuais, empreendimento que implicaria a realização de outro trabalho, este artigo se inspira em determinadas contribuições de Pierre Bourdieu e de autores que levaram adiante suas investigações nesta temática. As formulações conceituais dessa vertente são consideradas pertinentes para articular, no plano teórico, as relações entre os intelectuais e as transformações que estão ocorrendo no ensino superior e seu impacto nas universidades no plano internacional. Sua análise procura inserir os intelectuais no interior do *espaço social* que, segundo Bourdieu, pode ser comparado a um espaço geográfico em que se recortam regiões em função de atributos significativos. Os agentes ou os grupos são distribuídos desigualmente no interior do espaço social em função de posse de formas específicas de capital. Bourdieu considerou a existência de diferentes tipos de capital que os indivíduos e/ou as classes sociais acumulam, reproduzem e utilizam na vida social. Em sua perspectiva, nas sociedades contemporâneas, os fatores econômicos e culturais possuem um peso decisivo no processo de diferenciação social entre os agentes, o que não excluiu outros princípios de divisão social, como aspectos étnicos, religiosos, nacionais, de gênero etc.

(Bourdieu, 1987; 1980; 1979a; 1979b).

O conceito de *espaço social* expressa sua disposição de introduzir uma perspectiva relacional na análise das tramas que os agentes sociais estabelecem entre si, pois considera que as posições dos indivíduos e dos grupos não existem de maneira isolada, mas se estruturam e se definem frente às propriedades sociais e/ou formas de capital possuídas por outros agentes. Posicionando-se de forma contrária à análise de Mannheim a respeito do intelectual “sem vínculos nem raízes” que, segundo Bourdieu, expressa a ideologia profissional desse grupo, assinalou que, enquanto detentores de capital cultural, os intelectuais inserem-se no espaço social como uma fração dominada da classe dominante.

Enquanto detentores de privilégios sociais proporcionados pela posse de títulos escolares (que constituem uma modalidade institucionalizada do capital cultural), os professores, escritores e artistas são dominados socialmente nas suas relações com os detentores do poder político e econômico. Suas análises ressaltam que, em função da posse dos títulos escolares, os intelectuais ocupam uma posição de ‘quase monopólio’ no processo de construção e representação do mundo social e nas lutas simbólicas que ocorrem em diferentes esferas da sociedade. Isso ocorre porque formulam categorias de percepção, de apreciação e de avaliação a respeito de eventos que existem na realidade social, utilizando a criação de novas palavras e/ou prescrevendo determinadas visões consideradas legítimas por eles (Bourdieu, 2001). À medida que o capital cultural passa a ser conhecido e reconhecido por outros agentes inseridos no espaço social, ou seja, no processo de sua conversão em capital simbólico, os intelectuais usufruem de condições favoráveis para impor um ponto de vista a respeito de uma instituição e/ou um julgamento a respeito de uma esfera da vida social. Essa situação é reforçada pelo fato de que a posse de seus títulos é sancionada e garantida por instâncias do Estado.

Ao lado do conceito de *espaço social*, Bourdieu superpõe a noção de *campo*, visto que, em seu entendimento, uma sociedade diferenciada não constituiu uma totalidade plenamente integrada. Nesse sentido, buscou distanciar-se tanto de uma perspectiva marxista – que tende a perceber a realidade como um todo razoavelmente coerente, em que os elementos mantêm relações recíprocas, ligados entre si de maneiras diversas, mas mutuamente determinadas – quanto de uma abordagem funcionalista –

que concebe a sociedade como uma unidade integrada pelo conjunto de instituições e por suas complementaridades funcionais. Ao contrário, para ele, as sociedades que possuem esferas diferenciadas de atividades são compostas por um conjunto de microcosmos sociais relativamente autônomos, no interior dos quais existem relações objetivas entre os agentes e as instituições que os integram. Neles desenvolvem-se lógicas próprias, os participantes envolvem-se em questões, conflitos, disputas e interesses específicos que são irredutíveis a outros campos. É possível perceber, no conjunto de seus trabalhos, a existência de três campos principais: político, econômico e cultural. Cada um desses campos pode comportar outros subcampos, na medida em que os pesquisadores realizem investigações empíricas sobre eles. No entanto, não seria inadequado afirmar que o campo da cultura ocupou uma posição central em seus trabalhos, pois Bourdieu considerava que esse terreno estava relativamente relegado na sociologia e os que se ocupavam dele oscilavam entre um economicismo redutor e uma postura idealista. Seu programa de pesquisa consistiu em estudar a lógica da produção e circulação dos bens culturais, destacando a centralidade que o campo da cultura exerce no processo de elaboração de estruturas cognitivas, categorias de pensamento e esquemas de classificação de eventos sociais, por meio da participação dos agentes que se encarregam dessa produção. Simultaneamente, tinha como horizonte de investigação compreender os interesses específicos e a busca de formas singulares de gratificação e de reconhecimento almejados pelos agentes e instituições que participam da produção cultural em suas diferentes manifestações, que são irredutíveis a proveitos econômicos. Esse propósito o conduziu a investigar os (sub) campos acadêmico, científico, literário, religioso, da moda, da filosofia etc. (Bourdieu, 1984; 1989; 1992).

Seu programa de pesquisa na esfera da cultura visava também realçar a participação dos intelectuais no jogo do processo de produção de bens culturais, realizando pesquisas empíricas sobre artistas, escritores, acadêmicos, quadros da administração pública (Bourdieu, 1984; 1989; 1992; Swartz, 1997). Na visão de Bourdieu, o *campo intelectual*, situado na interseção entre os campos político e econômico, expressa um universo relativamente autônomo, no qual se elaboram, na concorrência e no conflito entre os agentes, os instrumentos de pensamento do mundo social, objetivamente disponíveis em um dado momento, e no qual se define, ao

mesmo tempo, “o campo do pensável politicamente ou, se preferirmos, a problemática legítima” (Bourdieu, 1979, p. 465). Este trabalho inspira-se na concepção de *campo intelectual* enquanto uma dimensão do campo da cultura para analisar as tomadas de posição dos *experts* e dos *intelectuais coletivos*.

É a partir da inserção nesse campo intelectual que os *experts* e os *intelectuais coletivos* tomam suas distintas posições diante das transformações decorrentes da *formação de um espaço transnacional de ensino superior*, procurando impor e/ou criticar uma visão legítima sobre os sentidos dessas mudanças (Bourdieu, 1999).

Um novo cenário do ensino superior e das universidades

Até meados da década de 1960, as universidades e os estabelecimentos não universitários de educação superior estiveram localizados basicamente nos seus respectivos territórios nacionais, voltados, sobretudo, para atender demandas de formação de quadros profissionais de seus países e/ou de suas colônias. No entanto, nas últimas décadas do século passado, passou a formar-se uma constelação de eventos que propiciou a emergência de *um espaço transnacional de ensino superior*, cuja manifestação se tornou mais visível a partir dos anos 1980 e que está ainda em pleno andamento. Esse novo espaço refere-se a um sistema produzido por uma multiplicidade de atores que agem de forma simultânea, ora no nível local, ou seja, em suas instituições, ora no nível nacional e/ou no plano transnacional do ensino superior. Neste último caso, são exemplos os dirigentes de universidades, que procuram posicionar suas instituições nos *rankings globais*; os *policy makers*, que atuam nas burocracias públicas de seus países e, ao mesmo tempo, mantêm interações com organismos supranacionais; empresas multinacionais de serviços educacionais como Laureate, Apollo, Observatory on Borderless Higher Education; consórcios de universidades como Univeritas 21; instituições supranacionais, como OCDE, Banco Mundial e Unesco, cujas agendas de trabalho repercutem direta e/ou indiretamente nos diversos sistemas nacionais de ensino superior etc. Os intelectuais também participam da produção, na medida em que uma parte deles concentra seus trabalhos e tomadas de posição nas transformações desse novo contexto do ensino superior. A seguir, será destacada brevemente a conjunção de

quatro eventos que contribuíram para a formação desse novo espaço do ensino superior: (i) processo de desterritorialização do ensino superior; (ii) incremento da mobilidade internacional dos estudantes; (iii) surgimento dos *rankings* globais; e (iv) corrida para preservação e/ou criação de *world class university*.

A desterritorialização do ensino superior, que passou a ser denominada por pesquisadores e organismos internacionais com a expressão *cross-border education*, tornou-se um fenômeno explícito a partir dos anos 1980 e indica um deslocamento de universidades e instituições estrangeiras rumo a outros países, acompanhado também pelo movimento de corporações de serviços educacionais que atuam com um *ethos* comercial. Esse movimento em direção a outros países vem se realizando por meio de diferentes mecanismos, como ensino a distância, instalação de *branch campuses* por meio de parcerias e/ou aquisições de instituições locais, envolvendo *franchising*, atuação de universidades virtuais e/ou corporativas, como Motorola, Toyota e, também, de conglomerados de mídia como Thomson (Canadá), Pearson (UK), Informatics (Singapura), Apetch (Índia) etc. Os principais países que comandam o deslocamento de serviços educacionais são Estados Unidos, Inglaterra e Austrália. Já os que os recebem em maior número são Emirados Árabes Unidos, China, Singapura e Qatar, embora as instituições provedoras de serviços educacionais estrangeiras estejam presentes nos cinco continentes (Wilkins & Huisman, 2012). O Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS), que entrou em funcionamento em janeiro de 1995, propiciou também uma condição favorável a este movimento – desregulamentou o livre comércio de serviços e acelerou o processo de transformação do ensino superior em uma *global commodity* por parte de empresas provedoras de serviços educacionais. A partir de 2000, ocorreu uma expansão no processo de criação de novos *campi* de universidades estrangeiras, especialmente no Oriente Médio e no Sudeste Asiático, de tal forma que, em 2017, existiam 263 *branch campi* (Garrett *et al.*, 2017; Wildavsky, 2010; Naidoo, 2007).

A mobilidade internacional dos estudantes tem aumentado de forma significativa. Nos primeiros anos da década de 1970, 500 mil estudantes deixaram seus países em busca da formação acadêmica em universidades estrangeiras. A partir dos 1990, houve uma rápida expansão dessa circulação. Dados recentes apontam a existência de aproximadamente 5 milhões de

estudantes internacionais (Center for Academic Mobility Research and Impact, 2018). A intensidade desse fenômeno tem relação com a oferta restrita de ensino superior em determinados países, a atração acadêmica exercida por instituições estrangeiras que se destacam nos *rankings* globais, a expansão mundial do transporte aéreo, o desenvolvimento de novos sistemas de comunicações etc. (Perkins & Thorns, 2012; Elliott & Urry: 2010). Isso impulsionou uma acirrada competição entre universidades e países para o recrutamento de estudantes estrangeiros. Essa mobilidade tem sido pautada, em larga medida, por uma lógica de rentabilidade econômica, pois o valor de taxas escolares para estudantes estrangeiros tem aumentado constantemente, na medida em que vários países estão passando pela diminuição do volume de subsídios públicos para suas universidades. Diante dessa conjuntura, várias universidades têm imprimido um crescente *ethos* empresarial às suas condutas na busca por estudantes estrangeiros, utilizando de forma recorrente diferentes estratégias de *marketing* (Collini, 2018; Busch, 2014).

Os dados disponíveis indicam que esta concorrência tende a se tornar mais intensa a curto e médio prazos. O governo do Canadá planeja recrutar 450 mil estudantes até o ano de 2022. Num prazo mais curto, até o final de 2020, o Japão projeta absorver 300 mil estudantes estrangeiros, a Alemanha 350 mil e a China 500 mil. Visando a este objetivo, esses e outros países têm desenvolvido uma série de estratégias como introdução do idioma inglês em seus cursos, construção de alojamentos estudantis, ajustes em suas políticas de imigração visando facilitar entrada e permanência desses estudantes e oportunidades para integração ao mercado de trabalho após a conclusão da formação acadêmica (Center for Academic Mobility Research, 2018). Esse processo de competição abriu espaço para empresas de consultoria e organizações especializadas no recrutamento de estudantes internacionais, tais como World Education News and Reviews (WES), The Power of International Education, Observatory on Borderless Higher Education e outras organizações congêneres, que adotam em suas atividades um *ethos* empresarial.

À medida que o *espaço transnacional do ensino superior* se tornava mais evidente, emergiram os *rankings* globais que visam classificar as universidades num plano internacional, e que coexistem com os sistemas nacionais de avaliação. Um dos primeiros *rankings* globais a surgir foi o

Academic Ranking of World Universities (ARWU), editado em 2003 pela Universidade de Shanghai. Posteriormente, surgiram outras iniciativas nessa direção, de tal modo que, atualmente, existe mais de uma dezena de sistemas de categorização globais. A bibliografia indica que o ARWU ocupa posição dominante em termos de notoriedade entre as categorizações globais. O índice divulga as 500 universidades mais bem classificadas mundialmente segundo seus critérios e o anúncio do seu resultado anual é acompanhado com vivo interesse por governantes de várias partes do mundo, dirigentes de universidades, empresas de marketing educacional, organizações especializadas em recrutamento de estudantes, consultorias em *rankings* globais etc. (Rauhvargers, 2014; 2013; Jöns & Hoyler, 2013; Luke, 2011). Ao ser internalizada, consciente e/ou inconscientemente, por diversos atores que circulam no novo contexto do ensino superior, a cultura dos *rankings* globais converteu-se não apenas num poderoso instrumento que pauta as suas ações, mas também num instrumento de constante vigilância institucional com vistas a ocupar posições de destaque em suas classificações (Sauder & Espeland, 2009).

A concorrência acadêmica entre as universidades, impulsionada pelas categorizações globais, materializou-se na corrida de vários países visando criar e/ou transformar universidades segundo os padrões de *world class university*, o que representa outra dimensão da formação do *espaço transnacional do ensino superior*. A expressão *world class university* surgiu recentemente no vocabulário do ensino superior internacional e tem sido utilizada de forma corrente por determinados organismos internacionais como Banco Mundial, OECD, e por um grupo de *experts* que concentra seus trabalhos na temática do ensino superior (Liu & Cheng, 2011; Salmi, 2009; Mohrman, Ma & Baker, 2008; Altbach, 2009). O conceito de *world class university* expressa certas características apresentadas por universidades proeminentes nos *rankings* globais quanto a suas atividades de ensino, pesquisa, recrutamento de docentes e alunos, modelo de gestão e formas de captação de recursos. Sua forma de estruturação passou a representar um paradigma de organização a ser adotado por governos e dirigentes de universidades. Em larga medida, essas características aproximam-se da estrutura acadêmica de algumas universidades norte-americanas que, a partir da Segunda Guerra, assumiram uma posição dominante no contexto internacional do ensino superior (Geiger, 2004; Clark, 2008). Paulatinamente

a discussão de *world class university* vem influenciando a organização de universidades em vários países, como a China, que criou o *Projeto 211* e o *Projeto 985* com o objetivo de selecionar um número restrito de universidades para receber recursos financeiros adicionais com vistas a torná-las competitivas internacionalmente; a Coreia do Sul, que elaborou *Projeto Brain Korea 21*; e a Alemanha, que instituiu o *Exzellenzinitiative* (Iniciativa de Excelência) (Shin & Kehm, 2013; Liu & Cheng, 2011).

Formação de um novo modelo mundial de ensino superior?

A produção a respeito das transformações do ensino superior internacional tem sido realizada de forma predominante por docentes e pesquisadores que receberam formação acadêmica na área de educação e que exercem suas atividades profissionais em departamentos e centros de pesquisa nesta mesma esfera de conhecimento. A sociologia ocupa uma posição relativamente modesta no volume dessa produção, em função de a especialização do trabalho acadêmico que conduziu o tema do ensino superior ser alocada de forma prevalecte nos departamentos de educação em universidades de vários países. (Kehm & Teichler, 2007). Em um recente mapeamento da produção acadêmica sobre ensino superior internacional, abarcando os cinco continentes, os dados reforçam a afirmação anterior. Entre os 20 autores mais citados mundialmente, prevalecem pesquisadores da área de educação, entre os quais destacam-se Phillip Altbach, Simon Marginson, Ellen Hazelkorn, Gerard Postiglione, Jane Knight, Ka-Ho-Mock, Jamil Salmi, Nian Cai Liu e outros. Seus nomes são desconhecidos no campo da sociologia, mas ocupam uma posição influente na agenda de discussão do ensino superior e das universidades. Os dois únicos sociólogos que constam neste levantamento são Pierre Bourdieu e Stephen Ball, que exerceu a cátedra *Karl Mannheim* no Instituto de Educação da Universidade de Londres (Kuzhabekova, Hendel & Chapman, 2015).

Os dados do Quadro 1 fornecem informações sobre os dez *experts em ensino superior* mais citados internacionalmente nas últimas décadas. Como se pode observar, eles desenvolvem suas atividades acadêmicas em vários países em instituições prestigiosas, como Boston College, Universidade de Londres, Universidade de Melbourne, Universidade de Oxford, Instituto de Tecnologia

de Dublin, Universidade Nacional de Hong Kong, Universidade de Toronto, Universidade de Shanghai etc. Ao mesmo tempo, têm circulação acadêmica internacional, na medida em que tiveram inserções em universidades estrangeiras, participando de seminários, conferências, ou como *visiting scholars*. Os dados indicam também que seus livros são publicados por editoras de prestígio acadêmico e de circulação internacional, como Springer, Sage Publications, Sense Publisher, University Chicago Press, University California Press, Palgrave, Cambridge University Press etc. e seus artigos são veiculados em periódicos dos grupos Routledge e Taylor & Francis, que possuem extensa penetração mundial no universo acadêmico. Ao mesmo tempo, alguns deles têm trabalhos editados por organismos internacionais, como Unesco, Banco Mundial, OECD, o que tende a reforçar a presença mundial desse grupo de *experts* e disseminar suas concepções específicas com relação às mudanças em curso no ensino superior e nas universidades. Os dados indicam também que são autores com um volume elevado de publicações que repercutem nos trabalhos desenvolvidos por outros acadêmicos, como pode ser visto pelo número de citações alcançadas. Deve-se destacar, entre os *experts*, a presença de Philipp Altbach, considerado o “pai fundador do ensino superior internacional” que aglutinou no Center for *International Higher Education*, vinculado ao Boston College, uma rede internacional de pesquisadores que compartilham uma visão comum sobre o ensino superior e publicam seu artigos no periódico *on-line International Higher Education*, em inglês, português, russo, chinês, vietnamita, francês e espanhol (Maldonado-Maldonado & Basset, 2014).

Esses *experts* adotam uma atitude positiva diante dos eventos que propiciaram a formação do *espaço transnacional do ensino superior*, cujos conteúdos têm sido compartilhados por outros especialistas da área. Suas análises consideram que o processo de desterritorialização incrementou a internacionalização do ensino superior e proporcionou o livre comércio de serviços educacionais, representando uma oportunidade para universidades localizadas na Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos, Canadá e outros países exercerem a prática da *cross-border sources*, ou seja, captar recursos financeiros adicionais, por meio de instalação de *branch campuses* de suas instituições em territórios estrangeiros, e/ou ofertar outras modalidades de ensino para suprir corte de fundos públicos (Knight, 2008; 2010). Tendem a considerar de forma favorável a quebra de barreiras comerciais e a desregulamentação provocada pelas medidas do GATS, uma vez que este acordo possibilitou a

transformação do ensino superior em um empreendimento comercial e abriu uma brecha para a participação de corporações educacionais de escala global (Altbach, 2013; Knight, 2010; 2008; Naidoo, 2007).

Quadro 1 - Os dez *experts* em ensino superior mais citados internacionalmente

Autores	Organizações que são vinculadas	Onde publicam	Publicações da coleção principal do Web of Science	
Phillip Altbach		American Association of University Professors	248	
		Association for Asian Studies		
		Blacwell Publishing		
		Carfax Publishing Co.		
		Daedalus		
		H-Index		19
		Economic Political Weekly		
		Hans Zell Publishing		
		Hiroshima University Journals		
		Indian Academy of Sciences		
		Inst. International Relations	Soma do número de citações	1.220
		Boston College	Jal Press Inc.	
		Boston College Center for	John Hopkins University Press	
		International Higher Education	Kluwer Academic Publishers	
		Peking University	OECD	
Harvard University	Ohio State University Press			
State University of New York (SUNY) System	Optical Society of America			
National Research University,	Pergamon-Elsevier Science			
Higher School of Economics	Phi Delta Kappa			
	Routledge Journals, Taylos & Francis			
	Sage Publications Inc.			
	Science Science Press			
	Springer			
	Teachers College of Columbia University			
	Transaction Period. Consortium			
	UNESCO			
	UNESCO European Centre for Higher Education			
	Agências financiadoras	University Chicago Press		
	Higher School of Economics	University Toronto Press Inc		
		World Bank		

...Continuação Quadro 1

Autores	Organizações que são vinculadas	Onde publicam	Publicações da coleção principal do Web of Science		
Simon Marginson		Academic Press	Publicações ... Web of Science		
		American Association of University Professors		Publicações ... Web of Science	
		Australian Association for Research in Education	174		
		Australian Council for Educational Research			
		Australian Political Economy Movement			
		Australian Society for the Study of Labour History			
		Blacwell Publishing		H-Index	
		Institute of Education - UCL	Carfax Publishing Co.	30	
		University of Melbourne	Elsevier Science Publisher BV		
		ESRC & HEFCE (Economic and Social	Higher Education Press		
		Research Council & Higher Education	Kluwer Academic Publishers		
		Funding Council for England)	Meanjin		
		Centre for Global Higher Education (CGHE)	National Research University Higher School of Economics		
		University of London	National Tertiary Education Union		
		Monash University	New Zealand Council for Educational Research		
			OECD		Soma do número de citações
			O.L. Society		
			Ohio State University Press	3.455	
			Pergamon-Elsevier Science		
		Agências financiadoras	Routledge Journals, Taylos & Francis		
	Economic & Social Research Council (ESRC)	Sage Publications Inc.			
	University of California System	Sense Publishers			
		Springer			
		Taylor & Francis			
		University Chicago Press			
		University of London, Institute of Education Press			
		Wiley			

...Continuação Quadro 1

Autores	Organizações que são vinculadas	Onde publicam	Publicações da coleção principal do Web of Science
Ellen Hazelkorn	University of London	OECD	Publicações ... Web of Science
	Centre for Global Higher Education	Oxford University Press	
	Technological University Dublin	Palgrave MacMillan	60
	Boston College	Routledge Journals, Taylos & Francis	
	EAIR - European Higher Education Society	Sage Publications Inc.	H-Index
	Dublin Institute of Technology Ireland	Springer	8
	Springer International Publishing AG	Wiley	Soma do número de citações
	Agências financiadoras Humanities in the European Research Area programme - European Commission Economic & Social Research Council (ESRC)		507
Gerard Postiglione	University of Hong Kong	American Psychological Association	Publicações ... Web of Science
	The World Bank	Cambridge University Press	94
	Beijing Normal University	Journal of Contemporary Asia	
	Asian Development Bank	Kluwer Academic Publishers	H-Index
	Wah Ching Centre of Research on Education	M.E. Sharpe Inc Publisher	
	Agências financiadoras University Grant Committee of Hong Kong	Pacific Affairs, University of British Columbia	11
	General Research Fund	Palgrave	
	Research Grants Council	Pergamon-Elsevier Science	Soma do número de citações
	National Research Foundation of Korea	Routledge Journals, Taylos & Francis	
	Seed Fund for Basic Research of the University of Hong Kong National University of Singapore	Springer University California Press University Chicago Press	378
Jane Knight		Nazarbayev University Press	Publicações ... Web of Science
		OECD	49
		Perspectives in Education	H-Index
	University of Toronto	Routledge Journals, Taylos & Francis	12
	University of Johannesburg	Springer World Bank	Soma do número de citações 443

...Continuação Quadro 1

Autores	Organizações que são vinculadas	Onde publicam	Publicações da coleção principal do Web of Science
Ka-Ho Mok	Education University of Hong Kong (EdUHK)	--	Publicações ... Web of Science
	Lingnan University		130
	University of Hong Kong		H-Index
	City University of Hong Kong		21
	University of Bristol		Soma do número de citações 1.466
Jamil Salmi	The World Bank	Kluwer Academic Publishers	Publicações ... Web of Science
	Boston College	Nazarbayev University Press	30
	Diego Portales Universidad	OECD	H-Index
	National Institute of Education Planning	Springer International Publishing AG	5
	Aga Khan University	UNESCO	Soma do número de citações
	Council for Higher Education Accreditation (CHEA)	UNESCO European Centre for Higher Education	440
	International Quality Group (CIQG)	University Malaya Press	
	International Quality Principles Asian Development Bank European Commission	Universidad Nacional de Colombia	
Nian Cai Liu	Shanghai Jiao Tong University	International Society for Scientometrics and Infometrics	Publicações ... Web of Science
	IREG Observatory on Academic Ranking & Excellence		21
	Agências financiadoras	Routledge Journals, Taylos & Francis	H-Index
		Springer	5
	ESRC (Economic and Social Research Council)	UNESCO European Centre for Higher Education	Soma do número de citações
HEFCE (Higher Education Funding Council for England)		123	

...Continuação Quadro 1

Autores	Organizações que são vinculadas	Onde publicam	Publicações da coleção principal do Web of Science
Ulrich Teichler		Berg Publishers Cambridge University Press Carfax Publishing Co. Central University of Technology, Free State Elsevier Science Publisher BV Jessica Kingsley Publishers Kassel University Press GmbH	Publicações ... Web of Science 114
	Universitat Kassel	Kassel University Press GmbH	H-Index 14
	International Center for Higher Education	Kluwer Academic Publishers	Soma do número de citações
	Research Kassel	National Research University, Higher School of Economics	
	Max Planck Society	OECD	
	Academia Europaea	Ohio State University Press	
	Consortium Higher Education Researchers (CHER)	Pergamon-Elsevier Science	
	EAIR - European Higher Education Society	Portland Press	
		Routledge Journals, Taylos & Francis	
		Society for Research into Higher Education, University of Surrey	961
		Springer	
		Springer International Publishing AG	
		University Chicago Press	
		Wiley	
		Znanstveno Raziskovalno Sredisce Republike Slovenije	
	Rosemary Deem	Royal Holloway University London	
University of London		Blackwell Publishing	
University of Bristol		Cambridge University Press	84
Lancaster University		Carfax Publishing CO	
British Sociological Association		Frank Cass CO	H-Index
Society for Research into Higher Education		Kluwer Academic Publishers	16
		Routledge Journals, Taylos & Francis	
		Sage Publications Inc.	
Agências financiadoras		Sense Publishers	Soma do número de citações
ESRC (Economic and Social Research Council)		Society for Research in to Higher	
UK Society for Research into Higher Education	Education & Open University Press		
Donald Bligh	Springer	1.320	
	Taylor & Francis		

Fonte: Construída pelo autor do artigo.

A crescente mobilidade internacional de estudantes é também percebida como uma conjuntura propícia para obtenção de recursos financeiros adicionais para as universidades que se lançam nesse processo de competição. A este propósito, Simon Marginson registra que as universidades australianas aumentaram seus rendimentos de 5% para 15% em função de cobrança de taxas de estudantes internacionais (Marginson & van der Wender, 2007). Os *rankings* globais também são considerados por esse grupo como eventos positivos, pois fornecem informações úteis para as instituições se adaptarem ao cenário de competição acadêmica. Os *experts* consideram que as instituições que buscam conquistar posições de visibilidade no cenário internacional podem se inspirar em práticas adotadas pelas universidades de padrão mundial que lideram essas classificações, tais como ênfase em atividades de pesquisas que são avaliadas por resultados mensuráveis e apoiadas por financiamentos competitivos, redução de dependência de fundos governamentais, introdução de cobrança de taxas escolares dos estudantes, realização de parcerias com indústrias através de atividades de transferência de tecnologia e conhecimento, fusão de departamentos com vistas a promover procedimentos de eficiência operacional, supressão de cursos pouco atrativos para os estudantes, mudanças no trabalho acadêmico, de modo a atenuar as decisões colegiadas, substituindo-as por estruturas de poder mais centralizadas localizadas na administração central das universidades. Para eles, a emergência dos *rankings* globais impulsionou as universidades a olhar o ensino superior além dos seus muros e reconhecer a existência de uma incontornável competição entre elas, impelindo-as a realizar mudanças estratégicas para sobreviverem, tal como ocorre com as empresas econômicas (Hazelkorn, 2014; 2011).

As análises realizadas pelos *experts* salientam que nem todas as universidades participam da competição global, mas apenas as que possuem o *status* de “universidade de classe mundial” (Salmi, 2009; Altbach & Balán, 2007 Altbach:2004). Nessa direção, Jamil Salmi, ex-coordenador de Educação Superior do Banco Mundial, destaca a importância das *world class universities* no processo econômico, por realizarem pesquisas de ponta que contribuem para inovações técnicas, e produzirem recursos humanos que serão incorporados em nichos de trabalho que demandam alta qualificação profissional.

Esses *experts* acentuam que, embora essas instituições demandem um elevado custo em termos de recursos materiais e humanos para sua concretização, no contexto da *knowledge society* elas constituem uma peça fundamental no processo de desenvolvimento econômico. A presença da *world class university* tornou-se um fato inequívoco no cenário do ensino superior, que tem mobilizado governos nacionais e dirigentes de universidades para seu estabelecimento e merecido atenção especial por parte desses especialistas (Mok, 2016; Liu & Cheng, 2011; Postiglione, Chapman & Cummings, 2010; Salmi, 2009).

Na visão desses *experts*, o enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social e o avanço do processo de globalização econômica, orientada por uma economia política liberal, abriram um espaço para a introdução de medidas visando à maior eficiência no funcionamento de instituições públicas (O’Byrne & Hensby, 2011). Nesse contexto, assinalam que as universidades se encontram pressionadas, tanto interna quanto externamente, devendo adotar procedimentos de gestão utilizados em empresas privadas, de forma a maximizar padrões de eficiência, dando prosseguimento à concepção da *entrepreneurial university* formulada por Burton Clark nos anos 1980 (Clark, 1983; 1998; 2008).

Simultaneamente, avaliam que, no âmbito externo, o processo de globalização econômica acentuou a relevância da *knowledge economy* – utilizando esta noção no sentido do termo cunhado inicialmente por Peter Drucker e posteriormente retrabalhado por autores como Daniel Bell, Manuel Castells, Michael Gibbons, entre outros – que tornou a produção de novos conhecimentos um novo fator de produção, em contraste com ingredientes produtivos tradicionais, tais como terra, recursos naturais, esforço humano e maquinários, tendo como consequência a demanda de formação de trabalhadores qualificados, cuja tarefa deve ser desempenhada pelas universidades (Drucker, 1969; 1993; Bell, 1973; Castells, 1994). Nesse sentido, consideram que, ao contrário de um período anterior, no qual universidades e empresas eram relativamente independentes, no contexto da *knowledge economy* ocorre, de forma crescente, uma maior interação entre governos, empresas e *think tanks*, que trabalham em projetos específicos para atender demandas do campo econômico, a cuja nova realidade as universidades devem adaptar-se como condição de sua sobrevivência (Gibbons, 1998).

De forma resumida, os trabalhos dos *experts* sugerem que, no novo contexto do ensino superior, as universidades devem: (i) formar quadros profissionais em sintonia com a dinâmica e demandas das economias nacionais e global; (ii) diminuir a dependência de recursos públicos e diversificar suas fontes de financeiras; (iii) promover aumento de taxas escolares dos estudantes; (iv) realizar contratos com corporações econômicas; (v) incrementar o recrutamento de estudantes internacionais, cobrando uma sobretaxa face aos estudantes nacionais; (vi) introduzir um modelo de gestão nos moldes adotados em empresas privadas; (vii) avaliar o desempenho dos docentes a partir de publicações indexadas em períodos internacionais de referência; (viii) instituir um *ethos* empresarial nos docentes, uma vez que devem buscar recursos financeiros no ambiente externo à universidade; (ix) desenvolver a atitude *self* empreendedora no corpo discente, considerada como uma habilidade pessoal necessária para se locomover numa economia neoliberal e globalizada etc. (Mohrman, 2013; Mohrman, Ma & Baker, 2008; King, Marginson & Naidoo, 2011).

Os trabalhos produzidos por esses *experts* – indicados na bibliografia deste artigo – suscitaram a criação de um novo léxico para se referir às universidades e suas relações com o seu entorno social. De forma recorrente, encontra-se presente a utilização de um vocabulário até então inusitado para se reportar à vida acadêmica, tais como: *knowledge society*, *entrepreneurial university*, *knowledge economy*, *accountability*, *cross-border higher education*, *branch campuses*, *ranking and league tables*, *world class university*, *triple helix* etc. Este novo léxico e outros termos congêneres passaram a ser enunciados, apreendidos e reproduzidos por uma multiplicidade de atores, tais como administradores de universidades, *policy makers* e pesquisadores, em escala global, como construções intelectuais neutras, objetivas, como categorias analíticas naturais e que gozam de uma aceitação consensual no debate intelectual.

Intelectuais coletivos e a crítica aos *experts*

A noção de intelectual coletivo formulada por Pierre Bourdieu inspirou-se no conceito de intelectual específico concebido por Michel Foucault, quem se contrapôs à figura do intelectual universal – que, segundo ele, procura se

corporificar em “mestre da verdade e da justiça”, simbolizado na figura de Jean Paul-Sartre –, e também se opôs à figura dos *experts* que, ancorados no processo de divisão e especialização do conhecimento, utilizam uma pretensa atitude de neutralidade científica nos seus trabalhos. No entanto, conservou a dimensão crítica dos intelectuais que, no caso francês, se inscreve na tradição inaugurada no movimento *dreyfusard*. Contudo, Foucault combinou esta postura à prática de um saber especializado, colocando-o a serviço de grupos que se encontravam despossuídos dos meios da produção do conhecimento (Foucault, 2000). Nessa mesma direção, Bourdieu mantém uma atitude crítica com relação aos *experts* que, segundo ele, instrumentalizam o conhecimento das ciências sociais em favor de grupos dominantes, e distancia-se também da figura do intelectual universal, retendo, no entanto, a dimensão crítica contida nesse posicionamento (Bourdieu, 2002).

Na fase final de sua carreira acadêmica, que coincidiu com o avanço de investidas contra o Estado-Providência, durante os anos 1980 e 1990, tanto na França quanto em várias partes do mundo, Bourdieu passou a se envolver diretamente nas lutas contra os efeitos sociais, culturais, políticos e ideológicos da globalização, compreendendo-a como uma política econômica implementada por um conjunto de agentes e instituições que investem contra a existência de direitos sociais, serviços públicos, igualdade de acesso à saúde, à educação e à cultura. Foi nesse contexto que publicou seus dois livros denominados *Contre-feux*, nos quais elaborou uma crítica ao neoliberalismo como uma condição prévia para uma ação racional e, entre vários temas, retomou a questão da autonomização do campo da produção cultural. Essa questão foi analisada no seu trabalho *Les règles de l'art*, no qual salientou que essa independência se encontrava cada vez mais ameaçada pela intrusão da lógica comercial em todos os estágios da produção e da circulação dos bens culturais, cuja dinâmica ameaçava a própria autonomia do pensamento crítico dos intelectuais. Nesse cenário, elaborou a concepção de *intelectual coletivo*, que, amparado no acúmulo do conhecimento das ciências sociais, realiza um trabalho de intervenção política coletivamente, conciliando a produção de um conhecimento rigoroso da sociedade com um compromisso social, imprimindo uma dimensão de contra-expertise nas suas tomadas de posição.

A criação do Centre de Sociologie de l'éducation et de la culture e da revista *Actes de la Recherche en sciences sociales* permitiu a formação de

uma rede internacional de pesquisadores e uma condição favorável para a concepção do intelectual coletivo, que adquiriu uma forma tangível com a criação da editora *Raisons d'Agir*, em 1996, sob a direção de Pierre Bourdieu. Desde então, publicou mais de uma centena de livros, articulando intelectuais de diferentes países que têm abordado a inserção do campo da cultura no contexto do liberalismo e cujos trabalhos procuram romper a aparente unanimidade da força simbólica do discurso neoliberal dominante, além de restaurar, através dessas publicações, a dimensão de crítica social. Segundo essa perspectiva, a democracia pressupõe, como uma de suas condições, a existência de um contrapoder crítico (Swartz, 2004; Lebaron & Mauger, 1999; Duval *et al.*, 1998). No mesmo movimento de concretizar o projeto do intelectual coletivo, Pierre Bourdieu criou, em companhia de Christophe Charle, a Association de Réflexion sur les Enseignements Supérieurs et la Recherche (ARESER), que tem realizado trabalhos a respeito das transformações do ensino superior contemporâneo no contexto francês, europeu e mundial (ARESER, 1997; Charle & Soulié, 2007; 2015).

Ao constatarem a disseminação mundial do novo léxico, para se referir às universidades, construído pelos *experts*, assim como sua acolhida favorável nos organismos internacionais como Unesco, Banco Mundial, OCDE, os *intelectuais coletivos* procuram manter uma posição crítica. Assinalam que os *experts* partem do pressuposto da existência inelutável de um mercado mundial de ensino superior, que tende a funcionar de acordo com um comportamento cada vez mais competitivo, presente no interior das universidades e entre elas em seus países, visando a recursos financeiros e prestígio acadêmico nacional e internacional. Segundo os *experts*, esse fato tem conduzido as universidades a manterem uma relação crescente de interação com o campo econômico. Esses dois *modi operandi* das universidades – ou seja, uma atitude de competitividade e uma maior interação com demandas econômicas – são concebidos pelos *experts* como tendências universais no ensino superior. Tais condutas seriam benéficas para as universidades, ao propiciarem maior eficiência em suas atividades. Já os *intelectuais coletivos* vão salientar que o novo cenário do ensino superior não expressa um efeito mecânico da economia, mas constitui o produto de uma política levada a cabo por um conjunto de instituições internacionais, nacionais e locais e por diversos atores – entre os quais os *experts*, através de seus trabalhos – que tem conduzido esse campo à sua desregulamentação e liberalização (Bourdieu,

2001; Collectif ACIDES, 2015). Nesse sentido, consideram que o processo de desterritorialização do ensino superior e as práticas de *cross-border sources* que o acompanham por meio da instalação de *branch campuses* de várias universidades em territórios estrangeiros, impulsionadas pelas medidas do GATS – objeto de análises dos *experts* –, eliminaram as regulamentações nacionais e propiciaram a participação de empresas que oferecem serviços educacionais em escala global e a consequente comercialização do ensino superior (Altbach & Knight, 2007; Naidoo, 2007).

Os *rankings* globais são vistos pelos *intelectuais coletivos* como um procedimento com uma visão restrita da universidade, por reduzi-la somente à pesquisa, que constitui uma de suas atividades, mensurando-a por meio de indicadores como publicações, citações, visibilidade científica dos pesquisadores, e colocando em segundo plano a dimensão da formação acadêmico-intelectual. A utilidade dessas classificações reside na justificação de decisões de política educacional de governos e/ou de dirigentes de instituições para pressionar as universidades a coordenarem suas condutas acadêmicas em função de objetivos externos. Consideram que os *rankings* globais têm estimulado um processo de diferenciação, hierarquização e desigualdade institucional entre as universidades através da criação de *world class universities*, uma vez que iniciativas de levar adiante o projeto de criar este tipo de universidade têm conduzido dirigentes governamentais e de instituições a suprimirem cursos pouco visíveis ou rentáveis, aumentarem despesas com marketing – para projetar uma imagem competitiva no cenário de concorrência internacional – e relegaram a um segundo plano instituições que não possuem potencial competitivo, alocando mais recursos nas universidades mais promissoras para participar do mercado global de ensino superior.

Os *intelectuais coletivos* acentuam que as concepções formuladas pelos *experts* retomam a teoria do capital humano formulada por Theodor Schultz e retrabalhada por Gary Becker (1964; Becker & Posner, 2009), a qual procurou ressaltar o predomínio da análise econômica na compreensão das condutas dos indivíduos em várias dimensões da vida social, inclusive em suas estratégias educacionais. A teoria do capital humano atribui um valor econômico à educação, na medida em que ela possibilita a cada indivíduo, considerado isoladamente, aumentar sua produtividade no trabalho e aumentar seus rendimentos econômicos a médio e longo prazos. A difusão dessa teoria pelo Banco Mundial e por outros organismos, como Unesco e

OCDE, levou a considerar as instituições do ensino superior como empresas que oferecem um serviço de formação profissional a clientes que estão dispostos a pagar para adquirir esta habilidade específica. Segundo vários autores que pertencem ao grupo dos *intelectuais coletivos*, a proposta de *cost-sharing* incluída nos documentos desses organismos internacionais, ou seja, a divisão dos custos do ensino superior entre os indivíduos e o Estado, conduziu a uma expansão do ensino privado empresarial em vários países da América Latina, Ásia, África e à introdução de cobranças de taxas escolares em universidades públicas na Europa e em outras partes do mundo, o que contribuiu para o endividamento dos estudantes e suas famílias em função dos empréstimos realizados para arcar com os encargos financeiros das taxas escolares (Collectif ACIDES, 2015; Trindade, 2015; Lempérière, 2015; Jost, 2015).

Ao analisar o discurso produzido pelos *experts* em ensino superior, os *intelectuais coletivos* identificam que os termos adotados – “concorrência”, “competição”, “circulação”, “inovação”, “parcerias universidade-empresas”, “*accountability*”, “estratégia”, “eficiência” – integram um campo lexical que contém palavras como conflito, luta, combate e antagonismo. Isso tende a apontar para um sentido de ímpeto, poder, ação, modernidade, a ser identificado com a força das transformações do ensino superior, e que se opõe a termos como “acordo”, “cooperação”, “solidariedade” etc., identificados como pertencendo a uma concepção de universidade do passado, inaugurada por Humboldt, que os *experts* consideram ineficaz, impotente e arredia a mudanças (Montlibert, 2008; 2004; Charle & Verger, 2012). Destacam também que as categorias cognitivas disseminadas pelos *experts* são assumidas como um sistema de crenças conscientes e/ou inconscientes por uma ampla gama de atores e integradas em documentos que orientam reformas do ensino superior em escala global, nacional e em nível local, ou seja, no interior de universidades específicas. Os *intelectuais coletivos* destacam os efeitos sociais dessa teoria, na medida em que ela contribuiu para introduzir a cobrança de taxas escolares em instituições e universidades em países que sempre tiveram uma educação pública e gratuita como, por exemplo, a França, onde alguns *thinks tanks*, como o Institut Montaigne e o Terra Nova, defendem taxar os estudantes, seja em nome de uma pretensa justiça social, seja como uma forma de cobrir a contenção de despesas na educação superior, ou ainda como retirada do Estado da oferta de serviços públicos.

Conclusão

O artigo destacou a participação de dois tipos de intelectuais e suas tomadas de posição diante das transformações que estão ocorrendo no contexto da formação do *espaço transnacional de ensino superior*. Indicou que os *experts* ocupam uma posição central na produção acadêmica sobre o ensino superior internacional, na medida em que se encontram incluídos entre os autores mais citados mundialmente nessa área de investigação. Destacou que esses exercem suas atividades em instituições prestigiosas, publicam seus trabalhos em inglês em editoras de circulação internacional, têm seus artigos veiculados em periódicos de extensa penetração no universo acadêmico e que alguns deles possuem trabalhos em coautoria com organismos internacionais como Unesco, Banco Mundial e OECD, o que contribui para reforçar a presença de suas ideias em escala internacional. Ademais, os *experts* operam academicamente como um grupo coeso em termos de concepções acerca das transformações em curso nas universidades, pois o trabalho de cada membro constitui um marco de referência para os demais, de modo que tendem a funcionar como um círculo autorreferenciado e como um clube de admiração mútua. Sob a liderança desses *experts*, formou-se uma extensa rede internacional de acadêmicos que compartilham uma visão comum sobre o ensino superior expressa nas publicações do periódico *International Higher Education* que, durante longo período, foi comando por Phillip Altbach, personagem emblemático na condução desse grupo. Por um prisma otimista, as análises dos *experts* a propósito das transformações em curso no *espaço transnacional do ensino superior* consideram que a acirrada competição existente no âmbito de cada universidade, e entre elas em seus países, por recrutamento de estudantes nacionais e/ou estrangeiros, recursos financeiros adicionais e por prestígio acadêmico nos *rankings* globais é positiva, pois as impele a introduzir constantes mudanças estratégicas para sobreviverem institucionalmente. Ao mesmo tempo, as tomadas de posição dos *experts* favorecem a intromissão de uma lógica econômica no ensino superior ao salientar que, no contexto da *knowledge economy*, as universidades tornaram-se ator central na produção de novos conhecimentos para a produtividade econômica e, como *entrepreneurial universities*, devem adotar em seu interior procedimentos de gestão utilizados em empresas privadas, de forma a maximizar seus padrões de eficiência.

Os *intelectuais coletivos*, por sua vez, adotam uma postura crítica com relação às transformações em curso no ensino superior e nas universidades, pois consideram que as mudanças constituem o resultado de políticas de instituições e atores que têm conduzido a retração do Estado diante do ensino público, bem como uma desregulamentação e liberalização da educação e uma crescente intrusão da lógica empresarial nas universidades. Consideram que o novo vocabulário utilizado e disseminado pelos *experts* e reproduzido mundialmente por uma multiplicidade de atores – tais como dirigentes de universidades, governos nacionais, e também por pesquisadores que trabalham nessa temática – expressa uma *doxa* para se referir às universidades, ou seja, um conjunto de pressupostos cognitivos, avaliativos que assume como autoevidentes os conceitos e categorias analíticas utilizadas pelos *experts*. Dessa forma, os *intelectuais coletivos* assumem uma postura de *contra-expertise*, ao destacarem que o discurso de aparente neutralidade produzido pelos *experts* representa uma estratégia, seja consciente ou inconsciente, para transfigurar uma visão parcial do *espaço transnacional do ensino superior*, o qual expressa um paradigma *sui generis* de interpretação das transformações e dos rumos das universidades, convertido em expressão do conhecimento legítimo a ser disseminado e empreendido pelos pesquisadores dessa temática em escala global. Os *intelectuais coletivos* criticam as sugestões dos organismos internacionais, como Banco Mundial, OCDE etc., bem como dos intelectuais que mantêm afinidades de pensamento com esses organismos, por promoverem em escala mundial, um modelo único de organização de universidade, que visa intensificar sua relação com as demandas do campo econômico. Ao contrário dessa posição, os *intelectuais coletivos*, ressaltam a existência de uma pluralidade de modelos possíveis de organização das universidades, de formas diversas de conectá-las com suas respectivas sociedades nacionais, tendo em vista a implementação de políticas de democratização de acesso e permanência ao ensino superior.

Inspirado na formulação do conceito de *campo intelectual*, este artigo procurou salientar a existência de uma luta a propósito do discurso sobre os rumos das universidades, representada pelas tomadas de posição, de um lado, dos *experts* e, de outro, dos *intelectuais coletivos*. Devido à centralidade mundial que os *experts* ocupam na produção desse discurso, o posicionamento dos *intelectuais coletivos* forneceu um contraponto à pretensão de universalizar as concepções parciais, um paradigma *sui generis*, o ponto de vista específico

formulado pelos especialistas, ou seja, a ambição de transformar suas interpretações em um ponto de vista absoluto, revestidas de uma nova linguagem aparentemente objetiva e neutra. O conceito de campo intelectual fornece uma contribuição relevante para a compreensão dos intelectuais, ao problematizar a relação espontânea encantada que eles têm com suas categorias cognitivas, e pode também prevenir que sejam manipulados pelas categorias de pensamento mobilizadas no processo de conhecimento. Nessa direção, a sociologia dos intelectuais, enquanto uma dimensão da sociologia do conhecimento, pode contribuir para os investigadores refletirem sobre suas próprias estruturas cognitivas e realizar de forma rotineira o trabalho de historicizar a gênese social das categorias de pensamento existentes num dado momento em uma área temática. Na ausência desta historicização, corre-se o risco de ser manipulado da forma mais insidiosa, ou seja, pela interiorização inconsciente de determinadas categorias de pensamento que pretendem exercer uma dominação na área do ensino superior internacional.

Referências

- Altbach, Phillip G. (2013). *The international imperative in higher education*. Boston: Sense Publishers.
- Altbach, Phillip G. (2009). *Trends in Global Higher Education: Tracking an Academic Revolution*. Paris: Unesco.
- Altbach, Phillip G. (2004). The cost and benefits of world class university. *Academe*, 90 (1), 21-23.
- Altbach, Phillip G., & Balan, Jorge. (2007) (orgs). *World Class Worldwide: transforming research universities in Asia and Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Altbach, Phillip G., & Knight, Jane. (2007). The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. *Journal of Studies in International Education*, 11 (3/4), 290-305. <https://doi.org/10.1177/1028315307303542>

- ARESER.(Association de réflexion sur les enseignements s supérieurs et de la recherche). (1997). *Quelques diagnostics et remèdes d'urgence pour une université en péril*. Paris: Raisons d'agir éditions.
- Baert, Patrick, & Morgan, Marcus. (2018). A performative framework for the study of intellectuals. *European Journal of Social Theory*, 21(3), 322–339. <https://doi.org/10.1177/1368431017690737>
- Bailey, Michael, & Freedman, Des. (2011). *The assault on University*. Londres: Pluto Press.
- Ball, Stephen J. (2015). Living the neo-liberal university. *European Journal of Education*, 50(3), 258–161. 2015. <https://doi.org/10.1111/ejed.12132>
- Bauman, Zygmunt. (1987). *Legislators and interpreters: on modernity, post-modernity and intellectuals*. Ithaca: Cornell University Press.
- Becker, Gary S. (1964). *Human capital: A theoretical and empirical analysis with special reference to education*. Chicago: The University Chicago Press.
- Becker, Gary S., & Posner, Richard A. (2009). *Uncommon sense: economic insights from marriage to terrorism*. Chicago: The University Chicago Press.
- Bell, Daniel. (1973). *The coming of post-industrial society: A venture in social forecasting*. Nova York: Basic Books.
- Benda, Julien. (1975). *La trahison des clercs*. Paris: Grasset.
- Berlin, Isaiah. (1978). *Russian thinkers*. Londres: Hogarth Press.
- Bourdieu, Pierre. (2002). *Interventions: sciences sociales et action politique*. Marselha: Agone.
- Bourdieu, Pierre. (2001). *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Éditions Fayard.
- Bourdieu, Pierre. (1999). Le fonctionnement du champ intellectuel. *Regard Sociologique*, 17/18, 5–27. Retirado de: http://www.regards-sociologiques.fr/wp-content/uploads/2019/12/rs_17-18_1999_1_bourdieu.pdf
- Bourdieu, Pierre. (1994). *Raisons pratiques : sur la théorie de la pratique*. Paris: Éditions du Seuil.
- Bourdieu, Pierre. (1992). *Les Règles de l'art : genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Point Essais.

- Bourdieu, Pierre. (1989). *La noblesse d'État : grandes écoles et esprit des corps*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre. (1987). *Choses dites*. Paris: Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre. (1984). *Homo Academicus*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre. (1982). *Leçon sur la leçon*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, Pierre. (1980). Le capital social. Notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31, 2–3. Retirado de: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069
- Bourdieu, Pierre. (1979a). *La distinction : critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre. (1979b). Les trois états du capital culturel. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 30, 3–6. Retirado de: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1979_num_30_1_2654
- Burke, Peter. (2000). *A social history of knowledge*. Oxford: Polity Press.
- Busch, Lawrence. (2014). *Knowledge for sale: the neoliberal takeover of higher education*. Massachusetts: MIT Press.
- Castells, Manuel. (1994). The University system: engine of development in the new world economy. In J. Salmi, *Revitalizing higher education*. Oxford: Pergamon.
- Center for Academic Mobility Research and Impact. (2018). *A world on the move: Trends in global student mobility*. Nova York: Institute of International Education.
- Charle, Christophe. (1990). *Naissance des Intellectuels. (1880-1900)*. Paris: Éditions de Minuit.
- Charle, Christophe, & Soulié, Charles (Dir.). (2015). *La dérégulation universitaire. La construction étatisée des « marchés » des études supérieures dans le monde*. Paris: Syllepse.
- Charle, Christophe, & Soulié, Charles (Dir.). (2007). *Les ravages de la modernisation universitaire en Europe*. Paris: Syllepse.
- Charle, Christophe, & Verger, Jacques. (2012). *Histoire des Universités (XIIe-XXIe Siècle)*. Paris: Presses Universitaires France.
- Clark, Burton. (2008). *On higher education: Selected writings (1956-2006)*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

- Clark, Burton. (1998). *Creating entrepreneurial universities: Organizational pathways of transformation*. Oxford: Pergamon.
- Clark, Burton. (1983). *The higher education system. Academic organization in cross-national perspective*. Los Angeles: University of California Press.
- Collectif ACIDES. (2015). *Arrêtons les frais ! pour un enseignement supérieur gratuit et émancipateur*. Paris: Raison d'agir Éditions.
- Collini, Stefan. (2018). *Speaking of university*. Londres: Verso.
- Collini, Stefan. (2012). *What are universities for?* Londres: Penguin.
- Collini, Stefan. (2009). *Absent Minds. Intellectuals in Britain*. Oxford: Oxford University Press.
- Coser, Lewis A. (1970). *Men of ideas: A sociologist's view*. Nova York: Free Press.
- Drucker, Peter F. (1993). *Post-capitalist society*. Nova York: Harper Business.
- Drucker, Peter F. (1969). *The age of discontinuity: Guidelines to our changing society*. Nova York: Butterworth-Heinemann.
- Duval, Julien; Gaubert, Christophe; Lebaron, Frédéric; Marchetti, Dominique, & Pavis, Fabienne. (1998). *Le « décembre » des intellectuels français*. Paris: Raison d'agir.
- Elliott, Anthony, & Urry, John. (2010). *Mobile lives*. Oxford: Routledge.
- Eyal, Gil, & Buchholz, Larissa. (2010) From the sociology of intellectuals to the sociology of interventions. *Annual Review of Sociology*, 36, 117–137. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.012809.102625>
- Fatsis, Lambros. (2018). Becoming public characters, not public intellectuals: Notes towards an alternative conception of public intellectual life. *European Journal of Social Theory*, 21(3), 267–287. <https://doi.org/10.1177%2F1368431016677977>
- Foucault, Michel. (2000). *Essential works of Michel Foucault*, (Vol. 3). Nova York: New Press.
- Garrett, Richard *et al.* (2017). *International branch campuses: Success factors*. Retirado da página web de The Observatory on Borderless Higher Education: http://www.obhe.ac.uk/documents/view_details?id=1076
- Geiger, Roger (2004). *Research & relevant knowledge: American research universities since World War II*. New Jersey: Transaction Publishers.

- Gibbons, Michael. (1998). *Higher education relevance in the 21st century*. Washington, DC: World Bank.
- Gouldner, Alvin W. (1979). *The future of intellectuals and the rise of the new class*. Nova York: Seabury.
- Gramsci, Antonio. (1995). *Further selections from the prison notebooks* (D. Boothman, Ed.). Minneapolis: University of Minnesota Press. 1995.
- Gramsci, Antonio. (1971). *Selections from the prison notebooks* (Q. Hoare & G. N. Smith, Trans. e Eds.). Nova York: International Publishers.
- Gumport, Patricia. (2007). *Sociology of higher education: contributions and their contexts*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Hazelkorn, Ellen. (2014). Reflections on a decade of global rankings: What we've learned and outstanding issues. *European Journal of Education*, 49(1), 12–28. <https://doi.org/10.1111/ejed.12059>
- Hazelkorn, Ellen. (2011). *Rankings and the reshaping of higher education*. Londres: Palgrave.
- Jacoby, Russel. (2005). *Picture imperfect: Utopian thought for an anti-utopian age*. Nova York: Columbia University Press.
- Jacoby, Russel. (1999). *The end of Utopia: politics and culture in an age of apathy*. Nova York: Basic Books.
- Jacoby, Russel. (1987). *The Last Intellectuals: American culture in the age of academe*. Nova York: Basic Books.
- Jennings, Jeremy, & Kemp-Welch, Anthony. (1997). *Intellectuals in politics: From the Dreyfus Affair to Salman Rushdie*. Londres: Routledge.
- Jöns, Heike, & Hoyler, Michael. (2013). Global geographies of higher education: The perspective of world university rankings. *Geoforum*, 46, 45–59. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2012.12.014>
- Jost, Hans-Ulrich. La Révolution des universités suisses. In Charle, Christophe, & Soulié, Charles (dir.). (2015). *La dérégulation universitaire. La construction étatisée des « marchés » des études supérieures dans le monde*. Paris: Syllepse.
- Kehm, Barbara M., & Teichler, Ulrich. (2007). Research on internationalisation in higher education. *Journal of Studies in International Education*, 11(3-4), 260 -273. <https://doi.org/10.1177/1028315307303534>
- King, Roger; Marginson, Simon, & Naidoo, Rajani. (2011). *Handbook on globalization and higher education*. Northampton: Edward Elger.

- Knight, Jane. (2010). Internationalization and the competitiveness agenda. In L. Portnoi, & S. Bagley (Eds.), *Higher education, policy, and the global competition phenomenon* (pp. 205–218). Nova York: Palgrave.
- Knight, Jane. (2008). *Higher education in turmoil: The changing world of internationalization*. Rotterdam: Sense Publishers.
- Kochetkova, Inna. (2010). *The myth of the Russian intelligentsia: Old intellectuals in the new Russia*. Nova York: Routledge.
- Konrad, Gyorgy, & Szelényi, Ivan. (1979). *The intellectuals on the road to class power*. San Diego: Harcourt Brace Jovanovich.
- Kuzhabekova, Aliya; Hendel, Darwin D., & Chapman, David W. (2015). Mapping global research on international higher education. *Research in Higher Education*, 56(8), 861–882. <https://doi.org/10.1007/s11162-015-9371-1>
- Lebaron, Frédéric, & Mauger, Gérard. (1999). Raisons d’agir : un intellectuel collectif autonome. *Journal des anthropologues*, 77-78, 295–301. <https://doi.org/10.4000/jda.3089>
- Leclerc, Gérard. (2003). *Sociologie des intellectuels*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Le Goff, Jacques. (1985). *Les intellectuels au Moyen Age*. Paris: Éditions du Seuil.
- Lempérière, Annick. L’éducation supérieure comme *business*: le modèle chilien, in, Charle, Christophe, & Soulié, Charles (dir.). (2015). *La dérégulation universitaire. La construction étatisée des « marchés » des études supérieures dans le monde*. Paris: Syllepse.
- Liu, Nian C., & Cheng, Ying. (2011). *Paths to a world-class university: Lessons from practices and experiences*. Boston: Sense Publishers.
- Lipset, Seymour M., & Dobson, Richard B. (1972). The intellectual as critic and rebel: With special reference to the United States and the Soviet Union. *Daedalus*, 101(3), 107–145. Retirado de: <https://www.jstor.org/stable/20024084>
- Luke, Allan. (2011). Generalizing across borders: policy and the limits of educational science. *Educational Researcher*, 40(8), 367–377. <https://doi.org/10.3102/0013189X11424314>
- Maldonado-Maldonado, Alma, & Basset, Roberta M. (2014). *The forefront of international higher education: A festschrift in honor of Philip G. Altbach*. Londres: Springer.

- Mannheim, Karl. (1956). *Essays on the Sociology of Culture*. Londres: Routledge.
- Mannheim, Karl. (1936). *Ideology and utopia: An introduction to the Sociology of Knowledge*. Nova York: Harcourt.
- Marginson, Simon, & van der Wender, Marijk. (2007). *Globalisation and higher education*. Paris. OECD.
- Mohrman, Kathryn (2013). Are Chinese Universities Globally Competitive? *The China Quartely*. 215, 727-743.
- Mohrman, Kathryn; Ma, Wanhua, & Baker, David. (2008). The research university in transition: The emerging global model. *Higher Education Policy*, 21(1), 5–27. <https://doi.org/10.1057/palgrave.hep.8300175>
- Mok, Ka Ho. (2016). *The quest for world-class university status: implications for sustainable development of Asian universities*. Londres: Centre for Global Higher Education working paper series.
- Montlibert, Christian de. (2008). La reforme universitaire: une affaire de mots. In F. Schultheis, M. R. Escoda, P-F. Cousin (Orgs.), *Le cauchemar de Humboldt : les reformes de l'enseigments superieur europeen* (pp.27–37). Paris: Raison d'agir. Paris.
- Montlibert, Christian de. (2004). *Savoir à vendre : l'enseignement superieur et la recherche en danger*. Paris: Raison d'agir.
- Naidoo, Rajani. (2007). *Higher education as a global commodity: the perils and promises for developing countries*. Retirado da página web de The Observatory on Borderless Higher Education: http://www.obhe.ac.uk/documents/2007/Reports/Higher_Education_as_a_Global_Commodity_The_Perils_and_Promises_for_Developing_Countries
- O'Byrne, Darren J., & Bond, Christopher. (2014). Back to the future: the idea of a university revisited. *Journal of Higher Education Policy and Management*, 36(6), 571–585. <https://doi.org/10.1080/1360080X.2014.957888>
- O'Byrne, Darren J., & Hensby, Alexander. (2011). *Theorizing global studies*. Nova York: Palgrave.
- Parsons, Talcott. (1969). The intellectual: a social role category. In P. Rieff (Ed.), *On intellectuals: theoretical and case studies* (pp. 3–26). New York: Doubleday.
- Pels, Dick. (2013). *The intellectual as stranger: Studies in spokespersonship*. Londres: Routledge.

- Perkins, Harvey C., & Thorns, David C. (2012). *Place, identity and everyday life in a globalizing world*. Nova York: Palgrave.
- Posner, Richard A. (2001). *Public intellectuals: A study of decline*. Cambridge: Harvard University Press.
- Postiglione, Gerard A., Chapman, David W., & Cummings, William K. (2010). *Crossing Border in East Asian Higher Education*. Hong Kong: Springer.
- Rauhvargers, Andrejs. (2014). Where are the global rankings leading us? An analysis of recent methodological changes and new developments. *European Journal of Education*, 49(1), 29–44. <https://doi.org/10.1111/ejed.12066>
- Rauhvargers, Andrejs. (2013). *Global University Rankings and their impact*. Brussels: European University Association.
- Ringer, Fritz K. (1989). Bildung: the social and ideological context of the German historical tradition. *History of European Ideas*, 10(2), 193–202. [https://doi.org/10.1016/0191-6599\(89\)90068-5](https://doi.org/10.1016/0191-6599(89)90068-5)
- Ringer, Fritz K. (1969). *The decline of the German Mandarins: The German academic community, 1890-1933*. Cambridge: Harvard University Press.
- Salmi, Jamil. (2009). *The challenges of establishing world class university*. Washington: World Bank.
- Sapiro, Gisèle. (2009). Modèles d'intervention politique des intellectuels : Le cas français. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 176-177(1), 8–31. <https://doi.org/10.3917/arss.176.0008>
- Sartre, Jean-Paul. (1972). *Plaidoyer pour les intellectuels*. Paris: Gallimard.
- Sauder, Michael, & Espeland, Wendy N. (2009). The Discipline of Rankings: Tight Coupling and Organizational Change. *American Sociological Review*, 74(1), 63-82. <https://doi.org/10.1177/000312240907400104>
- Shin, Jung Cheol, & Kehm, Barbara M. (Eds.). (2013). *Institutionalization of world-class university in global competition*. Dordrecht: Springer.
- Swartz, David. (2004). Le sociologue critique et l'intellectuel public. In L. Pinto, G. Sapiro, & P. Champagne (Orgs.), *Pierre Bourdieu, sociologue* (pp. 393–409). Paris: Fayard.
- Swartz, David. (1997). *Culture and Power. The sociology of Pierre Bourdieu*. Chicago: The University of Chicago Press.

Weber, Max. (1949). *Methodology of Social Sciences*. Chicago: The Free Press of Glencoe.

Wildavsky, Ben. (2010). *The Great Brain Race: How Global Universities are reshaping the world*. New Jersey: Princeton University Press.

Wilkins, Stephen, & Huisman, Jeroen. (2012). The international branch campus as transnational strategy in higher education. *Higher Education*, 64, 627–645. <https://doi.org/10.1007/s10734-012-9516-5>

Winock, Michel. (1999). *Les siècles des intellectuels*. Paris: Éditions du Seuil.

Submetido em 15 de janeiro de 2020
Aprovado em 27 de julho de 2020



Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

Sociologia, universidade e política

Sociology, university and politics

Maria Alice Rezende de Carvalho* 

RESUMO

Este artigo fez parte do colóquio “A Sociologia Brasileira: contrafogos”, organizado pela SBS no âmbito do 43º Encontro Anual da ANPOCS. Discute a feição assumida pela sociologia nas democracias contemporâneas; sobre a universidade, entendida como rede material de atores e recursos, capaz de alcançar e articular públicos muito diversos; e sobre as mediações sociotécnicas como dispositivo de organização e autonomização social.

Palavras-chave: ataque à sociologia brasileira, estudos sociológicos da ciência, papel da universidade, cultura científica.

ABSTRACT

This article was part of the colloquium “A Sociologia Brasileira: contrafogos”, organized by SBS as part of the 43rd Annual Meeting of ANPOCS. It discusses the aspect assumed by sociology in contemporary democracies; about the university, understood as a material network of actors and resources, capable of reaching and articulating very diverse audiences; and on socio-technical mediations as a device for organization and social autonomy.

Keywords: attack on Brazilian sociology, sociological studies of science, role of the university, scientific culture.

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Doutora em Sociologia (IUPERJ), Professora Associada II do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).
E-mail: malice@puc-rio.br

Em outubro de 2019, a Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS organizou um colóquio no âmbito do 43º Encontro Anual da ANPOCS, cujo título, *A sociologia brasileira: contrafogos*, sugeria uma reflexão sobre as ciências sociais em contexto adverso¹. A publicação deste artigo – versão pouco alterada da minha intervenção no colóquio – contraria uma regra prudencial de Erving Goffman (2019), que certa vez afirmou que discursos contêm exigências bem distintas daquelas enfrentadas por artigos de revistas científicas, principalmente a de se restringirem ao recinto em que foram proferidos.

Este artigo se arrisca em três notas breves, cuja articulação é suposta, mas não exatamente elaborada, na crença de que um tratamento mais refinado dessa articulação não agregaria ganhos substanciais à compreensão do argumento. A primeira nota dialoga explicitamente com a ementa do colóquio, que propõe ser a sociologia aspecto fundamental da dinâmica das sociedades contemporâneas, tanto na sua dimensão imaginativa, que reage ao mundo ao seu redor, objetivando questões apenas parcialmente conscientes, quanto na perspectiva de um *problem-solving thought*, mais próxima de uma ciência aplicada à correção do mundo (Nisbet, 1970).

Portanto, quer como imaginação pública, quer como instrumento de políticas públicas, é possível dizer que a sociologia se fortalece globalmente, na contramão, inclusive, do desprestígio que, desde os anos de 1980, começou a assaltar a noção de ciência, tida como atividade elitista e excessivamente confiante na superioridade epistemológica do Ocidente (Shinn & Ragouet, 2008). Em suma, este artigo subscreve o diagnóstico de que a sociologia é uma poderosa engrenagem cultural do nosso tempo e um recurso reflexivo com o qual divisamos lógicas e finalidades intelectuais e políticas. Mas sugere que essas não são as causas exclusivas – e sequer as mais importantes – da ferocidade com que o Executivo brasileiro se refere à sociologia e aos seus praticantes, apontados como peças do “marxismo cultural”, refratárias aos valores nacionais e cristãos².

1 Agradeço a Carlos Benedito Martins, então presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia, o convite para participar do colóquio; e aos pareceristas da RBS, os comentários, cujo pleno atendimento, contudo, ameaçaria o regime da oralidade mantido no texto. Originalmente sem referências bibliográficas, os poucos títulos acrescentados à intervenção apenas indicam a direção e filiação do argumento.

2 A intervenção preparada para o colóquio e sua posterior transformação neste artigo se deu sob os Ministérios de Marcos Pontes (Ciência, Tecnologia e Inovações) e Abraham Weintraub (Educação).

A hipótese esboçada aqui é a de que o ataque à sociologia se deve principalmente ao fato de ser através dela que a ciência e os cientistas se relacionam com a sociedade – afinal, é a sociologia que define contemporaneamente o que é ciência, explica a sua organização e problematiza os seus impasses. Exagerando um pouco o argumento, pode-se dizer que tudo o que a sociedade global aprendeu acerca da atividade científica no século XX decorreu da ultrapassagem da epistemologia – isto é, da consciência filosófica do conhecimento – pela compreensão sociológica dos nexos entre ciência, interesses sociais e relações de poder (Shinn & Ragouet, 2008). Por isso, “combater” a sociologia é questão tão sensível e estratégica para os que objetivam restringir a imaginação e instrumentalizar a ciência.

A segunda nota trata da universidade, cuja centralidade na moderna história brasileira é notória e tem sido abordada sob duas principais perspectivas: a que a toma principalmente como agência da crítica intelectual à modernidade, às dinâmicas que a modernidade sustenta na sociedade brasileira³; e a que a toma, prioritariamente, como agência formadora do gosto pela ciência e valorizadora do papel do cientista. Em um caso, uma universidade boa para pensar; no outro, para formar agentes da ciência e fortalecer o campo científico.

É claro que esse esforço de síntese é precário, entre outros motivos porque, no mundo inteiro, os sistemas de educação superior tendem a desempenhar simultaneamente diferentes papéis, por vezes contraditórios, o que também é verdadeiro no Brasil (Schwartzman, 1988). Pode-se dizer, no máximo, que as duas perspectivas apostam em *ênfases distintas* para definirem a universidade. De qualquer modo, o numeroso conjunto de reflexões e autores dedicados a esse debate não será tratado aqui.

Busca-se, alternativamente, apontar outra dimensão da universidade que, salvo engano, não tem merecido suficiente atenção. É como rede de atores e recursos, capaz de alcançar transversalmente regiões sociais diversas, que talvez se possa atribuir à universidade a ampliação contemporânea do espaço público. O que se propõe à reflexão é, portanto, menos a universidade como continente da crítica ou da ciência, e mais como uma relação, um caminho

3 Exemplo competente, é o livro de Maria Armanda Nascimento Arruda, *Metrópole e cultura. São Paulo no meio século XX* (2001), no qual ela argumenta que a universidade “produz” a moderna São Paulo nos anos 1940.

para a aproximação de diferentes atores e de suas representações acerca do mundo. Financiadores, comitês avaliadores, gestores universitários, editores científicos, docentes, discentes, pesquisadores, divulgadores, destinatários finais da pesquisa, artefatos e dinâmicas, e mais as equipes de assistentes e técnicos responsáveis pelas diferentes rotinas desse compósito institucional – toda essa cadeia de atores transforma a ciência em linguagem pública, resultado de muita disputa e de acordos contingentes quanto à noção de bem, de útil... Nesse sentido, talvez se possa discutir a ideia da universidade como um campo autônomo em relação ao próprio campo científico, refratário a muitas das suas imposições, e capaz de acumular um capital específico, mais procedimental, digamos, do que objetual (Bourdieu, 2004).

Finalmente, a terceira nota, trata da sociologia *como* política – uma sociologia, evidentemente, reflexiva, que ajude a pensar o vivido como percepção inteligível do mundo e da ação sobre ele (Miceli, 2005). Nesse sentido, e levando em consideração o exposto, este artigo afirma o papel fundamental da sociologia, da universidade e do uso público da imaginação no Brasil contemporâneo – sem triunfalismo, é claro, mas sem abdicar das arenas que a práxis social põe em marcha.

Sociologia

A sociologia permite entender a organização social da ciência moderna; e os cientistas buscam intervir nesse plano para garantirem o desenvolvimento de suas pesquisas. Por isso, realizam estudos comparados sobre os sistemas de ciência em diferentes países, movem redes de conhecimento transnacionais, constituem *lobbies* no plano político e travam um debate permanente sobre a autonomia e a autorregulação de seu trabalho. O que está em jogo é a possibilidade ou não de a ciência se manter como um campo social diferenciado e insensível a perturbações exógenas, sejam elas pressões empresariais ou estatais (Shinn & Ragouet, 2008).

Esta representação da ciência, que Terry Shinn e Pascal Ragouet denominam de “*diferenciacionista*”, foi predominante no período compreendido entre os anos de 1940 e 1970, e teve em Joseph Ben-David – depois de Robert Merton – um de seus maiores representantes. Para os diferenciacionistas, a existência da ciência depende da institucionalização de uma comunidade científica

autônoma; portanto, ainda que o conhecimento a que hoje chamamos de “ciência” tenha começado a florescer antes do século XVII, a ciência moderna somente se desenvolveu após o aparecimento de instituições específicas e de comunidades de cientistas. Em outras palavras, a representação diferenciacionista da ciência insiste na autonomia e especificidade de seus praticantes como alicerce sociológico da atividade científica.

Em 1976, Ben-David esteve no Brasil a convite de José Pelúcio Ferreira, então presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, cuja liderança, segundo Simon Schwartzman, “conseguiu introduzir dinamismo à atividade de pesquisa científica no Brasil e, ao mesmo tempo, protegê-la tanto quanto possível do autoritarismo político e ideológico então reinante” (Schwartzman, 1987, 68). Na ocasião, Ben-David apresentou um relato das suas observações sobre a ciência no Brasil, que Schwartzman sintetizou em quatro tópicos: (a) controles burocráticos que pesam sobre as instituições científicas; (b) nexos fracos entre pesquisa e ensino superior, com baixo impacto da inovação científica nos cursos de graduação; (c) escassez de bolsas de estudo para o exterior; e, finalmente, (d) necessidade de desenvolver a pesquisa básica e universitária, ao invés de conceber o caminho do desenvolvimento brasileiro com base em projetos tecnológicos ou industriais. E Schwartzman (1987, 68) arremata:

Sua tese é que tecnologia [pode ser importada], não tem sentido reinventá-la; a atividade científica, no entanto, requer o fortalecimento de tradições locais próprias e bem assentadas socialmente. O que falta ao Brasil, diz ele [Ben-David], é a institucionalização do “papel do cientista” como algo reconhecido e valorizado. A precariedade do ensino superior, combinado com uma percepção exageradamente tecnológica e utilitarista da atividade científica, pareciam conspirar contra isto. Agora, como dez anos atrás, ele [Ben-David] parece ter toda a razão.

Quando Ben-David aqui esteve, o Brasil ampliava seu sistema nacional de ciência, cuja montagem tivera início após a II Guerra Mundial, com a criação, em 1951, do CNPq e da Capes. E nas décadas seguintes, a FINEP (1967) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, administrado por ela a partir de 1971, deram mostras da progressiva estruturação de um sistema de ciência que, em largos traços, é o que vige ainda hoje (Fernandes, 2020). Nele, de modo mais explícito em alguns

momentos, menos perceptível em outros, o tema do desenvolvimento nacional e o sistema de medidas da ciência – principalmente as medidas de impacto, estandardizadas e difundidas pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – caminham juntos, estabelecendo uma correspondência entre financiamento para pesquisa e utilidade para o crescimento econômico.

Até os anos de 1970, os estudos sociológicos sobre a ciência se dedicavam, principalmente, a questões atinentes à maneira como ela se organiza e como essa organização afeta a modernização econômico-social dos diferentes países, deixando à filosofia o tratamento das questões cognitivas. Proliferavam, então, as pesquisas quantitativas sobre todas as coisas concernentes ao campo científico: os processos avaliativos, as pesquisas bibliométricas, os escores de citações etc., pois esses são aspectos que, segundo o entendimento que prevalecia à época, favorecem a gestão do sistema, ainda que não se refiram ao que, de fato, esse sistema está produzindo. As décadas de 1970 e 1980, porém, trariam mudanças.

Vários fatores contribuíram para a emergência de uma nova relação entre sociologia e ciência: (a) a repercussão da obra de Thomas Kuhn, por exemplo, com a ideia de que nem o funcionalismo sociológico, nem a lógica filosófica explicariam a dinâmica da ciência, chamando a atenção para o fato de que tal dinâmica leva em conta as “*cosmologias sociais*”, que são mutantes e estão subjacentes às teorias científicas (Kuhn, 1998); (b) o ceticismo político em relação aos benefícios advindos do binômio ciência/tecnologia – ceticismo que muitas vezes transbordou a crítica ao utilitarismo e se traduziu em perspectivas regressivas e anticientíficas; e, finalmente, (c) a escalada da agenda da igualdade e suas repercussões também no plano epistemológico, com o estabelecimento de equivalência cognitiva entre saberes comunitários e ciência, já que ambos “traduzem” os seus respectivos mundos.

À nova relação estabelecida entre a sociologia e a ciência, em que predominam abordagens etnográficas e/ou enfoques radicalmente construtivistas, Shinn e Ragouet dão o nome de “*antidiferencionista*”, pois ela nega um lugar especial à ciência dentre todas as atividades socialmente construídas. E, ao contrário da corrente diferenciacionista, que proclama a sua estabilidade e uniformidade, os autores antidiferencionistas apontam que eventual unidade atribuída a eles será devida mais a uma coalização antimertoniana e anti-iluminista do que propriamente a

semelhanças na forma como exploram e explicam a ciência. Em síntese, o antidiferenciacionismo não entende a ciência como um campo que deve se fechar às pressões externas, e busca aproximá-la dos problemas apresentados pelos atores sociais e seus interesses:

Essa é a lição da sociologia antidiferenciacionista que, desde o início dos anos 1980, começou a desenhar o retrato desmistificado de um campo científico, no qual o poder, o dinheiro e o lucro simbólico constituem poderosos motores práticos, como em qualquer outro microcosmo social (Shinn & Ragouet, 2008, 161).

Distinguindo-se da sociologia que toma a ciência como uma prática exclusiva de cientistas, a “nova” sociologia da ciência se dedica a revelar o quanto ela é mundana, portadora de uma verdade entre outras equivalentes. Em sua versão relativista mais radical, os antidiferenciacionistas anunciam a morte da ciência e de suas instituições associadas – uma delas, a universidade –, considerando que o conhecimento demandado socioeconomicamente será o único a ter futuro. Contudo, como argumentos estéticos têm lugar na ciência e na reflexão sobre ela, o final da saga narrada por Shinn e Ragouet contém um desfecho dramaturgicamente conciliador das posições polarizadas – diferenciacionismo vs. antidiferenciacionismo –, com a introdução de uma perspectiva que aponta para o movimento permanente, para a sustentação da controvérsia, para o combate científico como aspectos constitutivos do conhecimento e do “fazer ciência”. A essa “terceira via”, os autores chamam de “*transversalista*”; e sua principal característica consistiria em sustentar empiricamente a ultrapassagem do enfoque diferenciacionista, sem cair no niilismo antidiferenciacionista.

Assim, sob o enfoque transversalista, ganha maior importância a conformação de “zonas de troca” e a validação de linguagens ou artefatos representativos de interesses amplos o suficiente para postularem universalidade, pois nenhum conhecimento adquire validade apenas pela adesão de seus próprios praticantes. São, portanto, redes de pesquisa que articulam campos, interesses, alianças, e fazem de uma determinada ideia a solução mais universal para o problema posto originalmente. Como afirma Manuel Palácios, “*a penetração do discurso científico no debate público sempre denuncia quando as questões em pauta envolvem uma articulação mais ampla de interesses sociais*” (Palácios, 1992, p. 130).

Nesta seção, foram destacados três temas, que fazem a vez de uma conclusão parcial do artigo: (a) a sociologia é uma disciplina e, ao mesmo tempo, uma forma historicamente situada de relação social com o conhecimento; (b) ela permite compreender os atravessamentos entre ciência, interesses sociais e poder; c) universalizá-la é, pois, parte da luta pela ampliação do contrato social em torno da ciência.

Universidade

A possibilidade de universalização do conhecimento não decorre de um ideal normativo do mundo científico, e sim de uma prática e de uma história que autonomizaram a ciência e lhe deram características sociais e cognitivas que a distinguem de outras práticas socialmente constituídas (Bourdieu, 2004).

As potencialidades da ciência derivam, pois, do modo como ela se institucionalizou e foi incorporada no *habitus* científico (Caria, 2007). Nesse processo de institucionalização, as grandes universidades do mundo jogaram (e jogam) um papel decisivo. Mas, e quanto às lógicas de funcionamento da ciência em sociedades periféricas, em que as universidades são mais recentes e de vocação local? Ou mesmo às lógicas de funcionamento da ciência global, que não passam contemporaneamente pela hegemonia das universidades?

Tais questões foram formuladas por Telmo H. Caria, sociólogo português, que afirma que, embora Pierre Bourdieu fale a partir “desse lugar”, isto é, da universidade, não a toma como objeto de análise ou, quando o faz, tende a reconhecê-la como externa à ciência (Caria, 2007, p.140), o que fragiliza a sua teoria do campo científico. Isto porque, em primeiro lugar, o campo científico depende de os seus agentes (a) acreditarem que o jogo que ali se trava tem regras; (b) viverem tais regras com seriedade; e, ao mesmo tempo, (c) flexibilizá-las com a ajuda da história da ciência, que os “ensina” acerca da transitoriedade de suas construções. Mas, como promover tal reflexividade científica sem levar em conta a especificidade contextual dos espaços institucionais em que essa história se desenrola?

Em segundo lugar, porque a ausência de reflexão sobre a universidade periférica acaba por “fazer esquecer” o peso que a política detém sobre o

campo científico *em* geral, embora tal peso seja mais visível na periferia do sistema. O próprio Bourdieu escreveu que o campo científico mantém um instável equilíbrio entre dois tipos de capital: o incorporado ou científico, que decorre das competências práticas de fazer e pensar, e concede ao cientista uma autoridade legítima; e o temporal ou simbólico, que remete a uma espécie de poder institucional e define quem tem prestígio suficiente para participar e tomar posição nas lutas políticas pela ciência (Bourdieu, 2004). Se essas modalidades de capital se equilibram, há condições para um trânsito facilitado entre a ciência e a política, transformando cientistas em protagonistas das decisões públicas concernentes ao campo. Se, entretanto, não há coincidência entre os dois tipos de capital, a liderança científica se torna paralela à hierarquia simbólica das instituições de ciência, fazendo com que o campo perca algo da sua autonomia e se torne mais vulnerável a pressões exógenas.

Finalmente, e em terceiro lugar, porque o campo científico supõe, além da crença prática no jogo da ciência, outras disposições, como, por exemplo, a estética, que permite recompensar simbolicamente a originalidade científica e, principalmente, a disposição para a autolimitação dos cientistas com maior poder institucional, que precisarão negociar com pares mais jovens algumas das regras que sempre defenderam e que os levaram até a posição de prestígio que desfrutam. Em resumo,

para se desenvolver uma ciência com aspirações a gerar centralidade é necessário cultivar junto dos aprendizes da ciência o gosto por um conhecimento lúdico [...], por um conhecimento inovador [...] e por um conhecimento autolimitado... Mas esta educação do gosto científico será sempre uma actividade inconsciente e regulada apenas pelo habitus? Será que ela se manifesta de um modo tão exclusivo [...], que apenas a podem ter os que a aprendem de modo prático e incorporado? (Caria, 2007, p.146)

Destaco a passagem: “*a educação do gosto científico será sempre uma atividade inconsciente e regulada apenas pelo habitus?*” Em outras palavras, a valorização da ciência e do cientista dependem exclusivamente da socialização na atividade de pesquisa?

A questão reside, portanto, no papel que as universidades desempenham ou podem desempenhar na formação do gosto pela ciência e da valorização

dos seus praticantes. No Brasil, como já mencionado, a ausência desses requisitos foi apontada nos idos de 1970-80 por Joseph Ben-David e Simon Schwartzman, num momento em que tinha início um grande esforço político-militar de estruturação do sistema nacional de pesquisa para o desenvolvimento, que veio a conformar a paisagem científica brasileira. Ainda que se possa discutir acerca da autonomia do campo científico naquele contexto, o fato é que o gosto pela ciência não foi disseminado.

Crítico do modelo único de universidade – que entre nós se traduz no *combo* ensino-pesquisa-extensão – Schwartzman afirma que, embora seja essa a norma vigente, ela não resiste a qualquer observação mais cuidadosa. A própria história regional brasileira terá jogado um papel importante na organização do sistema universitário, cuja feição compreende, ainda hoje, uma superposição de “eras geológicas” que compromete qualquer pretensão de uniformidade da educação superior no país. Elas estão dispostas, basicamente, em três camadas: (a) a que forma para as profissões liberais clássicas (Direito, Medicina, Engenharia), mais tradicional, mais resistente à reforma universitária de 1968 e com um corpo docente que não se dedica integralmente à atividade acadêmica; (b) a que forma para as chamadas “novas profissões”, isto é, todas as profissões com exceção das liberais clássicas e das técnicas – que nos EUA são chamadas *vocational education* (Agrimensura, Gastronomia, Hotelaria etc...), constituindo a maior parte das candidaturas para ingresso no sistema; e (c) em um percentual bem pequeno, a que confere formação científica, incluídas as instituições não exatamente universitárias, como, por exemplo, a Fundação Oswaldo Cruz (Schwartzman, 1994).

Assim, nosso maciço universitário seria resultado de uma história marcada pela precedência das escolas profissionalizantes – tradicionais e novas –, com a interseção, nos anos de 1970, de um sistema bastante abrangente de pesquisa e pós-graduação, que constituiu, segundo Schwartzman, a frente dinâmica do ensino superior brasileiro. O Brasil tem reproduzido, desde então, um sistema de ciência ao qual a pesquisa universitária empresta alguma visibilidade. Entretanto, é pequeno o contingente de jovens que se socializa no interior de equipes de pesquisa e experimenta “de modo prático” a incorporação de disposições para a ciência – e as bolsas de Iniciação Científica estão aí para atestar a regulação que o *habitus* poderia operar, massivamente, na trajetória desses jovens se a oferta fosse mais extensa e abrangente.

Dada a atual limitação da atividade de pesquisa em um universo acadêmico predominantemente profissionalizante, a sociologia talvez pudesse desempenhar papel mais relevante do que tem desempenhado na formação do gosto pela ciência – a começar, por um empreendimento reflexivo dos agentes acerca da sua própria universidade, não como objeto de pesquisa especializada, mas como dimensão metodológica do “fazer ciência” (Bourdieu, 2005). Nesse caso, além de se perguntar sobre o que aquela instituição tem a dizer às suas escolhas como professor, pesquisador ou estudante, é também importante se debruçar sobre as questões que ali se apresentam sob a forma de disputas acerca da política universitária, como as que opõem “*diversidade vs. meritocracia*”, ou as que reconhecemos sob a forma de disputas acerca da própria noção de ciência, que contrapõem, por exemplo, “*realistas vs. construtivistas*”. Essa sociologia reflexiva, praticada por docentes e discentes que não têm necessariamente a universidade como seu objeto específico de estudo, poderia imantar a academia em torno de questões que atravessam a pesquisa social contemporânea.

Enfim, como formadora de uma *cultura científica*, a universidade tem um papel a jogar. Telmo Caria, sugere que, sem abandonar a teoria dos campos, se associe a ela uma abordagem fenomenológica da ciência, que leve em conta diferentes usos do conhecimento e valorize não apenas os resultados da prática científica, mas também o processo pelo qual ela se dá. Pois, afinal, dos gestores universitários aos destinatários da pesquisa, há sempre um conjunto de pessoas, métodos, ferramentas e, sobretudo, tipos de raciocínios que acompanha o pesquisador e interfere no resultado de sua pesquisa. Enfim, sob a abordagem fenomenológica, interessa observar a universidade como ambiente em que se desenvolve uma linguagem comum, uma zona de troca e sociabilidade entre todos os seus agentes e extensões extra *campus*. (Nunes, 2000).

Para concluir esta seção, há que destacar a mudança que vem ocorrendo na universidade brasileira e a ausência de discussão, ou a timidez com que se discute, a relação entre esse fenômeno e a formação do gosto pela ciência, a valorização do papel do cientista.

Em seu último livro, *O Brasil e seu duplo*, Luiz Eduardo Soares (2019) retoma o tema da grande migração rural-urbana no país, ocorrida entre as décadas de 1950 e 1970, para destacar a brutalidade material e subjetiva que envolveu a chegada de milhões de homens e mulheres às cidades brasileiras, sem “*canais de expressão, mecanismos de organização, nem a proteção*

de um Welfare State digno desse nome” (Soares, 2019, p. 93). O autor, em diálogo com o antropólogo Tim Ingold (2000), propõe uma abordagem fenomenológica para tratamento do tema, que não separe analiticamente a cultura e seu lugar, isto é, o conhecimento que os sujeitos detêm e a experiência prática em que ele emergiu. A construção do argumento o leva a considerar a radicalidade da experiência do migrante, que, em seu “novo” lugar se reinventará com base no universo religioso, “*onde provavelmente terá sido mais fácil encontrar e tecer narrativas que atribuíssem unidade e sentido a trajetórias surpreendentes e acidentadas [...]*” (Soares, 2019, p. 108).

A referência, nesse passo, à análise de Luiz Eduardo Soares sobre a “grande migração” se explica pela apropriação dessa metáfora. Ela pretende dar conta da chegada de milhões de jovens pobres, negros e periféricos à universidade – última etapa da conquista de um território hostil à história e às experimentações que constituem esses “novos” migrantes. Aqui, contudo, diferente da passagem das *plantations* à indústria, a temporalidade é uma só, a socialização urbana, uma também, e a crise de sociabilidade que se aprofunda no Brasil contemporâneo recai sobre todos – apenas a objetivação intelectual dessa trajetória ainda não ganhou o debate público. Mas não é esse exatamente o papel da universidade?

(Sociologia como) Política

Por fim, esta última sessão aborda a sociologia como “linguagem” da democracia, e mantém óbvia conexão com o último movimento da seção anterior. Os caminhos argumentativos, contudo, seriam muito longos caso se pretendesse fazer justiça aos autores que os trilharam anteriormente. Aqui, portanto, se encontrará – ao modo de uma conclusão – brevíssima reflexão política sobre a sociologia do nosso tempo.

É possível dizer que as democracias contemporâneas apresentam dois fenômenos de grande evidência e abrangência: (a) a expansão da demanda por direitos, que alterou os modos de interação social, de agenciamento de identidades e de participação política; e (b) a nova forma de acesso a eles, mediante a recusa a práticas clientelistas e a adesão a movimentos de organização e autonomização social. No Brasil, o marco legal desse processo é a Constituição de 1988, que, como se sabe, contém avanços notáveis

em termos de direitos individuais, sociais, coletivos e difusos. Seu traço mais interessante, contudo, é a potencialidade que confere à democracia participativa, ao munir a sociedade civil de ferramentas eficientes para pressionar a agenda governamental e encaminhar soluções para conflitos sociais e políticos (Carvalho & Burgos, 2013).

Exemplo disso é o Estatuto da Cidade – lei que regulamenta o capítulo constitucional que trata da política urbana –, cuja especificidade é a sua natureza procedimental, isto é, o fato de não garantir diretamente direitos, e sim fornecer instrumentos processuais que regulam as negociações entre a sociedade civil, o poder e o mercado. Como afirma Ana Paula Carvalho (2016), seu principal mérito é a constitucionalização de uma *cultura de gestão democrática*, que obriga os municípios a incorporarem a participação popular na elaboração de seus respectivos Planos Diretores.

Mas, a constitucionalização da participação popular impõe mudanças no desenho das políticas públicas, sobretudo a elaboração de diagnósticos que sejam, ao mesmo tempo, abertos à ampla colaboração da sociedade e tecnicamente consistentes. Daí a necessidade de se desenvolver um conjunto de metodologias e procedimentos reaplicáveis, que articule: (a) a experiência que a comunidade detém sobre o problema; (b) o acervo de conhecimentos produzidos por cientistas sociais e agentes públicos e privados; e (c) o repertório de demandas elaborado pelos diretamente interessados, a fim de que, tudo ajustado, seja estruturada uma comunicação, tecnicamente mediada, entre os responsáveis pelo planejamento e os destinatários das políticas públicas.

Nos processos convencionais de comunicação entre formuladores de políticas e populações-alvo, inquiria-se abertamente os virtuais beneficiários acerca de suas pretensões. E era bastante frequente o desfecho em que a área edificada fosse a originalmente prevista, com a incorporação de algumas sugestões – muito valorizadas retoricamente ao longo do processo – recolhidas entre os futuros usuários. Nesse tipo de comunicação entre técnicos e destinatários não há propriamente paridade decisória. Para que ela ocorra – e esse é um passo mais recente – é necessário que os recursos cognitivos/sociológicos acumulados sobre a área – mapa de espaços, acessos e usos do entorno etc. – estejam ao alcance de todos os envolvidos, a fim de que se construam adequadamente as decisões.

Nos anos iniciais do século XXI, apontei as ONGs como agentes

sociotécnicos que, desde a década de 1980, atuam no processo de democratização brasileira, capacitando lideranças populares, sem lograr reconhecimento. E considere que seu desprestígio público talvez se devesse ao fato de que suas agendas desbordam os marcos *naciocêntricos* da tradição de pensamento sobre o Brasil, que, em larga medida, se reproduzem no ambiente acadêmico. Sugeri ainda que a associação entre ONGs, departamentos universitários de pesquisa, e organizações profissionais – como, por exemplo, as que, à época, reuniam agentes do sistema judiciário e arquitetos envolvidos com processos de regularização fundiária em favelas – nos levaria a uma nova formação intelectual, a uma inteligência coletiva e representativa de interesses tornados visíveis para o Estado (Carvalho, 2007). Tratava-se, portanto, de generalizar o acesso às operações críticas que constituem o fazer científico, alinhando, sob a mesma linguagem, desde o governo até o destinatário final. Quando esse alinhamento é vitorioso, é provável que a sociologia ponha em andamento a constituição de um problema de interesse universal.

De qualquer modo, as ONGs eram majoritariamente externas às organizações de moradores de favelas. Essa condição mudou, como também mudaram as condições estruturais para participação na esfera pública brasileira. Estamos entrando na terceira década do século XXI e um de seus traços característicos é o crescimento sustentado do contingente de jovens pobres e negros que têm acesso a universidades públicas. O número ainda está longe de ser satisfatório, mas é evidente a força com que essa travessia vem sendo realizada. O resultado já se vê na composição demográfica dos programas de pós-graduação e na incidência de pesquisas científicas sobre questões que afetam a experiência moderna e não apenas os redutos periféricos.

Em tempos de pandemia, a capacidade de auto-organização das favelas brasileiras foi evidenciada: Paraisópolis, em São Paulo, Rocinha, no Rio de Janeiro, foram exemplares. Mas, para o propósito desse artigo, a Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro, um conglomerado de microbairros e favelas, ilustra perfeitamente a relação entre uma Universidade democrática, uma sociologia bem-compreendida e a política. Embora não seja a única com essa característica, a Maré tem tradição em pesquisas realizadas por quadros intelectuais e por docentes de instituições de ensino superior, que moraram ou moram em uma de suas 16 microáreas. Junto com pesquisadores da

Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o Observatório de Favelas e outros parceiros, a ONG Redes de Desenvolvimento da Maré definiu como uma de suas metas, “a produção de conhecimento sobre as comunidades da Maré e seus moradores, a partir de pesquisas regulares no território – o Censo Maré”, que, além da atualização de informações demográficas e territoriais, atua na capacitação dos próprios moradores para a consecução deste e outros projetos⁴.

O efeito dessa comunicação entre moradores não costuma se extinguir após o término de uma pesquisa, o que se verifica pela contínua produção e compartilhamento de conhecimentos sobre o local, a ampliação do contingente universitário ali residente, a formulação autônoma de diagnósticos e projetos, e uma bem-sucedida construção de rede extracomunitária de aliados – tudo isso operando como ingredientes da auto-organização da comunidade.

É dessa perspectiva que se pode falar em uma sociologia *como* política, uma sociologia de combate ao autoritarismo estrutural brasileiro e às forças antidemocráticas. Ela deverá articular ciência, universidade e política.

Referências

- Arruda, Maria Arminda N. (2001). *Metrópole e cultura. São Paulo no meio século XX*. São Paulo: Edusc.
- Bourdieu, Pierre. (2005). *Esboço de autoanálise*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, Pierre. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp.
- Caria, Telmo H. (2007). História, reforma e lucidez em ciência: a reflexividade científica segundo Pierre Bourdieu. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, 133-149. <https://doi.org/10.4000/rccs.733>
- Carvalho, Ana Paula. (2016). *Estatuto da Cidade e juridificação da reforma urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa.

4 Cf. <https://www.redesdamare.org.br/br/info/12/censo-mare>. Acessado em 28.09.2020.

- Carvalho, Maria Alice R. de. (2007). Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. RBCS, 22 (65), 17-31. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000300003>.
- Carvalho, Maria Alice R. de, & Burgos, Marcelo B. (2013). Diagnóstico social para intervenções urbanas: o que é? por que fazer? In Ceça Guimaraens, & Pedro da L. Moreira (eds.) *Cidade integrada III – Reflexões sobre diagnóstico social*. Rio de Janeiro: IAB.
- Fernandes, Luís Manuel. (2020, 7 janeiro). Ciência, tecnologia e inovação: a ‘operação desmonte’ e seus resistentes. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2020/cienciasaude>
- Goffman, Erving. (2019). A ordem da interação: discurso presidencial da American Sociological Association, 1982. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, 12(3), 571-603.
- Ingold, Tim. (2000). *The perception of environment: essays*. London: Routledge.
- Kuhn, Thomas S. (1998). *A estrutura das revoluções científicas*. 5ª Ed. São Paulo: Perspectiva.
- Miceli, Sérgio. (2005). A emoção raciocinada. [Introdução] In Pierre Bourdieu. *Esboço de autoanálise*. Trad. Sergio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nisbet, Robert A. (1970). Sociology as an art form. In Roberto Nisbet. *Tradition and revolt. Historical and sociological essays* (pp. 143-162). New York: Vintage Books.
- Nunes, João Arriscado. (2000). Públicos, mediações e construções situadas da ciência. In Maria Eduarda Gonçalves (org.) *Cultura científica e participação pública* (pp. 81-100). Oeiras: Celta.
- Palácios, Manuel. (1992). Ciência e vida pública. *Presença – Revista de Política e Cultura*, 17.
- Redes da Maré. Site institucional. <https://www.redesdamare.org.br/br/quemsomos/apresentacao>
- Schwartzman, Simon. (1994). O futuro do ensino superior no Brasil. In Vanilda Paiva, & Mirian J. Warde (orgs.). *Dilemas do ensino superior na América Latina* (pp. 143-178). Campinas: Papirus.
- Schwartzman, Simon. (1988). Brasil: opportunity and crisis in Higher Education. *Higher Education*, 17(1), 99-119.

Schwartzman, Simon. (1987). Universidade e ciência observadas por Ben-David. *Ciência Hoje*, 7(37), 68.

Shinn, Terry, & Ragouet, Pascal. (2008). *Controvérsias sobre a ciência*. São Paulo: Editora 34.

Soares, Luiz Eduardo. (2019). *O Brasil e seu duplo*. São Paulo: Todavia.

Submetido em 5 de fevereiro de 2020.

Aceito em 13 de fevereiro de 2020..



Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0